

*Estudos de Caracterização Territorial*

**TURISMO**

**RELATÓRIO 2**



## ÍNDICE

Nota prévia.....	1
Figuras Utilizadas para Classificação de Usos Turísticos (Metodologia) .....	5
<i>1. Abordagem Conceptual.....</i>	<i>7</i>
1.1. Transversalidade do Sector do Turismo – Sistema Turístico Concelhio.....	7
1.2. O Planeamento Turístico.....	11
1.3. O Ordenamento com fins Turísticos.....	14
1.4. O Planeamento Regional do Turismo: Uma Questão Estratégica.....	18
<i>2. Grafo de Objectivos e Estratégias Operacionais.....</i>	<i>19</i>
<i>3. O Produto Turístico do Concelho de Barcelos – Análise Sumária.....</i>	<i>21</i>
<i>4. Eixos de Acção a ter em conta no Processo de Planeamento e na Definição da Estratégia Turística Concelhia.....</i>	<i>36</i>
4.1. Turismo no Espaço Rural / Meio Rural.....	36
4.2. Turismo Ambiental / Ecoturismo / Recursos Fluviais.....	44
4.2.1. O Monte da Franqueira – Espaço Âncora para o Turismo Local.....	48
4.2.2. Monte do Facho / Oliveira e S.Lourenço.....	51
4.2.3. O Rio Cávado – O Recurso do Futuro.....	54
4.2.4. O Vale do Neiva – Um Espaço que marca a Identidade.....	59
4.2.5. O Rio Este e a sua Veiga.....	64
4.2.6. Pedestrianismo e Animação Ambiental- Vocação Estratégica para o efeito.....	65
4.2.7. Estradas Verdes – Linha de Leitura do Concelho.....	75
4.2.8. Incentivos Directos à Promoção da Animação Ambiental Sustentada no Concelho de Barcelos.....	78
4.3. Turismo Termal – Uma Emergência da Sociedade do Lazer.....	79
4.4. Os Patrimónios do Concelho de Barcelos.....	84
4.4.1. O Centro Histórico – Espaço Marca do Turismo Concelhio.....	91
4.4.2. Turismo Religioso – Elementos de Património Estratégicos.....	95
4.4.3. Festas e Feiras / Folclore e Património Etnográfico.....	99
4.4.3.1. Folclore e Património Etnográfico.....	104
4.5. Artesanato – Um Vector de Identidade a Potenciar.....	105
4.6. O Enoturismo – Produto Estratégico.....	114
4.7. O Associativismo – Fundamental para a Dinamização Cultural .....	121
4.8. Equipamentos Turísticos – Os Recursos de Fixação.....	122
<i>5. Conclusões.....</i>	<i>129</i>
Anexos I e II	

## Nota Prévia

As questões relativas ao planeamento, ordenamento e desenvolvimento, nas suas mais diversas acepções, têm, hoje em dia um papel preponderante nas sociedades actuais como forma de salvaguarda dos bens patrimoniais e ambientais e na defesa da harmonia do meio que nos envolve, assim como do bem estar e equilíbrio do desenvolvimento das populações. O relatório aqui presente tem em conta estas questões e ainda as premissas fundamentais para o desenvolvimento turístico de um concelho. E note-se que, não se pretende com este relatório reaver a zona de Turismo de Barcelos ou ainda fazer deste um Destino Turístico na verdadeira acepção do conceito, pretende-se lançar propostas e temáticas a debate que promovam o desenvolvimento de áreas de lazer, e o melhor aproveitamento de locais que se encontram esquecidos pelo planeamento e desenvolvimento local e regional.

Este relatório traça assim uma linha de acção que visa, em primeira estância, a melhoria da qualidade de vida das populações locais, como factor elementar para o desenvolvimento turístico de uma região de grande potencial..

Assim, os recursos naturais; cultura; equipamentos; alojamento; população e emprego; meios de transporte; acessibilidades; património móvel e imóvel; agricultura e actividades tradicionais; economia local e regional, assim como as dinâmicas de interacção do concelho com a envolvente; devem ser tidos em conta aquando da interpretação deste relatório, de forma, a melhor fundamentar o peso da actividade turística no concelho, uma vez que o turismo mais que uma actividade, é um sistema transversal que interage como as diversas actividades, elementos e recursos de um território.

Face à sua interacção com outras actividades, o turismo deve formular-se ou implementar-se em íntima coordenação com o processo de planeamento da área em causa, não só do espaço com da realidade sócio-económica.

Não sendo possível actuar simultaneamente em todas as frentes há que definir prioridades e actuar de forma estratégica, isto é através de medidas e acções seleccionadas em função das prioridades e necessidades sentidas pelos diversos agentes turísticos locais, pela população e de acordo com as características do sistema turístico instalado. No caso da intervenção planeada para algumas áreas podem considerar-se dois grandes grupos de objectivos: de resolução de problemas e de desenvolvimento. Estes constituem a abordagem mínima para constituir um destino turístico a médio e longo prazo e se, em algumas áreas, as propostas são nitidamente de resolução de problemas, noutras incutem ao trabalho uma visão redutora de desenvolvimento visto constituírem áreas perfeitamente inactivas no contexto turístico e local.

O nosso objectivo tem por função a tentativa de influenciar a tomada de decisões, através da elaboração de estudos e da utilização de fontes primárias capazes de suportar projectos privados e

institucionais. Por isso se considera neste trabalho a definição dos pontos fortes e dos pontos fracos do Produto Turístico. Estes são assim analisados de forma a permitir a definição com elevada precisão dos campos onde se justifica canalizar esforços e investimentos, mas tendo sempre em atenção as oportunidades e ameaças que vegetam num mercado turístico em constante mutação.

O Planeamento Turístico justifica-se cada vez mais, pelo que necessário estabelecer metas e objectivos concretos para que o sector turístico ocupe um lugar de destaque na economia regional e para que o desenvolvimento desta actividade obedeça, não a tendências casuais, mas sim a um ordenamento integrado que permita uma visão estratégica de desenvolvimento Turístico. Tratando-se de um mercado muito sensível, é fundamental saber quais as motivações e expectativas dos Turistas que nos visitam. Só assim será possível colmatar as lacunas existentes e melhorar os atributos.

Embora a aposta no Turismo tenha vindo, nos últimos anos, a assumir cada vez mais importância, **a verdade porém é que poucas Autarquias/Regiões têm procedido a um diagnóstico rigoroso do seu Produto Turístico Global.** Até hoje, a definição de Produto Turístico, para efeitos de intervenção Local / Regional, restringia o sector apenas ao âmbito das empresas turísticas, deixando de fora o conjunto de todas as Infra-estruturas, Equipamentos, Serviços e Recursos que participam como elementos na composição do consumo e fruição do Turista.

Verifica-se assim a necessidade de um planeamento que vise, principalmente a inserção do turismo no quadro de vida e desenvolvimento desta região. Tendo em conta os elevados potenciais existentes nesta área considera-se que o Minho, e em particular o Concelho de Barcelos, merece essa aposta quer qualidade de vida das populações quer inerentemente no Turismo de Qualidade.

Numa primeira análise à globalidade de Atracções; Alojamento; Equipamentos; Serviços e Infra-estruturas, constata-se que o Minho, onde se encontra o concelho de Barcelos, está na segunda fase do contexto Mix do destino turístico ou seja do Crescimento. Por isso é necessário definir estratégias e prioridades de desenvolvimento, para se afirmar definitivamente a região e o concelho enquanto terra de cariz turístico. O objectivo genérico será o de criar condições favoráveis ao desenvolvimento, por forma a obter resultados no crescimento económico, na melhoria das condições de vida das populações e na satisfação dos visitantes.

A definição de produto turístico compósito, para efeitos de intervenção Local / Regional, tem que romper o quadro estreito da concepção do sector que o restringe ao âmbito das empresas e superestruturas turísticas (Alojamento, Animação, Infra-estruturas de apoio à actividade turística, etc.), passando a entender-se o espaço como um todo e o produto como reflexo deste e, como tal, objecto de definição de estratégias, planeamento e ordenamento seja do nível nacional para local ou vice-versa. Contudo, qualquer destas relações só será possível com um grau de aplicabilidade e exequibilidade ao nível local.

E, como a maioria dos instrumentos de planeamento tem uma função orientadora, pretende-se que a carta turística e o relatório agora em análise tenham uma função também ela definição de usos de natureza turística. Esta situação permitirá aos agentes turísticos locais e potenciais fazer uma melhor fundamentação das suas opções e possíveis áreas de investimento.

Estes instrumentos, de grande índice de correspondência local, têm por objectivo crucial apresentar uma visão de “mudança motivadora” junto dos agentes de desenvolvimento, fornecendo indicações e propostas consideradas fundamentais para o desenvolvimento do bem estar das populações e do sector do turismo no concelho. Esta visão de mudança terá que ser essencialmente uma visão estratégica que compreende: a análise do espaço geográfico, propostas a valorizar e indicações, ainda que sumárias, de planeamento e ordenamento do território, a incluir em futuras acções de planeamento local, assim como constatações de potencialidades por explorar.

Este tentará ser também, na medida do possível, um instrumento dinamizador e cativador de agentes e investimentos para os agentes turísticos locais e exteriores, mas com *feed-back* por parte destes. Desta forma poderá funcionar, efectivamente na prática da definição das estratégias de afectação e captação de mercados, e deixará de lado o risco de ser mais um instrumento inconsequente de natureza especulativa e descritiva, encerrado em si próprio e sem noções de adaptação às novas tendências sempre emergentes.

Em termos globais, são estes, os conceitos e temáticas que este relatório tentará desenvolver. Para a sua fundamentação foram consultadas imensas fontes bibliográficas, técnicas e científicas, para além de um trabalho de campo gigantesco no contacto com o espaço geográfico e, fundamentalmente, com os agentes locais, como a população, prestadores de serviços de turismo, públicos e privados, assim como os próprios visitantes e turistas a este concelho.

## **Figuras Utilizadas para Classificação de Usos Turísticos.** **(Metodologia)**

### **a) Área de Protecção Turística**

**Conforme o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros nº 97/2003 de 01 de Agosto.**

As áreas de Protecção Turística , a criar no quadro de instrumentos de gestão territorial em vigor, permitirão facilitar a definição e delimitação espacial e geográfica das áreas com actual vocação turística ou com significativo potencial de futuro desenvolvimento turístico.

### **b) Área de Aptidão e Vocação Turística**

**Conforme o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros nº 97/2003 de 01 de Agosto.**

Pela sua especificidade, riqueza natural e cultural e diferenciação possam responder às exigências de novos segmentos de mercado.

### **c) Área de Interesse Turístico Relevante**

**Definida de acordo com a filosofia das anteriores mas tramitada no âmbito deste trabalho.**

Área com potencial turístico relevante capaz de redimensionar e alterar o quadro da oferta de uma dada região ou espaço desde que potenciado turisticamente. Possuem normalmente recursos turísticos por explorar de forma organizada e planeada. Tem potencial para se tornar em áreas de vocação turística desde que potenciadas para o efeito. Podem ser redimensionadas para segmentos de procura ou tipologias de turismo identificadas.

c.1. Área de Interesse Turístico Relevante decorrente da existência de uma actividade endógena onde se verifique uma ligação ao meio e seja um vector de identidade cultural da sociedade e do tecido económico local.

c.2. Área de Interesse Turístico para a promoção de actividades ligadas à interpretação e fruição ambiental, nomeadamente, pedestrianismo, caça, pesca, interpretação e beleza paisagística, golfe e actividades de animação ambiental isoladamente e/ou ligadas com o Turismo no Espaço Rural e Enoturismo.

### **d) Estrada Verde.**

Inserido dentro das medidas estratégicas, plasmadas **na Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2003 de 01 de Agosto, tem por objectivo elaborar um mapa das estradas verdes fora dos grandes eixos rodoviários que privilegiará o património histórico, arquitectónico e natural. Estas**

**estradas percorrem normalmente as áreas identificadas no ponto C, nomeadamente no ponto C.1. e C.2.**

**e) Rotas Turísticas.** ( A definir em concertação com as cartas arqueológica, do património e do ambiente, e ainda de acordo com os corredores patrimoniais definidos neste relatório). Deve ser igualmente privilegiado as estradas verdes definidas no ponto anterior.

Independentemente de cada uma das figuras atrás plasmadas, e das características encerradas em cada uma delas, deve a política concelhia ter o sector do turismo como alicerce para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentado tendo em conta as especificidades ambientais, sociais, paisagísticas e culturais do concelho. Desta forma as acções de planeamento que impliquem uma

acção directa no meio devem ter em conta, para além de outras, as potencialidades turísticas existentes e a necessidade de as mesmas serem preservadas.

**Desta forma urge que as acções a levar cabo nas áreas classificadas com as figuras atrás referenciadas, não potenciem a desconfiguração das características que estiveram na base da referida classificação e/ou promovam actividades diferentes das contempladas neste documento para cada uma das áreas classificadas. Deve também ser tida em linha de conta, em todos os casos, a capacidade carga ambiental e social de cada um destes locais, como factores estratégicos para aprovação de acções nestes locais. De par os elementos patrimoniais existentes nestas áreas sejam de natureza Cultural, Natural ou Etnográfica devem ser salvaguardados e potenciados de forma sustentada. Devem estes pressupostos, sem prejuízo dos já existentes, prevalecer nos processos de avaliação tendentes à aprovação de projectos para as áreas classificadas e/ou referenciadas neste documento, sobre outros que promovam a destruição destes equilíbrios.**

## 1. Abordagem Conceptual

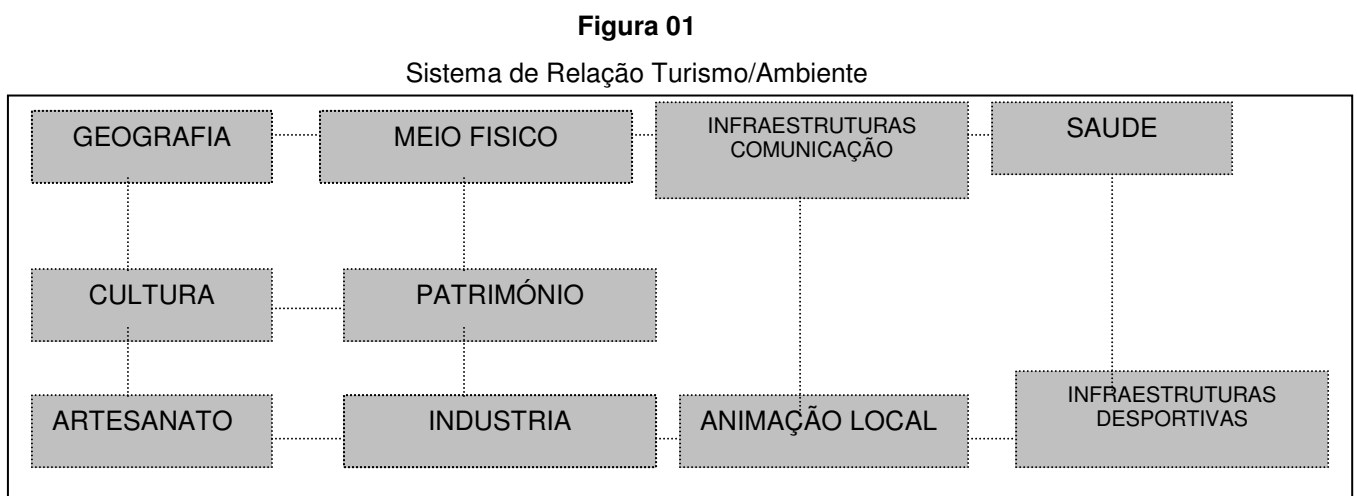
Neste ponto far-se-á uma contextualização doutrinal dos princípios e conceitos que estão directamente ligados com o planeamento e ordenamento turístico. Definir-se-ão, ainda, problemáticas e debates relativos à interacção destes conceitos com os sistemas de planeamento e ordenamento instalado no concelho e qual a aplicabilidade real desses instrumentos para o sector. Este ponto é também, crucial para a fundamentação de algumas propostas e estratégias fornecidas e mais à frente referenciadas, assim como para a percepção do garfo de acção e eixos de intervenção susceptíveis de redimensionar a oferta turística concelhia.

### 1.1. Transversalidade do Sector do Turismo – O Sistema Turístico Concelhio

O Turismo é uma actividade que para além dos prestadores e receptores de serviços turísticos, em sentido estrito, mobiliza a globalidade de um espaço humano e geográfico(pais, região, etc) , tendo também a ver com as condições de vida e qualidade da vivência desses espaços e com o respectivo património civilizacional e cultural, factores, fundamentais, para o sucesso e concretização do sector.

Por isso, não é só a prestação de serviços turísticos que está em causa, mas todas as outras dimensões sociais e económicas que condicionam o ambiente em geral que se vive na região ou local e que, naturalmente, suscitam no visitante sentimentos de satisfação e exotismo. Desta forma, um plano de desenvolvimento deve também abordar, ainda que de forma breve, as dimensões do espaço socio-economico que se está a trabalhar, assim como as características de índole geográfica do mesmo.

Desta forma ter-se-á que analisar , ainda que de forma breve o seguinte aspecto, citado no esquema:





O sistema aqui descrito aproxima-se da tese defendida pelo conceituado turismólogo Mário Baptista e que alude “às profundas inter-relações que o turismo estabelece com outras actividades que fazem com que as medidas que visam o desenvolvimento destas acabem por beneficiar o turismo”, pois é fundamental que um concelho ou região que visa o desenvolvimento turístico, promova também o bem estar das populações, a dinamização da economia local e a criação de infra-estruturas susceptíveis de favorecer o desenvolvimento da região e/ou localidade aos mais diversos níveis.

Exemplo concreto desta situação, para o caso em análise, é a recuperação do Centro histórico de Barcelos e áreas subjacentes que possibilitaram a devolução do centro da cidade na integra aos peões. Este facto reflecte-se, posteriormente, na dinamização de algumas lojas comerciais, aparecimento de novos estabelecimentos, aparecimento de algumas esplanadas, etc. Criaram-se melhores condições de fruição e atracção da cidade para os habitantes e, conseqüentemente, para os visitantes que assim fruem melhor desta cidade.

Mas existem, outras áreas merecedoras desta atracção susceptíveis de criar zonas de lazer para fruição e bem estar dos locais que, por inerência se tornam em argumentos de atratividade ao produto turístico do concelho e da região em geral. Encontram-se nesta situação o “recurso” mundo rural que urge preservar e potenciar, a arqueologia Industrial com grande margem de desenvolvimento, nomeadamente ao nível da Cerâmica, como acontece em França. O conjunto dos montes com potencial para dinamizar um turismo de natureza, nomeadamente os montes da Franqueira, S. Lourenço, Facho, Airó, Sáia entre outros, é também um item a considerar, assim como a globalidade das “manchas” florestais, com potencial ao nível da animação ambiental e paisagismo, existentes no concelho de Barcelos.

Curiosamente grande parte destes locais situam-se relativamente perto da cidade e junto ao rio Cávado, facto que potencia a existência de um foco(s) de atracção turística bem mais forte(s) do que, o que hoje, a cidade exerce por si só. A existência destes focos permitiria essencialmente a criação de infra-estruturas fundamentais para o incremento da qualidade de vida das populações, dotando o concelho com atributos que melhor o cabimentem dentro das motivações da nova Sociedade do Lazer.

Por sua vez, as margens do Rio Cávado, possuem zonas já utilizados pelas populações locais como praias fluviais. Hoje estas exigem um tratamento mais sério ao nível do planeamento, ordenamento e fiscalização, no sentido de promover o bem estar e a segurança das populações, e potenciar que estes recursos de atracção primários se tornem fruíveis e parte integrante do produto turístico local.

A criação de melhores formas de fruição do património como recursos turísticos, é também uma necessidade integradora e estratégica que assenta no planeamento e realização de “actividades turístico - culturais” a nível territorial, concentrando-se tutelas e potenciando-se economicamente aspectos e recursos que, isoladamente, não tem expressão significativa mas que, no conjunto,

ganham sentido e dimensão. A organização destes cria paralelamente linhas de leitura do espaço geográfico do concelho e potencia a aplicação de princípios elementares descritos no Guia do Desenvolvimento Sustentável editado pelo Organização Mundial de Turismo.

Estes devem privilegiar a qualidade, a originalidade, a autenticidade e a animação, rejeitando a quantidade, a massificação e a passividade. Desta forma revelar-se-ão como instrumentos eficazes de articulação dos conceitos de turismo e de cultura, em função do desenvolvimento local e regional. Também a revitalização das actividades culturais e a valorização do artesanato/cerâmica e de outras formas tradicionais poderá ser fundamental para a desenvoltura económica de um concelho com tradições aguerridas a este nível.

O fomento do apoio ao artesanato, para que este se mantenha como uma arte viva e como factor fundamental para o turismo local, a conservação das paisagens típicas e a valorização dos núcleos rurais existentes no concelho, sem descurar a qualidade de vida das respectivas populações ou cair no erro da mumificação das mesmas, é também um elemento fundamental a ter em consideração neste processo. Só através da conservação do ambiente e da adopção de políticas de planeamento e urbanismo sustentáveis que preservem, no mínimo, as zonas típicas e rurais deste concelho, se poderão criar e manter as paisagens e o próprio meio humano como uma das muitas atracções do sistema turístico. Só assim, os recursos do mundo rural, se tornam acessíveis, fruíveis e “comercializáveis”, e tornar-se-ão efectivamente recursos de um produto e atracções de um sistema turístico complexo e transversal. Naturalmente que esta situação passa indubitavelmente pela parceria e conhecimento das populações locais da globalidade das acções que visem a valorização e preservação do mundo rural como trave mestra para suportar o sistema turístico concelhio.

Este efeito implica um rendimento adicional dirigido para sectores que não são directamente prestadores de serviços na área do Turismo. Exemplo desta situação é o caso concreto do artesanato que, no sistema, se cabimenta como atracção e na prática é um dos grandes beneficiados deste fluxo económico gerado pelo turismo. De igual modo, as empresas de restauração, hotelaria, comércio tradicional, panificação, transportes, artigos tradicionais, cerâmica, a própria agricultura<sup>1</sup> etc. saem extremamente beneficiadas pelo efeito multiplicador do turismo. Todos estes fluxos favorecem a economia local e promovem o emprego e plurirendimento, tese defendida pela maioria dos técnicos de turismo ao afirmar que “ a expansão do turismo desencadeará sempre um processo de desenvolvimento sócio - económico que transforma a região num pólo de atracção para outras actividades, por vezes novas”.

---

<sup>1</sup> Uma nota especial para a agricultura que pode beneficiar com o desenvolvimento do turismo no cruzamento com o Turismo no Espaço Rural, e no estabelecimento de uma relação de simbiose cada vez mais forte com a Feira Semanal, como “porta” para o conhecimento da realidade agrícola do concelho. O Turismo é para a agricultura uma oportunidade de escoar excedentes de algumas produções e para potenciar o desenvolvimento das estruturas de produção vinícolas e até de novas produções.

Torna-se pois fundamental “conferir ao turismo um estatuto de maioridade”, conforme afirma Mário Baptista, dados os efeitos positivos nas economias locais mas, para isso e como ficou vincado anteriormente, é preciso primeiro criar infra-estruturas e condições para o bem estar das populações, para que o turismo possa aparecer naturalmente favorecendo todo o sistema económico.

É imbuído neste espírito que este documento tentará, na medida do possível, lançar propostas a debate, no sentido de promover, em primeiro lugar, acções que satisfaçam as necessidades dos locais ao nível do lazer e do bem estar social. Porém, o lazer e o ócio são, hoje, fundamentais na prossecução dos objectivos de uma sociedade, onde o lazer é um conceito em expansão, e numa aposta sustentada na atractividade dessas zonas como locais de vocação turística.

### *1.2. O Planeamento Turístico*

O futuro do turismo requer a existência de operações de planeamento cuidadosas nas várias intervenções a coordenar, no espaço e no tempo, nos diversos domínios de competência, com o intuito de precaver os erros do passado ao nível do sector turístico. De referir a completa inoperância prática dos planos de desenvolvimento turístico e estratégia promocional da década de 80 que sustentou esta “desordem” verificada actualmente.

Hoje em dia, só intervindo à escala regional e local se devem ajustar os produtos aos recursos, sendo obrigatório subsidiar essas questões ao marketing e à sustentabilidade.

A satisfação dos visitantes que buscam “sonhos” e levam experiências, passa por muitos factores que englobam todo o território regional e local, num complexo vertical e transversal de actividades que se traduzem num produto turístico global. É preciso, para isso, que cada espaço esteja devidamente organizado e fruível, e que a qualidade dos serviços seja a melhor possível. No seu conjunto transformam-se em experiências que se querem positivas para a consolidação da boa imagem local, regional ou até nacional do turismo. Por isso, é fundamental que se intervenha localmente, ao nível do planeamento e ordenamento turístico, no sentido de criar condições de evolução do sector a todos os níveis. Promove-se assim o principio da subsidiariedade, na consciência que não há praticamente qualquer actuação que possa deixar de ser concebida numa lógica local e regional que considere as condições específicas dos recursos, dos mercados e da oferta turística de cada região.

Logicamente, que é conferido às autarquias, o direito de planear os solos afectos à sua área administrativa e de definir as suas mais diversas utilizações, sempre num pressuposto de agir localmente e obedecendo a critérios nacionais de planeamento. Ao nível turístico, a mesma atitude é, fundamental, para a prossecução de um país onde o turismo seja, efectivamente, uma mais valia em termos económicos. Este facto só terá concretização se a nível local forem implementadas medidas de potenciação de infra-estruturas e de elementos que facilitem o desenvolver desta

actividade. Isto poderá ser possível através da criação de Planos de Salvaguarda, a inserir dentro dos Planos Directores Municipais ou em outros documentos de planeamento. Estes planos de Salvaguarda tem por objectivos valorizar as áreas com potencial turístico que se encontram esquecidas no contexto do planeamento nacional. Esta necessidade, aliás, é fundamental para incrementar a qualidade de vida das populações locais, criando ao mesmo tempo infra-estruturas de ócio e lazer fundamentais para o bem estar da população.

O plano de desenvolvimento, visa fundamentalmente estimular a complementaridade e potenciar as sinergias existentes mas não conjugadas nesse local.

Esta realidade é tanto mais importante no que concerne ao turismo dada a grande dependência deste sector na qualidade ambiental, na preservação das diferenças culturais, na conservação do património histórico e na valorização das características dos sítios, no fundo, os elementos que valorizam este plano. Aliás, um destino turístico pode ser criado num processo de geração espontânea, gradual e não planeado ou pode resultar de um processo sustentado, integrado e planeado. Qualquer região pode decidir encetar um processo estruturado de construção de um “destino turístico” o que, aliás, é uma situação aconselhável para muitas regiões do nosso país, onde o turismo se perfila como único factor de desenvolvimento. Mas Barcelos, não depende exclusivamente do Turismo, muito longe disso, porém este contribui para a saúde económica de alguns sectores como a cerâmica, artesanato e para a própria agricultura. Contudo, atendendo às tendências da sociedade e às tendências económicas, os sectores onde se suporta a economia local, nomeadamente no sector industrial, podem sofrer algumas dificuldades no futuro. Nessa altura o concelho deve possuir uma realidade turística ao a todos os níveis que profile este sector como uma oportunidade de desenvolvimento para o concelho. Para o efeito é preciso desde já inserir este sector nas linhas estratégicas de desenvolvimento do concelho cruzando os mesmos com os projectos de modernização, inovação e revitalização das estruturas empresariais e produtivas do concelho, nomeadamente ao nível do sector da Cerâmica, potenciando o turismo industrial e reconvertendo estrutura da arqueologia industrial em pólo de atratividade, aplicando em inúmeras fabricas a filosofia de intervenção adoptada na Antiga Fabrica Vouga, especialmente nas freguesias de Galegos Stª Maria, Galegos S. Martinho, Ucha S. Romão, Oliveira e Lama. O Turismo dever-se-á sempre interligar com o sector industrial de forma a funcionar de complemento a esta actividade e como forma de valorização das infra-estruturas inutilizadas por este sector.

Esta é, porém, uma realidade esquecida. Poucos são os concelhos ou regiões turísticas que tem capacidade de olhar para o turismo como uma actividade onde o planeamento é vital, apostando apenas na vertente promocional e administrativa o que é francamente pouco. Para potenciar esta situação o PDM avança com uma carta de turismo, definindo áreas e vocações estratégicas do sector no concelho. Esta é muito importante na medida em que contempla a ligação do turismo aos factores ambiente e património, elementos fundamentais na actividade turística com grande

dependência na qualidade ambiental, na preservação das diferenças culturais, da conservação do património e na valorização dos sítios. Com esta estratégia espera-se um crescimento do turismo de forma sustentada, alicerçada na vasta panóplia de recursos turísticos, no perfil da procura turística e no respeito pela nossa identidade.

### *1.3. O Ordenamento com fins Turísticos*

Para cada escalão ou unidade de ordenamento territorial, deverão ser identificados, classificados, inventariados e protegidos, os conjuntos de recursos indispensáveis ao desenvolvimento do Turismo. O turismo de natureza e dos equipamentos de lazer em espaço abertos, basicamente dirigidos para os residentes e turismo interno é de grande importância. Porém, estes recursos destinados ao lazer podem igualmente ser aproveitados como recursos turísticos de carácter mais amplo desde que a sua natureza, a sua importância, o seu tipo e a sua capacidade o permitam.

Estes dois princípios corporizam na integra a situação actual do local e, em especial, dos locais a analisar, como locais e região com património e recursos diversos. Embora se encontrem pouco acessíveis e planeados para o efeito, precisamente pela falta de planeamento, e pela inexistência de um plano que potencie mais estes recursos e o próprio turismo.

Mais uma vez, a situação de falta de estratégia dos instrumentos de planeamento existentes e a sua falta de visão futura propicia situações desta estirpe que podem levar à perda definitiva de locais com potencial enquanto locais de lazer e de valor especial, adulterando aquilo que muitos designam de “Espírito do Lugar”.

Infelizmente, pelo país fora, existem muitos casos de locais com potencial turístico onde o ordenamento turístico não foi tido em conta, o que resultou em desvirtuamentos de paisagens e sítios naturais; poluição intensa a todos os níveis, congestionamento de tráfego e ajuntamento de população, custos de infra-estrutura e de manutenção elevados, afrontamento com as culturas locais e alteração do modo de vida das populações, entre muitos outros impactos que poderiam aqui ser debatidos como decorrentes da falta de ordenamento e planeamento turístico.

O ordenamento turístico exerce-se no espaço de forma a permitir a valorização do património urbano, histórico, natural e até industrial para fins turísticos. Inerentemente potencia a restauração e preservação do património urbano, histórico e industrial de um país, região ou comunidade, a valorização e gestão do património assim restaurado e preservado, a informação e consciencialização do público através dos meios de comunicação, o desenvolvimento do artesanato e conservação das tradições, a valorização da riqueza gastronómica e a utilização das fontes de financiamento com vista à valorização das diversas potencialidades culturais, arqueológicas, artísticas, etc.

Estes são também princípios defendidos por alguns documentos emanados de Convenções da Organização Mundial de Turismo e da própria UNESCO que apontam baterias neste sentido.

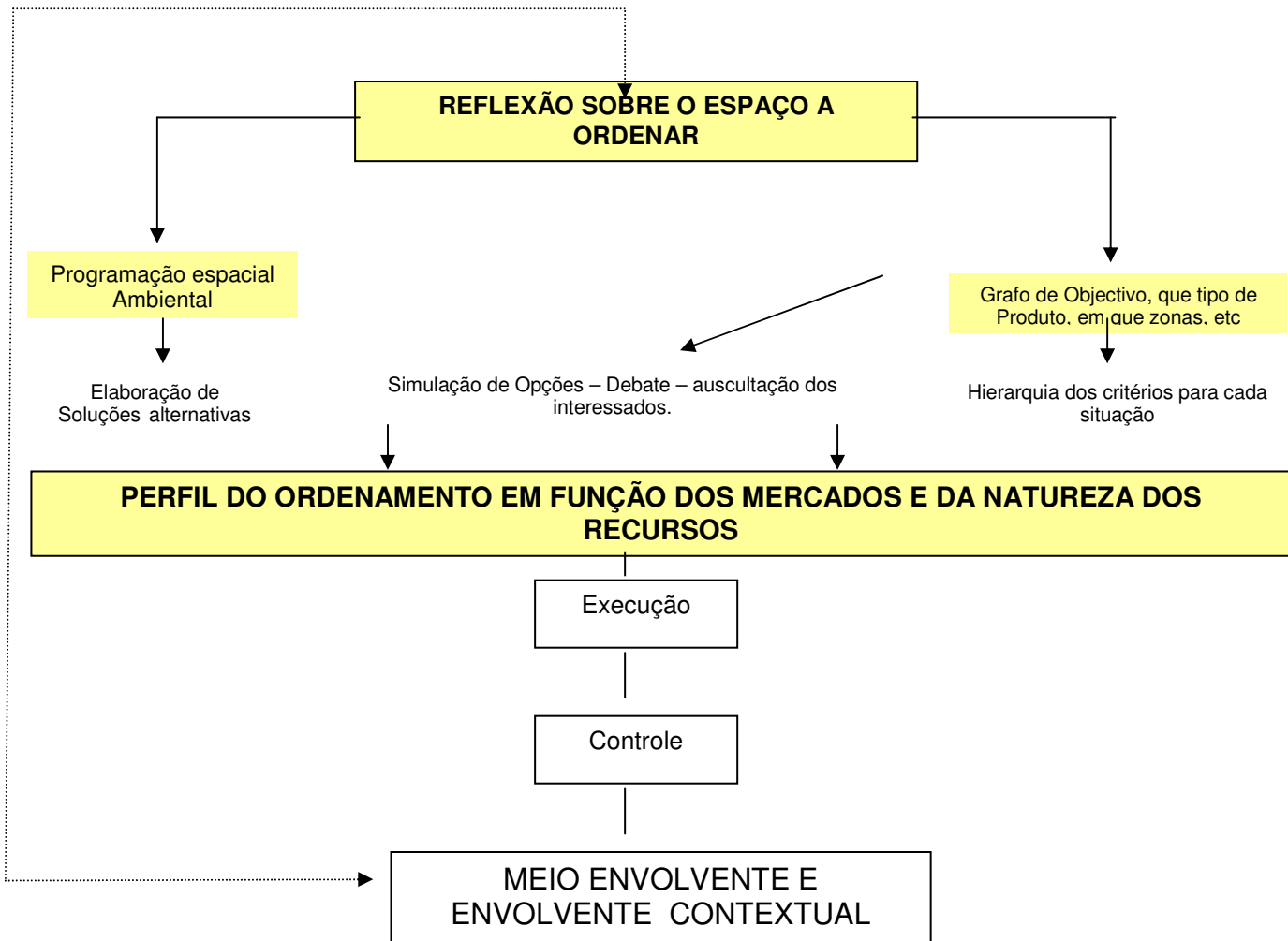
E isto sem entrar em questões mais específicas do ordenamento turístico, como o planeamento, localização, construção e gestão dos equipamentos turísticos e a sua relação com a paisagem e habitat, uma vez que o turismo é um consumidor nato de território.

Apesar das vicissitudes, o ordenamento do território é um factor determinante do desenvolvimento turístico e deve processar-se tendo em conta as necessidades e exigências do turismo em matéria de ambiente.

Embora conscientes das dificuldades em conciliar políticas ou estratégias de turismo com os PDM's (planos detalhados de ocupação dos solos e que, por isso, reflectem situações específicas e necessárias para a realidade local), esperamos que as situações ligadas ao turismo, nomeadamente a definição de Espaços de Classificação Turística (ver página 08), Corredores Verdes e Corredores patrimoniais, sejam também elas reflectidas ou pelo menos contempladas neste mesmo documento, na medida em que este sector é, sem margem para dúvidas, um sector alavanca das economias regionais num futuro próximo e uma oportunidade estratégica para a valorização dos recursos endógenos, preservação do mundo rural e valorização dos recursos de fixação existentes no concelho de forma a potenciar uma oferta turística de qualidade ao nível da superestrutura turística mas também ao nível das infra-estruturas na procura de um produto de qualidade sustentado em critérios de excelência. Este é o objectivo para o qual tendem a globalidade das constantes plasmadas neste relatório.

No caso particular, o estudo e definição das situações descritas no esquema, em associação com os regulamentos legislativos em vigor para o ordenamento territorial, seria um bom começo para uma base de trabalho séria visando o aproveitamento turístico dos locais com potencial turístico do concelho

Figura 02  
Proposta de Esquema de Reflexão



#### *1.4. Planeamento Regional do Turismo: Uma Questão de Estratégia*

Esta questão leva-nos a outra, independentemente de se estar a falar de Barcelos ou de um qualquer outro concelho é fundamental que exista planeamento local e regional ao nível do turismo e dever-se-á fazer disso uma regra nacional, uma vez que o futuro de um destino turístico requer o estabelecimento de condicionantes ao investimento e à operação. Um planeamento cuidadoso das várias intervenções a coordenar no espaço, no tempo e nos diversos domínios de competências é actualmente vital.

Isto é fundamental se nos recordamos do falhanço redondo em que revelou o Plano Nacional de Turismo 1985-88 que, embora sendo um documento extremamente válido, falhou por não ter a correspondência local que atrás se referenciava.. E pouco ou nada valeu a definição de Eixos de Pólos de Desenvolvimento, de 10 Regiões de Ordenamento Turístico(ROT) e ainda de 3 Regiões Específicas de Aproveitamento Turístico(REAT), pois nada teve feedback local.

Isto é tanto mais importante se atendermos que a preservação da diversidade e da autenticidade, é inerente à qualificação dos usos turísticos, isto aplica-se tanto à natureza, como aos meios urbanos, aos meios rurais e às culturas nas suas várias manifestações . E se as diferenças são a génese do turismo, o planeamento local do turismo tem, efectivamente, que ser o primeiro garante dessa diversidade.

De uma forma global são estas as razões para a necessidade de existir um documento orientador para o desenvolvimento do concelho de Barcelos, onde se contemplem directrizes de actuação e planos de pormenor que contemplem o ordenamento turístico, por forma a credibilizar as tomadas de decisão e orientar os investidores e, acima de tudo, para que se assuma a mudança, ou melhor a reclassificação das zonas de potencial turístico, e fazendo de locais, como a ribeira Cávado ou o Monte da Franqueira, imagens de lazer por excelência e atractivos de visita para todos os que visitam esta cidade, à imagem do que acontece nos países do topo do ranking turístico mundial.



## 2. Grafo de Objectivos e Estratégias Operacionais

OBJECTIVO GERAL		MODELO DE DESENVOLVIMENTO
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazer do turismo um vector de crescimento económico de Barcelos.</li> <li>• Valorizar os recursos de atracção do concelho.</li> <li>• Potenciar o aparecimento de recursos de fixação + infraestrutura de turismo</li> <li>• Valorizar o mundo rural e as suas particularidades endógenas;</li> </ul> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;"><b>Desenvolvimento turístico como alavanca estratégica de desenvolvimento</b></p> <p>↓</p>	→	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo sustentável: qualidade de vida + qualidade da experiência + qualidade dos recursos + ligação ao meio.</li> <li>• Reunir sinergias entre os agentes concelhios com interesse no sector.</li> <li>• Promover a complementariedade entre o turismo e o sector industrial.</li> <li>• Pedagogia para “Cultura Turística” /envolvimento da comunidade</li> </ul> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;"><b>Turismo de Qualidade</b></p> <p>↓</p>
OBJECTIVOS CAPITAIS		ESTRATÉGIAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Posicionar o Barcelos no mercado turístico regional ( Posicionamento de Excepção/ Turismo de Qualidade / Diferenciação qualitativa positiva)</li> <li>- Desenvolver uma cultura turística em Barcelos / Pedagogia do habitantes para o projecto; Potenciar o sector agrícola e industrial através de actividade de natureza turística / Complementaridade</li> <li>- Promover novos recursos e redimensionar outros a partir do território.</li> </ul>	→	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação e promoção de uma marca turística para o concelho de Barcelos, alicerçada no artesanato, património e turismo no espaço Rural.</li> <li>- Criar cenários de fruição turística dos inúmeros recursos existentes./ Cultura turística de qualidade Readaptação dos recursos existentes e introdução de factores de inovação em projectos futuros.</li> <li>- Criação e adequação do espaço turístico de Barcelos e modernização de alguns equipamentos existentes.</li> </ul>
OBJECTIVOS ESPECIFICOS		GRAFO DE APLICAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Novas Figuras de Planeamento de natureza turística/Delimitar áreas de Interesse e Vocação Turística</li> <li>- Captar Investimentos na área da Infra-estrutura e Turística</li> <li>- Captar investimentos na área da animação Turística</li> <li>- Rentabilizar a panóplia de recursos naturais existentes ( Rios + paisagem + áreas verdes)</li> <li>- Potenciar o aparecimento de área de Lazer e de ocupação de tempos livres( parque de lazer + áreas de fruição ambiental + praias fluviais + percursos pedestres + circuitos de manutenção e interpretação + áreas de Pesca</li> </ul>		<p style="text-align: center;">Estratégia Turística</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Tendências da procura Turística/Tendências do Sector / ambiente / Sistema / Industria</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Estratégia Global / Pressuposto/ Estrangulamentos</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Política de planeamento e Ordenamento Concelhia</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Delimitação de áreas de Vocação e Interesse Turístico para protecção de recursos turísticos de grande valor</p>

<p>Desportiva)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Impulsionar o Artesanato Local ( Imagem corporativa de diferenciação + marca de certificação + recuperação das oficinas tradicionais + rotas temáticas + promoção + animação turística temática + apoio ao artesanato + criação de núcleos interpretativos)</li> <li>- Desenvolver produtos de vocação turística estratégicos ( Turismo no Espaço Rural + Património Ambiental + Pedestrianismo + Termalismo + Património Monumental e Etnográfico + Centro Histórico + Turismo Religioso + Enoturismo )</li> <li>- Criar Infra-estruturas de alojamento capazes de fixar a massa turística em transito pelo concelho</li> <li>- Dinamizar o património existente</li> <li>- Motivar as populações locais para o sector</li> <li>- Promover a concertação com os agentes associativos concelhios;</li> <li>- Promover complementaridade do turismo com o sector industrial;</li> <li>- Preservar o "Mundo Rural" /</li> <li>- Qualificar os espaços urbanos tendo em conta a envolvente turística;</li> <li>- Adaptar o conceito de urbanismo à realidade ao ponto anterior e as novas figuras de planeamento turístico.</li> <li>- Criar uma cultura de "turismo" como sector económico</li> </ul>	<div style="text-align: center;"> <p>↓</p> <p>Tornar os recursos acessíveis e disponíveis à Fruição Turística</p> <p>↓</p> <p>Organizar os recursos de atracção</p> <p>↓</p> <p>Política de Recurso (Sustentabilidade)</p> <p>↓</p> <p>Avaliar a capacidade de carga dos recursos (qualidade)</p> <p>↓</p> <p>Criação de investimentos na área dos recursos de atracção</p> <p>↓</p> <p>Produto Turístico Compósito/ Mix do Produto (Fortes atributos de diferenciação)</p> <p>↓</p> <p>Enquadramento do Produto no sistema turístico - promocional nacional e europeu</p> <p>↓</p> <p>Estratégia de Marketing</p> <p>↓</p> <p>Marketing Mix</p> <p>↓</p> <p>Plano de Acção / Controle</p> <p>↓</p> <p>Sistema de Avaliação</p> </div>
---	--

O grande pressuposto do planeamento turístico a executar em Barcelos deverá ser a qualidade de vida da população local e a definição de um conjunto de acções tendentes a construção sólida de um produto turístico cabimentavel dentro dos mais apertados critérios atribuídos ao turismo de qualidade, rompendo com o turismo do "see and go" que se verificou nas últimas décadas, muito por culpa da falta de uma super - estrutura turística que potencie a fixação deste vasto fluxo no concelho. . A concretização deste terá que passar indubitavelmente pelos seguintes aspectos, elementares para a adopção dos conceitos discutidos neste relatório.

Uma melhoria da qualidade física do território, através da adopção de medidas de planeamento que tendam para a preservação do espaço rural tornando-o mais habitável e agradável para os residentes e mais atractivo para fruição turística. Em consequência do factor anterior apraz-se a necessidade de uma melhoria da qualidade psicológica, condição elementar para que exista uma imagem positiva do meio onde se vive e, acima de tudo para que se possa germinar uma vocação turística da população. Este aspecto é crucial para desenvolver um sentido de identidade e integração com o território.

Figura 03 – Esquema de Objecto



Para atingir estes objectivos é importante entender o turismo numa lógica de sustentabilidade de forma a que este não seja um agente de degradação do meio mas pelo, contrário, um factor de valorização dos recursos endógenos de cada espaço geográfico.

Este pressuposto tem que assentar, em termos globais, para além dos critérios considerados elementares pela Organização Mundial de Turismo para o Turismo Sustentável, num sistema que promova os seguintes vectores:

- a) Respeitar o suporte ao bem-estar social, cultural e económico dos habitantes, de forma a que estes avalizem o sector e o valorizem.
- b) Pedagogia aos habitantes do concelho e diversos agentes concelhios para a criação de um “destino turístico” e produto turísticos a partir do território e das actividades onde são intervenientes (Mundo Rural, Agricultura, Industria, actividades tradicionais, artesanato, etc..) e das vantagens para a melhoria da sua qualidade de vida desta acções;
- c) Promover o entendimento do sector turístico como um sector moderno e eficaz e, acima de tudo, como uma das alavancas da economia local.

- d) Pôr o sector a funcionar como meio de preservação das características culturais e naturais endógenas de cada espaço, valorizando o património cultural, etnográfico e natural.

Conclui-se que as propostas a seguir plasmadas neste documento só terão o efeito esperado se inseridas dentro de um processo de planeamento sustentado e integrado **onde se promova o equilíbrio** entre os factores internos de crescimento turístico e os factores externos derivados dos mesmos, potenciando para isso os recursos autóctones.

Não se pode percepcionar o desenvolvimento turístico sem a sua ligação à preservação e melhoria do meio urbano e rural( em especial ao equilíbrio entre dois vectores), bem como à recuperação dos símbolos de identidade de forma a garantir:

- a) **o bem-estar da população ;( + Qualidade de Vida + reconhecimento das vantagens da criação de produtos turísticos );**
- b) **preservação do Espaço Rural em equilíbrio com os espaços urbanos;**
- c) **assegurar aos visitantes e turistas uma experiência (visita/estadia) de qualidade;**

Este relatório e as constantes presentes no mesmo tendem a promover o debate em prol dos factores que podem potenciar o Turismo como um dos vectores de crescimento económico de Barcelos.

### *3. O Produto Turístico do Concelho de Barcelos – Análise Sumária*

Barcelos é um concelho economicamente marcado pela agricultura, industria do calçado, da cerâmica e olaria, do têxtil e de fiação que se apresentam como o principais motores da economia local e da empregabilidade no concelho.

Para além desta *Task Force*, o concelho possui também uma forte estrutura económica baseada no comercio tradicional e nas micro - empresas artesanais (Oficinas de Artesanato), surgindo o turismo como sector com importância vital para a manutenção destes sectores vitais para a economia do concelho. Sectores estes que são indubitavelmente elementos elegíveis dentro do próprio potencial turístico existente no concelho, quiçá um dos recursos mais valiosos do produto.

Do ponto de vista turístico, Barcelos caracteriza-se por ser um concelho, com inúmeros recursos de índole monumental e cultural, que se espalham do centro da cidade( foco de atracção principal do concelho) até à mais típica freguesia deste grande concelho. As ermidas, igrejas, capelas, cruzeiros, pontes, castros, castelos, solares e santuários que proliferam por este concelho conferindo-lhe uma característica bem minhota. Por outro lado, a existência de 4 museus e um centro de artesanato

muito activo na dinamização da actividade cultural reforça este item do produto. Todavia a criação dos corredores patrimoniais redimensionará por completo esta realidade potenciando a maior visibilidade da esmagadora maioria destes recursos de natureza patrimonial e arqueológica depois de efectuado o cruzamento desta carta com a congénere arqueológica e patrimonial.

Os recursos de índole natural são também aqui uma característica efectiva, potencialidades estas proporcionadas pelo rio Cávado ( praias fluviais, paisagens, recantos, fauna, flora, pesca desportiva, canoagem, desportos náuticos e de aventura, actividades de lazer ligadas ao recurso “água” entre outros), rio Neiva (praias fluviais, fauna, flora, passeios pedestres, paisagens naturais, pesca desportiva, canoagem, interpretação patrimonial do património aquífero ligado ao rio, outros) e rio Este (pesca desportiva e passeios pedestres) entre outros locais de valia natural. As inúmeras manchas florestais, inseridas em zona de montanha e fora destas, são também um potencial assim como, os miradouros e a própria paisagem modelada a minifúndio e recortada em tons de verde é também um recurso de índole natural que urge preservar no contexto da valorização do meio rural e da agricultura como factores estratégicos deste documento e do Plano Director Municipal em geral.

Os recursos etnográficos como o folclore, festas, feiras e romarias e outras tradições ancestrais (vindimas, malhadas, desfolhadas, etc.) ligadas à exploração agrícola manual são itens muito vivos no concelho de Barcelos, com destaque para os inúmeros ranchos folclóricos existentes por todo o concelho e que preservam as tradições do canto e do trajar barcelense. Ao mesmo tempo preservam a memória de um passado recente que nos permite interpretar melhor a realidade económica, social e cultural de outrora onde a agricultura, o(s) rio (s) tinham um papel vital nas economias das freguesias Barcelense. Estes são também um repositório que nos permitem aferir a evolução do sector da fição e têxtil no concelho, especialmente, desde os finais do Século XIX até

As festas, feiras e romarias são também uma tradição com muito vigor, com as centenas de romarias e festas, entre as quais se destacam, as festas das Cruzes(Festas concelhias (a primeira grande romaria do Minho), a feira da Isabelinha, a S.Bento da Várzea, as Festas das Rosas, a Festa das Senhoras das Dores, a Festas das Rosas, as Festas da Aparecida, As Festas de S.Martinho etc, entre muitas outras que ostentam a tradição da pura da religiosidade e do arraial minhoto, onde os Zés P´reiras, ao tapetes de pétalas de flores naturais, os arcos de romaria, os fogos de artifício, a vaca do fogo, a procissão, os “comes e bebes” e outras particularidade são uma feliz realidade.

Ainda dentro da tradição, não podemos dissociar o potencial turístico de Barcelos, da sua rica e variada gastronomia plena de sabores e tradição e da sua doçaria é também ela uma realidade efectiva. A acompanhar tudo isto, a sobriedade dos vinhos de Barcelos, fruto da tradição de um povo que desde sempre cultivou a arte de trabalhar a terra. Os vinhos de Barcelos, brancos ou tintos, são dos melhores

verdes da região minhota e nas quintas mais sofisticadas ou nas adegas mais rústicas esta é uma tradição com vigor e muito sabor.

O artesanato é, sem dúvida, o maior recurso turístico de Barcelos, recurso que potenciou a difusão e formalização da imagem turística de Barcelos em Portugal e no mundo. Do artesanato barcelense saiu o Galo de Barcelos, imagem turística por excelência de Portugal no mundo e de Barcelos em especial. Mas o artesanato de Barcelos, não é só o galo. Embora tenha por imagem global o Galo. O Artesanato engloba também trabalhos em madeira, cestaria, couros, tecelagem e bordados, ferros e derivados e uma grande variedade de cerâmicas, onde a riqueza e mestria dos nobres artesãos Barcelenses mais se faz sentir. É esta diversidade que faz com que Barcelos ostente o título “Rainha do Artesanato” .

O Artesanato de Barcelos é um recurso deste concelho e desta região e porque que não deste nosso País - Portugal. Em Barcelos existem centenas de artesãos que fazem da arte de trabalhar o barro a sua vida e das mãos a sua ferramenta que utilizam para dar formas à sua imaginação.

Toda a expressão e valor desta arte é reconhecida na Mostra de Artesanato e Cerâmica de Barcelos que todos os anos a homenageia dando a conhecer a todos quantos nos visitam a sua vitalidade.

De forma muito global, foi atrás apresentada a oferta e o potencial turístico do concelho de Barcelos. Contudo, os itens aqui citados possuem um sem número de elementos que fazem do produto turístico barcelense um produto turístico compósito, em termos de recursos.

Em termos de superestrutura turística, de citar o facto de existir uma capacidade hoteleira razoável contando com os investimentos hoteleiro em curso no presente ano.( Para além das 3 residenciais, recentemente abriu uma Albergaria e para o final do ano está prevista a inauguração de um Hotel Residencial). Estes investimentos dão mais possibilidade de converter o turismo do “see and go” noutra tipo de turismo com uma dinâmica de fixação mais elevada. Por outro lado existe

uma oferta bastante interessante em termos de turismo no Espaço Rural (16 unidades de Alojamento e uma moradia turística ), que potencia a fixação no concelho de inúmeros visitantes ao mesmo tempo que serve de alavanca para o desenvolvimento do mundo rural e como complemento a alguns actividades tradicionais que se desenvolvem neste espaço.

Ao nível dos similares de hotelaria e animação, existe um numero apreciável de restaurantes de excelente qualidade, o que lhe permite manter tradições gastronómicas bastante aguerridas, e isto sem falar das inúmeras tasquinhas de aldeia que são um hino aos petiscos tradicionais. Em termos de animação, existe uma serie de estabelecimentos, especialmente concentrados na cidade e que potenciam a animação nocturna e outras. Os equipamentos desportivos existentes (Piscinas Municipais, Pavilhão Municipal, Estadio Municipal Cidade de Barcelos, etc) e culturais(Biblioteca, Galerias de Arte, Museu de Olaria, etc) permitem a prática de actividades e o cultivo do saber

individual, para além de uma dinâmica agressiva de animação cultural. Esta realidade pode ser mais potenciada com a concretização de alguns projectos, alguns estratégicos uma vez que são mais que simples estruturas são recursos de atracção de “per si”, como o Museu do Rio, o Museu Municipal ou o Teatro Gil Vicente, que estão agendados, a curto e médio prazo.

Contudo, o produto turístico local depara-se para além destas vicissitudes, com uma série de estrangulamentos e potencialidades, que têm que ser efectivamente reconhecidos, e com as ameaças e oportunidades que vegetam no mercado e que efectivamente terão que ser ponderadas pelos agentes turísticos locais. Desta forma, e para que se possa esquematizar o exposto anteriormente, deve fazer-se uma análise swot ao produto turístico local abordando os Pontos Fortes, Pontos Fracos, Ameaças e Oportunidades.

Poder-se-á assim obter uma visão mais global do produto turístico deste concelho que, embora, não se possa vender separadamente, possui uma imagem turística com argumentos de validação e diferenciação no contexto regional muito fortes. A carta turística do concelho deve tender para valorizar em Barcelos aquilo que nos é

endógeno e que nos diferencia de forma a que estes argumentos ganhem cada vez mais espaço no contexto turístico regional.

#### **a) Pontos Fortes**

Comungando das grandes potencialidades do produto turístico minhoto, o concelho de Barcelos tem factores de valorização mais relevantes e mais evidentes que em outros concelhos, e que se retractam nos pontos em seguida enumerados e inventariados.

- Intensa Actividade Artesanal ( Factor estratégico de diferenciação) ;
- Imagem do Galo( ícone diferenciador de grande valor “branding”);
- A Feira Semanal(Factor estratégico de diferenciação / mais valia estratégica);
- Monumentalidade;
- Centro histórico recuperado e fruível;
- Imagem Turística anexa ao seu produto mais forte;
- Notoriedade acima da média e decorrente do ponto anterior;
- Grande variedade de recursos (produtos turístico local compósito como referenciado na análise sumária ao produto);
- Cidade limpa e acolhedora;
- Património Etnográfico;
- Hospitalidade minhota;
- Instalações Termais;

- Gastronomia e Vinhos de grande notoriedade;
  - Rico imaginário Popular,( a lenda do Galo e outras) que interfere na realidade turística);
  - Abundância de Zonas de Natureza ;
  - Turismo no Espaço Rural;
  - Endoturismo com grande variedade de produtos endógenos.;
  - Ausência de Multidões;
  - Dinamismo da restauração;
  - Rio Cávado (Recurso estratégico para o XXI);
- 
- Paisagem Típica e Rural / Mundo Rural com grande valor ( Recurso estratégico a potenciar em termos estruturais para o sector do turismo (turismo + meio rural + agricultura);
  - Bom Ambiente geral;
  - Facilidade de Acessos aos locais de maior frequência turística Regional;
  - Recursos cinegéticos;
  - Clima temperado;
  - Proximidade aos grandes centros de fluxos turísticos;
  - Posição Geográfica;
  - Turismo de Negócios e Industrial (Industria como “produto” a explorar em termos turísticos”);
  - Segurança(factor vital no contexto turístico actual);

Se o produto turístico apresenta todos estes atributos, o que é magnifico, estes não se encontram na sua globalidade explorados turisticamente ou não são de fácil fruição por parte dos visitantes. Isto é são recursos mas não produtos, uma vez que só são produtos aqueles recursos que podem ser consumidos e ou fruídos.. Inerentemente a estas potencialidades do produto turístico local existe uma série de lacunas que no ponto seguinte se analisam, e sobre as quais a estratégia adoptar no contexto do Plano Director Municipal devem incidir de forma a minimiza-las e/ou extingui-la.

#### ***b) Pontos Fracos***

- Falta de vocação Turística da população(pedagogia das vantagens estratégias urge nesta situação);
- Produto pouco organizado/recursos de atracção por lapidar, alguns deles estratégicos;
- Recursos Primários de natureza cultural e ambiental sem a devida exploração e organização ao nível da visibilidade turística e fruição;
- Recursos por explorar (Termas, rio, zonas de lazer, meio rural, áreas florestais, etc.);



- Falta de capacidade hoteleira e demais recursos de fixação ( 86 quartos / 150 Camas em 4 unidades de alojamento<sup>2</sup> em funcionamento em 30.09.2004);
- Estrutura Hoteleira deficiente para a frequência turística registada;
- Falta de Meios Complementares de Alojamento e de Parque(s) de Campismo;
- Sinalização Turística muito precária o que provoca a inibição de fruição;
- Sazonalidade forte, concentração dos fluxos turísticos nos períodos de Junho a Setembro ;
- Trânsito complicado em zonas de fruição turística;
- Formação Profissional dos profissionais do Turismo muito baixa;
- Infra-estrutura turística muito sensível;
- Turismo de “see and go” ( Local de passagem);
- Dispersão da actividade artesanal que dificulta a sua fruição;
- Dependência, superior a 70% de três mercados (Português, Espanhol e Francês);
- Falta de equipamentos de lazer, recreio e animação ao serviço do visitante;
- Aproveitamento nulo das potencialidades dos rios Cávado e Neiva.;
- Vida nocturna incipiente ;
- Locais de atendimento aos turistas de fraca qualidade;
- Inexistência de estratégias de desenvolvimento turístico;
- Concentração de equipamentos na zona da cidade;
- Desaproveitamento de locais com potencial turístico;
- Má qualidade urbanística;
- Imagem pouco cuidada em locais estratégicos de circulação de massas tais como estradas nacionais e auto-estrada;
- Má qualidade de conservação de alguns espaços em volta da cidade, nomeadamente o núcleo urbanístico de Barcelinhos e Barcelos junto à ponte medieval. Factor que condiciona à priori a imagem e as expectativas criadas de visita à cidade;

Este conjunto de debilidades, mostra o muito que há ainda para progredir ao nível do sector do turismo no concelho, contudo, muitos destes pontos fracos só serão

superados com a implementação de infra-estruturas que sirvam, em primeiro lugar, a população é só depois, os visitantes. Estas acções passam indubitavelmente pela definição de uma estratégia de acção concertada ao nível do ambiente, urbanismo, património e outros sectores de forma a redimensionar esta realidade de forma a dar-lhe mais qualidade na perspectiva dos residentes e a torna-la mas atractiva na perspectiva dos visitantes.

### **c) Ameaças**

<sup>2</sup> Pensão Arantes Residencial 3ª Categoria (Barcelos) –; Pensão D. Nuno Residencial 2ª Categoria (Barcelos); Pensão Galo Residencial 3ª Categoria (Gamil); Albergaria do Terço ( Barcelos).

A engrossar estes pontos fracos desdenha-se, no mercado e no horizonte, uma série de ameaças que devem ser tidas em contas no planeamento e estratégia do turismo local e regional. Aliás, as linhas de acção aqui propostas visam ser um contra-ciclo com estas ameaças.

- Generalização da imagem do galo como produto comercial global e não mais redutor da imagem do concelho/ Perda da noção de paternidade deste “ícone” comercial;
  - Crise no sector da cerâmica e olaria no concelho muito com a reinstalação de unidades fabris espanholas que vieram aqui recolher o *Know How* e estão agora a regressar à origem / Concorrência desleal e sistemas de dumping por parte de empresas asiáticas ;
  - Inexistência de factores de inovação ao nível do artesanato e cerâmica;
  - Falsificação do artesanato local na Tailândia e China;
  - Perda de autenticidade da feira de Barcelos;
  - Poluição do rio Cávado com prejuízos ambientais para a cidade (realidade que está ligeiramente a ser revertida);
  - Custos de oportunidade pela não exploração do Rio Cávado como recurso turístico(Especialmente ao nível das Praias Fluviais , desportos náuticos e espaços de lazer);
  - Degradação do Património ribeirinho da cidade e Barcelinhos;
  - Dependência excessiva de um só recurso turístico;
  - Imagem do concelho muito centrada no artesanato;
- 
- Falta de visão empresarial dos agentes do sector no concelho / inoperancia estratégica junto do Trade;
  - Visão do lucro imediato em detrimento da qualidade;
  - Recusa de aperfeiçoamento profissional por parte dos agentes dos sector;
  - Modernização hoteleira e dos recursos humanos nos concelhos vizinhos;
  - Falta de apoio para a actividade turística e afins uma vez que o concelho não é prioritário em algumas subvenções do quadro comunitário (Sivetur, Sipie, e Sime) o que inibe a modernização das infra-estruturas do concelho.
  - *Low profile* dos agentes de Turismo no Espaço Rural;
  - Degradação do meio rural e da paisagem em alguns locais do concelho com o avanço das áreas periurbanas.;
  - Abandono do Património monumental e artístico especialmente no concelho;
  - Desenvolvimento turístico dos parques hoteleiros dos concelhos vizinhos;
  - Concentração de equipamentos de animação nos concelhos vizinhos;
  - Concorrência muito forte do Norte de Espanha;
  - Falta de *forcing de Visibilidade* por parte da entidade gestora da promoção do concelho – RTAM.

Estas serão as principais ameaças que atormentarão, certamente, o produto turístico local nos próximos 10 anos, assim como em outras regiões do norte de Portugal. No entanto, destaca-se a

necessidade de intervir urgentemente no planeamento do território local, identificando áreas de interesse turístico, e criando e redimensionando novos recursos de forma a aproveitar novas correntes de mercado. Importa essencialmente definir um plano de acção e um caminho (estratégia) que diferencie, valorize e potencie os nossos recursos mais preponderantes no contexto turístico do Norte de Portugal. Aqui apela-se para a necessidade de valorizar e potenciar os recursos que nos diferenciam dos demais concelhos inseridos dentro da Marca “Porto Norte de Portugal”.

#### **d) Oportunidades**

O mercado turístico caracteriza-se por ser extremamente volátil e em constante mutação. Por isso, urge a necessidade dos agentes locais privados e institucionais,

estarem atentos às oportunidades que surgem nos mercados, das quais os pontos abaixo enumerados podem ser uma amostra significativa:

- Ressurgimento em força da sociedade do Lazer;
- Regresso às origens.: o mundo rural e a natureza;
- Turismo Termal em crescimento assim como o turismo de saúde, factores que podem impulsionar o “desenterrar” das saudosas termas do Eirogo ;
- Enoturismo.: Turismo, Agricultura e produção vinícola como factores a concertar em prol da preservação do património e potenciação das actividades agrícolas;
- Turismo Cultural e ambiental, que ressurgem como exigência da procura e que podem potenciar o aproveitamento do património local ao nível monumental e em especial ao nível ambiental;
- O endoturismo.: a valorização dos produtos endógenos como imperativo de diferenciação;
- Certificação dos produtos tradicionais como factor de qualidade e de diferenciação;
- Marginal ribeirinha da cidade integralmente por explorar;
- Posição geográfica privilegiada nos circuitos de touring ao Norte de Portugal;
- Turismo de Negócios ( Decorrentes do intenso movimento de empresários e técnicos ao tecido industrial do concelho)
- Potenciadas do concelho ao nível do ecoturismo e pedestrianismo;
- Posicionamento estratégico nos caminhos a Santiago de Compostela por explorar;
- Existência de áreas e ecossistemas com potencial para serem elegíveis ao nível das figuras de classificação de protecção da natureza e do ambiente. Este factor pode redimensionar por completo o enquadramento do concelho pode diferenciar positivamente o concelho ao nível das subvenções e incentivos ao sector do turismo.
- Investimento no sector turístico com margem de progressão acima da média dos outros sectores ;
- Qualidade dos espaços existentes no concelho ao nível dos recursos turística.

- Degradação urbanística da generalidade dos concelhos vizinho – perda de qualidade ambiental;

Este novo enquadramento, das tendências turísticas mundiais e nacionais, leva a que o concelho de Barcelos, dadas as suas características físico-geográfica, possa aproveitar algumas das suas potencialidades naturais e se redimensione para novos mercados e segmentos através da oferta de uma outra gama de produtos regionais e locais onde o artesanato, até agora menos comercial, poderá ter uma palavra importante. Contudo existem outras oportunidades a considerar.

- O IC 14 é uma linha de ligação Esposende – Braga, com passagem pelo concelho de Barcelos, com a possibilidade de poder captar a grande massa de turistas que vão utilizar esta via.
- Forte imagem corporativa das Festas das Cruzes , artesanato e galo de Barcelos (pouco aproveitada no contexto nacional).
- Capitalização da Imagem do Galo(pouco aproveitada em termos de marketing Turístico concelho)
- A globalização crescente da sociedade valoriza os atributos de diferenciação regionais e locais, pelo que o concelho pode valorizar estes elementos aproveitando e preservando aquilo que de melhor possui;
- Caça e pesca;
- Golfe (proximidade aos campos de Ponte de Lima e Povia de Varzim) e ainda a existência de zonas extraordinárias no concelho para a instalação de um equipamento deste género.
- Perfil vocacional do centro histórico e zona ribeirinha de Barcelos cabimenta-se dentro das motivações do turismo para os próximos 20 anos;
- Meio Rural, tecido Industrial e recursos fluviais factores estratégicos por lapidar em termos turísticos no concelho.

Genericamente serão estas as principais oportunidades que se perfilam, no horizonte temporal e que podem ser factores fundamentais para a afirmação turística do concelho ao nível regional.

Da análise Swot aqui efectuada e baseada no profundo conhecimento do concelho de Barcelos, e das particularidades do sector do Turismo, assim como no seu peso na economia, resulta uma conclusão referente as potencialidades inquestionáveis deste concelho ao nível turístico, aliás a oferta turística o concelho é mais efectiva e compósita que a globalidade do concelhos Minhotos e engloba 3 recursos altamente referenciado ao nível nacional e internacional. Contudo a infra-estrutura e superestrutura turística concelhia é muito fraca, e exige intervenções de fundo que melhorem a qualidade de vida das populações cada vez mais atraídas pelo ócio e lazer, e inerentemente reforcem os atractivos para quem visita esta espaço geográfico. É preciso, também, analisar constantemente as ameaças que se deparam, assim como as oportunidades que podem surgir . Algumas delas estão aqui plasmadas e são um indicador para todos aqueles que, neste

concelho, estejam dispostos a trabalhar com visão empresarial de forma a rentabilizar os recursos que são autênticas “pedras por lapidar” neste concelho e região. Este documento em prol desta realidade aponta uma serie de medidas que poderão potenciar o turismo como alavanca estratégica do desenvolvimento do concelho.

#### ***4. Eixos de Acção a ter em conta no Processo de Planeamento e na Definição da Estratégia Turística Concelhia***

##### *4.1. Turismo no Espaço Rural / Meio Rural*

O Turismo no espaço Rural apresenta-se aqui como um produto estratégico de desenvolvimento turístico e do próprio mundo rural. O concelho de Barcelos apresenta condições excepcionais para a prática deste tipo de turismo, uma vez que existem dezenas de casas solarengas e rústicas, símbolos da identidade destas gentes, com potencial para serem reconvertidas neste tipo de alojamento. Por outro lado, o mundo rural é extremamente rico e autêntico facto que possibilita a “evasão” ao stress urbano de hoje. Paralelamente a estas “valências” existem elementos patrimoniais de grande valor que engrandecem ainda mais a oferta turística do mundo rural barcelense, ao nível do património monumental, etnográfico ou ambiental.

Pretende-se que o Turismo no espaço rural seja o catalisador e a “porta de entrada” para a fruição dos recursos do mundo rural e uma alavanca para A promoção do desenvolvimento e a manutenção das actividades tradicionais do mundo rural, nomeadamente o artesanato. Recorda-se que o artesanato é, ainda hoje, uma actividade de capital importância para algumas unidades familiares nas freguesias de Galegos S. Martinho, Galegos Stª Maria, Lama, Oliveira, Areias S.Vicente, Gilmonde e

Carreira entre outras. Naturalmente que o Turismo no Espaço Rural é uma oportunidade para a divulgação e escoamento destes produtos, visto aproximar os visitantes das particularidades do mundo rural.

A ordenação e o desenvolvimento rural devem favorecer a diversificação das actividades económicas, estimulando a valorização dos produtos regionais e estabelecendo circuitos comerciais geridos pelos produtores, promovendo actividades ligadas ao turismo e ao lazer, sob controle das colectividades, e sem degradação do meio. Esta é a ideia geral de uma das principais conclusões retiradas do colóquio hispano-francês sobre espaços rurais, realizada em Madrid em 1983 e que o Turismo no Espaço Rural pode implementar no concelho de Barcelos.

Apesar de terem sido direccionados muitos programas para o desenvolvimento do mundo rural, a dinamização deste espaço não foi integralmente conseguida e não foram criadas outras actividades que reduzissem de forma efectiva a dependência da agricultura e/ou que permitissem a rentabilização mais eficaz da mesma. No entanto, e de forma gradual, foram surgindo no concelho unidades de turismo no Espaço Rural que têm promovido a recuperação de imóveis de grande valor arquitectónico, convertendo-os em unidades de alojamento de grande qualidade.

Esta foi, sem dúvida, a única variável de inovação introduzida na realidade do mundo rural local nos últimos 15 anos. Todavia, e apesar de ser um registo de inovação sustentado, tem ainda uma margem de progressão muito elevada.

Em termos absolutos, durante a última década do século passado, a Direcção Geral de Turismo recebeu dezenas de pedidos de licenciamento de unidades para alojamento nas diversas modalidades de turismo no espaço rural, conforme está patenteado no quadro 01. Estes mostram efectivamente a margem de progressão que este produto poderá ter em Barcelos.

Quadro 01

Numero de pedidos de Licenciamentos vs Unidades Licenciadas 1990-2003

<b>Numero de Pedidos de admissão à modalidade de TER</b>	<b>Unidades licenciadas em 26.02.2003 pela Direcção Geral de Turismo.</b>
65	16

*Fonte.: Direcção Geral Turismo*

Os números do gráfico atestam que existe uma discrepância entre o número de pedidos efectuados e o número de unidades que concluíram efectivamente o processo de licenciamento. Destes números quantifica-se ainda uma margem de progressão muito grande para este produto no concelho, ao mesmo tempo que se pode ler também a possibilidade de existir uma oferta paralela relevante. Todavia, para além destas unidades que efectuaram pedidos, o concelho encerra dentro do seu espaço um conjunto de outros imóveis que poderão enveredar pela modalidade de TER, facto que posiciona Barcelos em termos estratégicos como um dos

concelhos minhotos com mais potencial acumulado nesta modalidade de Alojamento. De referir que este potencial é extensivo aos equipamentos de alojamento complementar e particular<sup>3</sup>. Aliás o levantamento exaustivo do património edificado efectuado pela Câmara Municipal mostra estas mesmas potencialidades e faz do turismo no espaço rural uma possibilidade muito séria a potenciar no âmbito da estratégica de desenvolvimento do concelho e paralelamente de preservação do património.

O grande número de pedidos efectuado nos anos 90 pode ser explicado pela existência de “fundos e subvenções” apetecíveis para a reconversão destes imóveis em unidades de alojamento. Naturalmente que a maioria destes projectos não conseguiu esse tipo de financiamento, pelo que nem todos avançaram para o pedido de licenciamento final, quer por falta de verbas quer por não cumprirem alguns pormenores legais para a reconversão em unidade de alojamento ou então desistiram do licenciamento das unidades.

Quadro 02

**Numero de pedidos de Licenciamentos por tipos de Turismo no Espaço Rural vs. Unidades licenciadas por modalidade 1990-2003<sup>4</sup>**

<b>Modalidade de Alojamento Solicitadas</b>	<b>Numero de Solicitações</b>	<b>Unidades existentes por categoria</b>
Turismo Rural	38	8
Turismo de Habitação	20	6
Agro-turismo	4	1
Casa de Campo	3	1
Hotéis Rurais	0	0
Parques de Campismo Rurais	0	0
	<b>65<sup>5</sup></b>	<b>16</b>

Fonte.: Direcção Geral Turismo

Por modalidade registaram-se 38 pedidos de alojamento para **Turismo Rural** que, ao abrigo do artigo 5º do Dec. Lei n.º 54/2002 de 11 de Março se “designa o serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas rústicas particulares que, pela sua traça, materiais construtivos e demais características, se integrem na arquitectura típica regional.”. Apesar deste elevado número de pedidos de licenciamento apenas existem 8 unidades de turismo rural no concelho de Barcelos. Este número não reflecte a imensidão de imóveis que no concelho têm potencial para se transformarem neste tipo de alojamento, a avaliar pelo numero de pedidos e, especialmente, pelo

<sup>3</sup> Ver proposta de regulamento efectuada pelos Serviços de Turismo de Barcelos, segundo o modelo disponibilizado pela Associação de Nacional de Municípios.( Recomenda-se a avaliação do mesmo por parte de técnicos da área do urbanismo). Este regulamento para além de abrir uma nova ordem de legalização para algumas unidades apresenta-se como uma medida estratégica para licenciar o alojamento paralelo que existe na própria cidade.

<sup>4</sup> Acrescentar a este número a Casa de Assade que, embora em espaço rural, optou pela classificação de Moradia Turística.

levantamento do património edificado efectuada pela Câmara Municipal que mostra uma realidade com mais possibilidades que as actualmente existentes ao nível desta modalidade.

Para a modalidade de **Turismo de Habitação** registaram-se 20 pedidos de licenciamento. De acordo com o ponto 1 do artigo 4º do Dec. Lei n.º 54/2002 de 11 de Março “*designa-se por turismo de habitação o serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas antigas particulares que, pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico, sejam representativas de uma determinada época, nomeadamente solares e casas apalaçadas* “. Em termos efectivos existem em Barcelos inúmeras casas com características para se cabimentarem nesta modalidade de turismo. Estas são os melhores testemunhos da vivência histórica e cultural de Barcelos ao longo dos tempos. Este património é um recurso que urge aproveitar como alavanca de desenvolvimento do mundo rural e do turismo concelhio. Existem seis unidades de alojamento afectas a este tipo de alojamento no concelho, o que é manifestamente pouco quando comparado com o potencial instalado.

Estas duas modalidades foram as que resgataram mais pedidos de adesão e, naturalmente, são as que têm mais expressão no concelho de Barcelos. Todavia o agroturismo, designado como sendo “*o serviço de hospedagem de natureza familiar prestado em casas particulares, integradas em explorações agrícolas, que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da actividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos.....*”, conforme o plasmado no ponto 1 do art.º 6 do Dec. Lei n.º 54/2002 de 11 de Março, registou também 4 pedidos de licenciamento. Existe apenas uma unidade licenciada neste tipo de alojamento.

Mais uma vez se regista uma disfunção entre as unidades instaladas e o potencial real do concelho para este tipo de Turismo no Espaço Rural. Aliás, Barcelos tem grandes possibilidades para esta modalidade de alojamento uma vez que existem inúmeras “casas de lavoura” que encerram em si o espírito desta modalidade de TER. Paralelamente existem muitas explorações agrícolas relacionadas com a vinha que têm potencial para esta modalidade de alojamento e inerentemente para o desenvolvimento e incremento do enoturismo.

Por último registaram-se 3 solicitações de inscrição na modalidade de Casas de campo designadas como “*...casas particulares situadas em zonas rurais que prestem um serviço de hospedagem, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores*”, conforme o ponto 1 do artigo 8º do Dec. Lei n.º 54/2002, de 11 Março de 2002. Em termos de oferta turística apenas existe uma unidade licenciada neste tipo de alojamento. Este tipo de modalidade ainda não se encontra muito divulgado no contexto turístico minhoto, apesar de ser um produto com grande capacidade de progressão comercial, a avaliar pelas tendências da procura turística e em especial do mercado nacional.

Regista-se também aqui um potencial interessante no concelho nesta modalidade. No que toca às restantes modalidades de Turismo no Espaço Rural, a citar: Hotéis Rurais e Parque de Campismo Rurais, não se registou qualquer tipo de solicitações para o efeito no período de 1990 a 2003. Note-se que existem imóveis no concelho com características privilegiadas para a reconversão em hotel



rural. O mesmo se poderá dizer dos parques de campismo rurais, uma vez que existem locais com potencial para a sua implantação, nomeadamente em inúmeras freguesias nas margens do Cávado e Rio Neiva, no Monte da Franqueira e no Monte do Facho entre outros.

### Quadro 03

Capacidade declarada nos pedidos vs. capacidade real.  
(Números aproximados)

Capacidade de quartos de acordo com os pedidos registados	Capacidade em camas decorrente dos pedidos efectuados.	Quartos Legalizados	Capacidade em camas instaladas.
<b>156</b>	<b>305</b>	<b>89</b>	<b>164</b>

*Fonte.: Direcção Geral Turismo*

O quadro 3 mostra a capacidade de alojamento existente actualmente no concelho em unidades de alojamento de turismo rural. Este número fica consideravelmente abaixo dos números declarados nos inúmeros pedidos de licenciamento efectuados entre 1990 e 2003. Todavia fica a noção de que o concelho poderia ter um considerável produto de TER e um posicionamento muito mais forte neste segmento de mercado.

Este posicionamento é importante, uma vez que é consensual que a procura turística actual busca um contacto mais estreito com a natureza e o património cultural, assim como a diversidade e tipicidade das “coisas” que o espaço rural oferece. Aliás o Turismo no Espaço Rural assume uma importância vital na selecção e identificação de novas áreas de interesse turístico.

Para além destes números relacionados com as modalidades descritas no Dec. Lei 54/2002 de 11 de Março, existem no Espaço Rural no concelho de Barcelos, 4 Apartamentos Turísticos de 2ª estrelas; duas Moradias de 2ª Categoria: A Moradia Turística da Escola e a Moradia da Casa do Panque. O conjunto destes empreendimentos fazem parte do Completo da Casa de Assade na Freguesia de Grimancelos com uma capacidade global de 34 camas. Este tipo de alojamento, regulamentado pelo Dec. Lei 55/2002 de 11 de Março, ou seja os Meios Complementares de alojamento, encontram também no espaço rural oportunidades ao nível do património edificado que urge potenciar e para o qual deve ser aplicada a mesma filosofia de actuação estratégica a imprimir no TER.

Urge a necessidade de introduzir um conceito mais alargado para a definição de Turismo no Espaço Rural neste concelho, libertando-o da exiguidade da função de alojamento, e levando-a a posicionar-se como um verdadeiro “*package de Turismo Rural*”, onde se incluam a oferta de serviços socio-culturais e desportivos (Turismo equestre; Enoturismo; Rotas Pedestres; Cicloturismo; Praias Fluviais, etc.), em respeito pelo ambiente e aproveitando os locais acima citados. Essencial também a promoção da valorização dos produtos e artes tradicionais, operacionalizando estes packages com as propostas de roteiros turísticos e postos de venda do artesanato local. Aqui importa também fazer uma referência ao facto de o turismo poder ser um complemento interessante para a agricultura, não só de exploração manual, mas também para a agricultura mecanizada em dois aspectos.: potenciar o plurirendimento e abrir possibilidades de escoamento de excedentes, nomeadamente em produtos como o Vinho. Deverá também dinamizar-se e potenciar-se o aparecimento de Pólos Turísticos rurais que ofereçam animação cultural e desportiva, papel que pode ser assegurado pelas inúmeras associações deste género existentes no concelho. Em resumo potenciar a concertação dos agentes do mundo rural em prol de um objectivo comum – o desenvolvimento do mundo rural.

A criação de rotas temáticas, eventos etnográficos e gastronómicos, o turismo de saúde, a dinamização das praias fluviais e a integração do ambiente nos produtos do turismo rural é fundamental para esta dinamização. A concretização destes itens permitiria uma distribuição da oferta turística de forma mais equitativa e facilitaria a comunicação entre a população local e os turistas. Importa também potenciar o aparecimento de pólos de atracção turística no mundo rural sejam eles equipamentos de animação e/ou infra-estrutura de alojamento.

As exigências acrescidas da “clientela do mundo rural”, e a necessidade que esta mostra em fruir este espaço, exige por parte do Turismo no Espaço Rural, uma função que extravase o “alojamento”, para se tornar num agente de interpretação e valorização do mundo rural daí o papel da agricultura poder usufruir mais dos benefícios deste sector.

É fundamental que se criem canais de acesso aos mercados de produtos regionais, de forma que os visitantes possam fruir de forma total o mundo rural e as suas potencialidades, e des promovendo a dinamização de locais onde o turismo pode ser o único actor de desenvolvimento e de fixação da população através da valorização dos produtos e artes tradicionais.

Em Barcelos existem neste momento **16 unidades de Turismo no Espaço Rural**<sup>6</sup> a funcionar legalmente. Este número só ultrapassado pelos concelhos de Ponte de Lima, Viana do Castelo e Vieira do Minho, abre a possibilidade de se criar uma estrutura de promoção e gestão capaz de gerir esta oferta .

---

<sup>6</sup> Ver lista no anexo 3..

Para concretização destes objectivos, aconselha-se a formação de uma Associação de Turismo Rural, composta pelos agentes do concelho que teriam a seu cargo a promoção e gestão de uma central de reservas para venda de “*packages de turismo rural*”, e não somente alojamento como o que se faz hoje em dia. Para tal, urge a concertação dos agentes do ramo para a dinamização do meio, assim como para a criação de condições de acesso aos restantes produtos do mundo rural como o artesanato, a gastronomia, o ambiente, etc., confirmando o princípio de que a promoção do turismo rural deverá assentar e ser dirigida, basicamente, para as actividades específicas do meio rural, nomeadamente, a paisagem, a agricultura, o artesanato, a cultura, a história e a riqueza da sua fauna e flora.

Urge a criação de incentivos camarários, para que os proprietários das inúmeras casas rústicas, solarengas e apalaçadas existentes no concelho, com capacidade para o efeito, sejam motivados para a reconversão das mesmas em unidades de alojamento. Para tal propõe-se que as unidades inventariadas ao nível do património edificado<sup>7</sup> com potencial a este nível sejam classificadas ao abrigo das figuras de classificação presentes neste documento ou com outras definidas ao nível do urbanismo e património, mesmo quando as mesmas se encontrem em áreas de REN e RAN. Este incentivo é estruturante no sentido de potenciar o turismo como alavanca de desenvolvimento do concelho e como factor de inovação e complementariedade entre a agricultura, os produtos, as artes tradicionais e a

natureza, na assunção que o turismo pode servir de factor de desenvolvimento estratégico no espaço rural. Para o efeito propomos como factor motivacional para esta situação a isenção de pagamento de taxas de licenciamento para os proprietários que desejem converter as unidades de património edificado ou espaços do mundo rural em unidades de TER ao abrigo das figuras plasmadas no ponto 3 do artigo 2º do Dec. Lei 54/2002 de 11 de Março, em Empreendimentos turísticos, ao abrigo das figuras plasmadas na alíneas a) a d) do ponto 2 do artigo 1º do Dec. Lei 55/2002 de 11 de Março, ou ao abrigo do Regulamento Municipal do Alojamento particular ( **ver proposta de regulamento que segue anexa (anexo 1) a este documento** ).

Este conjunto de incentivos para além de funcionarem como factor de motivação estruturante para o desenvolvimento do turismo local, com enfoque para o mundo rural, cabimentando-se perfeitamente nas recomendações emanadas da **Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2003 de 01 de Agosto, é**, acima de tudo, um sinal para que os locais percepcionem as vantagens que esta reconversão implementa em termos de preservação do património arquitectónico e das mais valias económicas que potenciam para o meio onde estão inseridas, podendo ser uma alavanca de promoção e valorização do mundo rural. Por outro lado, em termos efectivos torna o concelho de Barcelos mais atractivo para o investimento de potenciais interessados no sector, o que em termos práticos trás para o concelho vantagens comparativas e competitivas na disputa de investimentos neste âmbito. Naturalmente que o plasmado, anteriormente, só é exequível se definido dentro de um

---

<sup>7</sup> Ver inventario do património edificado.

quadro de turismo sustentável e no pleno respeito pela Guia do Turismo Sustentável publicado pela Organização Mundial de Turismo em 1998.

#### *4.2. Turismo Ambiental / Ecoturismo / Recursos Fluviais*

O concelho é rico ao nível paisagístico, rural e ambiental, resultante dos elementos paisagem, rios, montes e serras. Este elementos, nos últimos anos, têm aumentado o seu nível de importância, devido à prioridade pela práticas de actividades lúdicas ao ar livre que aparecem como alternativa séria à pratica de desportos tradicionais.

Este facto tem implementado a valorização desta tipologia de recurso. Os espaços com estas características surgem cada vez mais , no contexto internacional e

nacional, como locais turísticos em que a existência de valores naturais e culturais constituem atributos indissociáveis do turismo ambiental.

O concelho de Barcelos é um espaço de elevado potencial ao nível do turismo ambiental de toda a região do Minho, uma vez que, para além dos concelhos que integram o Parque Nacional Penêda Geres à área geográfica onde se desenvolve o concelho de Barcelos, é seguramente uma das mais ricas da região a Norte do rio Ave.

- Este potencial decorre da existência de inúmeras áreas florestais, espaços ribeirinhos, de grande valor natural e faunístico, e ainda áreas com potencial acima da média como o Monte da Franqueira, o Monte do Facho, o Monte Airó e outros. Estas áreas aparecem como locais privilegiados, como novos espaços turísticos, em resposta ao surgimento de novos tipos de procura, propondo a prática de actividades ligadas ao recreio, ao lazer e ao contacto com a natureza e às culturas locais, cujo o equilíbrio, traduzido nas suas paisagens, conferem e transmitem um sentido e a noção de “único” e de “ identidade de espaço” que vão rareando um pouco por todo o nosso território. Considerando que por todo o concelho ocorrem valores do nosso património natural que identificam locais e paisagens ímpares e que, adequadamente utilizados, permitem atenuar eventuais assimetrias , criar emprego e promover o desenvolvimento local em prol das comunidade locais. A globalidade destes princípios encontram-se plasmados no Decreto Lei n.º 47/99 de 16 de Fevereiro alterado pelo Decreto Lei 56/2002 de 11 de Março de 2002, que tem o seu âmbito restrito à rede nacional de áreas protegidas, mas que encontra no concelho de Barcelos margem de aplicabilidade uma vez que existem áreas com valia ambiental e natural muito idênticas a algumas das áreas protegidas às quais se aplicam os princípios constantes no referido decreto.

Todavia, estes recursos de atracção, apesar de existirem, não se encontram devidamente organizados de forma a potenciar a sua conversão em recursos de fixação efectivos do produto turístico local. Aliás muitos destes espaços possuem

elementos patrimoniais de grande valor que poderiam ser inseridos num contexto de fruição ambiental, interpretativo e patrimonial. A fruição destes espaços de grande valor ambiental potenciaria, paralelamente, o aparecimento de um produto de turismo ambiental e de ecoturismo de grande valor no concelho de Barcelos, posicionando-o num segmento de mercado de grande progressão, conforme atestam os estudos das tendências da procura turística publicados pelas organizações mundiais de turismo. Para tal urge o aproveitamento do trabalho que algumas associações locais desenvolveram neste sector, nomeadamente no que concerne ao pedestrianismo, BTT, passeios todo o terreno e desportos náuticos.

Em termos ambientais, é impossível existir uma actividade turística regular sem um ambiente atractivo e preservado que confira a qualidade ambiental ao concelho. Sem a relevância cultural do património construído e das manifestações de raiz humana não será possível criar uma imagem que nos diferencie e nos posicione favoravelmente nesta busca do autêntico que hoje se verifica por parte daqueles que estão saturados do vulgar e repetitivo .

É fundamental o papel do planeamento na construção do mundo moderno, quer promovendo a protecção e a adaptação das paisagens existentes quer criando novas que não desvirtuem o ambiente e a tipicidade das existentes. Mas sempre e onde o equilíbrio das forças naturais, com os fins propostos pela actividade humana sejam efectivos..

Aliás, a defesa dos valores paisagísticos e a harmonia entre o homem e a natureza são aspectos fundamentais para o crescimento e desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, para a valorização da actividade turística, uma vez que ninguém vende espaços ambientalmente degradados.

De notar que este equilíbrio ambiental não pode ser interpretado somente ao nível do mundo rural, mas também em termos de espaço urbano, por forma a acabar com a falta de planeamento a que é votado o lazer das populações urbanas e a estabilidade biofísica e paisagística da cidade. Os espaços verdes têm um papel importante na melhoria da qualidade de vida, servindo de relaxe psíquico às populações urbanas.

A Câmara Municipal, enquanto entidade gestora do PDM, tem a faculdade da restrição de uso, proposta e controle de áreas que devam ser alvo de valorização, preservação e adaptação para a criação de infra-estruturas de fruição nas zonas onde não se afecte o seu equilíbrio fundamental .

Esta realidade, já em curso com a criação dos “Corredores Verdes”, visa a interligação destas áreas de grande interesse ambiental e patrimonial de forma a dar uma visão global do potencial do concelho a este nível, promovendo a interpretação destes. A delimitação destas áreas permitirá, naturalmente, equacionar uma série de actividades que potenciarão a fruição dos recursos existentes nestes espaços, quer a nível ambiental quer a nível patrimonial, através da interligação itinerária e interpretativa do património ambiental , arqueológico e cultural. Efectivamente, só conferindo ao património um valor reconhecido por toda a sociedade, a sua conservação será efectiva e o turismo,

como actividade reflectora das tendências da sociedade, poderá, realmente, ser um agente de pressão para a conservação. Os roteiros poderão ser um dialecto interessante no diálogo do triângulo constituído por “Ambiente, Turismo e Motivações”.

Os roteiros são uma forma simples e operacional de integrar vários elementos patrimoniais e ambientais de um concelho ou região, apresentando-os no seu contexto e cruzando-os sob o ponto de vista promocional e operacional com todos os outros recursos que temos para oferecer, numa composição integrada e funcional, onde os elementos patrimoniais ambientais e culturais sejam pretexto para conhecer toda a região. E a constituição de pequenos núcleos interpretativos do património existente nestas áreas de grande valor ambiental, pode ser uma alavanca importante no desenvolvimento turístico e para a aproximação dos residentes à sua história e património cultural e ambiental.

Particularizando destacam-se as seguintes áreas do concelho com potencial para a prática do turismo ambiental e ecoturismo:

#### *4.2.1. O Monte da Franqueira - Espaço Âncora para o Turismo Local*

Espraia-se pelas Freguesias de Carvalho e Pereira, e estende-se até Faria, Milhazes, Vilar de Figos, e Goios. O acesso é feito a partir da Estrada Nacional n.º 205 (Barcelos - Póvoa de Varzim) e posteriormente pela estrada Municipal n.º 1111 pela freguesia de Carvalho. É possível também aceder a este local pela freguesia de Pereira, através da mesma estrada Municipal e/ou através da Estrada Nacional n.º 306 (Barcelos-Fontainhas) ou ainda pelas freguesias de Faria e Milhazes pela estrada que liga ao Castelo de Faria. Trata-se de uma área muito aprazível, em termos ambientais, e um magnífico miradouro sobre a orla costeira marítima de Esposende até Póvoa de Varzim. Deste local é visível todo o curso final do rio Cávado, podendo ainda desfrutar-se de uma vista fantástica da cidade e arredores de Barcelos. Além disso proporciona ainda uma panorâmica sobre o Monte do Sameiro e do Bom Jesus em Braga e as serranias do Gêres a Este .

Este espaço rico em património ambiental, cultural, arqueológico, religioso e etnográfico, é considerado , um dos espaços com mais vocação estratégica para fruição turística, patrimonial e ambiental de todo o concelho. De entre este património destaca-se o Convento do Calvário do Bom Jesus da Franqueira, a Fonte da Vida; Castro e Castelo de Faria; Moínho de Vento, Via Sacra, Escadório e Ermida de Nossa Senhora da Franqueira. No Monte da Franqueira, pode observar-se ainda uma invulgar sequência de ocupações humanas, desde o calcolítico até à época medieval, de que se destaca um castro romanizado e as ruínas do Castelo de Faria.

A este monte anda também associada uma grande fé religiosa que atrai a este local milhares de pessoas, anualmente, em peregrinação e romagem.

Em termos de equipamentos turísticos destacam-se o restaurante solar da Franqueira que outrora foi pousada, o restaurante Franqueira, a adega Regional da Franqueira, a Casa de Turismo no Espaço Rural – Quinta Convento da Franqueira(organiza visitas guiadas às vinhas com provas de vinho – Enoturismo) e um enorme parque de merendas que circunda a quota abaixo do parque que rodeia a ermida.

Realiza-se aqui, anualmente, a Peregrinação à Senhora da Franqueira cuja romagem / procissão tem início em Barcelos e final na Ermida no cimo do Monte, e ainda inúmeras festividades de cariz religioso.

Local de calma e tranquilidade, e de grande recolhimento de natureza religiosa; com vista panorâmica e muito procurado para a realização de convívios de Fim – de – Semana, forma de libertação do stress por parte de muitos barcelenses e pessoas que visitam Barcelos, que se imiscuem no seio da densa vegetação e percorrem todo o monte e os seus acervos patrimoniais na fruição dos seus tempos livres.

Com todo este potencial em crescimento, acrescido das motivações turísticas e da necessidade de ocupação dos tempos livres essencialmente vocacionadas para a natureza e contacto com esta, assim como pelo seu património, catapultam-se este local para o topo das preferências. Neste enquadramento urge a ordenação das actividades realizadas neste espaço geográfico e o condicionamento de certos usos do território para a interpretação e fruição turística, uma vez que este espaço, e outros idênticos existentes no concelho, tem potencial efectivo para a :

- Elaboração de um Corredor de interpretação do património cultural e arqueológico existente;
- Elaboração de Percursos pedestres e actividades de interpretação da natureza;
- Definição de Percursos BTT e todo terreno;
- Potenciação do Ecoturismo.;
- Criar áreas de lazer,
- Promoção de actividades diversas de Animação Turística Ambiental, equiparadas às definidas pelo Decreto Lei n.º 18/99 de 27 de Agosto para as Áreas Protegidas na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98 de 25 de Agosto e Decreto Lei n.º 47/99 de 16 de Fevereiro alterado pelo Decreto Lei 56/2002 de 11 de Março de 2002.
- Promoção do Pedestrianismo;
- Promoção do Paisagismo;
  
- Potenciação da Caça Sustentada das espécies elegíveis neste enquadramento.

- Promoção da prática do Enoturismo, uma vez que as áreas no sopé do Monte são essencialmente ocupadas por vinhas e vinhedos.( Dinamização da Área de Vocação e Aptidão turística da Quinta da Franqueira)

Esta área tem potencialidades naturais para ser efectivamente o espaço de lazer privilegiado do concelho de Barcelos e, o “pulmão” da cidade, dada a proximidade ao núcleo urbano central. Para tal impõe-se a definição e o planeamento estratégico das actividades e utilizações prioritárias relacionadas essencialmente com o turismo, património e animação ambiental. Todavia para a concretização destes pressupostos é necessário eliminar alguns condicionalismo existentes à fruição turística do Monte, tais como:

- Acessibilidades;
- Degradação do património Cultural e arqueológico existente;
- Proliferação de construções no monte ;
- Perda da qualidade ambiental(especialmente junto às vias de acesso);
- Inexistência de qualquer tipo de Infra-estrutura de apoio turístico;
- Degradação do meio ambiente;
- Controle das actividades avulsas praticadas no Monte.
- Inexistência de sinalização turística;
- Falta de vocação turística das populações locais.

O planeamento e ordenamento do Monte do Franqueira, em termos turísticos e cumulativamente com outras classificações e restrições colocadas sobre este espaço, passa indubitavelmente pela elaboração de um Plano de Salvaguarda, agrupando de forma sustentada as vertentes : *ambiente, património e turismo*. Para o efeito propõe-se a classificação do mesmo como **Área de Protecção Turística, ao abrigo das constantes na Resolução do Conselho de Ministros 97/2003 de 01.08, de forma a salvaguardar os recursos existentes, sua organização, valorização e gestão**. Deverá proteger-se estes espaços de utilizações diferentes

das enquadráveis dentro de uma política de sustentabilidade e dos usos previstos para as Área de Protecção Turística.

#### 4.2.2. Monte do Facho, Oliveira e S.Lourenço

Abrange as freguesias de Oliveira, Roriz e Alheira que se situam na ligação de Barcelos para Prado, via Estrada Nacional 205, ou então na ligação interior que liga Barcelos a Roriz pela Nac. 206. Do cimo deste local, que dista da cidade pouco mais de 8 Km, é possível ter uma vista fabulosa da cidade de Braga, Barcelos e Vila Verde, assim como do trajecto do Rio Cávado a montante de Braga a caminho do Atlântico. É seguramente um dos miradouros mais privilegiados do Minho e situa-se em frente ao Bom Jesus de Braga , o qual é perfeitamente visível da vertente sul deste local bem como as serranias do Gerês. Tem também o vale do Cávado a seus pés a sul, e a imensidão do minifúndio



e vale do Neiva a Norte, possibilitando apreciar as duas vertentes do Minho, mais humanizado e industrializado a Sul e mais rural e natural a norte, onde o vale verdejante de Tamel é um éden indescritível na transição das terras de Barcelos para o vale do Lima. Propicia ainda a vista sobre outros locais de interesse. Teotónio da Fonseca na sua obra sobre Barcelos, afirma que "...sítio alto e desafogado , de onde se avista ao nascente a capela do Bom Despacho, Cervães, em pleno concelho de Vila Verde, o vale do Cávado e a cidade de Braga", atestando o interesse que este Monte sempre despertou junto dos curiosos e amantes da natureza e património.

Em termos ambientais, este representa uma das mais significativas manchas florestais do concelho, onde ainda é possível apreciar algumas espécies da flora como o Carvalho(querqus) e outras árvores de folha caduca. Mas a grande maioria do arvoredo é constituída por pinheiros e eucaliptos à imagem do que vai sucedendo por toda a região norte. Giestas, fetos, sobreiro bravo, choupos, sabugeiros, mato real e outras espécies asseguram ainda um ecossistema natural equilibrado para além de constitui, um refugio para imensas espécies faunísticas .

Este monte constitui um património cultural, arqueológico e religioso bastante interessante apesar de pouco visível.. A destacar a Capela de S.Lourenço ,o Monumento com Forno de Galegos e Vestígios da citânia Roriz/Oliveira. A origem da

população de Barcelos pode ter muito a ver com este monte rico em Barro e água, conforme o defendem alguns autores. Isso mesmo nos diz José Augusto Vieira " Neste Monte, mistério de terra e granito, ainda por explorar, encontram-se evidentiíssimos vestígios de uma população, celta ou romana, quem o sabe, talvez uma outra coisa como na citânia de Briteiros...Daqui vieram as famílias que fundaram Barcelos..".

Este espaço inserido na Serra de Oliveira, e na continuidade da Serra de Roriz e Serra de S. Lourenço, é uma mancha florestal interessante que abre grandes possibilidades turísticas, nomeadamente no que concerne à:

- Interpretação do Património Cultural existente;
- Percursos pedestres e actividades de interpretação da natureza;
- Percursos BTT e todo terreno;
- Ecoturismo;
- Criação de áreas de lazer;
- Promoção de actividades diversas de Animação Turística Ambiental, equiparadas às definidas pelo Decreto Lei n.º 18/99 de 27 de Agosto para as Áreas Protegidas na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98 de 25 de Agosto e Decreto Lei n.º 47/99 de 16 de Fevereiro alterado pelo Decreto Lei 56/2002 de 11 de Março de 2002.
- Paisagismo;
- Caça .

Apesar destes recursos, e da constatação óbvia da valia turístico - ambiental do espaço geográfico em causa, existem condicionalismos muito fortes à fruição turística neste local, tais como:

- Acessibilidades (apesar da sinalização ser suficiente);
- Estado de conservação do património arqueológico;
- Falta de conservação do parque de lazer (junto da Capela);
- Inexistência de qualquer tipo de Infra-estrutura de apoio turístico;
- Degradação do meio ambiente;
- Controle das actividades avulsas praticadas no Monte, especialmente de actividades de turismo radical como o Todo o Terreno e BTT.

Desta forma, e em termos estratégicos, surge a necessidade de associar o turismo ao ambiente criando infra-estruturas que permitam a fruição desta área, protegendo-as do livre arbítrio daqueles que usam este espaço sem ter em conta as suas especificidades e a capacidade de carga dos seus recursos.

O planeamento e ordenamento do Monte do Facho em termos turísticos, para além da adopção dos Corredores Verdes e Patrimoniais, terá também que contemplar a elaboração de um Plano de Salvaguarda do Monte do Facho de forma a agrupar de forma sustentada as vertentes: ambiente, património e turismo. Para o efeito ter-se-ia de classificar o Monte do Facho como **Área de Protecção Turística, ao abrigo das constantes na Resolução do Conselho de Ministros 97/2003 de 01.08, de forma a salvaguardar os recursos existentes, sua organização, valorização e gestão**. Conforme o plasmado para o Monte da Franqueira deve salvaguardar-se estes espaços de utilizações diferentes das enquadráveis dentro de uma política de sustentabilidade.

A tipologia de afectação dos solos deste espaço geográfico, assim como a definição de infra-estruturas para o mesmo, deve visar:

- A Ordenação das actividades a desenvolver com a existência de uma estrutura de referência, um pouco à imagem de uma “porta de entrada” a partir da qual se poderão explorar os restantes recursos ou, pura e simplesmente, usufruir desta infra-estrutura;
- A criação de um espaço que exerça atractividade sobre os visitantes e fruidores evitando que estes se dispersem pelo monte e cometam erros ambientais;
- A Criação de corredores patrimoniais e ambientais de interpretação dos recursos existentes;
- A melhoria das condições de acessibilidade;
- O condicionamento à expansão urbana para a área de protecção do Monte e dos recursos nele existentes.

Não se pretende com esta indicação traçar cenários de utilização de “massas” do monte do Facho mas, pelo contrário, definir actividades e espaços de fruição que potenciem a melhor e mais sustentada interpretação dos seus recursos ambientais e culturais. Pretende-se assim a adopção de

princípios de sustentabilidade concretos de forma a evitar a destruição e violação da capacidade de carga ambiental, social e cultural deste espaço geográfico.

#### 4.2.3. *O Rio Cávado - O Recurso do Futuro*

O rio Cávado sempre interagiu e atraiu muito as populações, desde a época em que os romanos se fixaram junto às terras planas do litoral e da grande “Bracara Augusta”. Aliás é nesta altura que se terá começado a desenvolver o “terraço fluvial” onde hoje se instala a cidade de Barcelos.

No local onde hoje se situa a cidade, passaria uma importante via romana e sairia uma outra secundária em direcção a Ponte de Lima. Barcelos terá sido na época romana, até ao Século XVIII, um local privilegiado para cruzar o rio.

Estes factos comprovam que o “Celando”, como era conhecido outrora sempre foi um elemento preponderante da vida quotidiana da cidade de Barcelos até pelo menos meados do século XVIII. Importância esta que se foi mantendo até meados do século passado. Contudo, devido à degradação do parque habitacional da margem Norte, que se foi desertificando, aquela área perdeu a interacção com o rio em finais dos anos 80. Situação esta que se foi agravando ao longo do anos, e até hoje a cidade vive praticamente de “costas” voltadas para o rio.

Perante este cenário, pode-se afirmar que a cidade vive sem vocação ribeirinha, há pelo menos duas épocas, muito embora nos últimos anos se tenham encetado acções visando promover esta ligação com raízes histórico - culturais. Mas o desenvolvimento industrial da cidade e o crescimento da capital do distrito tem degradado a qualidade da água do rio, o que inibe a sua fruição turística .

O Rio Cávado é, indubitavelmente, o recurso turístico com mais potencial acumulado no concelho de Barcelos e do qual ainda não foram capitalizadas mais valias em termos turísticos e de lazer para as populações locais e visitantes. O Rio Cávado

divide o concelho de Barcelos sensivelmente a meio, no seu caminho para o Atlântico. Neste percurso banha as freguesias de Ucha S.Romão, Pousa, Areias S.Vicente, Areias de Vilar, Manhente, Rio Covo St<sup>a</sup> Eugénia, Tamel S. Verissimo, Barcelos, Barcelinhos, Vila Frescaíña S.Pedro, Gilmonde, Mariz , Perelhal e Fornelos criando ao longo destas espaços de grande potencial turístico. Naturalmente que a adopção da classificação de “ Corredor Verde”, ao longo do trajecto, é uma mais valia no sentido de proteger as margens deste curso de água de eventuais usos que desvirtuem o seu equilíbrio ambiental e que destruam o património aquífero e etnográfico decorrente da relação que o homem teve com o rio ao longo dos tempos.

Algumas destas freguesias possuem locais com forte potencial para se transformadas em áreas de lazer que facultem a fruição do rio. Paralelamente existem áreas características que potenciam o aproveitamento do próprio curso do rio para actividade lúdicas, desportivas e de lazer. O aproveitamento destas áreas é crucial na medida em que promove o aparecimento de locais de lazer no concelho e potência a reaproximação das populações rurais com o rio. Naturalmente que serviriam ainda de factores complementares de oferta para o produto turístico do concelho nomeadamente para o Turismo no Espaço Rural e para o implemento do turismo balnear fluvial..

Deste modo, para além da criação dos Corredores verdes, propõe-se para alguns troços do **Rio Cávado a classificação de Área de Interesse Turístico Relevante**. Esta visa indicar e delimitar áreas com potencial turístico acima da média e nas quais será possível definir utilizações de natureza estratégica ao nível do Turismo e da Animação desportiva e ambiental.

Quadro 04

## Espaço de Interesse junto ao Rio Cávado

<b>Local</b>	<b>Classificação</b>	<b>Caracterização Breve</b>
Ucha S. Romão – Lug. Quintão	<b>AITR(C.2)</b>	Área Florestal junto ao rio com características para definição de área verde de lazer e praia fluvial.
Areias. S. Vicente – Lug. Penide	<b>AITR(C.2)</b>	Área junto à Barragem com potencial para a criação de uma infra-estrutura balnear e de lazer. Este local oferece condições excepcionais para a edificação de um <b>parque de campismo</b> .
Areias de Vilar – Agras do Rio	<b>AITR(C.2)</b>	Área junto a uma represa do rio e a uma estrutura molinológica com potencial para estruturar uma área de lazer e centro de interpretação
Tamel S. Veríssimo(Lugar de Pontes a Lugar de Barreiras)	<b>AITR(C.2)</b>	Área de potencial paisagístico e de vocação balnear. Ilha do tostão.
Rio Covo St <sup>a</sup> Eugénia (Lugar do Monte das Azenhas)	<b>AITR(C.2)</b>	Área de grande potencial paisagístico com apetência para se tornar numa área de fruição ambiental.
Manhente – Margem do Cávado do Lugar da Igreja a Lugar do Barco	<b>AITR(C.2)</b>	Área de grande potencial paisagístico com apetência para se tornar numa área de fruição ambiental. <b>Nomeadamente para praia fluvial, campo de golfe e actividades de animação fluvial</b> . É um dos troços do rio com mais

		potencial no concelho de Barcelos.
Areal de Barcelinhos	<b>AAVT</b>	Área de grande potencial turístico para actividades desportivas e área de praia fluvial. A área adjacente a este local oferece condições excepcionais para a instalação de um <b>parque de campismo</b> .
Margem do Rio em Barcelos	<b>AAVT</b>	Toda a margem do rio em Barcelos tem um potencial enorme em termos de fruição turística, ambiental e patrimonial, capaz de redimensionar a imagem turística da cidade e criar uma nova centralidade turística. ( Parte deste percurso tem fontes de água com qualidades sulfurosas). <b>Parte da margem tem ainda potencial acima da média para a instalação de similares de hotelaria(esplanadas especialmente). Possui condições para a instalação de um Parque de Campismo.</b>
Perelhal / Mariz	<b>AITR(C.2)</b>	Área de interesse para instalação de infra-estruturas de animação desportiva e aquáticas. Zona com potencial para criar uma infra-estrutura balnear e um <b>parque de campismo</b> .
Fornelos / Gilmonde	<b>AITR(C.2)</b>	Área de interesse para instalação de infra-estruturas de animação desportiva e aquáticas. Zona com potencial para criar uma infra-estrutura balnear..

Naturalmente que o planeamento e zonamento destes locais para fins lúdicos obedece a uma série de requisitos estruturais, nomeadamente no respeitante à qualidade ambiental destes locais, a acessibilidade e à qualidade das águas do rio estes terão que ser previstos em eventuais acções de valorização de forma a potenciar a visibilidade e fruição dos mesmos.

Apesar deste potencial latente, inerente a um recurso de atracção o rio Cávado foram detectados condicionalismos muito fortes ao aproveitamento turístico do rio e que se prendem fundamentalmente com os seguintes factores estruturais:

- Qualidade das águas do Rio;
- Acessibilidade às margens;
- Estado selvagem das margens, especialmente provocado pelo excesso de vegetação, ocultando as potencialidades a elas inerentes;

- Inexistência de infra-estruturas mínimas de apoio à fruição balnear, desportiva e lúdica do rio;
- Falta de sinalização;
- Falta de vocação e rotina ribeirinha da população;
- Inexistência de actividades económicas relacionadas com a água e o rio;
- Inexistência de condições mínimas de aproveitamento das qualidades de navegabilidade do rio e das potencialidades do mesmo ao nível do desporto balnear e espaços lúdicos;
- Degradação do património molinológico e aquífero.

Apesar da existência destes condicionalismos, é imperioso ter uma consciência efectiva para que se possam definir cenários efectivos de valorização deste recurso, uma vez que são cenários a considerar na definição de uma estratégia global do concelho para o aproveitamento dos recursos aquíferos. O Rio Cávado assume-se, no contexto destas freguesias, como um factor de grande potencial turístico que urge aproveitar através da valorização e da limpeza das suas margens, melhoria das acessibilidades ao rio e adaptação de alguns destes troços para parques de lazer, especialmente aqueles que já possuem acessibilidades aceitáveis. Alguns troços possuem características óptimas para a definição de parques de campismo rurais. Naturalmente que estas acções só terão significado dentro de uma política estratégica e global para o património natural do concelho de forma a interligar as potencialidades ribeirinhas com o ambiente mais montanhoso de algumas áreas como é o caso do Monte do Facho, Monte da Franqueira, Monte de Airó e outros.

A valorização destas duas vertentes de atracção do património natural confere ao produto turístico local argumentos de grande valia para a afectação de públicos diversos do Turismo Ambiental e Ecoturismo e para satisfazer as necessidades de evasão e lazer dos públicos urbanos desta região. Barcelos, pelas suas características de localização e pelos recursos que possui, pode efectivamente

posicionar-se, em termos regionais, como um espaço de lazer de eleição. Em suma, basta para o efeito que se potenciem, preservem e dinamizem os recursos naturais e aquíferos existentes.

#### *4.2.4. Vale do Neiva – Um espaço que marca a identidade*

Para além do rio Cávado, o rio Neiva e a área envolvente a este curso de água, é outro espaço âncora para o desenvolvimento turístico do concelho em termos de turismo ambiental. Esta é uma área de relevante interesse turístico não só pelas características dos cursos de águas mas também pela identidade paisagística e patrimonial desta região onde se localizam recursos primários de valor inquestionável. É uma das áreas do Minho onde o conceito de endoturismo é perfeitamente aplicável, devido essencialmente a :

- Características Faunísticas da Região;
- Património paisagístico associado ;

- Património Religioso;
- Qualidade da água do Rio;
- Potencialidade para a prática balnear;
- Património Molinológico;
- Património Monumental;
- Património Etnográfico relevante;
- Potencialidades para a prática de actividades de animação turística ambiental, equiparadas às definidas pelo Decreto Lei n.º 18/99 de 27 de Agosto para as Áreas Protegidas na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98 de 25 de Agosto e Decreto Lei n.º 47/99 de 16 de Fevereiro.
- Potencialidades para a prática de animação radical;
- Possibilidade para a prática de caça e pesca;
- Pedestrianismo;
- Circuitos temáticos ;
- Turismo no Espaço Rural.
- Potencialidades para a instalação de um centro de estágios e/ou estrutura com características semelhantes.

O rio é o polo central desta panóplia de recursos e ao mesmo tempo o elemento de maior valor no contexto destas localidades. É também este que confere união, do ponto de vista paisagístico, a toda esta região de transição do concelho de Barcelos

para os concelhos de Ponte de Lima, Vila Verde, Viana do Castelo e Esposende. O rio Neiva é um dos cursos de água mais límpidos da região Minhota, juntamente com o Rio Âncora, Homem e Vez, sendo também possuidor de uma vasta gama de espécies faunísticas e piscícolas que lhe conferem características únicas no contexto geográfico regional. As espécies da flora ribeirinha têm também aqui uma abundância digna de registo contribuindo para a paisagem luxuriante que existe em todo este vale.

Em certos locais fruem-se momentos de pura solidão onde o silêncio é apenas cortado pelo ruído dos açudes e pelo canto das aves. Nas levadas e pequenos açudes existem trutas, barbos, bogas, enguias, escalos(e, embora raramente, lontras e patos) que permitem a pesca e a caça desportivas, como atractivos turísticos. **A beleza panorâmica do vale do Neiva é perfeitamente surpreendente, pelo que urge a tomada de posição para que a mesma se preserve, nomeadamente em termos de protecção ambiental ao abrigo das figuras de classificação existentes no ordenamento jurídico português para o efeito.**

Ao longo dos tempos, as populações locais sempre souberam “viver do rio e para o rio” mantendo-o límpido e bem conservado, situação que, ainda hoje, se verifica. Com o aumento dos tempos livres e com a globalização das noções de lazer, a pressão sobre este curso de água tende a aumentar. Por isso, se adianta a necessidade de criar condições para a sua fruição deste rio e de toda a sua área envolvente por parte dos locais e visitantes. Para o efeito urge a definição de instrumentos de

planeamento que promovam a protecção desta realidade perfeitamente endémica no concelho em termos de ambiente natural. Estas acções devem promover a manutenção do “ espírito” deste vale, evitando que este se torne em mais um “não lugar”, ou seja perder os atributos que o diferenciam no contexto local e regional em termos da qualidade ambiental social, cultural e natural.

Importa promover neste vale uma promoção flexível e adequada do sector do turismo, garantindo os fluxos necessários à rentabilização dos eventuais investimentos, não pondo em causa, todavia, a rentabilidade e a preservação das riquezas naturais ou construídas em prol de um desenvolvimento sustentável neste área do concelho de Barcelos.

Um dos maiores argumentos desta sub-região turística do concelho de Barcelos, são sem dúvida, as praias fluviais. A prática de veraneio e fruição destes locais é já antiga nesta área. Contudo, pelas razões atrás plasmadas e até porque a sua procura é cada vez maior, urge a necessidade de repensar estas praias de modo a adoptar estruturas que permitam a sua fruição sem afectar a sua capacidade de carga e o equilíbrio ambiental dos ecossistemas existentes nas margens do rio. Aos mesmo tempo é imperioso que se tornem locais de lazer devidamente acreditados pelos diplomas legais e ambientais que regem este tipo de infra-estruturas.

Os Moinhos e Azenhas são os últimos vestígios de uma indústria de moagem forte que outrora existiu aqui na zona do Neiva. Estes são os últimos testemunhos de uma realidade socio-económica baseada nas antigas actividades agrícolas que se baseavam na produção de cereais , linho, azeite ou na serração de madeira. Podem, ainda, ser vistos nas freguesias banhadas pelo Neiva, vários engenhos que se movem com a força das águas, para transformar os cereais em farinha, triturar e esmagar a planta do linho ou mover engenhos que serram madeira. Por tudo isto, em nome do turismo e da autenticidade da área em questão, é necessário que os agentes locais não deixem esta tradição morrer e promovam a revitalização deste património convertendo-os em núcleos ecomuseológicos, turismo de aldeia ou conferiram qualquer outra função e/ou valor de uso que os valorize no contexto cultural, etnográfico e turístico desta região.

Para além destes “monumentos traço” de identidade próprios deste vale, urge a valorização e preservação do património paisagístico, monumental e tradicional deste espaço. Naturalmente que, em conjunto, fazem deste um espaço com características especiais e que merece uma atenção especial com vista à sua manutenção. Para o efeito os instrumentos de planeamento devem potenciar a restrição de elementos urbanísticos que desvirtuem a paisagem global, que afectem

o equilíbrio ambiental das margens do rio e/ou que ponham em causa o património molinológico e aquífero desta região. Devem também potenciar acções que visem a



valorização turística desta área e a ordenação das actividades turísticas que tendencialmente terão uma margem de progressão mais elevada e que possam pôr em risco a capacidade de carga social, cultural e ambiental de toda esta vasta região.

Para além destes recursos de identidade e natureza o vale do Neiva encerra, nas freguesias integrantes do mesmo, um vasto património monumental, religioso e etnográfico que engrandece ainda mais a realidade turística e patrimonial desta área.

Deste vasto património destaca-se naturalmente o Santuário da Senhora da Aparecida não só pela sua dimensão monumental, mas também pela simbologia religiosa que lhe anda associada e que se extrapolou por todo o país, chegando inclusivamente ao Brasil devido a fluxo de emigração. Este facto, para além de gerar fenómenos de religiosidade, gera também fluxos de turismo religioso e étnico de grande interesse para esta área e para o concelho de Barcelos em geral. Desta forma, para além dos recursos de natureza ambiental e relacionados com a vivência da população com o rio Neiva, este é seguramente o recurso que mais promove a visibilidade turística e de identidade desta área a norte do concelho. Paralelamente a este pode-se ainda citar a Ponte de Tábuas, na freguesia de Aguiar, que pela sua dimensão histórica e cultural no contexto dos caminhos medievais a Santiago de Compostela é também uma marca desta área.

Para além destes ressalta ainda a Igreja Velha de Panque, o Escadório e Capela do Calvário em Tregosa, a Igreja Matriz de Balugães, de feições medievais, a Ponte românica de Cossourado, a Ponte Seca em Durrães, a Chã de Arefe em Durrães, a Ponte Romana de Fragoso, a Capela de Santa Justa em Igreja Nova, a Ponte de Anhel e o Monte de S. Lourenço em Alheira, Capela da Senhora do Pilar em Aldreu, entre muitos outros vestígios de natureza monumental e arqueológica que se espalham pelos cumes dos Montes desta área. ( Ver carta arqueológica)

Deste modo, e atendendo ao vasto potencial instalado “ *in situ*” em todo o vale do Neiva e à necessidade de o organizar de forma a potenciar a fruição sustentada e organizada de cada tipologia de recursos, propõe-se a classificação de toda a **área**

**do Vale do Neiva** como área de **Área de Aptidão e Vocação Turística** de forma a preservar o **património paisagístico, cultural e ambiental de toda esta região potenciando o aparecimento de uma actividade turística sustentada baseada nos recursos endógenos desta região, de forma a promover o efeito multiplicador do turismo em respeito pelos valores existentes, conforme o preceituado nas recomendações do Guia do Turismo Sustentável da Organização Mundial de Turismo.**

**De referir que a importância do Turismo não se encerra nesta região à valorização do sector em si através da exploração sustentada dos recursos existentes, mas também como um complemento estratégico para a agricultura e desenvolvimento do mundo rural desta área que pode através do turismo encontrar sinergias que de outra forma dificilmente poderia capitalizar. A definição do Turismo como estratégia para esta região é, acima de tudo, uma**

**oportunidade para a agricultura e mundo rural que não pode naturalmente ficar esquecida, na medida que o turismo desde que explorado dentro de padrões efectivos de sustentabilidade apresenta-se em muitos casos como o único factor capaz de desenvolver regiões interiores ou deslocalizadas dos grande centros e eixos de movimentações demográficas e urbanas. Esta situação é particularmente importante num concelho como o de Barcelos onde os índices de desenvolvimento demográfico, rodoviário e industrial se situam junto às principais vias de comunicação, junto à cidade e nas ligações desta às principais capitais dos concelhos vizinhos. Esta realidade não se verifica na área do Vale do Neiva pelo que o Turismo é imperiosamente um sector que tem que ser entendido com estratégico para o desenvolvimento das restantes realidades económicas existentes nesta área.**

Por último, uma reflexão relativa ao facto de estas medidas estratégicas só encontrarem a devida aplicação no terreno se os concelhos vizinhos respeitarem as premissas aqui instaladas fazendo do turismo sustentado uma alavanca de desenvolvimento desta área.

#### *4.2.5. O Rio Este e a sua Veiga.*

Dentro da temática ambiente/ turismo, e na tentativa de delimitar e identificar áreas de grande valor para a potenciar a fruição turística do mundo rural, referencia-se o rio Este na parte sul do concelhos de Barcelos. O vale do Este, que abarca as freguesias de Couto de Cambeses, Viatodos e Minhotães, sofreu nas últimas décadas prejuízos ambientais elevadíssimos fruto da poluição que o curso inicial do rio sofre. A este rio está associado um contexto historico bastante curioso que infelizmente não tem grande visibilidade. O troço do Rio, entre as localidades de Cambeses e Gondifelos, já no concelho de Vila Nova de Famalição, num total de cerca de uma dezena de quilómetros, foi alvo de uma intervenção no tempo de D.Maria I . Esta visou o “ encanamento do rio” no percurso acima citado de forma a evitar os charcos e as pragas de insectos que fustigavam a veiga do rio nas freguesias de Cambeses, Nine, Viatodos, Minhotães e Gondifelos. Esta intervenção fez com que a veiga do Este se tornasse numa área muito rica ao nível da produção de milho e outras culturas que fizeram no passado crescer a economia agrícola destas freguesias. Ao mesmo tempo, para melhor gerir as águas do Este, a Rainha mandou criar um sistema de canais de rega que permitiu que a generalidade dos lavradores tivessem água no período estival, apesar da considerável redução do caudal do rio. Naturalmente que deste tempo existem testemunhos efectivos como moínhos, azenhas, sistemas de rega, estruturas de serração a água e outros que, infelizmente, se encontram numa situação de degradação total.

Por sua vez, o curso rectilíneo do Rio, já no século XX potenciou o aparecimento de pequenas praias fluviais nas freguesias acima referenciadas, ao mesmo tempo que foram criadas, no rio Este e no seu principal afluente o ribeiro de Febros áreas de pesca desportiva. Contudo, com o advento da poluição toda esta realidade se perdeu restando apenas o saudosismo da população.

Embora actualmente nas freguesias do concelho de Barcelos não existam muitos vestígios desta realidade, é nestas áreas onde se pode interpretar da melhor forma esta vivência, uma vez que as

obras de remodelação da linha férrea para Braga apagaram algumas destas marcas. Por isso propõe-se, para o troço do Rio, no lugar do Pomarinho em Couto Cambeses até ao lugar de Fontão, no lugar da Aldeia Nova

em Viatodos e na totalidade do troço do rio em Minhotães, **seja considerada como área de Interesse Turístico Relevante**, uma vez que subsistem nestes troços elementos do contexto acima referenciado, para além de ser uma zona de inegável interesse paisagístico e ambiental com potencialidade para a definição de percursos pedestres interpretativos, prática balnear e actividades desportivas. Naturalmente que a despoluição do rio incrementa ainda mais esta realidade que urge potenciar, mas que só será possível através da despoluição do rio em parceria com os dos municípios de Vila de Nova Famalicão e Braga.

O vale do Este é uma área de tradições etnográficas muito próprias, ainda hoje comprovadas pelo seu “trajar”. Por outro lado existem nestas freguesias recursos turísticos de elevado potencial, como o Escadório de Cambeses( realiza-se aqui uma das mais emblemáticas procissões de passos da arquidiocese de Braga) ; a Casa da Capela, a Casa do Carvalho e a Igreja paroquial em Viatodos( realiza-se nesta freguesia a uma das mais importantes festas populares do concelho de Barcelos - A festa da Isabelinha); O Santuário da Senhora da Saúde( realiza-se aqui uma das mais importante homenagem à Senhora da Saúde de toda a região Minhota), a Quinta de Fralães, a Campa dos Mouros, os Moinhos do Monte da Saia, no emblemático Monte da Saia em Monte Fralães; A Quinta da Torrente; o Pórtico da Igreja e a fantástica paisagem, da veiga do Este em Minhotães; a Casa de Assade e a Igreja Matriz em Grimancelos e a Casa da Lapa em Sequeade; entre muitos outros recursos monumentais, etnográficos e arqueológicos existentes nesta área que contribuem para o seu engrandecimento turístico a sul de Barcelos e inerentemente do produto turístico concelhio.

Este conjunto de potencialidades identificadas nas freguesias ribeirinhas ao Rio Este e à área adjacente não pode deixar de ser tido em conta numa estratégia global de valorização dos recursos turísticos do concelho e deve fazer parte dos eixos e corredores patrimoniais a definir.

#### *4.2.6. Pedestrianismo e Animação Ambiental - Vocação estratégica para o efeito*

Para além das potencialidades turísticas inerentes às zonas ribeirinhas mais importantes do concelho de Barcelos como é caso do Rio Cavado, Neiva e Este,

existem outras dignas de registo pela sua valia ambiental e patrimonial. Nomeadamente no Vale do Tamel, o Ribeiro dos Feitos( Património Molinológico), O Ribeiro de Mouriz ( Património Molinológico), Ribeiro das Carvalheiras, Ribeiro do Sapogal, Ribeira das Pontes, Ribeiro do Eirôgo; Ribeira do Lombão; Ribeiro do Pedrinho; Ribeiro da Aldeia, entre muitos outros que proporcionam à Paisagem cenários de rara beleza e testemunham vivências do passado corporizadas especialmente na arquitectura, nas azenhas, nos moinhos, nos sistema de rega e outros.. São, por isso, elementos a potenciar, inseridos dentro de uma política de valorização do património rural do concelho, através da criação de condições de fruição e interpretação dos seus melhores exemplares. Este facto seria uma mais valia para o reforço do turismo no espaço rural na medida em que, alguns destes espaços,

podem transformar-se em unidade deste tipo ou então servirem como vértices de elementos de animação a oferecer nos “*packages*” de turismo no espaço rural.

O mesmo se passa com os locais de valor ambiental, nomeadamente com Montes panorâmicos e áreas florestais, uma vez que, para além do Monte da Franqueira e Monte do Facho, existem outros locais com potencialidades para a prática da animação e fruição ambiental, nomeadamente para a adopção de políticas de:

- Percursos pedestres e actividades de interpretação da natureza;
- Percursos BTT e todo terreno;
- Ecoturismo;
- Animação Turística Ambiental.
- Paisagismo.
- Caça;
- Pedestrianismo.

É muito importante que se considerem estas áreas em termos de planeamento na medida que são fundamentais para a criação de um produto de turismo ambiental forte no concelho. Esta realidade pode concretizar-se com a criação uma rede concelhia de percursos pedestres que permitam a ligação destes locais e, acima de tudo, promovam o conhecimento e ligação de elementos patrimoniais que de

outra forma não podem ser fruídos e conhecidos, facto incontornável para a divulgação do património concelhio e para a preservação do mesmo, especialmente no que concerne ao vastíssimo património arqueológico existente em todo o concelho (ver carta arqueológica). Esta dificilmente terá outras utilizações turísticas que não a interpretação. Todavia, e dada a grande riqueza arqueológica do concelho, é perfeitamente viável a criação de rotas de cariz ambiental/cultural temáticas que promovam a valorização deste legado do passado e que passa incógnito em muitos locais deste concelho. Contudo, para a concretização destas, é imperiosa a melhoria das acessibilidades a muitos destes locais e a promoção da sua visibilidade itinerária através da  sinalização turística  e marcação dos percursos pedestres no terreno. Estes percursos são também vectores fundamentais para dar visibilidade ao mundo rural, nomeadamente no que toca ao paisagismo e potencialidades ambientais presentes no concelho de Barcelos. Depois de marcados serão *instrumentos* importantes de leitura da realidade patrimonial e ambiental do concelho.

Os grandes objectivos operacionais desta acções em termos de planeamento turístico seriam :

- a. Promover o pedestrianismo, como actividade desportiva não competitiva e de lazer activo;

- b. Promover e preservar os caminhos antigos, históricos e tradicionais, promovendo o meio rural, as aldeias, o património construído e natural, a fauna, a flora, a cultura e a história, dar a conhecer os locais e as populações por onde passam, valorizando-as;
- c. Incentivar a adequação da oferta local em termos patrimoniais, culturais, artesanais, gastronómicos e outros, às exigências de uma procura turística crescente mais conhecedora e exigente;
- d. Divulgar e promover turisticamente o concelho de Barcelos, apostando num tipo de turismo mais saudável e ecológico;
- e. Organizar o oferta turística ao nível da informação de apoio ao turista, nomeadamente através da edição de folhetos e implantação de painéis

informativos, onde constem os caminhos, assim como as infra-estruturas turísticas de apoio – alojamento, restaurantes e animação;

- f. Potenciar o Turismo Ambiental ;
- g. Desenvolver uma consciência ambiental na comunidade;
- h. Valorizar os acervos de património natural e arqueológico;
- i. Dar visibilidade ao património arqueológico, arquitectónico, etnográfico e cultural;
- j. Potenciar a fruição e interligação de acervos patrimoniais;
- k. Posicionar Barcelos no contexto do Turismo Ambiental e Pedestrianismo.

Por tudo isto, e fundamentalmente tendo em conta as tendências das sociedades actuais, é imperioso que se identifique o turismo como um garante do património histórico e arqueológico no futuro. Neste tipo de garantia se cabimenta o turismo de massas nem a incapacidade de gestão dos bens culturais por parte das administrações do sector do turismo nem da administração pública em geral, mas sim uma nova mentalidade onde a difusão dos valores do património e a aposta em favor de alternativas de usos turísticos sejam consideradas condições necessárias para a revalorização destes recursos e, acima de tudo, para potenciar o seu valor e apreço social.

#### Quadro 05

##### Lista dos Roteiros Pedestres

LOCAL DE PARTIDA	CHEGADA	FREGUESIAS	Distância Aprox.	Pontos de Interesse
Gilmonde	Carvalhal	Pereira Carvalhal Gilmonde	8 Km	Castelo de Faria Convento dos Frades Calçada do Calvário
Feitos	Fragoso	Aldreu	14,5 Km	Centro dos Feitos (Menir) Tanque de Santa Isabel Convento de Aldreu
Couto	Cossourado	Panque Couto Cossourado	7,6 Km	Monte S. Simão (Povoado Castrejo - Vestígios)

Minhotães	Monte Fralães	Grimancelos Minhotães Monte Fralães	5 Km	Ruínas Moinhos de Vento
Chã de Arefe (Durrães)	Durrães	Durrães	7 Km	Mamoas Necrópole Idade do Bronze Caminho Castrejo Povoado Castrejo de Picoto dos Mouros Capela de Santo António
Alheira	Panque	Alheira Panque	6,8 Km	Solar do Pinheiro Capela N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> do Rosário Igreja de Alheira Moinho
Chavão	Silveiros	Monte Fralães Chavão Silveiras	6 Km	Penedo dos Mouros Moinhos de Vento Campa dos Mouros Igreja e Quinta de Fralães
Bastuço S. João	Martim	Bustuço S. João Martim	6,5 Km	Capela de S. Silvestre Alto Monte de Airó
Macieira de Rates	Balugães	Macieira de Rates Courela Pedra Furada Goios Pereira Carvalhal Barcelinhos Barcelos Vila Boa /Abade de Neiva Lijó/ Tamel (S.Pedro Fins) Aborim Aguiar Balugães	GR11 – E9	Vasto património Monumental do concelho; paisagem e património natural

*Rotas pedestres disponibilizadas pela Associação Amigos da Montanha e que estão inseridas no Protocolo entre as duas Instituições.*

Para a concretização destes roteiros, é imperiosa a participação das populações em geral. Só a consciencialização global da sociedade pode levar a um processo integrado de conservação e mudança de mentalidade. É também importante que se definam e se organizem as actividades susceptíveis de serem realizadas nestes espaços sem que adultere o equilíbrio ambiental e social existente dentro e na envolvente destes percursos.

Este objectivo não é só direccionado para os locais acima indicados mas para a totalidade dos espaços com características próprias para a fruição ambiental. Todavia a grande abundância de zonas verdes e áreas florestais no concelho de Barcelos leva a que se defina uma estratégia

integrada para planear e gerir estes espaços dada a grande valia que os mesmos possuem como potenciais espaços de fruição turística.

Naturalmente que a prática de actividades relacionadas com animação ambiental, a interpretação ambiental e patrimonial e o pedestrianismo são possibilidades a ter em conta nestes espaços. A realização e definição de percursos para desportos, como o todo o terreno, o BTT e outros, são possibilidades que devem ser equacionados desde que não potenciem a desvirtuação do meio. A caça sustentada pode também ser um vector importante a considerar no desenvolvimento do turismo no concelho através do aproveitamento de áreas praticamente virgens, em termos de exploração turística .

Outra questão importante prende-se com a necessidade de criar **espaços de lazer** junto às estradas nacionais e inseridos dentro destas áreas verdes, de forma a inibir a poluição ambiental e a degradação do meio. Esta questão é especialmente aplicável para a estrada nacional n.º 103 que liga Barcelos a Viana do Castelo e atravessa a mancha florestal que se estende pelas freguesias de Vilar do Monte, Feitos, Vila Cova e Palme. Na época estival esta é uma área de grande tráfego, fruto da circulação do público cidadão para o litoral.

Este tipo de público, geralmente em práticas de “lazer,” busca, na maioria dos casos, espaços para confraternização nas bermas das vias de circulação em plena área

florestal, promovendo muitas vezes a degradação e poluição do meio. Desta forma e para que estas práticas sejam sustentáveis, é importante que se definam espaços próprios para o efeito com todas as infra-estruturas necessárias para inibir a degradação do meio .

No que toca a infra-estruturas de apoio à fruição ambiental e cultural do espaço do concelho de Barcelos, temos aqui que fazer uma referência particular aos Caminhos de Santiago de Compostela. Esta referência surge na sequência do facto de, Barcelos desde a Idade Média ser um lugar obrigatório de passagem para quem, dos lados do Porto, se dirigia a Compostela. Apesar de nunca ter existido, na realidade, uma rede jacobea de caminhos. Os peregrinos serviam-se da rede viária existente, medieval, e muitas vezes de origem romana para trilharem caminho até Santiago, procurando os caminhos melhores, mais curtos e seguros para o efeito. Por isso, caminhar a Santiago pelos Caminhos do Entre-Douro-e-Minho significava aproveitar uma boa parte do antigo sistema viário romano, sobretudo a velha Via XIX que ligava a Galiza a Braga, por Tui e Ponte de Lima, e outras, como a que unia

Barcelos a Ponte de Lima, pela Portela da Facha ou desde Braga, pela Ponte de Anhel e pela Ponte da Caridade (Cossourado), descia ao Lima pela Portela de Susã, atravessando a Serra d'Arga até chegar ao Rio Minho.

Ao nível do concelho os caminhos mais importantes foram :

#### **a) Caminho do Porto:**

- Rates – Courel - Pedra Furada – Pereira – Barcelinhos
- Rates – Barqueiros – Barca do Lago – Palme - Fragoso

**b) Caminho de Braga:**

- Manhente – Galegos – Roriz – Alheira (Ponte de Anhel) – Viana
- Igreja Nova - Cossourado (Ponte da Caridade) – Balugães – Viana

**c) Caminho de Ponte:**

- Barcelos – Abade de Neiva – Vila Boa – Lijó – Tamel S. Fins – Aborim – Aguiar - Ponte das Tábuas - Balugães – Ponte de Lima

**d) Caminho da Rainha Santa Isabel:**

- Barcelos – Abade de Neiva – Feitos – Monte S. Gonçalo - Fragoso

A estrutura urbana da cidade de Barcelos constitui ela própria uma confluência de caminhos, atravessando o Cávado pela Ponte Medieval ou antes, a pé, junto à Fonte de Baixo, passando pelo Largo do Apoio. Existia um abrigo de peregrinos, onde está o edifício dos Paços do Concelho. O Cruzeiro do Galo (no Museu Arqueológico), proveniente de Barcelinhos, representa o Milagre de S. Tiago inocentando um réu injustamente condenado à força.

Foi este o contexto que promoveu a definição do percurso pedestre GR11-E9, referenciado anteriormente, que de ano para ano tem aumentado a sua frequência e nível de importância na estreita relação com o desenvolvimento dos Caminhos de Santiago de Compostela em toda a Europa.

De referir que o numero de pessoas que anualmente fazem o caminho por Barcelos tem aumentado de forma significativa desde 1999, por isso urge capitalizar este fluxo no contexto da estratégia turística concelhia, nomeadamente no contexto do

mundo rural. Todavia, este aumento do numero de pedestrianista, neste percurso, implica uma nova atitude na criação de infra-estruturas de apoio aos peregrinos. Para a prossecução desta nova abordagem importa que o concelho, um dos mais importantes pontos de passagem do Caminho Português a Santiago, se posicione no contexto do projecto de definição de uma rede de Albergues do Caminho( a existência de um albergue no percursos Barcelos/Balugães, «Abade de Neiva; Vila Boa; Lijó; Tamel S. Pedro Fins; Aborim; Aguiar e/ou Ponte de Lima» seria um investimento estratégico neste âmbito), com vista ao ano próximo ano santo no final da presente década, com o intuito de cimentar e valorizar a posição de Barcelos no âmbito deste produto.

Para a melhor prossecução dos objectivos definidos neste ponto, apresentam-se algumas áreas de Interesse Turístico para a prática das actividades referenciadas e com potencial para constarem na carta turística do concelho como espaços elegíveis para fruição turística. Para a potenciação destas, em termos turísticos, deve o poder local apoiar isentar de taxas aplicáveis eventuais empreendimentos de animação que desenvolvam actividades equiparadas, e cumpram os requisitos, às definidas nos artigos 3º e 4º do artigo 3º do Decreto Lei n.º 18/99 de 27 de Agosto para as



áreas protegidas, desde que as entidades promotoras cumpram o preceituado no ponto 1 do artigo 3º do Decreto Lei n.º 204/2000 de 1 de Setembro, excepção feita às alíneas b) e h) desse mesmo artigo.

**Quadro 06**

Áreas de Interesse Ambiental e Turístico

<b>Nome</b>	<b>Freguesias</b>	<b>Caracterização Breve</b>	<b>Class.</b>
Monte de Saia	Monte Frãlaes, Grimancelos, Silveiros, Chorente, Viatodos e Chavão	Zona florestal.; Património Arqueológico. Património Molinológico. Potencial para pedestrianismo e caça.	AITR (C.2.)
Serra de Airó	Airó, Sequeade, Moure, Encourados, Adães, Bastuço S. João e Stº Estevão e Martim	Zona Florestal com potencial para o pedestrianismo e actividades de desporto de todo o terreno. Potencial para caça.	AITR (C.2.)
Área Florestal compreendida entre o Monte do Penedo do Ladrão, Monte de S.Gonçalo, Alto das Lajes; Alto de Vertamil até Chã de Arefe	Vila Cova, Feitos, Vilar do Monte, Palme, Quintiães, Tamel Stª Leocádia, Tamel S. Pedro Fins, Fragoso, Durrães, Aguiar, Aborim e Carapeços.	Zona Florestal com potencial para o pedestrianismo e actividades de desporto de todo o terreno. Património arqueológico e património molinológico. Potencialidades para a Caça.	AITR (C.2.)
Serra de Lousado, Montes de Alheira, Picoto, Pegudo, Vale de Fonte Grande, Penices, Alto das Penas Juntas	Alheira, Couto, Cossourado, Igreja Nova	Zona Florestal com potencial para a pratica de actividades de animação ambiental	AITR (C.2.)
Monte de Abelheira	Courel, Paradela e Vilar de Figos.	Zona Florestal	AITR (C.2.)
Monte de Maio	Remelhe, Rio Covo Stª Eulália, Gamil, Silveiros e Carvalhos.	Zona Florestal	AITR (C.2.)
Lagoa Negra	Barqueiros	Lago e área adjacente	AITR

Em termos turísticos o conjunto dos espaços acima referenciados é constituído por áreas sem qualquer tipo de exploração e que podem ser aproveitados integrando-se assim nos “Corredores Verdes e Patrimoniais no concelho de Barcelos”. Importa fundamentalmente “abrir” estes espaços para a fruição turística ambiental e patrimonial com respeito pelas populações locais e zelando pelo seu equilíbrio ambiental.

Ainda dentro das actividades turísticas directamente relacionadas com a ambiente, este documento não poderia deixar de referenciar as potencialidades natas do concelho, para a instalação de um campo de Golfe, facto que redimensionaria por completo a realidade da oferta turística do concelho de Barcelos, assim como potenciar uma rede, ou melhor um produto de “Golfe” nesta região a Norte do Porto, com a integração num mesmo Package dos campos de Golfe da Estela (Povoa de Varzim), Campo de Golfe de Ponte de Lima, Quinta da Barca(Esposende) e uma outra infra-estrutura deste tipo em Barcelos. Naturalmente que esta situação redimensionaria por completo a realidade turística de toda esta região e criaria “mais valor” e vantagens de natureza competitiva e comparativa para o produto turístico desta região e deste concelho em especial. Este tipo de empreendimento funciona naturalmente como uma âncora para o desenvolvimento turístico de uma dada região e/ou espaço, todavia a sua localização deve obedecer a alguns critérios nomeadamente o ficar fora dos grandes aglomerados urbanos, inseridos em meio calmo e com tranquilidade, perto e/ou inseridos junto de áreas de grande valor ambiental relativamente perto de eixos de grande circulação de forma a potenciar as acessibilidade.

Estes locais aparecem, em algumas freguesias, das quais destacamos pela suas condições de acessibilidade e ambiência de elevado valor paisagístico , muito equiparada aos seus congéneres de Esposende e Ponte de Lima:

Freguesia	Lugar	Caracterização Breve	Class.
-----------	-------	----------------------	--------

Goios	Outeiro	Área de fácil acesso, com condições ambientais apropriadas para o efeito e condições de água aconselháveis para este tipo de infra-estrutura. Património paisagístico e envolvente natural de elevado valor.	AITR (C.2)
Manhente	Igreja e Penedo	Área de dimensão interessante que cumpre grande parte dos requisitos para a instalação de um campo de golfe. Este facto é ainda reforçado pelo facto de ser uma zona ribeirinha na qual podem ser equacionadas outras infra-estruturas de lazer e de fruição fluvial.	AITR (C.2)

Estas localizações potenciam o desenvolvimento dos espaços rurais, em volta desta áreas, e promove a desconcentração das infra-estruturas turísticas para fora do perímetro urbano, facto que naturalmente abre possibilidades de desenvolvimento rural, uma vez que este tipo de infra-estrutura tem um cariz redutor e estratégico ao nível do efeito multiplicador do turismo.

#### 4.2.7. Estradas Verdes – Linhas de Leitura do Concelho

Identificados os locais patrimoniais e de valia ambiental importa, posteriormente, implementar o conceito de *Estrada Verde* (14ª Medida estratégica da Resolução do Concelho de Ministros 97/2003 de 01.08), **que tem por objectivo elaborar um mapa das estradas verdes fora dos grandes eixos rodoviários que privilegiará o património histórico, arquitectónico, natural e paisagístico inventariado no âmbito do PDM. De acordo com os trabalhos já elaborados avançamos com os seguintes itinerários como potenciais elementos deste conceito.**

#### Estrutura Itinerária

<i>Estrada(s)</i>	<i>Localidade</i>	<i>Recursos em transito.</i>
Nac. 103	Vilar do Monte – Vila Cova	Área florestal com descansos.
CM 1038; E.M. 544 –2 E.M. 544 – 3.	Palme- Mereces- Perelhal	Área Florestal, Paisagens Panorâmicas, Património Arqueológico e Rural, Paisagem. Área de grande interesse paisagístico.
E.M 544-1; E.M. 544	Perelhal –Creixomil - Vilar do Monte – Tamel Stª Leocádia.	Área Florestal e Património Rural
C.V. 2053; C.M.1056; E.N. 306; (+ cm 1055 – CV 2052) E,M. 547-2; E.M 547	Galegos (Eirogo) –Roriz - Alheira(Monte de S.Lourenço) – Igreja Nova- - Panque - Cossourado	Áreas Florestais; património diverso e áreas ribeirinhas.

Nac. 204; E.N. 308	Barcelos – Balugães - Durrães	Áreas Florestais, Património Monumental, Património Arqueológico e Paisagem.
E.M. 549;C.M 1041;CV2063; E.M 546; E.N. 305.	Aborim-Quintiães-Durraes-Tregosa- Fragoso - Aldreu e Palme-	Áreas Florestais, Paisagem, Património Molinológico e Património Monumental
E.N. 306-1; C.M. 1102; E.M 505-1; EM 504 E/ EM 553; CM 1121; EM 553; CM 1117.	Barqueiros- Cristelo-Paradela- , Vilar de Figos, Courel , Pedra Furada, Remelhe;Goios, Carvalhos, Silveiros.	Áreas Florestais, Paisagem, Património Monumental e rural.
E.,M. 555; C.M. 1111; CV 2039; E.N. 306;	Barcelos – Franqueira - Barcelos	Áreas florestais, património monumental e arqueológico. Miradouro.
E.204; EM 561; CM 1085; CM 1085 E/OU CM 1085-2; E.M 562-2.	Barcelos – Várzea – Moure – Sequeade – Bastuço S.João e Stª Estevão; Cambeses e Fonte Coberta.	Paisagem, Património Monumental e miradouro.
E.M 570; EM 505-3; EM 1050; E.N. 306; CM 1126; E.M 505.	Viatodos – Grimancelos – Chavão – Negreiros- Macieira – Gual – Chorente – Carvalhos – Remelhe – Avelos - Barcelinhos	Paisagem, Património Museológico, património monumental e arqueológico.
E.M. 541-2; C.M. 1057; E.M. 541	Lama; Oliveira; Igreja Nova ( + R3)	

*A Completar de acordo com a carta ambiental e arqueológica do concelho*

A implementação do conceito “Estrada Verde” no concelho de Barcelos, como em qualquer outro, só será possível depois de efectuada a Sinalização turística das estradas Nacionais e, especialmente, das estradas municipais, de forma a dar visibilidade aos recursos turísticos existentes em todo o concelho de Barcelos, com especial ênfase para aqueles que estão fora dos circuitos normais de circulação. Estes precisam de maior argumentos de visibilidade, para o efeito a sinalização turística apresenta-se como uma acção estratégica. Ao conferir visibilidade a estes recursos implementa-se também a pressão para a conservação e valorização dos mesmos, nomeadamente no que concerne ao património arqueológico, monumental e natural.

A sinalização turística é sem duvida um dos maiores problemas da organização do produto turístico minhoto e, um problema global do turismo nacional. Infelizmente, e apesar de existirem inúmeros recursos turísticos sejam eles primários, secundários, complementares ou integrados, a sinalização dos mesmos não existe, ou, então, é deficiente.

Se atendermos ao facto de um qualquer produto turístico se caracterizar por 3 elementos fundamentais: Recursos, Equipamentos e Acessibilidades, desde logo se depreende que este último elemento é vital para a fruição dos anteriores e só poderá ser conseguido na íntegra se existir a dita sinalização turística. Esta é fundamental para a consolidação de qualquer destino turístico, uma vez que é um elemento que transmite ao visitante uma imagem de organização e acima de tudo de oferta integrada. De outra forma de que vale promover roteiros culturais e ambientais e editar esses mesmos elementos, os quais por mais qualidade que efectivamente possuam dificilmente se

conseguirão operacionalizar no terreno dado não existirem elementos sinalizadores e orientadores dos mesmos.

A não existência desta sinalização leva a que se tenha uma imagem de descoordenação do produtos turístico que em nada beneficia o turismo nem tão pouco a valorização de elementos e recursos fundamentais do nosso produto turístico compósito. É elementar que se 2 possua a noção que “em turismo aquilo que não é conhecido não existe”. A sinalização turística é um caminho para dar visibilidade aos mais diversos locais de modo a tornarem-se fruíveis não só pelos

turistas como pela população em geral, ajudando mesmo a eliminar desconhecimentos gritantes que às vezes se deparam.

#### *4.2.8. Incentivos Directos à Promoção da Animação Ambiental Sustentada no Concelho de Barcelos*

Em adenda às propostas plasmadas nos pontos 4.2; 4.2.1; 4.2.3; 4.2.4; 4.2.5. e 4.2.6, deste documento tendentes à valorização turística das áreas em questão, e independente da classificação sugerida para cada uma das áreas, define-se a isenção de taxas aplicáveis a, eventuais investimentos, em empreendimentos de animação que desenvolvam actividades equiparadas, e cumpram os requisitos, às definidas nos artigos 3º e 4º do Decreto Lei n.º 18/99 de 27 de Agosto, para as áreas protegidas, desde que as entidades promotoras cumpram o preceituado no ponto 1 do artigo 3º do Decreto Lei n.º 204/2000 de 1 de Setembro, excepção feita às alíneas b) e h) desse mesmo artigo.. Este incentivo deve ser elegível em áreas afectas à Reserva Ecológica e Agrícola desde que a filosofia dos mesmos não desvirtue em termos paisagísticos ou afecte o equilíbrio que sustenta a definição daquelas áreas. Esta situação pode ser cumprida através da edificação de estruturas que não tenham caracter definitivo.

Em termos estratégicos este incentivo é fundamental para potenciar o investimento nos locais e áreas identificadas neste documento de grande potencial turístico. Todavia deve ser aplicado dentro de uma política de sustentabilidade de forma a não promover a disvirtuação dos locais referenciados através da violação da capacidade de carga dos mesmos. Urge neste âmbito fazer em todos os casos uma avaliação de impactos ambientais e de análise da capacidade de carga do local, a todos os níveis, para sustentar o incentivo acima referido. A violação de factores ambientais e ou a existência de factores que ponham em risco a capacidade de carga, ambiental e social, do espaço deve promover a avaliação do empreendimento, segundo, as regras usuais tramitadas para estas situações e, como, tal fora do âmbito proposto.

Esta política reforça a estratégia de valorização do espaço rural para fins turísticos e confere ao concelho mais argumentos e vantagens, competitivas e comparativas

para a captação e potenciação de investimentos para o sector do turismo, nomeadamente, na área da animação ambiental. Esta situação é crucial, na medida que o concelho de Barcelos possui, como está plasmado neste documento, vocação natural para este tipo de animação.

Estes incentivos, todavia potenciam o respeito pela integridade ambiental dos locais, uma vez que só serão elegíveis actividades e empreendimentos equiparados ao definidos para as Áreas Protegidas, facto que potencia desde logo o respeito pelos factores ambientais existentes no local.

#### *4.3. Turismo Termal – Uma Emergência da Sociedade do Lazer*

O termalismo é um produto turístico compósito, pois os factores curativos deixaram de ser os únicos a fundamentar o Turismo de Saúde. Embora os recursos naturais sejam os mesmos, abrange também actividades físicas, desportivas e de lazer, bem como os factores de actividades complementares que contribuem para o bem estar. Este constitui a mais antiga forma de oferta turística, já observada nos tempos do império romano.

Atentas as estas realidades, diversas autarquias e organismos do turismo têm vindo, nos últimos anos, a fazer esforços de investimento no sentido de implementar e revitalizar este tipo de Turismo que se enquadra perfeitamente nas novas tendências do turismo mundial e, acima de tudo, aparece como um forma magnífica de fuga à intensidade da vida dos dias de hoje e, ainda, como forma de reacção a algumas maleitas típicas da sociedade actual. É, também, uma forma de dotar os concelhos de estruturas que propiciem o novo conceito de animação.: a Animação Tranquilidade. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, os Estabelecimentos hoteleiros das termas são hoje frequentados, predominantemente, por pessoas que não vão fazer tratamentos mas, e apenas, passar uma breve estadia num ambiente repousante, já que os tratamentos termais raramente têm uma duração normal inferior a duas semanas. A mesma fonte refere contudo a possibilidade das estâncias termais serem frequentadas por aquistas residentes em localidades próximas das mesmas, a considerar o caso dos espanhóis que, eventualmente, poderão frequentar termas localizadas próximo das fronteiras.

Estes investimentos são vitais para o desenvolvimento regional uma vez que o Turismo Termal é um forte meio de difusão da imagem de um concelho e um impulsionador de desenvolvimento das localidades. A provar esta situação aparecem as Termas de Caldelas, Geêes, Melgaço, Taipas e Monção, actores principais do desenvolvimento e notoriedade de cada uma destas localidades.

Uma estação termal, situada na periferia de uma cidade como Barcelos, seria não só uma oportunidade para atrair uma série de visitantes, mas também uma mais valia para os habitantes do concelho e zonas limítrofes que poderiam assim usufruir deste tipo de equipamento. Aplicando-se aqui o principio que antes da actividade turística urge a tomada de posição na melhoria dos locais de lazer para a população local.

A situação privilegiada das Termas do Eirôgo, em termos geográficos, é reforçada pelo seu enquadramento paisagístico envolvente. Mais poderia servir também como complemento à deficiente estrutura hoteleira do concelho e funcionar como uma mais valia, devido ao facto de não existirem no Baixo - Cávado estabelecimentos deste género. Estes factores reforçam o posicionamento das termas do Eirôgo e a necessidade do seu aproveitamento enquanto produto estratégico para o turismo local. Por outro lado a posição central do Concelho e a facilidade de acesso ao mesmo são factores que podem vir a capitalizar, por parte desta infra-estrutura uma vantagem comparativa a aproveitar.

A valorização deste produto justifica-se devido a um conjunto de factores fundamentais dos quais se destacam:

- O facto de o Turismo termal estar de novo em expansão;
- A proximidade à cidade (localização e acessos facilitados);
- Vontade de uma reformulação e modernização dos equipamentos existentes;
- Novas tendências de mercado;
- Necessidade de recuperar uma infra-estrutura vital para o desenvolvimento concelhio.
- A Sociedade do Lazer / preocupações com o bem estar-físico e saúde;

Por outro lado, e apesar de variações nem sempre positivas do número de aquistas, verifica-se um aumento do número de estabelecimentos termais em Portugal, facto que resulta essencialmente da modernização e recuperação de estruturas que estavam inactivas ou em sub-rendimento.

*Quadro 07  
Capacidade Hoteleira Disponível nas Estâncias Termais (Épocas Alta e Baixa)*

	31 de Janeiro						31 de Julho						(Nº 31 Jan. / Nº 31 Jul.)*100					
	2001	2000	1999	1998	1997	1995	2001	2000	1999	1998	1997	1995	2001	2000	1999	1998	1997	1995
<b>Nº Estabelecimentos</b>	77	69	76	76	77	100	132	130	134	144	145	161	58	53%	57	53%	53%	62
<b>Nº Camas</b>	656	640	644	632	615	7427	1034	1017	9732	1105	1100	1138	63	63%	66	57%	56%	65
<b>Pessoal ao Serviço</b>	103	104	102	952	896	1381	1804	1754	1665	1801	1716	1973	58	60%	62	53%	52%	70
	8	6	8										%	%	%	%	%	%

Fonte: INE

Perante este cenário urge a recuperação e dinamização das Termas do Eirôgo, através da criação de uma nova infra-estrutura capaz de se adaptar aos novos padrões de procura instalados no mercado. De considerar também a proximidade deste local à cidade, o que poderia criar um fluxo de desenvolvimento mais acentuado no perímetro de 5 km e ainda o facto de estas se situarem no sopé

do Monte do Facho, área para a qual este documento dá indicações de desenvolvimento, que inclusivamente poderia servir de apoio à actividade termal.

Alguns destes argumentos juntamente com as qualidades minero-medicinais das águas destas termas **fundamentaram a criação da zona de Turismo do Eirôgo decretada pela Portaria nº 2687 de 16 de Agosto de 1921**. Por outro lado, o facto de estar no epicentro da região olárica do concelho, aqui também classificada como de interesse turístico, potencia mais margem de desenvolvimento para o comercio de produtos de cerâmica através do comércio. Esta realidade introduziria mais um impulso de desenvolvimento económico a esta região e à sua produção cerâmica e olárica que actualmente passa por um período menos bom.

**Desta forma, com o desenvolver do relatório, interligam-se as diversas propostas com um só objectivo o desenvolvimento turístico do concelho de Barcelos, potenciando os recursos existentes.**

As Termas do Eirôgo situam-se, como foi já dito, no sopé do Monte do Facho (vertente Norte), nas designadas vulgarmente por "*Terras de Eirogo*" uma região de grande riqueza natural, sem ventos, nem nevoeiros e com temperaturas muito agradáveis durante quase todo o ano. As termas são circundadas por uma enorme quinta com (+/- 3 hectares), com pinhal e zonas verdes, para além do próprio edifício que se enquadra perfeitamente nesta envolvência natural de rara beleza. Este cenário propicia condições excepcionais para o relaxe e descanso daqueles que vivem na selva urbana do dia a dia. As águas minero medicinais são consideradas, desde o século XVIII, umas das mais indicadas ao nível nacional para o tratamento de infecções respiratórias, dermatológicas e reumáticas. Estas águas são sulfuradas, cloretadas, bicarbonatadas, sódicas e fluoretadas , apresentando um potencial curativo, acima da média, em termos de hidro e fisioterapia que urge ser aproveitado.

O objectivo imediato da valorização destes recursos estratégicos prende-se com a necessidade de recolocar Barcelos no mapa do termalismo nacional e promover a recuperação de uma estrutura e equipamento referência como são as termas em questão. Naturalmente que esta situação implicaria a reconversão e modernização da infra-estrutura existente em termos hoteleiros e do próprio balneário.

O quadro seguinte mostra a evolução do número de dormidas verificadas em estabelecimentos hoteleiros das termas de 1995 a 2001. Este, apesar de registar variações, apresenta estes equipamentos como verdadeiros motores do desenvolvimento turístico de inúmeras localidades. Naturalmente que as Termas do Eirôgo, por estarem em sub - rendimento e pelo facto de não possuírem estrutura hoteleira, não são elegíveis neste quadro.



Quadro 08 – Movimento nas Termas de Portugal

Termas	Ranking							2001	2000	1999	1998	1997	1996	1995	V.M. A.	Var. %
	2001	2000	1999	1998	1997	1996	1995									
<b>Caldas da Rainha</b>	1	1	1	1	6	4	4	11430	12303	10420	24443	48695	58313	54391	13.2	-7.1
<b>Cúria</b>	2	3	2	2	1	1	1	89044	87983	82151	86832	92777	90067	88402	0.1	1.2
<b>Luso</b>	3	2	4	4	3	3	2	76499	91512	70940	69864	64486	66010	75950	0.1	-16.4
<b>Chaves</b>	4	4	3	3	2	2	3	73642	83526	80176	76142	67602	72800	70455	0.7	-11.8
<b>Monfortinho</b>	5	5	5	6	5	6	6	55226	57973	61926	57985	48981	48439	50702	1.4	-4.7
<b>S. Gemil</b>	6	14	13	11	14	15	21	51818	17358	25406	35802	16790	10586	6205	42.4	(#)
<b>Felgueira</b>	7	6	6	7	7	9	10	49989	53635	46009	46661	41057	38674	28044	10.1	-6.8
<b>S. Pedro do Sul</b>	8	7	8	5	4	5	5	49898	49362	42070	58970	51970	54580	51263	-0.4	1.1
<b>Gerês</b>	9	8	7	9	9	8	7	47032	44647	43744	38624	36990	38726	41050	2.3	5.3
<b>Castelo de Vide</b>	10	9	10	10	10	10	9	42932	42348	38158	36420	32523	31520	30550	5.8	1.4
<b>Piedade</b>	11	15	20	18	20	20	20	42299	16511	9071	13225	8390	6459	6491	36.7	(#)
<b>Monte Real</b>	12	10	9	8	8	7	8	35462	41472	41185	43094	37482	41712	36234	-0.4	-14.5
<b>Vidago</b>	13	11	11	12	11	11	12	28747	28779	34246	32951	27414	29825	21397	5.0	-0.1
<b>Moledo</b>	14	12	12	13	12	12	13	28361	27479	25553	25445	25560	23068	19705	6.3	3.2
<b>Caldelas</b>	15	13	14	14	13	14	14	18017	26222	24125	20217	21275	10864	10369	9.6	-31.3
<b>Carvalho</b>	16	16	15	15	16	19	24	17108	14986	17841	15631	14375	6525	2756	35.6	14.2
<b>Pedras Salgadas</b>	17	17	21	27	27	27	25	14609	13756	7767	300	374	323	2532	33.9	6.2
<b>Entre-os-Rios</b>	18	18	16	16	15	13	17	14502	12222	14191	14920	14490	13169	8400	9.5	18.7
<b>Manteigas</b>	19	19	19	19	17	17	16	10035	12212	9172	11269	10403	10247	9045	1.7	-17.8
<b>Monção</b>	20	20	18	21	19	18	18	8320	9871	9468	8011	8622	8104	8392	-0.1	-15.7
<b>Vizela</b>	21	21	17	17	18	22	19	6796	8610	13872	14778	9296	5340	7256	-1.1	-21.1
<b>Melgaço</b>	22	22	23	23	22	23	23	5687	6002	4655	5291	6311	4236	2970	11.4	-5.2
<b>Vimeiro</b>	23	23	22	22	23	21	22	4681	4904	4988	6272	6307	5645	6158	-4.5	-4.5
<b>Carvalhoss</b>	24	24	25	24	24	24	26	3656	4484	1998	4267	3514	3618	1422	17.0	-18.5
<b>Alcáçache</b>	25	25	24	20	21	16	11	2033	1785	3482	8290	8139	10469	25967	-34.6	13.9
<b>S. Jorge</b>	26	27	27	25	26	26	15	632	518	709	697	679	833	10102	-37.0	22.0
<b>Monchique</b>	27	26	26	26	25	25	27	507	674	833	627	904	1117	1331	-14.9	-24.8
<b>Outras</b>								1262	2115	6266	5975	8251	8689	89053	-50.8	-40.3
<b>TOTAL</b>								<b>89309</b>	<b>88398</b>	<b>82420</b>	<b>98299</b>	<b>71365</b>	<b>69995</b>	<b>76659</b>	<b>2.6</b>	<b>1.0</b>
								<b>9</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>2</b>		

V.M.A. - Variação Média Anual

(#) - Variação sem significado estatístico

Fonte: INE/DGT

Para potenciar a aposta neste produto estratégico propõe-se a criação de uma **área de Vocação e Aptidão Turística** em toda a área envolvente a esta infra-estrutura uma vez que, pela sua especificidade, riqueza natural e cultural e diferenciação, pode redimensionar a oferta turística do local e de todo o concelho de Barcelos.

Esta indicação visa salvaguardar toda esta área, de investimentos e infra-estruturas diferentes, da vocação e aptidão natural instalada, potenciando o aparecimento de investimentos que promovam a exploração sustentada do recurso existente e a fruição turística dos espaços a ela anexos. Inclusivamente, e aproveitando alguns estudos estratégicos já efectuados, é de todo o interesse a criação de uma Quinta de Saúde, conceito muito utilizado em França com as “*Fermes de Santé*”.

Esta proposta difere um pouco do conceito de termas existente, uma vez que contempla a criação de um espaço verde(neste caso aproveitamento) para actividades físicas, complementada por uma alimentação baseada em produtos regionais para os hóspedes da Quinta e, de uma horta/ jardim biológico de interpretação.

Deste modo as linhas da proposta são: o aproveitamento do ambiente da área envolvente, a oferta de produtos alimentícios regionais como complemento às actividades tradicionalmente termais, os banhos e massagens e a criação de infra-estruturas hoteleira de apoio.

#### *4.4. Os Patrimónios do Concelho de Barcelos*

A crescente preocupação das sociedades com os vestígios do passado, é hoje uma realidade inquestionável, isto apesar do ritmo extremamente vivo com que se desenrola a vida moderna. É, precisamente, por influência desta abrupta aceleração do modo de vida, que o passado, os seus vestígios e conseqüentemente os patrimónios históricos e monumentais, têm adquirido, nestes últimos 20 anos, **um papel preponderante nas sociedades modernas**, como elementos fulcrais do seu próprio desenvolvimento e equilíbrio.

Esta realidade leva o homem moderno, e as suas estruturas governativas, a olhar para o passado como um argumento do presente, para as marcas desse mesmo passado como baluarte da continuidade cultural e, acima de tudo, como elementos diferenciadores dos povos e da diversidade cultural desta aldeia global em que se tornou o planeta terra. O passado é um argumento fundamental, no presente e no futuro, para o desenvolvimento cultural das sociedades.

Atento a este crescendo de importância do património e do passado, nas sociedades actuais, o turismo perfila-se como um dos intermediários privilegiados para interagir homem e património numa relação que se quer duradoura e sustentada, para benefício de ambas as partes e da sociedade em geral.

Neste contexto, têm-se elaborado inúmeros documentos legislativos, nacionais e internacionais, e organizado acções de sensibilização, com o intuito de promover a consciencialização definitiva da importância do património nas sociedades actuais, dando-se desta forma os primeiros passos para a preservação e recuperação de inúmeros acervos culturais e para a definição de programas de reutilização e valorização de locais e ambientes histórico - monumentais.

O próprio património rural e etnográfico assume, também aqui, um valor que outrora não possuía, indexado à ideia de passado e ao valor dele decorrente como forma de atestar a diversidade cultural. O Património, nas suas mais diversas acepções, perfila-se como um foco de desenvolvimento, no qual o turismo cultural é também um agente motivador, em zonas de grande valia histórico-monumental.

É esta a importância que o passado e o património histórico-monumental-etnográfico assumiram nas sociedades actuais e no turismo, como recursos elementares para o desenvolvimento económico e cultural das mesmas. E este mesmo património tem que ser assumido como mais uma das alavancas do turismo local e rural.

Verifica-se, hoje em dia, uma divisão clara dos fluxos turísticos: um voltado para o tradicional turismo de massas, mais vocacionado para os produtos de sol e praia e turismo urbano, e outro em crescendo, mais procurado por turistas e visitantes que buscam lugares menos saturados e representativos das diferenças culturais e reveladores das identidades de cada região. Este último fluxo enquadra-se dentro da nova tendência do “*regresso às origens*” e da busca de tudo aquilo que é autêntico e susceptível de transmitir identidade e equilíbrio a este novo tipo de viajante mais personalizado e informado que busca lugares em que o original ainda não foi deturpado ou substituído pelo sintético. Para o enquadramento e aproveitamento desta nova dinâmica de procura latente, que se vem registando no mercado turístico, é fundamental que se organizem e tornem usufruíveis todos os recursos capazes de satisfazer esta nova modalidade de viajante que se desenha no mercado turístico.

Perante este cenário, torna-se evidente que a captação deste novo segmento de mercado só será possível se existir uma aposta numa **política de valorização das**

**tradições culturais e vestígios do passado e no elemento que lhe confere identidade e corporiza – o Património Arquitectónico e Arqueológico.** De igual forma, o património rural (moinhos, azenhas, casas agrícolas, utensílios agrícolas e demais elementos ligados à vida rural etc.) deve também ser alvo de uma política de preservação e valorização no sentido de salvaguardar elementos vitais da história recente e da nossa identidade e “*modus vivendi*”.

Estes elementos patrimoniais, que se espalham um pouco por todo o concelho de Barcelos, são elos insubstituíveis do passado, fundamentais para o equilíbrio cultural do presente e base para a transmissão do legado cultural para o futuro. Em particular, e dadas as tendências actuais, este mesmo património pode também ser uma oportunidade de desenvolvimento económico, dadas as características actuais de grande parte dos fluxos turísticos. Mas, para que este facto passe de uma suposição à realidade, é necessário torná-los fruíveis, contextualizando-os no espaço e no tempo, de forma que, os turistas e visitantes, bem como as próprias povoações locais, percebam a sua **mensagem, linguagem e função.**

Os itinerários turísticos podem ser uma das formas utilizadas para a fruição deste património e percursos das situações relatadas no parágrafo anterior. No entanto devemos ter sempre em atenção que cada região ou local apenas pode receber os turistas que nela procuram recursos, infra-estruturas e equipamentos que esta possa efectivamente oferecer dentro de critérios de sustentabilidade perfeitamente definidos.

Os Itinerários, nas suas diversas acepções, temáticos, globais, circuitos, motorizados, pedestres, etc., são uma forma de integrar os recursos e torná-los fruíveis ao viajante, de uma forma compósita e sequencial. São uma forma de transportar os viajantes, pelo tempo e pela história, mostrando-lhes os vestígios do passado. Utilizando uma só variável ou diversas, são uma forma integrada de dar a conhecer os recursos sejam eles de que natureza forem. O Itinerários são uma forma de “rever” tempos e épocas, espaços, acontecimentos, vultos e memórias da nossa vivência comum de forma integrada.

Atendendo a estes factores, potenciados pelos itinerários, perfila-se uma forma melhor de “mostrar” e tornar usufruíveis os nossos elementos patrimoniais, transformando-os em vectores de pressão para a sua conservação. Contudo estes só serão implementáveis se existir uma política de sinalização turística e, acima de tudo, se as estratégias de planeamento e ordenamento do território respeitarem o equilíbrio ambiental, paisagístico e cultural em que se insere cada elemento patrimonial. Paralelamente devem respeitar-se as áreas de protecção do património classificado e o equilíbrio do restante património não classificado. Só respeitando estas premissas poderemos torná-lo disponível para a fruição turística e patrimonial. Urge também a integração deste nas figuras de classificação definidas neste documento.

O concelho é rico em património monumental e arqueológico(ver carta do património arquitectónico e património arqueológico), testemunhos máximos da presença do homem por estas paragens, espelho das vivências culturais e históricas destas gentes e como tal vectores de identidade, a ser utilizados como argumentos de atracção turística.

Muitas formas se apresentam para abrir estes locais à fruição turística. Todavia, problemas relacionados com a tutela, propriedade e gestão destes espaços, abrem uma série de condicionalismos que inibem a fruição dos mesmos. Importa contudo, em termos de organização destes recursos de atracção, dar-lhes visibilidade turística, e encontrar formas que potenciem essa mesma situação. Para o efeito é importante que se criem condições quer através da melhoria das acessibilidades e sinalização desde legado quer, de um ponto de vista mais profundo, na criação de infra-estruturas de apoio à fruição. A conservação destes espaços e a sua preservação são o alicerce para a concretização da visibilidade turística destes espaços. Importa também referir a necessidade de cumprir os preceitos da Lei 107/2001 do Património Cultural em vigor, assim como as diversas Cartas que regulam o Património ao nível das Convenções Internacionais e, ainda, a Carta de

Turismo cultural aprovada pela XII Assembleia-Geral do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) a 22 de Outubro de 1999.

A Carta do Património Arquitectónico e a Carta do Património Arqueológico são instrumentos vitais para a concretização do referenciado, na medida que são os instrumentos para a protecção e preservação dos espaços patrimoniais. Do mesmo modo são um instrumento de trabalho vital para a definição de corredores patrimoniais que permitam a definição de diversas tipologias de Itinerários e Circuitos gerais e temáticos que permitam a interpretação do concelho de Barcelos enquanto espaço geográfico de grande vivência histórico-cultural. Naturalmente que estes corredores patrimoniais têm que ser interligados com os demais recursos concelhios, sejam eles de fixação e/ou atracção, de forma a criar uma cadeia de valores que potencie a valorização turística do concelho e transforme estes elementos em factores de valorização da economia local com benefícios para os agentes concelhios locais e para a generalidade da localidades. Este corredores podem também ser vectores de desenvolvimento e conhecimento do mundo rural e elementos vitais de sensibilização para as questões do património e ambiente.

A tipologia de elementos patrimoniais existentes permite que se equacione uma série de corredores patrimoniais<sup>8</sup> definidos a partir do centro histórico da cidade, enquanto espaço âncora. E como forma de interpretar todo o espaço geográfico do concelho e a vivência do homem no mesmo ao longo da história, destacam-se as seguintes possibilidades.:

- **Corredor patrimonial concelho 1** . *Tema: a Pré-história* – Organização dos espaços arqueológicos concelhios com potencial para serem visitados e fruídos por visitantes. Este corredor pode ser subdivido por categorias, dada a natureza do património arqueológico existente no concelho e que se reporta a esta época. Poder-se-á aplicar aqui a tipologia de percurso pedestre de forma isolada e/ou em integração com outro tipo de rota. Criação de suportes itinerários e de interpretação destes espaços.
- **Corredor patrimonial concelho 2**. *Tema : O Românico* – Organização dos imóveis cabimentados nesta arte e/ou que tenham elementos relevantes deste tipo de arte de forma a dar a conhecer o vasto património existente nesta tipologia. Criação de suportes itinerários de visita e elementos de interpretação deste património no qual se encontram espaços referência do património românico do Minho como o Mosteiro de Vilar de Frades, a Igreja Torre de Manhente e outros.

---

<sup>8</sup> De referir que estes tem de ser definidos de forma conjunta entre os Serviços de Turismo, Arqueologia e Património. Da mesma forma que a redacção final da Carta Turística do concelho tem que ser elaborada depois de concluídas as Cartas Arqueológicas, Patrimoniais e ambientais.-

- **Corredor Patrimonial concelhio 3.** Tema: **Solares e Casas Senhoriais** - Cabimentação do vasto património existente a este nível de forma a permitir ao visitante o seu conhecimento mais. Ao mesmo tempo cruzar este Corredor com o produto de Enoturismo e Turismo no Espaço Rural muitas vezes parte integrante destes espaços. Este corredor poder-se-á desmembrar em rotas temáticas de acordo com as diversas tipologias de solares e casas solarengas existentes no concelho. Este corredor pode ser um factor estratégico para o conhecimento do mundo rural e factor de promoção das artes e ofícios tradicionais agrícolas.
- **Corredor Patrimonial concelhio 4.** Tema: **Santuários e Igrejas** – Em Barcelos existem inúmeros locais dedicados ao culto religioso. Entre eles destacam-se alguns santuários de intensa religiosidade, assim como algumas igrejas de relevante valor e ainda outras de grande riqueza patrimonial mas pouco visíveis. Este corredor visa seleccionar estes locais e organizá-los de forma a permitir ao visitante o conhecimento dos mesmos de forma integrada. Poder-se-á, ainda, dividi-lo em subcategorias dada a natureza diversa dos inúmeros santuários e igrejas existentes. Além disso poderá ainda ser enriquecido com as Festas e Romarias e o património artístico que está inerente a estes espaços. Para além de suportes itinerários é vital a criação de suportes de interpretação destes espaços de intensa religiosidade nos quais se incluem a *Ermida da Franqueira*, a *Capela de S.Lourenço*, o *Santuário da Sr.ª da Boa Fé*, o *Mosteiro da Senhora da Aparecida*, o *Santuário da Senhora das Necessidades*, o *Santuário do Senhor do Calvário*, *O escadório da cruz*, a *Casa e Túmulo de D. António Barroso* entre muitos outros espaços âncora do turismo religioso no concelho.
- **Corredor patrimonial Concelhio 5:** Tema .: **Património Molinológico e Aquífero** . A base da economia concelhia, em tempos passados, tinha nas estruturas molinológicas um suporte de desenvolvimento efectivo. Deste vasto património existem inúmeros exemplares no concelho de Barcelos que devem ser tornados visíveis para quem nos visita . Este corredor poderá ser o passaporte para a organização destes espaços enquanto espaços de interesse turístico e símbolos da identidade do concelho. Além disso, as estruturas de rega existentes junto dos inúmeros cursos de água concelhios podem também ser aqui integradas. Estes percursos podem também ser de natureza pedestre, nomeadamente os localizados junto dos cursos de água. Importante para a concretização destes a colocação de sinalização turística e / ou de orientação e a criação de suportes de interpretação destas estruturas.
- **Corredor patrimonial concelhio 6.** Tema : **Rede Museológica Local** . - A criação de uma rota que integre os museus e colecções museológicas particulares é uma forma de proporcionar ao visitante um contacto mais estreito com a realidade passada e actual dos barcelenses, servindo também de veículo de interpretação, de forma mais consentânea com as tradições económicas, culturais e sociais deste povo.

- **Corredor Patrimonial Concelhio 7** : Tema : **City – Break na cidade** – A cidade, enquanto espaço âncora do património concelhio e como porta de entrada para a realização dos restantes corredores, é também ela um corredor patrimonial a potenciar, de forma a permitir aos visitantes uma melhor interpretação do centro histórico da cidade e da vivência que o mesmo encerra em si. A criação de um percurso monumental citadino é vital para esta estratégia. Este deve contemplar para além do “*grande monumento*” , indicações sobre a evolução histórica da cidade, as lendas e estórias, a festa e as tradições, curiosidades várias, as figuras célebres, o urbanismo medieval, a toponímia e a sua evolução, os lugares e as casas, o caminho de Santiago de forma que o visitante encontre neste vasto património uma linha de leitura e interpretação dos 700 anos deste condado.

O património é, actualmente, uma indústria que urge potenciar em prol da actividade turística, por isso estes Corredores são uma forma sustentável de promover o aproveitamento dos inúmeros recursos desta natureza existentes no concelho de Barcelos. A globalidade destes corredores associados a uma estratégia de sinalização, interpretação e valorização destes recursos são vectores estratégicos para a constituição de um produto de turismo cultural forte que eleve a qualidade do produto global oferecido no concelho e sirva de argumento para a atracção e fixação de visitantes neste concelho. Mais uma vez se alerta para a necessidade de aplicar o preceituado na Carta de Turismo cultural aprovada pela XII Assembleia-Geral do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios(ICOMOS) a 22 de Outubro de 1999, como elemento estratégico para a adopção de uma política forte ao nível da valorização deste tipo de recursos, uma vez que este documento define, nos seus seis princípios base, o património como um factor de oportunidades para as comunidades e elemento vital para assegurar aos visitantes uma experiência enriquecedora e agradável.

**Por último, importa fazer uma triagem no contexto dos imóveis de valor patrimonial relevante inventariados pela edilidade e avaliar a possibilidade de classificação de alguns imóveis, como imóveis de interesse concelhio, ao abrigo da Lei 107/2001, de forma a promover a maior visibilidade destes.** Esta acção para além de promover a salvaguarda e valorização do património monumental e arquitectónico do concelho abre mais possibilidades de os mesmos se enquadrarem **em subvenções financeiras, para a reconversão e restauro com o intuito de terem uma função de uso de utilização turística, nos programas de incentivo próprios deste sector turismo.**

#### *4.4.1. O Centro Histórico – Espaço Marca do Turismo Concelhio*

O Centro Histórico de Barcelos é uma referência patrimonial do concelho na medida em que encerra em si a vivência histórica, factor maior da sua identidade. Por isso ao valor patrimonial, que lhe está naturalmente inerente, associa-se um grande simbolismo cultural uma vez que os Barcelenses encontram neste espaço as principais referências do seu passado.

Nos últimos anos foram desenvolvidas algumas acções conducentes a um esforço de requalificação deste espaço, de forma a cabimentá-lo nos conceitos actuais de centro histórico e caracterizadas pela interacção do espaço com a comunidade, nomeadamente através de:

- Devolução de espaços de eleição aos peões ;
- Criação de condições de fruição patrimonial, turística e comercial;
- Maior inter-relação património – comunidade;
- Maiores índices de protecção do património;
- Dinamização cultural e turística dos espaços;

O centro histórico, enquanto unidade operativa de planeamento, deve ter em conta a preservação da sua génese de forma a não adulterar o “espírito do Lugar” . O planeamento desta unidade deve ter objectivos de longo prazo, de forma a que as gerações vindouras usufruam deste “ *túnel do tempo*” como uma referência histórica e cultural do passado. Deve contudo, em cada unidade temporal, ser interpretado como um espaço vivo e interactivo.

Para além das questões do património e da sua preservação e conservação, o Centro Histórico de Barcelos encerra em si os principais elementos patrimoniais do concelho, segundo a percepção turística de quem visita esta cidade. Este espaço constitui, na maioria das vezes, a “porta de entrada” do visitante e do turista no concelho de Barcelos. É também o factor mais visível do património local e como tal gerador de expectativas em quem visita a cidade. Importa pois que este se apresente de forma organizada, perceptível e lógica para que o visitante possa encontrar uma linha de interpretação e leitura da evolução deste ao longo dos tempos. Aliás, quando se propõe um corredor patrimonial para este espaço, o objectivo maior é criar linhas de leitura dos diversos espaços do centro histórico que contribuam para a sua interpretação global e integrada. Impõe-se fazer com que o centro histórico de Barcelos apresente referências visíveis de natureza itinerária e histórica para cada uma das épocas pelas quais passou ao longo da sua evolução, de forma a permitir a sua melhor interpretação por parte dos visitantes e locais.

O turismo assume-se, neste contexto, como um meio de comunicação entre o património e o homem, de forma a que estes interajam de forma sustentada, na consciência plena que o património é um bom negócio para o turismo e este para o património um meio difusor da sua importância e da sua necessidade de preservação.

Para além da criação de condições de fruição turística , patrimonial e histórica da globalidade do espaço do centro histórico, urge a sua dinamização de forma a torná-lo numa “entidade vida” do ambiente social local. Para isso o planeamento das actividades económicas neste espaço deve privilegiar mais o aparecimento de actividades comerciais, que evitem a desertificação do centro histórico para além do horário laboral, uma vez que a tipologia de comércio existente privilegia essencialmente os serviços bancários, lojas comerciais e o pequeno comércio em detrimento de



actividades ligadas à restauração e similares de hotelaria que necessariamente assegurariam a “vida” para além do horário laboral. Esta tipologia de estabelecimentos potenciariam, ainda, a animação e o movimento da cidade, com especial relevo para a época estival, altura em que podem ampliar a sua dimensão com a implantação de esplanadas em muitos dos locais com vocação estratégica para o efeito como é o caso do Largo da Porta Nova, Rua Direita, Rua Bom Jesus, Praça de Pontevedra, Largo do Apoio, Jardim das Barrocas, Avenida da Liberdade, Campo 5 de Outubro e áreas adjacentes à Ponte Medieval entre outras. Este facto, a ser analisado em sede de planeamento potenciaria o aparecimento de um cadeia de valores que engrandeceria o centro histórico e redimensionaria por completo o ambiente da cidade, com dividendos turísticos assinaláveis e fundamentalmente com a criação de um ambiente que em muito beneficiaria os residentes nesta área.

Em termos de planeamento, para além de se potenciarem os pontos acima referidos, é importante que se criem e definam acções que promovam a fixação de pessoas na área do centro histórico. Para que este espaço seja considerado um “espaço vivo” é elementar que se crie um fluxo de valor que não permita a desertificação habitacional do mesmo, pelo que é importante encetar acções de planeamento urbanístico que visem o incremento e a fixação do parque habitacional .

Importa pois, em termos turísticos, que no planeamento do centro histórico, para além das acções que visam a modernização deste espaço e de alguns dos imóveis nele inseridos, se defina uma política patrimonial que vise a preservação da memória colectiva da cidade. Para a prossecução destes objectivos propomos a definição de 3 eixos vectores para este espaço:

- Criação no Centro histórico de um *corredor cultural* que potencie a fruição turística, patrimonial e histórica deste espaço e dos seus acervos patrimoniais, assim como das actividades culturais e de animação nele desenvolvidas;
- Fixação de um parque habitacional activo e presente.
- Adjudicação de áreas que visem a instalação de actividades económicas relacionadas com a actividade turística( Similares de Hotelaria) e comércio l vocacionado para as actividades tradicionais e artesanais.

Em termos estratégicos são estas as acções fundamentais a inserir no processo de planeamento do Centro histórico de forma a transformar este espaço numa área âncora do turismo local. Estas acções incrementariam o ambiente do centro histórico ao nível do clima comercial e da qualidade do local, para além de conferir ao comum cidadão a possibilidade de desfrutar, de forma espontânea e livre, a dimensão patrimonial do espaço.

Ainda dentro do perímetro do centro histórico, urge a implementação de acções que visem a reclassificação urbanística da área compreendida entre a Ponte Medieval e a área do Pessegal na margem Norte do Rio Cávado, uma vez que o acesso à cidade pelo lado de Barcelinhos apresenta um aspecto menos abonatório, da parte nobre da cidade, em termos patrimoniais. O mesmo se passa com o quarteirão do lado de Barcelinhos que apresenta urgência na intervenção da sua

reclassificação e modernização urbanística. **Estas intervenções devem ter presentes os 3 eixos definidos para fazer do centro histórico a alavanca turístico - promocional de Barcelos e a porta de entrada para a fruição turística do concelho**, uma vez que este espaço é o principal agente gerador de experiências positivas e/ou negativas no processo de deslocação/permanência dos visitantes e turistas a Barcelos.

Dada a importância do Centro Histórico de Barcelos, enquanto espaço âncora do turismo local, devem ser desenvolvidas acções que visem a sua cada vez maior preponderância no turismo local. Assim propomos a delimitação do casco histórico da cidade como **Área de Protecção Turística( Ao abrigo da Resolução do conselho de Ministros n.º 97/2003 de 01.08) uma vez que o mesmo reúne condições excepcionais para as práticas turísticas relacionadas com o Turismo Urbano e Turismo Cultural** e, ainda, pelo facto de se cabimentar dentro da tipologia de “lugares” mais procurados pelos fluxos turísticos dos países ditos mais industrializado. Esta classificação deve salvaguardar a introdução de medidas relacionadas com os 3 eixos atrás definidos e demais acções que melhorem o ambiente deste espaço. Inclua-se nesta classificação a área do campo da feira onde semanalmente se realiza a feira semanal. Esta classificação encontra ainda fundamentação na necessidade de se cumprirem neste espaço os princípios plasmados na Carta de Turismo cultural aprovada pela XII Assembleia-Geral do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios(ICOMOS) a 22 de Outubro de 1999, uma vez que este espaço é um dos locais mais preponderantes para o turismo local, na medida que é a partir deste que a globalidade dos restantes movimentos e fluxos turísticos no concelho se gerenciam.

#### *4.4.2. Turismo Religioso – Elementos de Património Estratégicos*

Ainda no que toca ao património, em termos estratégicos, é importante que se considere o património religioso existente, uma vez que no concelho existem condições efectivas para explorar este tipo de turismo. Isto resulta do facto de existirem :

- Locais de dimensão religiosa de grande valor patrimonial;
- Existência de cultos a personalidade julgadas veneráveis pelo povo;
- Existência de inúmeros santuários de culto mariano e geradores de peregrinações;
- Localização geográfica privilegiada de alguns santuários o que confere a estes locais mais valias turísticas na medida que a visita a este permite a fruição de elementos do património cultural e ambiental do concelho.

Naturalmente que a conjugação deste factor leva a que o Turismo Religioso seja um item a considerar em termos estratégicos para o turismo local. Desta forma importa potenciar um corredor patrimonial concelho relacionado com este atributo, conforme proposta já efectuada neste documento. Por outro lado importa implementar uma política de valorização dos espaços patrimoniais e religiosos âncora deste tipo de turismo. Ao mesmo tempo é importante encetar uma política que

confira visibilidade a estes locais, quer seja a visibilidade itinerária, quer seja a visibilidade promocional e turística, na medida em que no turismo aquilo que não é conhecido não existe.

É fundamental encetar, no âmbito da Sinalização Turística do concelho, uma acção de visibilidade destes locais com potencial turístico, cultural, religioso e patrimonial. Como espaços âncora para este produto destacam-se, pela sua importância religiosa e patrimonial, os seguintes locais:

Quadro 09  
Espaço de Interesse para o Turismo Religioso

<b>Designação</b>	<b>Freguesia</b>
Ermida da Franqueira	Pereira
Convento dos Frades da Franqueira	Pereira
Capela de S. Lourenço	Alheira
Santuário da Senhora do Calvário	Tregosa
Santuário da Senhora da Aparecida	Balugães
Escadório da Paixão	Cambeses
Santuário da Senhora da Boa Fé	Bastuço S. João
Igreja da Senhora das Necessidades	Barqueiros
Capela da Senhora das Abroteas	Pedra Furada
Santuário da Senhora da Saúde	Monte Fralães
Santuário do Socorro	Areias de Vilar
Igreja do Terço	Barcelos
Igreja Matriz	Barcelos
Templo do Bom Jesus da Cruz	Barcelos
Túmulo e casa de D. António Barroso	Remelhe

Desta forma é importante encontrar formas operacionais, do ponto de vista turístico, para incrementar a importância destes espaços e afirmar o concelho com potencial

ao nível do turismo religioso. Impõe-se transformar estes recursos de atracção em elementos de visita que promovam a fixação de visitantes no concelho, nomeadamente nas unidades de Turismo no Espaço Rural existente no concelho.. Naturalmente que importa, neste ponto, estabelecer algumas pontes com o párocos locais, confrarias e outras entidades ligadas a este sector, na medida em que é importante estabelecer uma parceria com os mesmos de forma a potenciar a valorização destes locais. A fruição, promoção e divulgação de actividades relacionadas com este património só é, efectivamente, possível se existir uma reunião de sinergias entre estes actores. Sem esta concertação será difícil implementar acções de valorização deste património e pôr em prática qualquer espécie de corredor patrimonial relativo ao tema. Esta proposta terá que respeitar o preceituado no principio terceiro da Carta de Turismo cultural aprovada pela XII Assembleia-Geral do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios(ICOMOS) a 22 de Outubro de 1999.

A visibilidade turística deste produto no concelho de Barcelos deve ser susceptível de captar a atenção dos operadores e agentes turísticos que trabalham com este tipo de turismo. Esta situação potenciará a captação dos imensos fluxos de Turismo Religioso que se deslocam a Braga, de forma a que estes fizessem constar alguns dos locais, acima referidos , nas suas rotas de *touring*. Para

concretizar esta situação é, naturalmente, imperioso que os locais estejam disponíveis, fruíveis e visitáveis. Exige uma coordenação efectiva entre as entidades promotoras e gestoras dos espaços em questão.

Esta situação exige também que exista qualidade nos locais a visitar, nomeadamente, em termos de infra-estrutura de apoio à visita e de acessibilidades, sem estas dificilmente se poderá concretizar o atrás exposto. Estas são ainda mais fundamentais para o turista e visitante que isoladamente e/ou em grupo procura estes locais seja por motivação religiosa, patrimonial ou pura e simplesmente por lazer. A criação de condições estruturais e de fruição de lazer neste locais potenciaria também o incremento das infra-estruturas de lazer das comunidades locais, promovendo elementos para a ocupação dos tempos livres e, inerentemente, a qualidade de vida das mesmas.

Para além dos espaços em si, e todo o património monumental, documental, religioso ou artístico que lhe está associado, estes locais assim como a generalidade dos espaços religiosos do concelho de Barcelos, têm associada uma intensa actividade cultural e etnográfica que promove a preservação dos costumes e tradições deste concelho minhoto. A melhor e mais fiel expressão desta realidade são inquestionavelmente as Festas e as Romarias que, independentemente da sua dimensão, são sem dúvida um manancial de recriação e afirmação da cultura popular local. São ao mesmo tempo acontecimentos que representam a devoção, a fé, a cultura, as superstições e a alegria da cultura local nas suas mais diversas acepções. Se a religião é uma das manifestações culturais com mais expressão no concelho, e se os turistas e visitantes são cada vez mais motivados pelo busca do diferente e autêntico, por um lado, e pelo regresso às origens, por outro, a festa e a romaria são neste quadro elementos que urge valorizar como atributos efectivos do turismo local, regional e até nacional

Desta forma importa, para a definição de um Produto de Turismo Religioso completo, ter em atenção as Festas e Romarias que se realizam no concelho de Barcelos e, nomeadamente, aquelas em que a tradição ainda é um item bem presente. Mesmo tendo em consideração que muitas das festas não têm só por objecto factores religiosos, uma vez que muitas destas têm um carácter acentuadamente popular, desportivo e etnográfico, todavia decorrem na sua maioria de datas e/ou factos de natureza religiosa, e como tal interligam-se com o Turismo Religioso.

Urge por isso o cruzamento das potencialidades existentes a este nível com o intuito de construir um produto de Turismo Religioso capaz de ser complementar no contexto do produto turístico local e regional, e que potencie a visibilidade turística de Barcelos a este nível, nomeadamente junto dos fluxos de Turismo Religioso que normalmente procuram a cidade de Braga e o Minho em geral. Naturalmente que as Festas e Romarias conferem a esta realidade uma mais valia efectiva, uma vez que existem em Barcelos festividades de dimensão nacional e regional.

#### 4.4.3. Festas e Feiras / Folclore e Património Etnográfico

Como foi referido no item relativo ao Turismo Religioso as Festas são de “per si” a forma mais comum das populações mostrarem as suas tradições e costumes de outrora, assim como a sua devoção e imaginário. Todavia, para além desta vertente mais religiosa e fantástica, tem associadas à sua realização factores de grande valor etnográfico e cultural que devem ser salvaguardados e potenciados.

As festas<sup>9</sup> para além da sua vertente religiosa acentuada, normalmente em virtude da realização de cerimónias religiosas e da tradicional procissão e todo um conjunto de actividades que lhe estão associadas, possuem actividades de natureza desportiva, etnográfica e lúdica. Factores estes que associados à tradição fazem destas acontecimentos a considerar enquanto elementos de animação .

Em Barcelos existem algumas Festas e Romarias que para além destas características têm um potencial de atracção bastante elevado e que fazem delas recursos de atracção capazes de “per si” promover a deslocação a Barcelos. Estão nesta situação a Festa das Cruzes, conhecida por ser a primeira grande romaria do ciclo de Romarias Minhotas. Existem outras que pela, sua tradição, conseguiram também atingir este estatuto, muito embora sem a dimensão das festas concelhias, como é o caso da.: Festas das Isabelinha, em Viatodos; Festas de S.Bento, na Varzea; Festa da Sr<sup>a</sup> das Necessidades, em Barqueiros; Festas das Rosas, em Vilar de Figos e Goios; Festa da Senhora da Aparecida, em Balugães; Festas de Santa Justa, em Negreiros; Festas da Senhora das Dores, em Alvelos; Festa de St<sup>a</sup> Luzia, na Carreira; entre muitas outras . Naturalmente que esta realidade não pode deixar de ser elegível na estratégia de promoção do concelho. Cumulativamente ou não com o Turismo Religioso, importa é que se definam cenários de valorização desta realidade em prol do enriquecimento do produto turístico.

Mais uma vez urge aqui a operacionalização de políticas que potenciem o cruzamento desta realidade com os demais recursos de atracção e fixação do

concelho no sentido de promover a fruição das mesmas, com benefícios para o turismo e agentes turísticos locais.

Para além das festas e romarias, importa também dar uma nota de atenção para a questão das feiras, enquanto vectores de identidade e elemento de produto bastante apreciado por quem visita um dado destino, uma vez que são actividades que normalmente espelham a riqueza cultural e a realidade quotidiana de uma dada sociedade. Por outro lado são recursos de atracção e animação de grande valor no contexto do produto turístico.

---

<sup>9</sup> Anexo 4 - listagem das principais festas, feiras e romarias existentes no concelho de Barcelos, resultantes da informação prestadas pelos Párocos e Juntas das Freguesias.

Neste âmbito temos que fazer alusão à Semanal de Barcelos, que é indubitavelmente, uma das mais antigas do Norte de Portugal. Da recolha feita no âmbito deste trabalho chega-se à conclusão, à imagem do que se passa com outras feiras da região minhota, que a sua origem é praticamente desconhecida. No entanto, e apesar destas incertezas devia já existir em meado do Século. XIII, quando por toda a área os cereais se avaliavam pela “*medida de Barcelos*” .

Nesta altura seria então quinzenal, provavelmente já à quinta-feira, dada a grande tradicionalidade destes eventos e em diferentes dias da semana com as outras da região (ex. Ponte de Lima (2ª Feira) / Vila Nova de Famalicão (Domingo), etc)

Em termos documentais e segundo Virgínia Rau cita na obra “A feira de Barcelos” a primeira referência a esta feira data de 1412 quando o rei D.João I, a pedido de D.Afonso seu filho e conde de Barcelos, concedeu a esta vila uma feira de ano, com duração de 15 dias, a realizar de 1 a 15 de Agosto.. Contudo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, diz que “ a documentação régia é muito omissa nas referencias às feiras normais, sobretudo, quando se realizavam em localidades cujo domínio senhorial não pertencia ao rei”. Nesta situação encontra-se a feira de Barcelos, e daqui constata-se, mais uma vez, a falta de documentação a este nível e de fontes capazes, dado que a referência aqui feita se reporta à feira anual de domínio régio.

Aliás esta “ feira grande”, como é tradição nas terras minhotas, acompanhava e acompanha as festividades religiosas. Inclusivamente, o campo da feira de

Barcelos, onde hoje se desenrola a feira, outrora ter-se-á chamado campo de S.Salvador, porque ali se localizava uma capela em honra a esse santo . Este facto justifica a razão da data da Feira Franca e privilegiada de Barcelos, uma vez que o dia santo é o dia 6 de Agosto, segundo o calendário Litúrgico, data que coincide com o período de realização da dita Feira.

Já em 1427 , esta mesma feira muda-se para o mês de Outubro, sem razão aparente, para alguns anos depois em 1455 se realizar na altura do Corpo de Deus, facto que atesta a importância desta festividade na altura no burgo Barcelense . Segundo este mesmo autor a feira do ano ter-se-á fixado por esta data até ao século XVII.

O aparecimento do Milagre das Cruzes em 1504 e o desenvolvimento da festa a 3 de Maio, deu origem à Feira das Cruzes, que a partir do Séculos XVII se tornou mais importante que a anterior . Contudo, esta terá continuado quinzenal conforme tradição das feiras minhotas, no entanto, nos finais do Século XVII e início do Século XVIII e ter-se-á tornado semanal. A este facto não será alheio o desenvolvimento do mercado da 5ª feira que se realiza perto do agora designado de campo da Feira .

Em termos de actas da Vereação Municipal, apenas se alude à Feira dos dias 12 e 16 de Fevereiro de 1715, referindo-se estas a pormenores de organização da feira. Destes dados conclua-se que a feira existiria efectivamente nesta altura.

Ao longo dos anos a Feira de Barcelos e a sua notoriedade tem atingido valores praticamente inesperados para um certame deste género, tornando-se num dos principais atractivos de visita a este concelho. Não há guia turístico, dedicado a Portugal, que não faça referência à tradicional feira de Barcelos e os operadores turísticos incluem quase sempre uma visita à feira de Barcelos na maioria dos packages elaborados para o Norte de Portugal, independentemente do tipo de motivação. Ou seja, a Feira possui um capital de atracção muito acima da média para este tipo de certames. A este facto não será alheio, conforme já referimos, o artesanato, os produtos regionais e a dinâmica da própria feira.

No entanto, nos últimos anos, tem-se assistido a uma deturpação da autenticidade da feira, tornando o espaço de difícil circulação, devido à falta de ordenamento de colocação dos comerciantes, dando a entender que a capacidade de Carga da feira a este nível há muito terá sido já excedida, e originando o seu alargamento para outros locais em volta do Campo da Feira. Estes factos são altamente prejudiciais, uma vez que são os produtos e os vendedores “piratas” e “ambulantes” que não se enquadram na vivência e história da feira, e eles próprios os promotores desta desorganização.

A feira Semanal de Barcelos, funciona como “mostra” das actividades regionais, especialmente, do mundo rural e pequeno comércio. Paralelamente é um espaço de eleição para a promoção e valorização do artesanato e cerâmica do concelho, função esta que conserva à centenas de anos. São estes elementos diferenciadores que fazem da Feira de Barcelos um dos eventos semanais de natureza popular e etnográfica mais procurados para visita.

Esta deve ser preservada e valorizada no contexto da estratégia turística, uma vez que constitui um dos principais recursos de atracção existente no concelho, na medida em que semanalmente potencia a vinda de pessoas a Barcelos. Aliás a Feira é uma alavanca identificada do turismo local e um dos principais muniçadores da promoção do artesanato e de muitas actividades tradicionais no concelho de Barcelos e arredores.

Urge valorizar e preservar cada vez mais os atributos autênticos desta feira de forma a que ela continue a ser uma alavanca do turismo local, e que o espaço onde se desenvolve, assim como as actividades que a compõem, mantenham o seu espírito para que a satisfação e a experiência de quem visita Barcelos correspondam às expectativas normalmente criadas. **Para o efeito é de capital importância redimensionar um dos talhões e coloca-lo em exclusivo ao serviço dos artesãos e artesanato de Barcelos.** Esta acção é de fulcral para a manutenção dos atributos de diferenciação deste evento.

Em termos de vectores estratégicos de desenvolvimento esta feira aparece como trave mestra para a sustentação de uma política de turismo que promova o

desenvolvimento do mundo rural e a promoção das actividades agrícolas, na medida que esta é um palco privilegiado para o escoamento de produtos e para potenciar o plurendimento de muitas famílias que tem o artesanato e agricultura com fontes de rendimento. A estratégia concelhia de desenvolvimento sustentada no turismo e no espaço rural tem obviamente que ter presente o papel da Feira enquanto recurso de atracção e muniador de algumas actividades do mundo rural, e como tal este evento deve ser tratado como factor integrante da política de desenvolvimento da estratégia global.

Em termos gerais, deve potenciar-se uma maior preponderância na feira de actividades ligadas à comunidade artesanal concelhia, mantendo a ligação que a feira ainda possui relativamente às actividades tradicionais do mundo rural e agrícola da região, na medida em que estes dois factores são os vectores da sua identificação e diferenciação no concelho de Barcelos.

De referir que foi outrora esta feira um dos elementos que mais promoveu o conhecimento do artesanato de Barcelos, sempre associado à tradição, cultura e tipicidade e que urge manter, por forma a que este seja, no futuro como hoje, um recurso de atracção de eleição para o concelho de Barcelos.

Perante o exposto importa dar mais visibilidade turística a este recurso de eleição, inquestionavelmente considerado um factor de imagem da cidade de Barcelos, gerador e condicionador de experiências durante a estada ou passagem na cidade e alavanca complementar do desenvolvimento do mundo rural. Por estas razões devem no **contexto da área de Protecção Turística definida para o Centro Histórico de Barcelos ter um tratamento que permita a manutenção e a potenciação dos factores aqui plasmados em prol da estratégia concelhia para o Turismo e Espaço Rural. Assim como criar incentivos para o regresso dos artesãos à feira com o objectivos de recuperar efectivamente o talhão dos artesãos na feira de Barcelos. Elemento que muito contribuiu para a valorização do artesanato e que urge ser recuperado. Este talhão justifica-se ainda no âmbito da definição da Área de Interesse Turístico para as freguesias onde se registam o maior numero de artesãos e oficinas que trabalham no artesanato. Este terá como missão funcionar como “porta de entrada” para o**

**conhecimento desta área, onde o artesanato e às actividades oláricas são historicamente a base da economia.**

Para além da Feira de Barcelos, ícone maior neste item, existem outras feiras de natureza local nas freguesias que não assumem grande relevância em termos turísticos, No entanto merecem também ser tratadas como actividades complementares de animação/compras nas políticas de turismo no espaço rural a definir. Estas devem também constar sempre documentos promocionais do concelho e respectivos produtos.



#### 4.4.3.1. *Folclore e Património Etnográfico*

No item relativo às feiras deve fazer-se uma abordagem ao folclore e à etnografia do concelho, uma vez que estes aparecem sempre associados às festas e romarias, e até mesmo à feira. Todavia o espaço de maior visibilidade, no que concerne ao folclore é, naturalmente, a festa e a romaria, visto ser onde mais se faz sentir a tradição e os costumes do povo. Embora a feira de Barcelos seja muito importante neste aspecto, todavia em termos de esplendor folclórico, as festas e as romarias assumem uma vertente mais efectiva.

O Concelho de Barcelos, fruto do intenso associativismo existente, nomeadamente ao nível desportivo, cultural e etnográfico, tem inúmeros ranchos/grupos folclóricos com um papel preponderante na manutenção das tradições orais do concelho, assim na preservação de utensílios agrícolas e, fundamentalmente, no traje típico do Vale do Neiva, Cávado e Este. Estas associações com um trabalho notável na preservação das tradições, são agentes vivos da cultura de cada uma das áreas que representam e são embaixadores, do concelho e da região, destas nos inúmeros locais onde espalham a sua música, dança e canto, quer no País ou no Estrangeiro. De igual modo são agentes que promovem a animação etnográfica de inúmeras festas e romarias no concelho, ao mesmo tempo que organizam e participam em festivais folclore. Naturalmente que esta realidade e todo o trabalho desenvolvido por estes “entes vivos” da cultura concelhia deve ter visibilidade na estratégia de valorização turística do concelho, nomeadamente no que concerne à valorização do património oral. Devem portanto ser considerados parceiros estratégicos na

valorização, preservação e manutenção da cultura popular assim como na organização e promoção de animação cultural e etnográfica no concelho, na medida em que são as melhores fontes para ler o nosso passado recente, ao nível do traje, tradição oral, dança, trabalho, utensílios e economia. É em conjunto com estes que se deve reunir sinergias e definir actividades de animação folclórica e etnográfica, para além das existentes, por forma a implementar a animação turística e cultural do concelho de Barcelos e assim conferir-lhe maior visibilidade turística. Desta forma poderá dar-se maior força e proactividade a agentes vivos da cultura local – os ranchos folclóricos. Esta realidade deverá ser transversal a outro tipo de associações e entidades com o mesmo âmbito, que desenvolvam a sua actividade na preservação e manutenção da tradição e que possuam um trabalho de natureza cultural digno de registo.

#### 4.5. *Artesanato – Um Vector de Identidade a Potenciar*

O artesanato é, actualmente, um património de valor inestimável, parte da herança cultural da região e uma tradição popular que merece ser apoiada e divulgada, de forma a garantir o gosto e a valorização do património cultural e a preservação da herança cultural legada pelos antepassados.

É também uma forma de arte no presente e, fundamentalmente, um vector de cultura que atravessando “o túnel do tempo” mostra as tradições e a vivência do passado, conferindo a identidade e o equilíbrio de que se precisa para vincar a diferenciação do presente e do futuro.

O artesanato barcelense exprime-se por todo o concelho nas suas mais diversas formas e matérias (Cerâmica, Madeiras, Cestaria, Tecelagem e Bordados, Couros, Ferro e Derivados) nas oficinas dos artistas da arte popular. Na memória de todos os minhotos, e no quadro de honra dos que fazem do artesanato a sua arte, estarão certamente os ilustres mestres barcelenses: Rosa Ramalho, Mistério, Rosa Côta, Arménio Coelho, entre muitos outros que elevaram o nome da arte popular e dignificaram o trabalho dos centenas de anónimos que dedicaram a sua vida a esta arte.

Artesanato é património concelhio e nacional, nomeadamente as produções da Olaria e Figurado, e dever-se-iam encetar acções de médio prazo que visassem a classificação deste recurso como tal. Esta seria uma acção tendente à manutenção de uma das marcas de identidade mais fortes deste concelho e, até, do País. Este tipo de argumentos são vitais como factores de diferenciação no seio da globalização crescente que se assiste na sociedade em constante mutação.

O Artesanato é um património que deve cada vez mais ser redutor da atracção turística a este concelho e região, uma vez que os fluxos turísticos buscam, nos dias de hoje, muito mais que o lazer e o ócio, o autêntico e o original num claro movimento de regresso “às origens”. Motivações para as quais as produções artesanais constituem um recurso de eleição.

A arte popular de um país constitui um complexo cultural definido pelo conjunto das particularidades que representam formas distintas de integração da cada região num todo nacional. As expressões culturais locais, longe de revestirem um aspecto uniforme, resultam das condicionantes da envolvente e da imaginação criadora do homem que vive num determinado contexto sócio-cultural e geográfico. Estas considerações sobre a arte popular, vulgo artesanato, encorparam na íntegra a origem e tradição do artesanato deste concelho.

No panorama artesanal deste concelho destaca-se o trabalho no barro que, até hoje, continua a reflectir-se em termos percentuais na economia local. Contudo, e dada a grande profusão de unidades de trabalho no barro e cerâmica e suas características peculiares, não é fácil escapelizar o que são unidades artesanais, fabris, ou unidades fabris familiares. O importante é considerar a olaria e a cerâmica como uma fonte e como sector económico e tentar localizar os focos geográficos onde mais se faz sentir esta actividade.

Na região Norte, o grande centro cerâmico da louça vulgarmente “designada” de vermelha é o concelho de Barcelos e algumas localidades vizinhas como Prado e Cabanelas.

A olaria e a cerâmica, por razões históricas, reflectem-se muito na faixa do concelho que se posiciona a nordeste e que contempla as freguesias de Galegos S. Martinho, Galegos ST<sup>a</sup> Maria,

Lama, Oliveira, Ucha e Areias S. Vicente, a caminho de Prado e Cabanelas, no concelho de Vila Verde, com fortes tradições a este nível, conforme o referenciado anteriormente. Este facto testemunha a longevidade destes fenómenos nestas terras, ricas em barro e águas, que desde muito cedo despertaram a cobiça do homem. Em jeito de apontamento histórico, e para que melhor se perceba a importância do barro nestas freguesias, refira-se que a implantação da citânia de Roriz/Oliveira junto a estas localidades, a qual abarca toda esta região, dever-se-á precisamente à existência de muito barro e água que facilitava a confecção de materiais cerâmicos e oléricos. Facto com reflexos na realidade quotidiana, uma vez que grande parte da economia destas freguesias ainda se baseia neste elemento, projectando esta área do concelho de Barcelos como uma das mais fortes em termos cerâmicos e oléricos de Portugal juntamente com Reguengos, Beringel, Vila Real entre outras. Poder-se-á aqui elencar a origem de uma ancestral indústria de Cerâmica.

Recorda-se que já no século XV existiam referências aos barros e bonecos de Prado, conforme o prova Eugénio Lapa Carneiro ao referir-se a um episódio do Bispo D. Frei Bartolomeu dos Martires no Concilio de Trento, numa altura em que o “Barro de Prado passou mesmo a ser considerado, nas ironias populares, como matéria-prima para modelar o tipo pretensioso – Se os quer melhores mande faze-los a Prado – dizem quando se nota algum defeito ou má qualidade achadas por um rigorismo fátuo”. Segundo Lapa Carneiro esta anedota terá mesmo alcançado o virtuoso Prelado Bracarense que ter-se-á pronunciado sobre a venalidade carnal dos padres da sua diocese em pleno Concilio Trento da seguinte forma “ *Só em Prado conheço os que não pecam, mas esses são de barro e se Vossa Santidade quer, para cá lhe mando alguns assim formados*”. Este curioso episódio, na sua génese, alude à existência de uma forte notoriedade de trabalhos em barro em toda esta região de Barcelos a Prado, dando continuidade ao contexto sócio - cultural identificado anteriormente.

Já em termos de louças as mais antigas referências ao fabrico de louça de Prado remontam ao século XVII. Sabe-se também que, nos séculos XVIII e XIX, se

vendia louça de Prado (concelho extinto que cedeu a maior parte das suas freguesias ao concelho de Barcelos<sup>10</sup>), em várias regiões de Portugal e na Galiza.

No final do século XIX, Rocha Peixoto regista a existência de mais de uma centena de oficinas artesanais na região de Barcelos, facto que traduz bem da importância desta actividade para a economia da região. De referir que nesta altura a Feira de Barcelos era o palco privilegiado para escoar estes produtos dada a importância económica, social e cultural que já então possuía. As feiras de Ponte de Lima e de Vila Nova de Famalicão eram também locais usuais para o escoamento destes produtos. No que toca à feira de Barcelos é de referenciar o facto de, volvidas décadas e séculos, continuar a ser o palco privilegiado para a venda deste tipo de material, muito embora hoje existam outras formas de venda e distribuição dos produtos.. O número de oficinas artesanais é hoje de cerca de cinquenta. Contudo este número será efectivamente maior até porque a diferença entre

<sup>10</sup> Naturalmente que este contexto é cultural e geograficamente indexado ao concelho de Barcelos por dois factores fundamentais.: Primeiro porque as freguesias de Barcelos onde esta riqueza existe são contíguas à localidade de Prado e, em segundo lugar, porque as freguesias que

cerâmica tradicional e industrial, em alguns casos é difícil de efectivar.. Aliás, em visita a algumas unidades fabris, facilmente concluímos que é difícil qualificar o processo de “puramente industrial”, uma vez que, no caso da cerâmica decorativa todo o trabalho final é manual, e nem sempre feito na mesma unidade. Por vezes é, subcontratado o trabalho a pequenas unidades familiares especializadas nesta ou naquela tarefa.

Actualmente de acordo com as tendências e outras indicações veiculadas pelo *Trade*, parece inquestionável que se desenvolve em ritmo crescente a apetência pela fruição dos short - break´s e pela procura dos recursos turísticos de natureza tradicional, onde o artesanato tem naturalmente um papel importante . A nível nacional, tanto os estrangeiros que nos visitam como os nacionais (sobretudo os designados turistas de classe média dos grandes centros urbanos), são atraídos pelo regresso às origens, pela fuga ao “stress” e à sintetização crescente da sociedade actual, em busca do equilíbrio que o património e as artes tradicionais como testemunhos do passado lhe conferem.

O espaço geográfico, agora em análise, é rico em unidades de produção cerâmica e artesanal, especialmente o espaço afecto às freguesias de Galegos S. Martinho, Galegos Stª Maria, Areais S. Vicente e Lama e em menor dimensão nas freguesias de Oliveira e Ucha S. Romão. Este facto abre excelentes perspectivas de aproveitamento turístico das unidades produtivas artesanais, oficinas artesanais e das próprias unidades fabris cerâmicas. **Em termos estratégicos cremos que a questão cultural reside na necessidade de pensar e de organizar em novos moldes a fruição colectiva deste património de forma a poder satisfazer e estimular com dignidade cultural a curiosidade e o desejo de evasão dos visitantes e turistas.**

Esta questão é tanto mais importante, se tivermos em conta os seguintes elementos existentes no espaço geográfico das freguesias em análise:

- ❑ Grande número de oficinas tradicionais de artesanato e unidades produtivas artesanais;
- ❑ A grande concentração de unidades produtivas artesanais, testemunhos do passado relacionado com as actividades olárica e cerâmicas, que potênciam a definição de estratégias de forma a que o turismo seja utilizado de forma sustentada;
- ❑ Forte apetência pela fruição pois, as motivações turísticas apontam para uma cada vez maior, busca de produtos e destinos turísticos que tenham o património cultural e etnográfico como ingrediente principal;

Existem porém alguns condicionalismos que inibem a exploração destes recursos, especialmente devido à falta de condições de fruição turística e comercial das oficinas artesanais, unidades produtivas e unidades fabris de cerâmica. Por outro lado não existe uma marca distintiva a este nível,

---

faziam parte do extinto concelho de Prado cedo passaram para o concelho de Barcelos transmitindo o contexto referido para o seio do concelho de Barcelos.

nesta área das artes e ofícios, que cumulativamente, implemente a sua imagem comercial. A Sinalização das oficinas é também um condicionalismo que urge resolver, facto que ganha mais preponderância se tivermos em conta que a acessibilidade a algumas oficinas não é muito fácil e, mesmo existindo, sinalização algumas tipologias de veículos não tem acesso às mesmas. Estas realidades inibem em grande escala a fruição mais

globalizada deste recurso. Todavia, para este procura-se uma estratégia de fruição sustentada que se cabimente dentro das expectativas da procura latente.

Perante esta realidade urge a implementação de medidas que se direccionem para a:

- ❑ Necessidade de criação de meios de fruição turística deste património e a sua respectiva valorização. (os roteiros turísticos podem ser, efectivamente, uma forma de integrar esta oferta patrimonial tornando-a disponível e conseqüentemente promovendo a sua viabilização).;
- ❑ Necessidade de criação de uma Marca distintiva de certificação;
- ❑ Readaptação as instalações fabris, ligadas à cerâmica e olaria, para fruição e interpretação patrimonial e histórica.;
- ❑ Valorização do Turismo Industrial na óptica relacionada com a actividade cerâmica;
- ❑ Valorização da arqueologia industrial.;
- ❑ Restruturação das Oficinas artesanais com vista a promover a maior fruição turística e comercial das mesmas.;
- ❑ Sinalização Turística das Oficinas.;
- ❑ Conservar o “ *Saber-fazer*” e as técnicas oláricas tradicionais desta região.;
- ❑ Criação de uma área de Interesse Turístico Relevante baseada no recurso artesanato e produção cerâmica para servir de alavanca estruturante para o desenvolvimento turístico de toda esta região e inerentemente promover a viabilidade económica desta região;
- ❑ Adopção de uma sinalética própria para esta área, nomeadamente fazendo valer o estatuto aqui proposto.
- ❑ Redimensionar a promoção deste espaço, não somente como área artesanal mas como uma região com significado histórico, económico e cultural relevante para o concelho de Barcelos e região em geral.
- ❑ Criação de corredores artesanais temáticos.
- ❑ Criação de um núcleo interpretativo das artes e ofícios oláricos e cerâmicos;

Para além das medidas de diferenciação do artesanato e da cerâmica local em implementação , é fundamental que se entenda esta área como uma região de vocação estratégica para o Turismo Cultural e Industrial. Por isso, neste documento,

propõe-se a delimitação da área geográfica do concelho de Barcelos, composta pelas freguesias de Galegos S. Martinho, Galegos Stª Maria, Manhente, Areias S. Vicente, Lama e Oliveira, como uma **Área de Interesse Turístico Relevante (Marcada a Cinzento na Carta)** .

Esta classificação justifica-se pelo facto de existir um património artesanal com grande potencial a explorar, nomeadamente através de actividades de fruição e interpretação das oficinas dos artesãos. A assunção destes objectivos potenciaria a preservação das práticas artesanais desta região promovendo a manutenção de um legado patrimonial identificativo destas gentes. Por último as unidades fabris de cerâmica podem encontrar no turismo uma fonte de receita extra, desde que abram as unidades à fruição e interpretação do “ciclo do barro” promovendo para o efeito o turismo industrial baseado na arqueologia artesanal. Neste prisma unidades já desactivadas poderiam ter uma nova dinamização através da sua reconversão em núcleos interpretativos da actividade cerâmica e olárica. No seu conjunto estas acções potenciariam a criação de emprego e a obtenção de mais valias por parte dos artesãos e empresários da área da cerâmica.

Estas são as principais razões subjacentes a esta proposta que visam a preservação das tradições oláricas e cerâmicas do concelho enquanto vectores de identidade. Esta classificação visa também condicionar a destruição dos atelieres e oficinas fabris e artesanais e potenciar o aproveitamento e reconversão destas para a actividade turística.

Como referido no preâmbulo deste ponto as tradições artesanais deste concelho alargam-se para outros domínios do saber, diferentes do Barro e Olaria, e contemplam a tecelagem, borbados, madeiras, ferro e derivados. Também eles testemunhos da realidade da sociedade barcelense de antanho. A cultura do linho era vulgar nas freguesias a sul do Cávado, especialmente na freguesia de Remelhe. Todavia esta actividade desapareceu fruto da evolução da indústria têxtil e do aparecimento de novos materiais mais baratos e de melhor confecção. Mas o “saber fazer” nunca se perdeu e ainda hoje existem muitas famílias que herdaram este

legado do passado. Este legado é também uma marca identificativa do concelho no contexto artesanal nacional.

Em termos geográficos, ao nível dos Linhos, Tecelagem e Bordados, destacam-se as freguesias de Carreira S. Miguel pela tradição na confecção dos Bordados de Crivo, e Gilmonde pelos trabalhos em Tecelagem em Linho e Algodão. Naturalmente que estas freguesias não centram o “saber fazer” relativo a estas actividades na medida em que existem outras freguesias onde se encontram artesãos nestas áreas, nomeadamente : Couto Cambeses, Bastuço S.João, Sequeade, Fonte Coberta ( Bordados ); Goios, Lijó, Areais de Vilar, Airó, Vila Frescainha S. Pedro e Barqueiros (Tecelagem).

Estas são as actividades artesanais mais representativas do concelho de Barcelos a seguir ao artesanato artístico em Barro e Olaria e como tal deverão ser alvo de acções que visem a sua preservação e manutenção. Esta concretização poderá fazer-se através da criação de cenários de fruição e visibilidade deste tipo de artesanato, da integração dos atelieres dos artesãos em rotas turísticas e ainda através de um trabalho minucioso de sinalização turística. Paralelamente a estas

acções estruturantes deve ser implementada a certificação deste tipo de artesanato ao abrigo de uma das formas legais disponibilizadas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Esta medida permitiria aos produtos artesanais desta tipologia usufruir de atributos de diferenciação de qualidade que potenciariam a sua distribuição e venda comercial, com benefícios para os artesãos e para a imagem do artesanato do concelho. Esta questão da certificação é também especialmente importante para o caso dos Bordados de Carreira S. Miguel (Crivo).

O artesanato em madeira, vime, ferro, cobre e latão é também uma realidade no concelho de Barcelos, e acresce à riqueza artesanal atrás referenciada. Este potencial e diversidade artesanal deve ser valorizado e capitalizado em termos de imagem turística do concelho. De notar que o artesanato em Madeiras e Vime tem, no concelho grande tradição uma vez que outrora foram alavancas de desenvolvimento de algumas freguesias Barcelenses. São especialmente conhecidas famílias que se dedicaram, durante décadas, á confecção de Cestaria para actividades agrícolas diversas. Os muitos carpinteiros e jugueiros que

confeccionavam alfaias agrícolas e artefactos para manuseamento nas actividades do dia a dia eram também muito conhecidos em inúmeras freguesias. Naturalmente que este contexto não se perdeu por completo e ainda existem no concelho algumas famílias e artesãos que trabalham quer em Cestaria e trabalhos em Vime, quer em madeiras e jugos. Muitos deles adaptaram-se aos tempos modernos e manufacturam peças mais actuais e/ou com função nos dias de hoje ou elaboram pequenas miniaturas em madeiras representativas do passado sócio - económico deste concelho.

Apesar de serem artes menores, no contexto artesanal local, a sua preservação e valorização é importante para o seu enriquecimento. A sua inserção na estratégia de valorização é essencial, nomeadamente através da criação de rotas temáticas, da promoção da sinalização turística das oficinas e do alargamento das acções de certificação respectivos.

Em termos globais o concelho de Barcelos é uma área geográfica onde se desenvolvem inúmeras actividades artesanais de áreas de saber diversas e que encerra no seu espaço uma maior vocação histórica para a produção de materiais cerâmicos e com maior relevância na área do artesanato artístico em Barro, possuindo no seu contexto artesanal o “ícone” com mais capital de imagem de todos os símbolos populares nacionais – o Galo de Barcelos – Este, para além de ser o “estereotipo” mais importante do concelho de Barcelos, é um factor de identificação de Portugal na Europa e no Mundo. Importa aqui potenciar, a curto e médio prazo, acções que promovam a diferenciação qualitativa e a preservação deste património identificativo do concelho de Barcelos quer o Galo, a Olaria, o Figurado, a Madeira, o Cobre, o Ferro, o Latão, a Tecelagem e os Bordados. Barcelos pode apresentar um produto artesanal diverso e compósito sem paralelo comparativo em toda a região Norte. É importante capitalizar toda a imagem que o artesanato de Barcelos tem em termos nacionais e estrangeiros e criar acções que promovam a sua inovação e regeneração nas mais diversas artes. Deve no entanto dar-se especial ênfase à olaria, de forma a que este seja sempre um espelho do seu tempo embora adaptado às novas tendências sem perder, porém, a sua identidade e técnicas de

trabalho tradicionais. A Certificação, as Rotas Artesanais, a Sinalização Turística, a Criação de condições de fruição das oficinas e o apoio à divulgação do artesanato,

visando a sua internacionalização, **são acções a considerar como acções estruturantes de apoio ao artesanato.**

#### 4.6. O Enoturismo - Produto Estratégico

Segundo alguns dados históricos foi no Noroeste, no coração mais povoado de Portugal desde os tempos asturo - leoneses, que a densa população cedo se espalhou pelas leiras de uma terra muito retalhada.

A partir do século XII surgem já muitas referências à cultura da vinha cujo incremento partiu da iniciativa das corporações religiosas/ordens religiosas que cedo se instalaram na península ibérica para solidificar a fé cristã, e também da contribuição decisiva da Corôa que incrementava a rentabilização das terras e a fixação da população.

A viticultura terá permanecido incipiente até aos séculos XII-XIII, altura em que o vinho entrou definitivamente nos hábitos das populações do Entre-Douro-e-Minho, tornando-se então num bem essencial para a Coroa e ordens religiosas. A própria expansão demográfica e económica, a intensificação da mercantilização da agricultura e a crescente circulação de moeda, fizeram do vinho uma importante e indispensável fonte de rendimento.

Embora a sua exportação fosse ainda muito limitada, a história revela-nos que terão sido os «Vinhos Verdes» os primeiros vinhos portugueses conhecidos nos mercados europeus (Inglaterra, Flandres e Alemanha), principalmente os da região de Monção e da Ribeira de Lima, devido às suas localizações geográficas mais junto ao mar e à fronteira, em detrimento das restantes áreas onde se produzia este néctar.

No século XIX, as reformas institucionais, abrindo caminho a uma maior liberdade comercial, e a revolução dos transportes e comunicações irão alterar, definitivamente, o quadro da viticultura regional.

A orientação para a qualidade, regulamentação da produção e comércio do «Vinho Verde» surgiram no início do século XX, tendo a Carta de Lei de 18 de Setembro de 1908 e o Decreto de 1 de Outubro do mesmo ano demarcado, pela primeira vez, a «Região dos Vinhos Verdes».

Questões de ordem cultural, tipos de vinho, encepamentos e modos de condução das vinhas obrigariam à divisão da Região Demarcada em seis sub-regiões: Monção, Lima, Basto, Braga onde se insere o concelho de Barcelos, e ainda Amarante e Penafiel.

É este manancial, cultural e histórico, que está presente no cultivo e na produção dos vinhos verdes em Barcelos e que urge chamar para a ribalta da promoção do turismo do concelho. De nota que o



concelho de Barcelos possui inúmeros solares e casas solarengas, cabeças de grandes explorações agrícolas e onde a tradição da produção do vinho está bem enraizada na arquitectura e na estrutura destas habitações, que despontam sobriamente do seio das paisagens verdes deste concelho.

Se o tempo e a história marcam a identidade de cada espaço geográfico, o vinho é uma expressão da nossa cultura e identidade. A própria paisagem concelhia é também ela um produto histórico de determinações sociais, onde a cultura da vinha tem um papel preponderante ao longo dos tempos. Neste contexto, o enoturismo é uma forma de descobrir e fruir a região assim como interpretar a cultura e o “*modus vivendi*” das gentes do nosso concelho. Por outro lado é uma forma de potenciar a interligação dos produtos : **vinha / turismo no espaço rural / gastronomia**, na assunção de que, através deste tipo de turismo, os visitantes poderão contactar mais facilmente com a autenticidade do mundo rural. É inquestionável que a aposta clara numa política de enoturismo potencia a preservação das vinhas e a valorização do património paisagístico, arquitectónico e museológico, promovendo, ao mesmo tempo, os produtos gastronómicos e artesanais da região. Naturalmente que uma política deste género pode combater a desertificação do mundo rural e cria cenários de interpretação do mundo rural e situações de pluri – rendimento altamente vantajosas para a economia e bem – estar das populações. Aliás, a ordenação e o desenvolvimento rural devem favorecer a diversificação das actividades económicas, estimulando a valorização dos produtos regionais e estabelecendo circuitos comerciais geridos pelos produtores, promovendo actividades ligadas ao turismo e ao lazer, sob controle das colectividades e sem degradação do meio. Esta é a ideia geral de uma das principais conclusões retirados do colóquio hispano-francês sobre espaços rurais, realizado em Madrid em 1983.

Segundo a região demarcada do Vinhos Verdes, Barcelos tem 9 rótulos registados. Estes caracterizam-se por serem medianamente alcoólicos e de óptimas propriedades digestivas características conferidas pela sua frescura e especiais qualidades.. A originalidade dos “verdes” deste concelho é o resultado das características do solo, do clima, de factores sócio-económicos, das peculiaridades das castas regionais e das formas de cultivo da vinha. Muitos especialistas falam da existência de factores micro-climáticos, na parte central do concelho por onde passa o Cávado, que favorecem a produção deste vinho, que associado ao tratamento e dedicação fornecida nas fases da produção culmina num vinho de raras qualidades.

O concelho de Barcelos tem-se assumido, nos últimos anos, como um dos maiores produtores de vinhos de toda a região demarcada, fruto da reconversão da estrutura vinícola do concelho e do ressurgimento de empresários com grande espírito de iniciativa e com grande sentimento de valorização deste produto . Este encontra, nas margens do Cávado e na parte central do concelho condições excelentes para a sua desenvoltura. Por outro lado, há toda uma experiência acumulada ao longo de centenas de anos, de dedicação ao vinho e à vinha por parte da população deste concelho. As novas tendências da sociedade fizeram das estruturas de produção vinícola em locais apetecíveis para fruição e lazer, e ainda conducentes à valorização do património rural e arquitectónico. Para além da valorização do vinho estes locais apresentam-se pela sua valia patrimonial, etnográfica e simbólica como potenciais locais para a pratica do Enoturismo. Existem 3

quintas(Quinta do Convento da Franqueira; Solar dos Azevedos na Lama e Quinta de Santa Maria em Rio Covo St<sup>a</sup> Eulália) a laborar nesta modalidade e a usufruir dos benefícios promocionais da Rota dos Vinhos Verdes.

Em Barcelos, segundo o Instituto da Vinha e do Vinho, existem **19.829.828 m<sup>2</sup>** declarados de vinha, o que faz do concelho de Barcelos o sexto concelho com mais área vitícola da Região Demarcada dos Vinhos Verdes. E se existem áreas de exploração vinícola recentes, fruto da reconversão da floresta e de alguns solos, e como tal sem grande valor patrimonial, por outro lado existem locais de grande valor e tradição vinícola associados a imóveis de grande valor patrimonial que podem ser potenciados para o enoturismo.

Estes locais associam a vertente monumental a um espaço vinícola de uma forma verdadeiramente fantástica, conferindo às áreas onde se encontram inseridos um património paisagístico ímpar e por isso diferenciador . Perante este cenário urge definir medidas que protejam as áreas envolventes a estes espaços de forma a proteger o seu enquadramento patrimonial e paisagístico .

Mais, existe a necessidade de sensibilizar os produtores para valorizar o vinho verde e as suas Quintas como locais de enoturismo, e a abrir “as portas” das quintas, de forma sustentada, à fruição turística, nomeadamente através de visitas interpretativas e provas de vinhos entre outras actividades que valorizem todo o património associado a estas quintas e ao ciclo do vinho.

#### Quadro 10

##### Produtores e Engarrafadores de Vinho Verde do Concelho de Barcelos em 2003

<b>Produtores de Vinhos e Adegas Regionais</b>	<b>Localidade</b>
Francisco Brito Limpo Trigueiros	Lugar de Torre de Moldes - Remelhe
Joaquim Miranda Campelo e Filhos	Lugar de Monte Real – Moure
Sociedade Agrícola Casa do Adro, Lda	Lugar do Assento – Encourados
Prov. Portuguesa Hosp. S.João de Deus	Areias de Vilar
Adega Cooperativa de Barcelos	Lugar da Pena - Gamil
Piers Alexander C.Gallie	Q.ta Convento da Franqueira – Pereira
Sociedade Agrícola Quinta de Argemil	Lugar de Mouriz – Perelhal
Vinhos Boucinha	Lugar das Giestas – Alvelos
Soc. Agrícola Quinta de Santa Maria	Lugar da Portela - Carreira
Quinta de Paço	Rio Covo St <sup>a</sup> Eulália
Sogrape, Vinhos S.A	Santo André – Lama
JFS – SOCIEDADE VINICOLA LDA	Barco – Manhente

*Fonte.: C.V.R.D.V.V*

O vinho é a expressão máxima daquilo que a terra fértil, sucacada e modelada a minifúndio nos dá, e por si só um convite para melhor conhecer o espírito e a cultura das gentes desta região. Para que esta premissa se concretize é necessário que se criem condições para o efeito, nomeadamente através de criação de fruição e interpretação deste património monumental e vinícola. Só assim este património poderá ser legado às gerações vindouros pelo que é imperioso que se interpretem, em termos de planeamento, estes locais como locais de grande interesse turístico a proteger e a implementar.

Para o efeito é fundamental que se condicione o uso dos solos nas imediações destes espaços, e se promova a protecção de todo este espaço e a sua dinamização turística.

Naturalmente que as acções a tomar em conta têm que fazer parte de uma política concelhia e até regional de valorização do enoturismo e do próprio turismo no espaço rural.

Desta forma propõe-se, na carta turística do concelho, a delimitação destas áreas quer como **ÁREAS DE APTIDÃO E VOCAÇÃO TURÍSTICA** quer como **ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO RELEVANTE**.

Estas classificações visam assegurar que os espaços e solos afectos a esta actividade não sejam adulterados no futuro nem reconvertidos noutras tipologias de utilização dos solos que possam diminuir o potencial instalado no concelho a este nível. Naturalmente que, desta forma, se promove a preservação do património paisagístico concelhio e do património cultural e etnográfico associado à vinha e ao ciclo do vinho. Visam também potenciar a ligação desta actividade com o turismo no espaço rural e demais unidades de alojamento concelhias de forma a aumentar a duração da estadia no concelho e na região e, ainda, a promoção de Barcelos como espaço de produção vinícola de grande qualidade. **Também podem potenciar a notoriedade dos vinhos verdes locais, dinamizando a actividade e proporcionando aos visitantes a possibilidade de contactar com as nossas tradições rurais e assim interpretar e fruir de uma forma efectiva a nossa cultura e as tradições das nossas gentes.**

QUADRO 11  
Locais potencial para o enoturismo | Proposta

EQUIPAMENTO	FREGUESIA	CLASSIFICAÇÃO	ELEMENTOS DE INTERESSE
Solar dos Azevedos	Lama	AAVT	Área vinícola / Casa Solarenga
Quinta de Vila Meã	Silveiros	AAVT	Área Vinícola/ solar oitocentista
Quinta de Argemil	Perelhal	AITR (C.2.)	Área vinícola e Adega
Quinta do Tamariz	Fonte Coberta	AITR(C.2.)	Área vinícola e adega
Quinta de Santa	Carreira	AITR(C.2.)	Área Vinícola e Adega

Maria			
Quinta Convento da Franqueira	Pereira	AAVT	Área Vinícola /Casa Solarenga/ Fonte da Vida/ Convento
Quinta do Bosque	Remelhe	AITR(C.2.)	Área Vinícola /Adega
Quinta dos Lagos	Remelhe	AITR(C.2.)	Área Vinícola/Lago/Restaurante
Quinta do Barco	Barco-Manhente	AITR(C.2.)	Aérea Vinícola
Quinta do Paço	Rio Covo St <sup>a</sup> Eulália	AITR(C.2.)	Área Vinícola e Edifício
Casa do Hosp. S. João de Deus	Areias de Vilar	AITR(C.2.)	Área Vinícola
Quinta do Campelo	Moure	AITR(C.2.)	Área Vinícola / Adega
Casa do Adro	Encourados	AITR(C.2.)	Área Vinícola / Edifício.
Quinta de Mourens	Silveiros	AITR(C.2.)	Área Vinícola e Unidade de TER.
Quinta da Torrente	Minhotães	AITR(C.2.)	Área Vinícola e Casa senhorial

**AAVT** – Área de Aptidão e Vocação Turística | **AITR** – Área de Interesse Turístico Relevante

Estes são os locais com maior vocação para serem considerados de **excepcional interesse** para o fortalecimento do produto enoturismo no concelho, ao mesmo tempo que contribuem de forma relevante para divulgar o património paisagístico e cultural do concelho de Barcelos .

Estes locais, assinalados na carta turística do concelho, são elementos efectivos do produto turístico concelhio que se devem cruzar e complementar com os demais produtos turísticos locais, nomeadamente o Turismo no Espaço Rural , o artesanato e os circuitos de touring. Destes locais 3 são parte integrante da Rota dos Vinhos Verdes. Alias a Quinta do Convento da Franqueira, para além de ser uma quinta de produção de Vinho, inserida na rota dos vinhos verdes, é também uma unidade de turismo de habitação, ou seja encerra em si 3 valências de grande notoriedade turística.

Em termos estratégicos considera-se de grande interesse a criação e delimitação destas áreas de grande margem de progressão no contexto turístico actual e futuro, uma vez que poderão então servir de alavanca de desenvolvimento, fruição e interpretação do mundo rural e das tradições a este associadas. Esta será também mais uma das formas de preservar e dinamizar o património etnográfico artesanal, vinícola e gastronómico do concelho de Barcelos.

Naturalmente que esta estratégia só terá a devida correspondência se todos os agentes do ramo se motivarem para este movimento, sendo fundamental o seu empenhamento em estratégias em estratégias de dimensão supramunicipal e até supranacional( como é o caso da Carta do Enoturismo Europeia). É vital que se defina um posicionamento estratégico a este nível para que, nos próximos anos, o enoturismo tenha uma progressão positiva e sustentada no concelho.

Urge também a realização de actividade de promoção direccionadas e generalistas no concelho que visem a sensibilização dos produtores e posicionem Barcelos no

contexto turístico Minhoto como um concelho de grande potencial vinícola. Por outro lado importa promover este mesmo posicionamento estratégico junto dos operadores que laboram essencialmente neste tipo específico de turismo.

#### *4.7. O Associativismo – Fundamental para a Dinamização Cultural*

O concelho caracterizado pelo seu elevado numero de freguesias possui, em toda a sua área, inúmeras associações das mais diversas tipologias e âmbitos, muito embora as Associações de cariz recreativo, cultural e desportivo sejam as mais numerosas. Naturalmente que a constituição da esmagadora maioria destas associações resulta de movimentos das comunidades locais mais concientes da necessidade de se associar para dinamizar actividades de natureza diversa. De referir que algumas associações existentes desempenham um importante papel na área social digno de registo. Além de representarem a maneira e o modo destas gentes se associar, retractar e espelhar a sua cultura e tradições. Em termos turísticos destacam-se pelo seu relevante interesse cultural e artístico, havendo mesmo algumas destas associações que possuem visibilidade turística de grande dimensão.

Importa que, em termos de animação e actividade turística, os organismos com responsabilidade a este nível e os próprios agentes concelhios, nomeadamente os que tem a seu cargo a animação turística e os hoteleiros, saibam concertar-se com estes organismos e assim possam capitalizar em termos de animação turística, o dinamismo e o know-how instalado na maioria destas associações. Estas são não só alavancas de dinamização cultural, desportiva, etnográfica, folclórica, ambiental e gastronómica do concelho, mas também elos de ligação à comunidade. A estratégia turística não pode ser implementada se as comunidades locais não estiverem concientes dos seus objectivos ou não se identificarem com esta em virtude da mesma, apesar de usar os atributos culturais, etnográficos e identificativos da comunidade, não contar com a sua participação. Esta realidade aplica-se a cada um dos eixos estruturados neste documento: o património, turismo no espaço rural, enoturismo, ambiente, artesanato ou outro. No entanto sem a participação da comunidade local dificilmente se conseguirá uma imagem corporativa de cada um destes eixos.

Naturalmente que a concertação com as associações é **um acto de gestão estratégico** para a concretização de cada um dos eixos plasmados neste documento. Paralelamente, é uma relação de simbiose entre as partes, na medida que o Turismo ganha com a participação destas associações nos projectos a implementar e as associações, enquanto representantes da comunidade ou parte desta, lucram com os fluxos económicos resultantes do efeito multiplicador do turismo, na assunção dos princípios da sustentabilidade desejáveis para a actividade turística na sua relação com as comunidades e com o meio onde se desenvolvem. Em termos estratégicos, o turismo é um sistema que interage com todos os agentes que se explanam no meio, e consequentemente uma forma de promover a interacção com agentes locais.

Neste sentido, importa encetar uma política de comunicação com estas associações de forma a potenciar a sua participação na dinamização da animação turística, cultural e desportiva da concelho. Por outro lado urge uma melhor promoção das suas actividades de forma a conferir-lhe mais visibilidade.

Os agentes concelhios que laboram no Turismo e áreas afins devem fazer destes organismos parceiros estratégicos para a valorização da actividade turística.

#### *4.8. Equipamentos Turísticos – Os Recursos de Fixação*

Nas últimas duas décadas o concelho de Barcelos tem sido alvo de avultadas melhorias rodoviárias, e não somente no espaço dito de urbano mas também nas zonas menos próximas do centro do concelho onde se aloja a cidade de Barcelos.

Contudo, o grande número de freguesias que o concelho encerra (89) leva a que as dificuldades de modernização aos mais diversos níveis, seja extremamente lenta. Exemplo desta situação é o sistema de saneamento e abastecimento de água. Muito embora as freguesias mais próximas da cidade tenham já este tipo de infra-estruturas, estas somente agora começam a chegar às freguesias mais periféricas

do concelho, nomeadamente nos topos norte e sul, encontrando-se neste momento em execução a parte sul.

No que toca às águas o concelho, está sediado no seu território o centro de captação de água no rio Cávado, que abastece grande parte dos concelho a Norte da Região Metropolitana do Porto até Braga (V.N. Famalicão, Vila do Conde, Povoia de Varzim, Braga e Guimarães). Este processo permitiu o mais rápido difundir da água canalizada a algumas áreas do concelho.

Em termos de saneamento, e apesar da construção da ETAR de despoluição do Rio Cávado e tratamento de esgotos, reconhecem-se algumas dificuldades a este nível em grande parte do concelho dado que a grande maioria ainda não se encontra abrangida por este tipo de infra-estrutura.

No que toca a equipamentos de natureza desportiva, assinala-se a abertura, relativamente recente, do complexo das piscinas municipais com campos de ténis e campos de Basket que enriqueceu as infra-estruturas do concelho a este nível e, em especial, a cidade. Outros recentemente concluídos como o gimnodesportivo da freguesia de Viatodos que servirá as freguesias a sul da cidade. E, embora não se possa dizer que o concelho está bem servido ao nível de infra-estruturas desportivas, assinalam-se 117 infra-estruturas para a prática desportiva, a dividir entre campos de jogos,

polidesportivos, ginásios, piscinas, campos de ténis e ringues. A juntar a estes a pista de motocross de Quintiães que acolhe importantes provas desta modalidade.

Assiste-se, no entanto, a uma grande concentração deste tipo de infra-estruturas no perímetro urbano da cidade desequilibrando por completo o equilíbrio que se deseja a este nível. Por outro lado, o Estádio “Cidade de Barcelos” e toda a área desportiva adjacente, acentuou ainda mais a dependência do Concelho da sua sede.

Ao nível desportivo não se pode deixar de referenciar o papel proactivo na formação dos jovens do concelho por parte do Oquei Club de Barcelos, o Hóquei de Barcelinhos e a Associação Desportiva de Barcelos, ( o Hóquei patinado que tem muita tradição neste concelho); e em termos de futebol o Gil Vicente F.C.

No entanto, existem dezenas de associações desportivas espalhadas pelo concelho que muito tem contribuído para o desenvolvimento do desporto e das suas infra-estruturas. A prova-lo o facto de o concelho de Barcelos ser o único no país que possui um campeonato e taça de futebol interno à margem dos campeonatos regionais das Associações de Futebol e Inatel. Esta iniciativa tem vindo a capitalizar cada vez mais a atenção das associações locais que deixam os outros campeonatos para se juntar ao concelhio.

Fora deste âmbito, destacam-se as estruturas de prática de Hipismo, na Escola Agrícola de Alvito S.Pedro, no Centro Equestre de Barqueiro e na Quinta de St<sup>a</sup> Comba, na freguesia da Várzea, que atraem muitos forasteiros para a prática deste desporto. Por último uma referência para o Parque da cidade de Barcelos que se afigura como o único espaço de lazer propriamente dito no concelho, local onde se insere um pavilhão desportivo, campos de ténis, parque infantil e zona para percursos de manutenção e actividades desportivas pedestres, isto num contexto de zona verde, com lago, bar e parque interpretativo de aves. Contudo, refira-se a necessidade de intervir neste espaço, onde se realiza anualmente a Mostra de Artesanato e Cerâmica de Barcelos, para que este seja efectivamente um espaço de lazer efectivo para os Barcelenses e um pulmão no meio da cidade que ano após ano vê a sua malha urbana ficar mais extensa. Urge aqui, uma intervenção paisagística para modernização deste espaço nobre bem no centro da cidade de Barcelos.

A nível cultural e para além do Museu Arqueológico, muito procurado pelos turistas, onde se aloja o Padrão do Galo, percursos da Lenda do Galo, de referir também o Museu de Olaria, que para além de único ao nível nacional, é uma referência pedagógica e de investigação ao nível da cerâmica e olaria e um vértice fundamental de apoio aos artesãos do concelho de Barcelos. A sua fama ultrapassou já fronteiras e, por isso, é muito solicitado para visitas em grupo vindos de todo o lado.

A Biblioteca Municipal é também uma referência cultural da cidade, não só pela sua localização, num edifício medieval no centro da cidade de Barcelos, mas também pela sua actividade proactiva ao nível dos eventos culturais da cidade. As 2 galerias

de arte, uma delas inserida no salão gótico da Câmara Municipal tem dinamizado muito a vida cultural da cidade. Por outro lado, a abertura de um moderno Auditório (Auditório S.Bento Menni) com capacidade para 500 pessoas veio reforçar a capacidade cultural instalada até então e dividida por 3 auditórios : Câmara Municipal ( 250 Pax); Museu de Olaria (100 Pax) e Biblioteca Municipal (100 Pax), aumentado o numero de cadeiras para este tipo de eventos para 950 lugares, o que já é significativo.

O Museu Etnográfico de Chavão é o último equipamento cultural a referenciar instalado no concelho. Encontra-se, ainda, neste momento em instalação o Museu do Rio na antiga azenha junto à ponte medieval que divide Barcelos de Barcelinhos. A Antiga Fabrica Vouga, alvo de um plano de Pormenor, contemplará também a instalação do futuro Museu da Indústria. Existem também alguns núcleos museológicos, nas sedes dos grupos folclóricos. Isto para além de outras infra-estruturas museológicas como é o caso do Museu Etnográfico de Alvito S.Pedro e algumas colecções particulares dignas de registo.

Poder-se-á afirmar que ao nível dos equipamentos culturais este concelho está relativamente bem servido. Contudo a recuperação do antigo Teatro Gil Vicente e a construção do Museu Municipal, ambos bem no centro de Barcelos, contribuirão para redimensionar positivamente esta oferta cultural....

Ainda dentro desta vertente de registar a actividade cultural de algumas associações culturais do concelho que muito dinamizam a actividade cultural da cidade. De referir que, neste momento existem centenas de associações distribuídas pelo sector cultural, recreativo e folclórico que dinamizam e promovem iniciativas de animação diversas.

Turismo é uma actividade que, para além dos prestadores e receptores de serviços turísticos, em sentido estrito, mobiliza a globalidade de um espaço humano e geográfico(país, região, etc) tendo também a ver com as condições de vida, qualidade e vivência desses espaços e com o respectivo património civilizacional e cultural como factores fundamentais para o sucesso e concretização do sector. Desta forma a generalidade dos equipamentos culturais e desportivos são

fundamentais para promover a maioridade cultural de uma sociedade e o seu bem estar, sendo ao mesmo tempo elementos fundamentais para a ocupação dos tempos livres e do lazer das populações locais.

Por isso, não é só a prestação de serviços turísticos que está em causa, mas todas as outras dimensões sociais, económicas e culturais que condicionam o ambiente em geral que se vive na região ou local e que, naturalmente, suscitam no visitante sentimentos de satisfação e exotismo. Desta forma e atendendo um pouco ao referido anteriormente, deve-se ter em conta a qualidade dos equipamentos ao dispor da população e que são alavancas do seu bem-estar social. Só depois de concretizado este objectivo se poderá fazer deste tipo de infra-estrutura um complemento válido para a oferta turística concelhia.



Refira-se, contudo, o facto de o concelho, em especial a sede do concelho, não possuir infra-estruturas de alojamento condizentes com o seu posicionamento em termos de sector do turismo regional. O concelho apresenta um défice bastante elevado neste item, facto que inibe a estada de visitantes no concelho, ao mesmo tempo que promove a fuga de potenciais turistas para outros concelhos nomeadamente para a Póvoa de Varzim, Esposende e Braga. Esta situação é particularmente sensível no período de Maio a Setembro e ainda prejudica a estada dos inúmeros empresários que se deslocam, em trabalho, a Barcelos e que se vêem na obrigação de pernoitar em hotéis de cidades vizinhas. O efeito directo desta actividade, vulgarmente designado de turismo de Negócios, verifica-se somente ao nível da restauração e similares de hotelaria uma vez que na esmagadora dos casos, estes não pernoitam no concelho, facto que inibe uma maior capitalização da presença destes em Barcelos. Todavia, a curto prazo, a avaliar pelos projectos em curso, este condicionalismo está resolvido, com a abertura de unidades de alojamento que invertam esta realidade. Ultrapassado este e outros condicionalismo o concelho, e em especial a cidade, poderá capitalizar em termos turísticos os fluxos de movimentação de pessoas promovido pelo tecido empresarial do concelho.

Num prisma oposto apraz-se a existência de inúmeros estabelecimentos de restauração que em muito dignificam a cidade e concelho e fazem deste uma das referencias gastronómicas da região do Baixo - Cávado. No tocante a

estabelecimentos de animação nocturna, o concelho está relativamente bem servido, registando-se a necessidade de **aparecer mais infra-estruturas deste género no centro histórico por forma a fazer deste um espaço vivo e animado, cumprindo os preceitos definidos**. Esta realidade deve ser extrapolada para o caso dos estabelecimentos de restauração e bebidas, com o intuito de dinamizar os espaços existentes no perímetro histórico da cidade.

A registar, negativamente, o facto de não existir nenhuma infra-estrutura directa de animação turística no concelho de Barcelos, apesar de existir potencial para o efeito, nomeadamente para o produto Golfe. E ainda o facto de não existir uma rede de circuitos e roteiros temáticos que permitam uma leitura mais fácil do imenso potencial turístico do concelho, especialmente de natureza ambiental, patrimonial e artesanal. De igual modo regista-se a inexistência de infra-estruturas de animação turísticas relacionadas com o Rio Cávado e suas margens, apesar de existirem condições naturais óptimas para o efeito. Aliás o recurso turístico "rio" encontra-se numa fase incipiente de exploração turística e será no futuro o recurso alavanca com mais margem de progressão neste concelho. De igual modo o Rio Neiva, apesar de possuir algumas praias fluviais, não tem exploração turística planeada ou organizada oficialmente. O mesmo se passando com algumas praias existentes nas margens do Rio Cávado, nomeadamente em Areias de Vilar, Barcelinhos, Mariz e Perelhal.

A inexistência deste tipo de infra-estrutura de animação turística-ambiental prejudica essencialmente o Alojamento em Turismo no Espaço Rural em Barcelos, uma vez que este elementos são fundamentais enquanto complemento deste tipo de alojamento. Aliás o Turismo no Espaço Rural em

Barcelos regista um numero satisfatório de unidades, que fazem de Barcelos um local de referência neste tipo de produto, paralelamente e , também, no concelho existem infra-estruturas de alojamento complementar na freguesia de Grimancelos. Todavia estas infra-estruturas não são reveladores do potencial instalado para efeito.

Em termos de estratégia turística importa potenciar a criação de condições que, em primeira instância, promovam o bem estar das populações locais e confirmem qualidade cultural e ambiental ao espaço agora em análise, para que posteriormente

estes de elementos integrantes do produto turístico local e acima de tudo sirvam de complemento e recurso de atracção aos recursos de fixação do concelho.

Este trabalho é fundamental para promover a captação de investimentos no sector nas áreas consideradas deficitárias, nomeadamente Hotelaria e Equipamentos de Animação Turística. Urge também por parte dos poderes públicos a criação de condições para promover a exploração dos recursos alavanca do concelho como sejam : o Rio Cávado e as suas margens; Património Monumental(centro histórico); património ambiental e o artesanato.

## 5. Conclusões

( Conclusões provisórias uma vez que o cruzamento da carta arqueológica, patrimonial e ambiental é fundamental para a carta turística)

O presente documento organizado pelos serviços de turismo de Barcelos resulta de uma análise exaustiva das potencialidades e dos recursos que podem servir de base para a implementação de uma nova estratégia de desenvolvimento concelhio que tenha como alicerces a qualidade de vida das populações e a actividade turística. Estes dois vectores devem ser implementados de forma a potenciarem o desenvolvimento do potencial instalado ao nível do mundo rural e para captarem as oportunidades inerentes à existência de um tecido industrial forte.

Naturalmente que a concretização dos pressupostos, acima referenciados, em termos de estratégia, passa em primeiro lugar pela introdução dos mesmos nos princípios de planeamento e desenvolvimento do concelho de Barcelos no médio e longo prazo.

Em termos de arquitectura operacional este documento lança propostas de aproveitamento, salvaguarda e valorização de recursos primários existentes para que os mesmos possam ser potenciados, no futuro, como elementos efectivos do quotidiano das populações locais e como vectores de uma estratégia de turismo sustentado. Os grandes eixos de acção definidos, na sua base, buscam a interligação do meio com as populações locais de forma a criar “mais valor” para a estratégia de desenvolvimento. Nestes eixos destacam-se o Turismo no espaço rural e o turismo de cariz ambiental, como factores estratégicos para o desenvolvimento do turismo. Aliás, grande parte dos incentivos plasmados neste documento visam o desenvolvimento de actividades nestes dois domínios, na consciência plena que estes são vectores importantes no desenvolvimento de um turismo sustentado e de excelência. Por outro lado, estes tipos de turismo coadunam-se integralmente com as tendências actuais e futuras existentes na procura turística, daí a necessidade de um posicionamento forte nestes domínios que podemos classificar de estratégicos.

Chegado ao fim deste trabalho exaustivo é, fundamental, que do mesmo se retirem algumas ilações relativamente à estratégia que o mesmo sustenta. Este embora

possua características de um documento orientador visando promover a orientação da actividade turística dentro do espaço geográfico do concelho aponta também “caminhos” a seguir para o desenvolvimento do concelho. É um documento-estratégia de planeamento que visa congrega diversas sensibilidades, nomeadamente das populações locais, agentes turísticos, com as necessidades latentes da procura turística actual, de modo a que todos em conjunto partilhem das mesmas noções de estratégia. Para efeito este documento encerra elementos que visam planear e projectar o espaço turístico de forma sustentada e gradual e não de forma avulsa e espontânea, para que as acções a desenvolver respeitem as características e capacidade de carga social e ambiental deste vasto espaço que é o concelho de Barcelos. Paralelamente lança linhas de concertação, em

sentido contrário à definição de acções isoladas, à estratégia mais que a reacção e ao planeamento cuidado de médio e longo prazo do que as mudanças apriorísticas sem noções de sustentabilidade. Crê-se que só assim um concelho, região ou país, pode desenvolver a actividade turística de forma efectiva e concertada e não ser um somatório de acções desconexas e desligadas da realidade geográfica como, ao longo de anos, se verificou no turismo nacional. Este documento, faz ainda, a ponte entre o turismo e o meio, em geral, mas trata de forma especial a relação com o ambiente e património dando indicações de preservação e valorização fundamentais para gerir esta relação que se quer duradoura e efectiva para bem da sociedade e da imagem turística. Relação que tem em conta o facto de uma visita ser uma experiência influenciada por diversos factores, por isso, e atendendo às tendências actuais é importante valorizar estes como elementos da experiência da visita.

É um instrumento de planeamento estratégico pois, a actividade turística é, altamente, consumidora de território e, muitas vezes, não compatível com outras utilizações do mesmo, daí a necessidade de definir áreas de classificação turística que preservem o meio e potencie a exploração sustentada dos recursos primários e secundários existentes, com o intuito de construir um produto turístico compósito que possa, no contexto da “marca” Minho, ser uma mais valia estratégica para NUT onde se insere.

Não se pode restringir o planeamento da actividade turística à sua dimensão promocional é, necessário assumi-la como um todo que se distribui pelo espaço com

implicações efectivas ao nível do tecido sócio - económico. De par é importante que se definam a nível nacional estratégias que encontrem a devida aplicação no terreno para que as autarquias possam potenciar e valorizar os respectivos espaços, reunindo sinergias para a valorização do espaço turístico nacional.. Esta é uma condição fundamental para que o país respire um ambiente de oferta organizada .

O presente documento não isola, o concelho de Barcelos, no contexto turístico e administrativo onde se insere, pelo contrário promove algumas estratégias de aproveitamento de áreas e produtos que, para além de potenciarem o desenvolvimento da actividade turística, tem, também, uma função promotora da qualidade de vida das populações. Esta questão é muito importante, uma vez, que o turismo actua como um sistema que interage com o meio envolvente, por isso, a qualidade de vida das populações é, fundamental, para a criação de um bom ambiente. Paralelamente promove também a ligação aos concelhos vizinhos com o intuito de criar um produto regional forte capaz de afirmar o Minho como uma marca forte no contexto do Porto-Norte de Portugal.

Numa outra vertente, este documento é, também, um instrumento fundamental de apoio ao investimento e à decisão, por parte dos, diversos agentes privados e públicos do sector, no concelho e na região, dado que encerra e identifica uma serie de locais onde se identificam actividades e ocupações para o solo de cariz turístico.. Ao mesmo tempo que salvaguarda estes espaços de utilizações diferentes das que estiveram na base da sua classificação, facto que confere margem de segurança para a instalação e investimentos em infra-estruturas e actividades ligadas com a

actividade turística sustentada. Por outro lado é, também, um instrumento dinâmico e pró-activo pois visa atrair investimento para o concelho no sector do turismo, nomeadamente através da isenção de taxas para os projectos de turismo no espaço rural e de turismo/animação de natureza ambiental e, ainda, na celeridade na avaliação e aprovação dos mesmos. Com estas normas espera-se a obtenção de vantagens comparativas relativamente a outros concelhos na instalação deste tipo de projectos. Por tudo isto pode funcionar como um guia orientador para o investidor

Em termos gerias são estes os pressupostos capitais para a implementação de um modelo de desenvolvimento de turismo de qualidade com o objectivo de promover o desenvolvimento turístico como motor para a estratégia concelhia.

Para além do turismo no espaço rural ( mundo rural) e turismo ambiental(ambiente), para os quais o concelho tem potencialidades naturais( rio Cávado, rio Neiva, áreas florestais, montes panorâmicos, etc.), este documento avança com outras indicações que podem reforçar e complementar a estratégia de desenvolvimento turístico e promover a concretização dos objectivos definidos anteriormente. Efectivamente, a estratégia definida para o Enoturismo, Turismo Termal, Turismo Religioso, Artesanato, Centro Histórico, Património Monumental, etnográfico, Arquitectónico e arqueológico, equipamentos turísticos e associativismo, no seu conjunto são ferramentas fundamentais para a criação de um produto turístico compósito baseado no paradigma do território e no bem-estar e participações das populações nesta estratégia. Ao promover a inovação, salvaguarda e valorização dos sub-prudutos atrás referidos, este documento potencia a reunião de sinergias capazes de criar um fluxo de valor para a concretização do efeito multiplicador do turismo na globalidade do espaço geográfico onde se desenvolve o concelho de Barcelos . A Pedagogia dos habitantes para esta estratégia é um elemento fundamental de sucesso para, pois não é possível concretizar nenhum dos pressupostos aqui referenciados sem a concordância e aval da comunidade local.

A Criação de um produto turístico compósito, como sugere este documento, para além de criar uma mais valia para o “destino” Minho, confere excelência ao concelho, e potencia a interligação deste sector com tecido industrial existente neste e faz deste uma alavanca do desenvolvimento do mundo rural potenciado pela visibilidade e exploração dos recursos primarioas existentes. Aliás, a valia destes recursos e as acções propostas para os mesmos serão os motores para que a médio prazo o efeito multiplicador da actividade turística seja uma realidade na economia do concelho e um complemento estratégico do sector empresarial e mundo rural com benefícios óbvios na qualidade de vida, ambiente, infra-estruturas e superestrutura turística do concelho.

Inclusivamente este documento, sustentado nas indicações da Organização Mundial de Turismo, propõe a adopção de uma carta de política para o turismo concelhio de forma a assumir em sede

própria todas as proposta e indicações atrás referidas, para além das simples indicações de planeamento da Carta Turística que segue em anexo.

A assunção dos pressupostos aqui definidos, assim como a definição final da carta Turística do concelho passa pelo cruzamento da informação aqui tratada com a informação existente nas Carta de Arqueologia, Património e Ambiente. Efectivamente o cruzamento desta informação pode avalizar alguns dos eixos definidos neste documento.

***Plano Director Municipal  
2002/2005***

***TURISMO***



**ANEXO I – LISTAGEM DOS ESTABELECIMENTOS DE TURISMO NO  
ESPAÇO RURAL EXISTENTES NO CONCELHO**



ANEXO II – DESCRIÇÃO DAS FESTAS POPULARES EXISTENTES NO  
CONCELHO

ANEXO III - PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA OS ESTABELECIMENTOS  
DE HOSPEDAGEM

ANEXO IV - PROPOSTA DE LEI PARA UMA POLÍTICA MUNICIPAL DE  
TURISMO

( Documento redigido de acordo com o modelo proposto pela ANMP)

## **Projecto de Regulamento de Instalação e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem**

### **Capítulo I**

#### **Âmbito**

#### **Artigo 1.º**

##### **Tipos**

São considerados estabelecimentos de hospedagem, nos termos e para os efeitos consignados neste Regulamento, os alojamentos particulares que, sendo postos à disposição de turistas, não sejam integrados em estabelecimentos que explorem o serviço de alojamento nem possam ser classificados em qualquer dos tipos de empreendimentos previstos nos **Decreto - Lei n.º 54/02 de 11 de Março e 55/02 de 11 de Março**.

#### **Artigo 2.º**

##### **Classificação**

Os estabelecimentos de hospedagem e alojamentos particulares classificam-se em:

- a) Hospedarias;
- b) Casas de Hóspedes;
- c) Quartos Particulares.

#### **Artigo 3.º**

##### **Hospedarias**

São hospedarias os estabelecimentos constituídos por um conjunto de instalações funcionalmente independentes, situadas em edifício autónomo, sem qualquer outro tipo de ocupação, que disponha até 15 unidades de alojamento, e que se destinem a proporcionar, mediante remuneração, alojamento e outros serviços complementares e de apoio a turistas.

### **Artigo 4.º**

#### **Casas de hóspedes**

São casas de hóspedes os estabelecimentos integrados em edifícios de habitação familiar, que disponham de quatro até oito unidades de alojamento, e que se destinem a proporcionar, mediante remuneração, alojamento e outros serviços complementares e de apoio a turistas.

### **Artigo 5.º**

#### **Quartos particulares**

São quartos particulares aqueles que, integrados nas residências dos respectivos proprietários, disponham de até três unidades de alojamento, e se destinem a proporcionar, mediante remuneração, alojamento e outros serviços complementares, de carácter familiar.

## **Capítulo II**

### **Licenciamento**

### **Artigo 6.º**

#### **Licenciamento da utilização**

1. A utilização dos estabelecimentos de hospedagem e dos alojamentos particulares depende de licenciamento municipal.
2. O pedido de licenciamento será feito mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal, e deverá ser instruído com os elementos indicados no anexo I deste Regulamento.
3. A licença de utilização para hospedagem e alojamentos particulares é sempre precedida de vistoria, e deverá ser concedida no prazo de 60 dias a contar da data de entrada do requerimento referido no número anterior.

4. O pedido de licenciamento será indeferido e a licença será recusada quando os estabelecimentos de hospedagem e os alojamentos particulares não cumprirem o disposto neste regulamento e ou não reunirem os requisitos indicados no anexo II deste Regulamento.

### **Artigo 7.º**

#### **Requisitos gerais**

Os estabelecimentos de hospedagem e os alojamentos particulares devem obedecer aos seguintes requisitos, para efeitos de emissão de licença de utilização:

- a) Estar instalados em edifícios bem conservados no exterior e no interior;
- b) Estarem todas as unidades de alojamento dotadas de mobiliário, equipamento e utensílios adequados;
- c) As portas das unidades de alojamento devem estar dotadas de sistemas de segurança, de forma a propiciarem a privacidade dos utentes;
- d) Cada alojamento particular tem de corresponder a uma unidade de alojamento;
- e) A unidade de alojamento deverá ter uma janela ou sacada com comunicação directa para o exterior, devendo dispor de um sistema que permita vedar completamente a entrada da luz;
- f) Encontrarem-se ligado às redes públicas de abastecimento de águas e esgotos;
- g) Cumprirem todos os demais requisitos previstos no anexo II deste Regulamento.

### **Artigo 8.º**

#### **Vistorias**

1. A vistoria prevista no n.º 3 do artigo 6.º deve realizar-se no prazo máximo de vinte dias a contar da data da apresentação do respectivo requerimento.

2. A vistoria será efectuada por uma comissão composta pelos seguintes elementos:
  - a) Dois técnicos da Câmara Municipal;
  - b) O delegado de saúde concelhio ou o seu adjunto;
  - c) Um representante do Serviço Nacional de Bombeiros;
  - d) Um representante da Região de Turismo do Alto Minho ou do organismo de turismo local;
  - e) Um representante da Confederação do Turismo Português, salvo se o requerente indicar no pedido de vistoria uma associação patronal que o represente.
  
3. A ausência das entidades referidas nas alíneas d) e e), desde que regularmente convocadas, não é impeditiva nem constitui justificação da não realização da vistoria.
  
4. A comissão referida no n.º 2, depois de proceder à vistoria, elabora o respectivo auto, devendo ser entregue uma cópia ao requerente.
  
5. Sempre que ocorram fundadas suspeitas quanto ao cumprimento do estabelecido no presente Regulamento, o presidente da Câmara Municipal poderá, em qualquer momento, determinar a realização de uma vistoria que obedecerá, com as necessárias adaptações, ao previsto nos números anteriores.
  
6. Independentemente do referido no número anterior, os estabelecimentos de hospedagem e os alojamentos particulares serão vistoriados em períodos não superiores a oito anos.

## **Artigo 9.º**

### **Alvará de licença**

1. O alvará de licença deve especificar:
  - a) A identificação da entidade titular da licença;
  - b) A tipologia e designação ou nome do estabelecimento;
  - c) A capacidade máxima do estabelecimento;
  - d) O período de funcionamento do estabelecimento.
  
2. O modelo de alvará de licença de utilização consta do anexo III deste Regulamento.
  
3. Sempre que ocorra a alteração de qualquer dos elementos constantes do alvará, a entidade titular da licença deve, no prazo de trinta dias, requerer o averbamento ao respectivo alvará.

## **Capítulo III**

### **Exploração e Funcionamento**

## **Artigo 10.º**

### **Identificação**

Os estabelecimentos de hospedagem e os alojamentos particulares devem afixar no exterior uma placa identificativa, segundo o modelo previsto no Anexo IV, a fornecer pela Câmara Municipal.



**Artigo 11.º**  
**Arrumação e limpeza**

1. As unidades de estabelecimento de hospedagem e de alojamentos particulares, devem estar preparadas e limpas no momento de serem ocupadas pelos utentes.
2. Os serviços de arrumação e limpeza devem ter lugar, pelo menos, duas vezes por semana e sempre que exista uma alteração de utente.

**Artigo 12.º**  
**Instalações sanitárias**

Quando as unidades de alojamento particulares não estiverem dotadas de instalações sanitárias privativas, a unidade deverá possuir, pelo menos, uma casa de banho por cada dois quartos.

**Artigo 13.º**  
**Zonas comuns**

As zonas comuns devem estar em perfeito estado de conservação, devidamente arrumadas e limpas.

**Artigo 14.º**  
**Acessos**

As unidades de alojamento devem ser de fácil acesso, sempre limpas e bem conservadas.

## **Artigo 15.º**

### **Segurança**

Os estabelecimentos de hospedagem e os alojamentos particulares devem observar as seguintes condições de segurança:

- a) Todas as unidades de alojamento devem ser dotadas de um sensor irónico de detecção de fumos, devendo ainda os quartos particulares ter um extintor de Co<sub>2</sub>;
- b) Sempre que possível, devem ser utilizados materiais com características de “não inflamáveis”;
- c) Nos estabelecimentos de hospedagem deverá existir uma planta em cada unidade de alojamento, com o caminho de evacuação em caso de incêndio e os números de telefone para serviços de emergência;
- d) Nos estabelecimentos de hospedagem, os acessos ao exterior dos edifícios deverão ser dotados de sistema de iluminação de segurança.

## **Artigo 16.º**

### **Responsável**

Em todos os estabelecimentos deverá haver um responsável, a quem cabe zelar pelo seu bom funcionamento, assim como assegurar o cumprimento das disposições deste Regulamento.

## **Artigo 17.º**

### **Informação**

1. Os preços a cobrar pelos serviços prestados deverão estar afixados em local bem visível, devendo os clientes ser informados destes aquando da sua entrada.
2. Aos clientes deverá ainda ser facultado o acesso ao presente Regulamento.

## **Artigo 18.º**

### **Livro de Reclamações**

1. Em todos os estabelecimentos de hospedagem e quartos particulares deve existir um livro de reclamações ao dispor dos utentes.
2. O livro de reclamações deve ser obrigatória e imediatamente facultado ao utente que o solicite.
3. O original de cada reclamação registada deve ser enviado pelo responsável do estabelecimento ao presidente da Câmara Municipal, no prazo máximo de cinco dias, devendo o duplicado ser entregue, de imediato, ao utente.
4. O modelo de livro de reclamações é semelhante ao que se encontra em uso para os empreendimentos turísticos, devendo ser adaptado às especificidades da administração local.

## **Artigo 19.º**

### **Estadia**

1. Deve ser organizado um livro de entrada de clientes, do qual conste a sua identificação completa e a respectiva morada.
2. O utente deve deixar o alojamento particular até às doze horas do dia de saída ou até à hora convencionada, entendendo-se, se não o fizer, renovada a sua estadia por mais um dia.

## **Artigo 20.º**

### **Fornecimentos incluídos no preço**

1. No preço diário das unidades de alojamento está incluído, obrigatoriamente, o consumo da água, de gás e da electricidade.

2. O pagamento dos serviços pelo utente, deverá ser feito aquando da entrada ou da saída, contra recibo, onde sejam especificadas as datas da estadia.

## **Capítulo IV**

### **Fiscalização e Regime Sancionatório**

#### **Artigo 21.º**

##### **Fiscalização deste regulamento**

1. A fiscalização do cumprimento do disposto no presente regulamento compete aos serviços da Câmara Municipal e a outras entidades administrativas e policiais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, será sempre facultada a entrada da fiscalização e demais autoridades nos estabelecimentos de hospedagem e em alojamentos particulares.
3. As autoridades administrativas e policiais que verifiquem infracções ao disposto no presente Regulamento, levantarão os respectivos autos de notícia que serão, de imediato, remetidos à Câmara Municipal.

#### **Artigo 22.º**

##### **Contra – ordenações**

Constitui contra – ordenação, punível com coima, o não cumprimento de qualquer das normas prevista neste Regulamento, designadamente:

- a) A ausência de licença de utilização;
- b) A falta de arrumação e limpeza;
- c) A falta de placa identificativa;
- d) A ausência de livro de reclamações;
- e) A não afixação dos preços a cobrar;
- f) A ausência de plantas nas unidades de alojamento;
- g) A ausência de extintores;
- h) O impedimento de acções de fiscalização,
- i) Etc..

### **Artigo 23.º**

#### **Montante das coimas**

As contra – ordenações previstas no artigo anterior são puníveis com coima de uma a dez vezes o salário mínimo nacional aplicável aos trabalhadores da indústria.

### **Artigo 24.º**

#### **Sanções acessórias**

Além das coimas referidas no artigo anterior, e em casos de extrema gravidade, poderão ser aplicadas as seguintes sanções acessórias:

- a) Encerramento provisório, até que estejam sanadas as deficiências determinadas;
- b) Encerramento definitivo, com apreensão do alvará de licença de utilização para hospedagem e alojamentos particulares.

## **Capítulo V**

### **Disposições Gerais**

### **Artigo 25.º**

#### **Taxas**

1. O licenciamento dos estabelecimentos de hospedagem e alojamentos particulares encontra-se sujeito ao pagamento das taxas previstas no Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças.
2. A vistoria encontra-se igualmente sujeita ao pagamento das taxas previstas no mencionado Regulamento e Tabela.

## **Artigo 26.º**

### **Registo**

1. Todos os estabelecimentos de hospedagem e alojamentos particulares devidamente licenciados serão objecto de registo organizado pela Câmara Municipal.
2. O registo será comunicado aos órgãos locais de turismo.

## **Capítulo VI**

### **Disposições Transitórias e Finais**

## **Artigo 27.º**

### **Estabelecimentos de hospedagem e alojamentos particulares existentes**

1. O disposto no presente Regulamento aplica-se aos estabelecimentos de hospedagem e alojamentos particulares existentes à data da sua entrada em vigor, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
2. Os estabelecimentos de hospedagem e quartos particulares referidos no número anterior devem satisfazer os requisitos previstos neste Regulamento, no prazo máximo de dois anos, excepto quando esse cumprimento determinar a realização de obras que se revelem materialmente impossíveis ou que comprometam a rentabilidade dos mesmos, desde que reconhecidas pela Câmara Municipal
3. Findo o prazo referido no número anterior deverá ser feita uma vistoria, a realizar nos termos do previsto no artigo 8º .....
4. Verificado o cumprimento do diploma, será emitido o alvará de licença de utilização.

## **Artigo 28.º**

### **Entrada em vigor**

O presente Regulamento entra em vigor no prazo de trinta dias a contar da sua publicação em edital afixado nos lugares de estilo.

## ANEXO I

### 1 – Elementos para a instrução do pedido de licenciamento

O pedido de licenciamento para hospedagem e alojamentos particulares deverá ser instruído com os seguintes elementos:

- a) Requerimento tipo;
- b) Comprovativo da legitimidade de requerente para efectuar o pedido;
- c) Declaração de inscrição no registo/início de actividade e/ou documento comprovativo das obrigações tributárias do último ano fiscal;
- d) Planta à escala 1:2000.ou superior, com indicação do local a que se refere o pedido de licenciamento;
- e) Outros elementos que se considerem necessários para a caracterização do pedido.

### 2 – Requerimento tipo

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos

\_\_\_\_\_ (indicar o nome do requerente), na qualidade de \_\_\_\_\_ (proprietário, usufrutuário, locatário, titular de direito de uso, superficiário, mandatário), residente em \_\_\_\_\_, com o bilhete de identidade n.º \_\_\_\_\_ e contribuinte n.º \_\_\_\_\_, solicita a V.Ex.<sup>a</sup> o licenciamento para hospedagem e alojamentos particulares, na classificação de \_\_\_\_\_ (indicar hospedaria/casa de hóspedes/quartos particulares), para o local assinalado na planta que se junta em anexo, e cujas principais características se descrevem a seguir:

Características:

I – Localização – (indicar a morada)

Na residência do requerente

Em edifício independente

II – Unidades de Alojamento:

N.º total de quartos de casal

N.º total de quartos duplos

N.º total de quartos simples

III – Instalações sanitárias:

N.º de casas de Banho com lavatório, sanita, bidé e banheira

N.º de casas de Banho com lavatório, sanita, bidé e chuveiro

N.º de casas de Banho privadas dos quartos

Dispõem de água quente e fria  (sim/não)

IV – Outras instalações:

N.º de salas privadas dos hóspedes

N.º de salas comuns

N.º de salas de refeições

Outras ...

V – Infra – estruturas básicas:

Com ligação à rede pública de água  (sim/não)

Com reservatório de água  (sim/não)

Com ligação à rede pública de saneamento  (sim/não)

Com telefone  (sim/não)

Outras...

VI – Período de funcionamento:

Anual  Sazonal  de \_\_\_\_ a \_\_\_\_ (assinalar com X)

VII – Outras características:

...

\_\_\_\_(local)\_\_\_\_\_(data)

Pede deferimento

(assinatura do requerente)



## ANEXO II

### **Requisitos mínimos das instalações dos estabelecimentos de hospedagem e alojamentos particulares**

1 – Unidades de alojamento:

1.1 – Áreas mínimas:

- a) Quarto de casal – 12 m<sup>2</sup> com a dimensão mínima de 2,70 m;
- b) Quarto duplo – 12 m<sup>2</sup>, com a dimensão mínima de 2,70 m;
- c) Quarto simples – 10, 50 m<sup>2</sup>, com a dimensão mínima de 2,40 m.

1.2 – Equipamentos dos quartos:

- a) Camas;
- b) Mesas de cabeceira ou soluções de apoio equivalente;
- c) Iluminação suficiente;
- d) Luzes de cabeceira;
- e) Roupeiro com espelho e cruzetas;
- f) Cadeira ou sofá;
- g) Tomadas de electricidade;
- h) Sistemas de ocultação da luz exterior;
- i) Sistemas de segurança nas portas;
- j) Tapetes;
- k) Sistema de aquecimento e de ventilação.

2 – Infra – estruturas básicas:

2.1 Deve existir uma instalação sanitária por cada duas unidades de alojamento não dotadas com esta infra – estrutura.

2.2 As instalações sanitárias devem ser dotadas de água quente e fria.

2.3 Deve haver um sistema de iluminação de segurança.

2.4 Deverá existir, pelo menos um telefone, com ligação à rede exterior para uso dos utentes.

2.5 Onde não exista rede de saneamento, os estabelecimentos devem ser dotados de fossas sépticas dimensionadas para a ocupação máxima admitida e para os serviços nele prestados.

**ANEXO III**

**Licença de utilização para estabelecimentos de hospedagem e alojamentos particulares**

**CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS  
ALVARÁ DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO PARA HOSPEDAGEM E  
ALOJAMENTOS PARTICULARES**

N.º \_\_\_\_\_ (N.º de registo)

**CLASSIFICAÇÃO** \_\_\_\_\_ (Hospedaria/Casas de hóspedes /Quartos particulares)

**TITULAR DA LICENÇA** \_\_\_\_\_ (Nome do titular da licença)

**CAPACIDADE DO ALOJAMENTO** \_\_\_\_\_ (Capacidade máxima de utentes admitidos)

**PERÍODO DE FUNCIONAMENTO** \_\_\_\_\_

**VISTORIADO EM** \_\_\_\_\_ (Data da última vistoria)

**DATA DA EMISSÃO DO ALVARÁ** \_\_\_\_\_

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

**ANEXO IV**  
**Placa identificativa**

a) Colocar o estabelecimento a que se reporta a placa identificativa: Hospedaria, Casa de Hóspedes ou Quartos Particulares.

( Ver regulamento original da ANMP)

**ESTA PROPOSTA É FEITA COM BASE NA PROPOSTA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS TODAVIA, PODE E DEVE SER READAPTADA À REALIDADE DO URBANISMO LOCAL, PELO QUE SE SOLICITA UMA REVISÃO DA MESMA POR PARTE DOS TÉCNICOS DA DPGU COMPETENTES PARA O EFEITO.**

**Nota:** Um regulamento deste tipo tem que ser aprovado em Assembleia Municipal.

## **LEI PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO**

**( Adaptada do GUIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO DE 1998)**

Que seja decretada pelos Vereadores do município de Barcelos

### **Secção I - Decisões**

Os Vereadores decidem que:

1. O município Barcelos é dotado de beleza cénica, locais históricos, recursos culturais e de uma população cuja diversidade e tradições representam atractivos aos visitantes;
2. Esses recursos devem ser preservados, não apenas porque são apreciados por outros cidadãos e por visitantes de outros países, como também por serem estimados pelos próprios residentes do município;
3. O turismo contribui para o bem estar económico do município, através da criação de empregos e geração de receitas para as empresas locais;
4. O turismo constitui um instrumento educacional que ajuda do mesmo modo, visitantes e residentes, na aprendizagem da história, recursos naturais e culturais, bem como nas receitas económicas do município;
5. O turismo promove o orgulho local e cria um motivo de interesse comum entre os residentes locais e visitantes;
6. O desenvolvimento e a promoção do turismo para o concelho é de interesse público;

7. O turismo para o concelho de Barcelos deve ser desenvolvido de forma ordenada, de forma a oferecer o máximo de benefícios ao município e aos seus residentes;
8. É essencial uma política municipal abrangente de turismo para que este se desenvolva de forma ordenada.

## **Secção II – Política**

A política do município de Barcelos deve ter como objectivos :

1. Estimular um crescimento e desenvolvimento turístico sustentado para o município;
2. Incutir um sentido de história nos jovens do município, de forma a que haja uma maior promoção da preservação e da restauração de locais históricos, ruas, prédios e bairros;
3. Promover o turismo de forma a fomentar o entendimento e o respeito dos visitantes pelos valores, costumes, tradições e religião do povo local;
4. Monitorizar o impacto turístico sobre os direitos básicos dos residentes locais e assegurar a igualdade de acesso dos mesmos e dos visitantes, às áreas públicas de recreação;
5. Assegurar a protecção dos recursos naturais, bem como a preservação de riquezas geológicas, arqueológicas e culturais nas áreas turísticas;
6. Promover os interesses comerciais do município, estimulando a organização de festivais, feiras e demonstrações de artesanato, para que os visitantes possam aprender a respeito dos produtos locais;
7. Atrair visitantes para o município através de uma recepção hospitaleira;

8. Garantir a segurança dos visitantes e a protecção dos seus pertences e direitos, enquanto consumidores;
9. Proporcionar aos visitantes e residentes as melhores condições possíveis de saneamento básico;
10. Oferecer a cada visitante acesso imediato a procedimentos judiciais e garantias necessárias à protecção dos seus direitos;
11. Facilitar o turismo no município através do desenvolvimento de uma infraestrutura essencial, proporcionando incentivos de investimento e exigindo que os funcionários públicos municipais planeiem as necessidades turísticas e aproveitem ao máximo os recursos turísticos do local;
12. Fomentar um melhor entendimento entre os residentes do município e os funcionários públicos quanto à importância do turismo para a economia local;
13. Assegurar para que o interesse turístico do município seja considerado pelas agências locais nas suas deliberações; e harmonizar, ao máximo possível, todas as actividades do município de apoio ao turismo, com as necessidades do público em geral, as subdivisões políticas do município e o sector turístico local.

### **Secção III – Deveres e Responsabilidades do Presidente da Câmara**

O Presidente da Câmara responsabilizar-se-á pela implementação destas políticas:

Para ajudar o Presidente da Câmara na execução destas responsabilidades em relação ao turismo, devem ser criados os Serviços Municipais de Turismo, dirigido por um Vereador de Turismo que agirá como representante do elenco camarário e coordenador geral para o sector turístico.

Os Serviços de Turismo, juntamente com organizações locais públicas e do sector privado deverão:

1. Estimular o desenvolvimento da infra-estrutura turística, das instalações, dos serviços e das atracções do município;
2. Estimular os responsáveis locais na criação de oportunidades para a educação e desempenho profissionais nas profissões ligadas ao turismo;
3. Fomentar a cooperação entre os diversos departamentos do município, a população e as organizações privadas, para o progresso dos interesses turísticos do município, procurando saber as suas opiniões;
4. Desenvolver um plano abrangente para promover o turismo no município, a partir de outros municípios, regiões e países;
5. Medir e prever o volume, as receitas e o impacto do turismo, tanto em termos sociais como económicos;
6. Conceder benefícios a todos aqueles que se interessam pelo turismo no município;
7. Desempenhar outras funções necessárias ao crescimento e ao desenvolvimento ordenados do turismo.

Os Serviços de Turismo, juntamente com o Presidente da Câmara, deverão garantir que os interesses turísticos municipais recebam uma atenção completa e justa nas deliberações nas acções de planeamento e zonamento, do departamento de obras e urbanismo municipais e dos demais departamentos que podem influenciar a este sector. Deverão também identificar e monitorizar todas as agentes locais cujas políticas e programas tenham um efeito significativo sobre o sector; notificar as agências de viagens apropriadas quanto aos efeitos das suas acções nas viagens para o município e, se necessário, recomendar alterações do programa ou da política.



O Departamento de Urbanismo e Planeamento deve facilitar e incentivar a instalação de empreendimentos turísticos no concelho.

Os Serviços de Turismo estimularão o sector de turismo a retractar, de forma precisa, o carácter e a imagem do município, bem como a enfatizar o legado histórico e cultural do mesmo.

Os Serviços de Turismo estimularão o desenvolvimento de materiais informativos para os visitantes que irão, entre outras coisas:

1. Descrever a história, a economia, as instituições políticas, os recursos culturais, as instalações recreativas ao ar livre e os principais eventos do município;
2. Impelir os visitantes a proteger as espécies ameaçadas, os recursos naturais, os artefactos arqueológicos e as riquezas culturais;
3. Fomentar a ética da administração dos recursos naturais do município.

Os Serviços de Turismo fomentarão um entendimento entre os residentes do município e os funcionários públicos a respeito da importância da hospitalidade e do turismo para o município.

Os Serviços de Turismo trabalharão em conjunto com as empresas locais, incluindo hotéis, associações, instituições educacionais, a Região de Turismo a que pertence o município, a fim de garantir a disponibilidade de serviços aos visitantes internacionais.

Os Serviços de Turismo estimularão a redução de barreiras de carácter arquitectónico ou de outro tipo, que impeçam a viagem de pessoas portadoras de deficiência física.

O Departamento de Ambiente, está encarregue de garantir que os lagos e cursos de água localizados em terras públicas não estejam poluídos e não ofereçam perigo para fins turísticos e de recreação. Em parceria com os Serviços de Turismo e outros departamentos apropriados, o Departamento de Ambiente adoptará as medidas necessárias, incluindo a criação de material informativo, de forma a atrair a

cooperação dos visitantes nos esforços do município, com o objectivo de proteger os recursos naturais do uso excessivo, e conseqüente destruição.

O Departamento de Ambiente reforçará também o cumprimento dos padrões de saneamento nos parques de lazer, alojamentos, restaurantes e outras instalações existentes para os visitantes de visita ao município. O Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística responderá pela manutenção das estradas e das pontes do município, facilitando assim, o Turismo.

O Departamento Turismo tem por objectivo cooperar com as agências regionais, estaduais e locais pela preservação e restauração de locais históricos que possuam atracções turísticas.

A policia do município deve contemplar a edificação de locais que permitam receber os visitantes com cortesia e hospitalidade.

O Departamento da Cultura e Educação estimulará a apresentação de programas de melhoria da preparação e qualificação dos profissionais de turismo, que estejam ligados à hospitalidade. Nas escolas públicas a preparação para o turismo deverá ser feita nos mesmos moldes daqueles destinados a outras indústrias, como as de agricultura e de comércio de construção.

#### **Secção IV – Concelho de Política de Turismo**

Estabelece-se um conselho de coordenação entre agências: o Concelho de Política de Turismo.

O Concelho será composto pelo Presidente da Câmara Municipal, que exercerá a função de presidente; o Vereador de Turismo e os responsáveis pelos departamentos intervenientes incluindo o Departamento do Ambiente, o Departamento de Parques e Jardins, o Departamento de Cultura e Educação, o Departamento de Planeamento e

urbanismo, o Departamento de Transportes, o Departamento de Obras Públicas e a Polícia Municipal.

Cada membro pode indicar um substituto para que participe das sessões do Concelho, quando ele não puder; no entanto, é necessário que esse substituto pertença a uma posição hierárquica suficiente para que possa tomar decisões.

O Concelho funcionará como um júri de revisão que:

1. Considerará as avaliações preparadas pelos Serviços de Turismo a respeito do impacto das leis e dos regulamentos propostos e existentes sobre o turismo para o município;
2. Procurará reduzir ou eliminar qualquer impacto adverso;
3. Implementará a política de turismo descrita na secção II desta Lei.

O vice – presidente do Concelho será indicado pelo Presidente da Câmara entre os membros do Concelho.

O presidente pode estabelecer comissões do Concelho. Essas comissões podem incluir:

1. Uma comissão legislativa de revisão para (a) identificar as leis municipais propostas e existentes que possam impedir o desenvolvimento do turismo ou da infra – estrutura turística e (b) recomendar e preparar essas leis correcções conforme o necessário para a promoção do crescimento ordenado do turismo;
2. Uma comissão reguladora de revisão para (a) identificar os regulamentos municipais que impedem o turismo (b) recomendar e preparar medidas para promover o crescimento turístico ordenado, que serão submetidas à apreciação de todo o Concelho;
3. As comissões reunir-se-ão à convocação dos seus respectivos presidentes, que serão apontados pelos presidentes do Concelho. os presidentes de comissão serão nomeados e exercerão os seus cargos pelo período de um ano.

Ao Concelho e suas comissões será autorizada a condução de audiências públicas e a consulta com o Trade.

### **Secção V – Junta de Consultadoria Turística**

O presidente da Câmara nomeará um numero de membros na Junta de Consultadoria para a Política de Turismo.

Os membros da Junta serão escolhidos de forma a representar os diversos componentes do sector turístico local. A Junta actuará na consultadoria para o desenvolvimento de políticas de marketing turístico e para a coordenação dos programas de turismo do município, juntamente com as organizações promocionais da área e o sector privado.

Os membros de Junta de Consultadoria Turística exercerem cargos não remunerados por períodos de tempo estabelecidos pelo Presidente da Câmara. Escolherão, entre eles, um presidente e um vice-presidente. Os membros podem ser afastados em função de acção judicial, podendo ser exigido que se abstenham de oferecer consultadoria sobre qualquer matéria, que envolva um projecto, no qual possuam interesse financeiro directo.

### **Secção VI**

Esta lei entrará em vigor a partir da sua adopção pela Câmara Municipal e aprovação pelo Presidente da Câmara.

## **TURISMO NO ESPAÇO RURAL**

Lista elaborada de acordo com relação de alojamento em turismo no espaço rural fornecida pela Direcção de Turismo.

### **TH – CASA DE ABADE DE NEIVA**

Lugar da Igreja Abade de Neiva  
4750-003 ABADE DE NEIVA BCL  
Tel: 253 811 553 *ou* 22 610 45 09

### **TH CASA DOS ASSENTOS**

Lugar da Igreja Quintiães  
4750-640 QUINTIÃES BCL  
Tel: 253 881160 Fax: 253 88 1160

### **TH CASA DE MOURENS**

Lugar de Mourens – Silveiros  
4775-225 SILVEIROS  
Tel: 252 961 429  
Fax: 252 963 306

### **TH QUINTA CONVENTO DA FRANQUEIRA**

Lugar de Pedrego – Pereira  
4755-403 PEREIRA BCL  
Tel: 253 831 606 Fax: 253 83 22 31

### **TH QUINTA PAÇO DE MALTA**

Lugar de Novães - Durrães  
4905-072 DURRÃES  
Tel. 258 971 255  
Fax: 258 773774  
Luís Filipe Sobreiro  
Tlm: 96 62 255 14

### **TH QUINTA DE ST<sup>a</sup> COMBA**

Lugar de Crujães – Varzea  
4755-536 VARZEA BCL  
Tel: 253 832 101 / 253 831440 Fax:253 834 540

### **TH- CASA DA RENDA**

Lugar da Igreja-Quintiães  
4750-640 QUINTIÃES  
Tel.: 253 881160  
Fax: 253 881160

### **TR CASA DO CARVALHO**

Lugar do Cruzeiro – Viatodos  
4775-257 VIATODOS  
*Tel: 252 963 959*  
*Fax: 252 963 959*

---

**TR CASA DO EIDO**

Lugar do EIDO – Fonte Coberta  
4775-094 FONTE COBERTA  
*Tel: 252 961 254 Fax: 252 961 254*

**TR CASA DO MONTE**

Lugar do Barreiro – Abade de Neiva  
4750-001 ABADE DE NEIVA BCL  
*Tel: 253 811 519*  
*Fax: 253 811 519*

**TR QUINTA DE S.JOÃO E DO ESPIRITO SANTO**

Lugar do Espirito Santo – Vila Boa  
4750-785 VILA BOA BCL  
*Tel: 253 811 492 ou 22 61 60756*

**TR QUINTA DE TARRIO**

Tarrio– Tamel S.Leocádia  
4750-702 TAMEL ST<sup>a</sup> LEOCÁDIA BCL  
*Tel: 253 881 558*  
*Fax: 253 882773*

**TR QUINTA DE SOURINHO**

Lugar de Sourinho – Bastuço S.Estevão  
4755-081 BASTUÇO ST<sup>o</sup> ESTEVÃO  
*Tel. 253 952 564 ou 22 50 96 857*

**TR CASA DE SEQUIADE**

Lugar da Piedade – Sequiade  
4755-508 SEQUIADE  
*Tel: 253 952 754*  
*Fax: 253 670 955*

**AT QUINTA DE ST<sup>a</sup> LEOCÁDIA**

Lugar de Pedra Furada – Pedra Furada  
4750-392 PEDRA FURADA  
*Tel. 252 951103*

**CC – CASA MATA DA RIBEIRA**

Lugar de Mereces – Mata da Ribeira  
4750-794 VILA COVA  
*Tel: 253 861 404*  
*Tlm. 91 75 49 15 4*

FREGUESIA	FESTA	PERIODICIDADE	DATA	TIPOLOGIA
Abade de Neiva	Santo Amaro	Fixa	15 de Janeiro	Religiosa
Abade de Neiva	Fest. Folc. do G. Folc. N.ª. Sr.ª. da Abadia	Fixa	Junho	Etnográfico / Popular
Abade de Neiva	N.ª Sr.ª da Abadia	Fixa	15 de Agosto	Religiosa / Popular
Abade de Neiva	Dia da Freguesia	Fixa	15 de Agosto	Convívio
Aborim	S. Martinho	Fixa	11 de Novembro	Religiosa / Popular
Adães	S. Pedro	Móvel	29 de Junho ou F S mais Próx.	Popular
Aguiar	Romaria a S. Bento	Fixa	1º F S. de Março	Religiosa
Aguiar	S. José	Móvel	Dom a seguir a 19 de Março	? / Religiosa
Aguiar	S. Silvestre	Móvel	26 de Julho ou F S Seguinte	Religiosa / Popular
Aguiar	Festa Inter. de Folclore	Fixa	2 de Agosto	Popular/Desportiva/Religiosa
Airó	N.ª Sr.ª do Rosário	Móvel	Último Domingo de Julho	Religiosa / Popular
Airó	S. Martinho	Fixa	11 de Novembro	Religiosa / Popular
Aldreu	S. Silvestre	Fixa	1 de Janeiro	Popular
Aldreu	Sr.ª do Pilar	Móvel	15 dias depois da Páscoa	Religiosa / Popular
Aldreu	S. Tiago e S. Silvestre	Móvel	17 e 18 de Junho	?
Alheira	Cantar dos Reis e Janeiras	Fixa	5/6 de Janeiro	Popular / Histórica
Alheira	Auto do Baile dos Reis	Móvel	Entre Natal e Cinzas	Popular / Histórica
Alheira	Procissão N.ª Sr.ª Lurdes	Fixa	2º F S de Fevereiro	Religiosa
Alheira	Santa Marinha	Fixa	18 de Julho	Religiosa / Popular
Alheira	S. Lourenço e S. Silvestre	Fixa	9 de Agosto	Relig. / Popu. / Etnog.
Alheira	Semana Cultural da ACRA	Fixa	4º F S de Julho	Cultural / Desportiva
Alvito S. Pedro	N.ª Sr.ª do Rosário e S. Salvador	Móvel	4º Domingo de Maio	Religiosa / Popular
Alvito S. Pedro	S. Pedro	Fixa	29 de Junho	Religiosa / Popular
Alvito S. Martinho	S. Martinho	Móvel	11 de Nov. ou Dom. mais Próx.	Religiosa / Popular
Arcozelo	S. Mamede de Arcozelo	Fixa	14 de Agosto	Religiosa / Popular
Areias de Vilar	Passos – Domingo de Ramos	Fixa	Domingo de Ramos	Religiosa
Areias de Vilar	Enterro do Senhor	Fixa	Sexta Feira Santa	Religiosa
Areias de Vilar	Peregrinação N.ª Sr.ª do Socorro	Fixa	1º Domingo de Agosto	Religiosa
Areias S. Vicente	S. Brás	Fixa	1º F S Fevereiro	Religiosa / Popular
Areias S Vicente	Rock na Barragem	Móvel	Agosto/Setembro	Actuação de Bandas Rock
Areias S Vicente	Festa do Cabido	Fixa	2 de Fevereiro	Religiosa
Balugães	S. Martinho	Fixa	11 de Novembro	Religiosa / Popular

FREGUESIA	FESTA	PERIODICIDADE	DATA	TIPOLOGIA
Barcelinhos	S. Brás	Móvel	Dom. Próx. dia 3 de Fevereiro	Religiosa / Popular
Barcelinhos	S. João	Móvel	24 ou F S Seguinte Junho	Popular
Barcelinhos	Festival Inter. Folclore do Rio	Móvel	Último F S de Julho ou 1º F S Agosto	Popular / Etnográfica
Barcelos	Procissão dos Passos	Fixa	2º Domingo da Quaresma	Religiosa
Barcelos	Festa das Cruzes	Fixa	Dia 3 de Maio	Relig./Etnogr./Popu./Despor.
Barcelos	S. António	Móvel	Dia 13 de Junho ou F S mais Próx.	Popular
Barcelos	Mostra de Artesanato	Móvel	Final de Julho / Início de Agosto	Feira Popular/Etnográfica
Barcelos – Pereira	Peregrinação à Franqueira	Fixa	2º Domingo de Agosto	Religiosa
Barcelos	St.ª Maria Maior	Fixa	15 de Agosto	Religiosa / Popular
Barqueiros	S. João	Móvel	Dia 24 ou F S Seguinte	Religiosa / Popular
Barqueiros	Sr.ª das Necessidades	Fixa	7 e 8 de Setembro	Religiosa / Popular
Bastuço (S. Estevão)	Pascoela / Sr.ª da Conceição e S. Sebastião	Fixa	Domingo seguinte à Páscoa	Religiosa / Popular
Bastuço (S. João)	S. João	Móvel	24 de Junho ou F S Mais Próx.*	Religiosa / Popular
Bastuço (S. João)	Peregrinação à Sr.ª da Boa Fé	Fixa	2º Domingo de Julho	Religiosa
Bastuço (S. João)	Peregrinação à Sr.ª da Boa Fé	Móvel*	1º Domingo de Agosto*	Religiosa
Cambeses	Procissão dos Passos	Fixa	1º Domingo da Quaresma	Religiosa
Cambeses	S. Tiago	Fixa	25 de Julho	Religiosa / Popular
Campo	St.º Amaro e S. Sebastião	Móvel	Entre 11 e 15 de Janeiro	Religiosa / Popular
Campo ?	Divino Salvador	Fixa ?	2 a 8 de Agosto	Popular/Desportiva/Religiosa
Campo ?	S. Salvador	Fixa ?	14 e 15 de Agosto	Religiosa / Popular
Carapeços	S. Sebastião	Móvel	2º ou 3º F S de Janeiro	Religiosa
Carapeços	S. Tiago	Móvel	Dia 25 ou	Religiosa / Popular
Carreira	St.ª Luzia	Fixa	1º Domingo de Julho	Religiosa / Popular
Carreira	S. Miguel	Fixa	Último F S de Setembro	Religiosa / Popular
Carvalhal	St.ª Cruz / Sr.ª da Saúde	Fixa	1º Domingo de Junho*	Religiosa / Popular
Carvalhal	S. Paio	Móvel	28 de ou F S Seguinte Junho*	Religiosa / Popular
Carvalhal	Sr. da Saúde	Fixa	1º Domingo de Julho*	Religiosa / Popular
Carvalhas	St.º António	Móvel	Dia 13 Junho ou F S seguinte	Religiosa / Popular
Carvalhas	S. Martinho	Fixa	11 de Novembro	Religiosa / Popular
Chavão	S. Brás / Sr.ª das Candeias	Móvel	1º F S de Fevereiro	Religiosa / Popular
Chavão	S. João	Móvel	24 de Junho ou F S a Seguir	Religiosa / Popular



FREGUESIA	FESTA	PERIODICIDADE	DATA	TIPOLOGIA
Chorente	Festas de St.º Amaro	Fixa	Último F S Abril ?	Religiosa
Chorente	Santíssimo Sacramento	Fixa	3º F S Abril	Religiosa
Chorente	S. Miguel	Fixa	Último F S de Setembro	Religiosa / Popular
Cossourado	S. Tiago	Fixa	1º F S Setembro	Religiosa / Popular
Courel	S. Martinho	Móvel ?	Março	Religiosa
Courel	S. Martinho	Fixa ?	11 de Novembro	Religiosa
Couto	S. Tiago	Móvel ?	25 de Julho ou F S mais Prox.	Religiosa / Popular
Creixomil	N.ª Sr.ª do Rosário / St.º António	Móvel ?	1º ou 2º F S Junho	Religiosa / Popular
Creixomil	S. Tiago	Móvel ?	25 de Julho ou F S mais Prox.	Religiosa / Popular
Cristelo	N.ª Sr.ª do Rosário	Fixa	1º Domingo de Maio	Religiosa / Popular
Durrães	S. Lourenço	Fixa	1º F S de Agosto	?
Durrães	Festa das Colheitas	Móvel	F S Mais Próx. de 29	Religiosa / Popular
Encourados	S. Tiago	Móvel	Dia 25 ou Domingo mais Próx.	Religiosa / Popular
Encourados	St.ª Luzia	Fixa	1º Domingo de Setembro	Religiosa / Popular
Faria	Santo Amaro	Fixa	15 de Janeiro	Religiosa / Popular
Faria	S. Sebastião	Fixa	20 de Janeiro	Religiosa / Popular
Faria	N.ª Sr.ª da Assunção	Fixa	15 de Agosto	Religiosa
Feitos	S. Tiago	Móvel	Dia 25 ou Domingo mais Prox.	Religiosa / Popular
Feitos	N.ª Sr.ª dos Milagres	Fixa	2º Domingo de Agosto	Religiosa
Fragoso	N.ª Sr.ª do Livramento	Móvel	Último Domingo de Maio	Religiosa / Popular
Fragoso	S. João	Fixo	Domingo após o dia 24 de Junho	Religiosa / Popular
Fragoso	S. Pedro	Móvel	Dia ou F S mais Próx.	Religiosa / Popular
Fornelos	Festa do Senhor	Fixa	Ultimo Domingo de Junho	Religiosa / Popular
Fornelos	S. Salvador	Fixa	1º Domingo de Agosto	Religiosa
Fornelos	Festa do Senhor	Fixa	4º Domingo de Agosto	Religiosa
Fonte Coberta	Festa do Menino	Fixa	Janeiro	Religiosa
Fonte Coberta	S. Romão	Fixa	18 de Novembro	Religiosa / Popular
Galegos (St.ª Maria)	Santo Amaro	Fixa	15 de Janeiro	Religiosa / Popular
Galegos (St.ª Maria)	Sr.ª das Candeias	Fixa	1º Domingo de Fevereiro	Religiosa / Popular
Galegos (St.ª Maria)	S. Brás	Móvel	Fevereiro	Religiosa / Popular
Galegos (St.ª Maria)	Sr.ª da Purificação	Fixa	3 de Fevereiro	Religiosa
Galegos (St.ª Maria)	N.ª Sr.ª. do Bom Sucesso	Móvel	15 dias depois da Páscoa	Religiosa / Popular

<b>FREGUESIA</b>	<b>FESTA</b>	<b>PERIODICIDADE</b>	<b>DATA</b>	<b>TIPOLOGIA</b>
Galegos (St. <sup>a</sup> Maria)	S. João	Fixa	24/25 de Junho	Religiosa / Popular
Galegos (S. Martinho)	S. Martinho	Móvel	Dia 11 ou Domingo mais Prox.	Religiosa / Popular
Galegos (S. Martinho)	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> da Conceição	Fixa	8 de Dezembro	Religiosa
Gamil	S. João	Móvel	24 Junho ou Domingo mais Prox.	Religiosa / Popular
Gamil	Festa em Honra St. <sup>a</sup> Cruz	Fixa	3º Domingo de Julho	Religiosa / Popular
Gilmonde	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> da Ajuda	Fixa	2º domingo de Setembro	Religiosa / Popular
Gilmonde	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> da Salvação	Fixa	Ultimo F S de Setembro	Religiosa / Popular
Goios	Festa das Rosas	Fixa	3º F S de Maio	Religiosa
Goios	N. <sup>a</sup> da Expectação ou do Ó!	Fixa	3º Domingo de Dezembro	Religiosa
Grimancelos	S. Mateus	Móvel	Setembro	Religiosa / Popular
Gual	S. Paio	Fixa	Ultimo Domingo de Junho	Religiosa
Igreja Nova	St. <sup>a</sup> Justa	Móvel	3º F S de Agosto	Religiosa / Popular
Lama	Festa do Menino	Fixa	16 Dez a 6 de Janeiro	Religiosa
Lama	Procissão dos Passos	Fixa	2º Domingo da Quaresma	Religiosa
Lama	S. Salvador	Fixa	Ultimo Dom. de Janeiro	Religiosa / Popular
Lama	Entrega da Cruz	Fixa	Ultimo Dom. de Janeiro	Religiosa
Lijó	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> Abadia	Fixa	13/14/15 de Agosto	Religiosa / Popular
Lijó	S. Miguel	Fixa	10 de Junho	Religiosa / Popular
Lijó	S. Sebastião	Móvel	3º F S de Janeiro	Religiosa / Popular
Macieira de Rates	S. Sebastião	Móvel	3º F S Janeiro	Religiosa / Popular
Macieira de Rates	Concentração Motard	Fixa	2º F S Julho	
Macieira de Rates	S. Tiago	Fixa	25 Julho	Religiosa / Popular
Macieira de Rates	Festival de Folclore Inter.	Fixa	1º F S Agosto	Etnográfico / Popular
Macieira de Rates	Reconstituição de Desfolhada	Fixa	Último F S Setembro	Etnográfica
Macieira de Rates	St. <sup>o</sup> Adrião	Fixa	8 de Dezembro	Religiosa
Manhente	S. Martinho	Fixa	11 de Novembro	Religiosa / Popular
Manhente	Senhor dos Passos	Fixa	4º Domingo da Quaresma	Religiosa
Manhente	Carnaval	Fixa	Dia de Carnaval	Popular
Manhente	S. Sebastião	Móvel	Janeiro	Religiosa / Popular

FREGUESIA	FESTA	PERIODICIDADE	DATA	TIPOLOGIA
Mariz	S. Martinho	Fixa	11 de Novembro	Religiosa / Popular
Mariz	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> Conceição	Fixa	8 de Dezembro	Religiosa
Martim	St. <sup>o</sup> António	Móvel	Dia 13 ou F S a Seguir	Popular
Martim	Festa do Santíssimo	Fixa	3º Domingo de Julho	?
Midões	S. Paio	Móvel	28 de Junho ou F S mais Próx.	Religiosa / Popular
Milhazes	S. Sebastião	Móvel	Janeiro	Religiosa / Popular
Milhazes	S. Romão	Móvel	Dia 17 Janeiro ou F S mais Próx	Religiosa / Popular
Minhotães	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> das Neves	Fixa	2º Domingo de Agosto	Religiosa / Popular
Monte Fralães	Sr. <sup>a</sup> da Saúde	Fixa	14/15 de Agosto	Religiosa / Popular
Moure	Sr. <sup>a</sup> da Agonia	Fixa	3º F S Agosto	Religiosa
Negreiros	S. Sebastião	Móvel	3º/4º F S de Janeiro	Religiosa / Popular
Negreiros	Santa Justa	Fixa	19 de Agosto	Religioso/Popular/Etnográfico
Oliveira	Peregrinação ao Monte do Facho	Fixa	1º Domingo de Junho	Religiosa
Palme	N. <sup>a</sup> Senhora dos Remédios	?	2º F S de Julho ?	Religiosa / Popular
Palme	N. <sup>a</sup> Senhora dos Remédios	?	Até 20 de Agosto	?
Palme	St. <sup>o</sup> André	Fixa	Ultimo F S Novembro	Religiosa
Paradela	Santa Marinha	Fixa	3º Domingo Julho	Religiosa / Popular
Panque	Festa do Menino	Fixa	4 de Janeiro	Religiosa
Panque	St. <sup>o</sup> António e Sr. <sup>a</sup> de Fátima	Móvel	Dia mais Próx de 13 de Junho	Religiosa
Pedra Furada	Domingo Gordo	Móvel	Fevereiro	Leilão Gastronómico
Pedra Furada	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> das Brotas	Fixa	3º F S Agosto	Religiosa
Pedra Furada	Santa Leocádia	Fixa	8 e 9 de Dezembro	Religiosa
Pereira	Festa da Franqueira	Fixa	1º domingo de Agosto	Religiosa
Perelhal	S. Paio e S. Cirilo	?	Julho	Religiosa / Popular
Perelhal	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> do Alivio	Fixa	3º F S de Setembro	Religiosa
Pousa	St. <sup>a</sup> Cristina	Móvel	24 de Julho ou Dom. mais Prox.	Religiosa / Popular
Pousa	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> da Esperança	Fixa	2º Domingo de Agosto	Religiosa / Popular
Quintiães	S. Sebastião	Móvel	2º ou 3º Dom de Janeiro	Religiosa / Popular
Quintiães	Festa de S. Frutuoso	Móvel	Dom. mais Prox de 16 de Abril	Religiosa / Popular
Quintiães	St. <sup>a</sup> Marinha	Fixa	3º Domingo de Julho	Religiosa / Popular
Quintiães	St. <sup>o</sup> António e Sr. <sup>a</sup> do Rosário	Fixa	1º Domingo de Outubro	Religiosa / Popular
Quintiães	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> da Expectação ou do Ó!	Fixa	8 de Dezembro	Religiosa
Remelhe	Procissão do Silêncio	Fixa	4º Sábado da Quaresma	Religiosa
Remelhe	Procissão dos Passos	Fixa	4º Dom. da Quaresma	Religiosa
Rio Covo( St <sup>a</sup> Eulália)	Sr. Aguas Santas	Fixa	4º Domingo de Agosto	
Rio Covo (St. <sup>a</sup> Eugénia)	Festival de Folclore	Fixa	Último Domingo de Janeiro	Popular / Etnográfico

FREGUESIA	FESTA	PERIODICIDADE	DATA	TIPOLOGIA
Rio Côvo (St. <sup>a</sup> Eugénia)	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> da Vitória	Fixa	3º F S de Agosto	Religiosa / Popular
Rio Côvo (St. <sup>a</sup> Eugénia)	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> Águas Santas	Fixa	4º Domingo de Agosto	Religiosa / Popular
Rio Côvo (St. <sup>a</sup> Eugénia)	Festas da Padroeira	Fixa	11 de Setembro	Religiosa
Roriz	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> da Penha		Agosto	Religiosa
Roriz	S. Salvador	Fixa	2º Domingo de Agosto	Religiosa / Popular
Roriz	S. Miguel	Fixa	Último F S de Setembro	Religiosa / Popular
Sequiade	S. Tiago	Móvel	25 de Julho ou Dom mais Prox.	Religiosa / Popular
Sequiade	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> da Piedade	Fixa	1º Domingo de Agosto	Religiosa / Popular
Silva	Festas de N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> da Encarnação e S. Sebastião	Fixa	Segunda Feira de Páscoa	Religiosa / Popular
Silva	St. <sup>o</sup> António	Móvel	13 de Junho ou Sábado Mais Prox.	Popular
Silva	S. Pedro	Móvel	29 de Junho ou Sábado Mais Prox.	Religiosa / Popular
Silva	G P de Atlet./Enc. de coros/Fest. de Peq. Cantores	Móvel	Out./Nov./Dez.	Desportiva / Cultural
Silveiros	Desfile do Calvário	Fixa/Móvel	?????????	Religiosa
Silveiros	S. Martinho	Fixa	11 de Novembro	Religiosa / Popular
Tamel (St. <sup>a</sup> Leocádia)	S. Sebastião	Móvel	2º ou 3º Domingo de Janeiro	Religiosa / Popular
Tamel (S. Pedro Fins)	S. Pedro Fins	Fixa	13 de Maio	Religiosa / Popular
Tamel (S. Pedro Fins)	S. Brás	Móvel	Dom. Prox. do 3 de Fevereiro	?
Tamel (S. Veríssimo)	S. Veríssimo	Fixa	1º F S de Outubro	Religiosa / Popular
Tamel (S. Veríssimo)	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> da Glória	Móvel	15 dias depois da Páscoa	Religiosa / Popular
Tamel (S. Veríssimo)	Senhor dos Passos	Móvel	Março ou Abril	Religiosa
Tregosa	Festa do Senhor	Fixa	Dia do Corpo de Deus	Religiosa
Tregosa	S. João	Móvel	24 ou F S mais Prox. Junho	Religiosa / Popular
Tregosa	Festival Inter. Folclore “Águas do Neiva”	Móvel	19 de Julho	Popular / Etnográfica
Tregosa	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> do Calvário	Móvel	2º F S Agosto	Religiosa
Tregosa	N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> do Ó!	Móvel	14 ou 2º Dom. Outubro	Religiosa / Popular
Ucha (S. Romão)	S. Romão	Móvel	18 de Nov. ou F S mais Prox	Religiosa / Popular

FREGUESIA	FESTA	PERIODICIDADE	DATA	TIPOLOGIA
Várzea	S. Bento da Várzea	Móvel	21 ou Dom a seguir Março	Religiosa / Popular
Várzea	S. Bento da Várzea	Móvel	Julho	?
Vila Boa	S. João / N.ª Sr.ª da Ajuda			Religiosa
Viatodos	Festas da Isabelinha	Fixa	F S da Páscoa	Popular/Desportiva/Cult.
Viatodos	N.ª Sr.ª da Apresentação	Móvel	21 Nov. ou Dom mais Prox	Religiosa
Viatodos	S. José	Móvel	19 de Abril ou Dom a seguir	Religiosa
Vila Cova	S. João Baptista	Móvel	Dia 21 ou F S mais Prox. Junho	Popular
Vila Cova	S. Brás	Fixa	2º Dom de Julho	?
Vila Cova	N.ª Sr.ª da Expectação ou do Ó!	Fixa	3º Dom de Dezembro	Religiosa
Vila Frescaíinha (S. Pedro)	S. Pedro	Fixa	29 de Junho	Religiosa / Popular
Vila Frescaíinha (S. Martinho)	S. Martinho das Torres	Móvel	16 de Nov. ou Dom Seguinte	Religiosa / Popular
Vila Seca	N.ª Sr.ª da Consolação	Móvel	25 de Julho ou Dom mais Prox.	Religiosa / Popular
Vila Seca	S. Tiago	Fixa	3º Dom de Julho	Religiosa / Popular
Vila Seca	St.ª Maria Madalena	Fixa	3º F S de Agosto	Religiosa / Popular
Vilar de Figos	S. Paio	Fixa	Último F S de Abril	Religiosa
Vilar de Figos	Festas das Rosa	Fixa	Último F S de Setembro	Religiosa/Etnográfica/Popular
Vilar do Monte	S. Salvador	Móvel	6 de Agosto ou F S mais Próx.	Popular/Desportiva/Religiosa
Vilar do Monte	Sr.ª da Boa Morte e do Tempo	Móvel	4º F S Setembro	Religiosa / Popular

**RELATÓRIO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

---

**TURISMO 2014**  
**NOTA DE ATUALIZAÇÃO**

## Nota Prévia

*Para uma melhor contextualização do abaixo exposto, solicita-se uma consulta prévia ao disposto no Anexo I deste relatório e à adenda que o mesmo comporta.*

As questões relativas ao planeamento, ordenamento e desenvolvimento, nas suas mais diversas aceções, têm, hoje em dia um papel preponderante nas sociedades atuais como forma de salvaguarda dos bens patrimoniais e ambientais e na defesa da harmonia do meio que nos envolve, assim como do bem estar e equilíbrio do desenvolvimento das populações. O relatório aqui presente tem em conta estas questões e ainda as premissas fundamentais para o desenvolvimento turístico de um concelho. E note-se que, não se pretende com este relatório reaver a zona de Turismo de Barcelos ou ainda fazer deste um Destino Turístico na verdadeira aceção do conceito, pretende-se lançar propostas e temáticas a debate que promovam o desenvolvimento de áreas de lazer, e o melhor aproveitamento de locais que se encontram esquecidos pelo planeamento e desenvolvimento local e regional. Uma estratégia que vá de encontro ao definido no Plano Estratégico Nacional de Turismo e ao produtos e metas que estão definidas para a região. Paralelamente o documento faz as devidas interações com os Plano de Desenvolvimento e agendas setoriais definidas pela Comissão de Coordenação da Região Norte para o setor e áreas conexas.

Este relatório traça assim uma linha de ação que visa, em primeira estância, a melhoria da qualidade de vida das populações locais, como fator elementar para o desenvolvimento turístico de uma região de grande potencial, mas também à adequação do perfil do consumidor que dá prioridade para o consumo no perímetro casa, família, estabilidade e ambiente, conforme o descrito no Plano Estratégico Nacional de Turismo.

Assim, os recursos naturais; cultura; equipamentos; alojamento; população e emprego; meios de transporte; acessibilidades; património móvel e imóvel; agricultura e atividades tradicionais; economia local e regional, assim como as dinâmicas de interação do concelho com a envolvente; devem ser tidos em conta aquando da interpretação deste relatório, de forma, a melhor fundamentar o peso da atividade turística no concelho, uma vez que o turismo mais que uma atividade, é um sistema transversal que interage como os diversos setores, elementos e recursos de um território.

Face à sua interação com outras atividades, o turismo deve formular-se ou implementar-se em íntima coordenação com o processo de planeamento da área em causa, não só do espaço como da realidade sócio-económica.

Não sendo possível atuar simultaneamente em todas as frentes há que definir prioridades e atuar de forma estratégica, isto é através de medidas e ações selecionadas em função das prioridades e necessidades sentidas pelos diversos agentes turísticos locais, pela população e de acordo com as

características do sistema turístico instalado. No caso da intervenção planeada para algumas áreas podem considerar-se dois grandes grupos de objetivos: de resolução de problemas e de desenvolvimento. Estes constituem a abordagem mínima para constituir um destino turístico a médio e longo prazo e se, em algumas áreas, as propostas são nitidamente de resolução de problemas, noutras incutem ao trabalho uma visão redutora de desenvolvimento visto constituírem áreas perfeitamente inativas no contexto turístico e local.

O nosso objetivo tem por função a tentativa de influenciar a tomada de decisões, através da elaboração de estudos e da utilização de fontes primárias capazes de suportar projetos privados e institucionais. Por isso, considera-se neste trabalho a definição dos pontos fortes e dos pontos fracos do Produto Turístico. Estes são assim analisados de forma a permitir a definição com elevada precisão dos campos onde se justifica canalizar esforços e investimentos, mas tendo sempre em atenção as oportunidades e ameaças que vegetam num mercado turístico em constante mutação.

O Planeamento Turístico justifica-se, cada vez mais, pelo que é necessário estabelecer metas e objetivos concretos para que o setor turístico ocupe um lugar de destaque na economia regional e para que o desenvolvimento desta atividade obedeça, não a tendências casuais, mas sim a um ordenamento integrado que permita uma visão estratégica de desenvolvimento Turístico. Tratando-se de um mercado muito sensível, é fundamental saber quais as motivações e expectativas dos Turistas que nos visitam. Só assim será possível colmatar as lacunas existentes e melhorar os atributos. O plano estratégico Nacional de Turismo veio trazer ao setor uma legibilidade importante neste domínio, definindo estratégias, caracterizando produtos e mercados e identificando oportunidades que devem ser vertidas no planeamento regional e local.

Embora a aposta no Turismo tenha vindo, nos últimos anos, a assumir cada vez mais importância, a verdade porém é que poucas Autarquias têm procedido a um diagnóstico rigoroso do seu Produto Turístico global na perspetiva do planeamento e ordenamento. Até hoje, a definição de Produto Turístico, para efeitos de intervenção Local / Regional, restringia o setor apenas ao âmbito das empresas turísticas, deixando de fora o conjunto de todas as Infra-estruturas, Equipamentos, Serviços e Recursos que participam como elementos na composição do consumo e fruição do Turista. Contudo, com o Plano Estratégico Nacional de Turismo (2007-2013, primeira versão) esta realidade tem vindo consecutivamente a ser alterada, assistindo-se nos últimos anos a uma abordagem mais capaz e profícua das estratégias para o setor e à definição de um pensamento e organização tendo por base as prioridades e produtos identificados naquele documento orientador do turismo nacional.

Verifica-se assim a necessidade de um planeamento que vise, principalmente a inserção do turismo no quadro de vida e desenvolvimento desta região. Tendo em conta os elevados potenciais existentes nesta área considera-se que o Minho, enquanto unidade territorial com identidade etno-geográfica própria (no contexto da Entidade Regional do Porto e Norte), e em particular o Concelho de Barcelos, merece essa aposta, quer em virtude da qualidade de vida das populações quer



---

consequentemente na afirmação de um Turismo de Qualidade elencado nos argumentos diferenciadores do território.

Como o descrito no PENT “O turismo deve desenvolver-se com base na qualidade do serviço e competitividade da oferta, tendo como motor a criação de conteúdos autênticos e experiências genuínas, na excelência ambiental e urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica e modernização empresarial e das entidades públicas; A importância do turismo na economia deve ser crescente, constituindo-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental a nível regional e nacional. O mesmo documento preconiza como estratégica a “definição de políticas de educação e formação para o turismo” o “Reforço de competências em áreas críticas, com maior organização da oferta formativa”, entre outras ações descritas no ponto 4 daquele documento no item de recursos humanos. Estas são também premissas deste documento de orientação estratégica local.

Numa primeira análise à globalidade dos argumentos de diferenciação do Território; Alojamento; Equipamentos; Serviços e Infraestruturas, constata-se que a região, onde se encontra o concelho de Barcelos, tem produtos em fase de desenvolvimento (Turismo negócios, Turismo de Natureza, Estadas curtas), emergentes (Turismo de Saúde e Turismo Náutico), consolidados (Turismo Saúde em alguns locais, Circuitos Turísticos,) e complementares (Golfe, Gastronomia e Vinhos e Turismo de Saúde). Apesar deste quadro, urge a necessidade de melhorar e planificar o território em função da atividade para a afirmação como um espaço do setor como alavanca do desenvolvimento regional e local, nomeadamente no domínio do mundo rural, áreas de relevante valor ambiental e outras fora dos circuitos turístico tradicionais mas com potencial. O objetivo genérico será o de criar condições favoráveis ao desenvolvimento, por forma a obter resultados no crescimento económico, na melhoria das condições de vida das populações e na satisfação dos visitantes.

A definição de produto turístico compósito, para efeitos de intervenção Local / Regional, tem que romper o quadro estreito da conceção do setor que o restringe ao âmbito das empresas e superestruturas turísticas (Alojamento, Animação, Infraestruturas de apoio à atividade turística, etc.), passando a entender-se o espaço como um todo e o produto como reflexo deste e, como tal, objeto de definição de estratégias, planeamento e ordenamento, seja do nível nacional para local ou vice-versa. Contudo, qualquer destas relações só será possível com um grau de aplicabilidade e exequibilidade ao nível local.

E, como a maioria dos instrumentos de planeamento tem uma função orientadora, pretende-se que a carta turística e o relatório agora em análise tenham uma função também ela de definição de usos de natureza turística. Esta situação permitirá aos agentes turísticos locais e potenciais construir uma melhor fundamentação das suas opções e possíveis áreas de investimento.

Estes instrumentos, de grande índice de correspondência local, têm por objetivo crucial apresentar uma visão de “mudança motivadora” junto dos agentes de desenvolvimento, fornecendo indicações e

propostas consideradas fundamentais para o desenvolvimento do bem estar das populações e do setor do turismo no concelho. Esta visão de mudança terá que ser, essencialmente, uma visão estratégica que compreende: a análise do espaço geográfico, propostas a valorizar e indicações, ainda que sumárias, de planeamento e ordenamento do território, a incluir em futuras ações de planeamento local, assim como constatações de potencialidades por explorar. As mesmas serão sempre enquadradas dentro do eixos centrais do Plano Estratégico de Nacional de Turismo, nomeadamente em sede dos produtos considerados estratégicos e/ou adequados para a região norte, onde efetivamente queremos cabimentar o território e estabelecer as devidas conexões regionais e turísticas; bem como nos pressupostos definidos no documento Norte 2020, Ativos do Território e Turismo no Novo Ciclo de Apoios Comunitários 2014-2020; Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte – PROT NORTE – Turismo, Agenda Regional Turismo 2015, entre outros.

Por sua vez, enquadra-se no “Norte em Rede” no domínio das prioridades estratégicas, nomeadamente no propósito de “assegurar, sustentadamente, a competitividade regional, pelo que se impõe definir para cada território as suas oportunidades de desenvolvimento, valorizando os seus recursos e potencialidades endógenas (recursos naturais, património natural, produtos tradicionais...)”, é, neste contexto, nesta prioridade que consideramos que o documento em questão mais diretamente se enquadra, pela promoção integrada que faz do setor, no município e na região, dando a conhecer e evidenciando as suas potencialidades, os seus produtos e as suas marcas, com o objetivo de facilitar, quer a atração de visitantes e investimento.

O PDM articula-se com os Planos de Ação das Agendas Regionais Prioritárias do Pacto Regional para a Competitividade do Norte de Portugal, nomeadamente com o Plano de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal/ Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte: Agenda Regional de Turismo.

De referir ainda a articulação do PDM com as Estratégias de Eficiência Coletiva, já que estas pretendem estimular iniciativas de agentes económicos orientadas para a melhoria da competitividade territorial e que visem dar valor económico a recursos endógenos, tendencialmente inimitáveis do território, sejam recursos naturais, património histórico ou saberes tradicionais, no qual este projeto se enquadra.

Conforme consta no Programa Operacional do Norte, os recursos turísticos primários mais relevantes da região que importa potenciar e que na prática permitem incrementar o nível de complexidade/densidade do produto turístico da região Norte são, entre outros, os Vinhos, a Cultura Popular, as Tradições e Artesanato, a Ruralidade e paisagem, produtos que, com efeito, estão na base da construção deste documento. Neste sentido e no contexto dos objetivos, são referidos, entre outros, o Enoturismo (Norte Vinhateiro) e o Turismo histórico cultural (Norte com história e tradições) como produtos turísticos prioritários, definindo como seus atributos diferenciadores: as vindimas e tradições associadas e os vinhos verdes; assim como a gastronomia, festas e romarias e o artesanato. Nas

orientações para o desenvolvimento do produto salientam-se a dinamização de rotas e dos itinerários turísticos associados ao vinho e à vinha, as rotas dos vinhos, as visitas e atrações à região, as rotas e itinerários turísticos associados à história. Tratam-se de ações que, conforme consta, são parte integrante deste documento como veremos adiante, e que conferem a este documento, enquadramento em documentos de estratégia regional.

Este tentará ser também, na medida do possível, um instrumento impulsionador de investimentos e dinamizador do Trade local promovendo um novo posicionamento dentro da região por parte do produto e uma estruturação estratégica que vise o aproveitamento dos eventuais fundos ao dispor para a região neste domínio. Paralelamente ser um potenciador de parceria entre agentes e setores por forma a criar uma dinâmica de desenvolvimento no território, tendo o turismo como mote para o conhecimento do Mundo Rural, afirmação dos produtos regionais, valorização da cultura do vinho e da vinha, afirmação das artes e ofícios como argumento de diferenciação e reposicionamento da arte popular como produto cultural de excelência. Desta forma poderá funcionar, efetivamente na prática da definição das estratégias de afetação e captação de mercados, e deixará de lado o risco de ser mais um instrumento inconsequente de natureza especulativa e descritiva, encerrado em si próprio e sem noções de adaptação às novas tendências sempre emergentes.

Em termos globais, são estes, os conceitos e temáticas que este relatório tentará desenvolver. Para a sua fundamentação foram consultadas imensas fontes bibliográficas, técnicas e científicas, para além de um trabalho de campo gigantesco no contacto com o espaço geográfico e, fundamentalmente, com os agentes locais, como a população, Trade, prestadores de serviços de turismo, públicos e privados, assim como os próprios visitantes e turistas a este concelho.

**Figuras indicativas utilizadas para Classificação de Usos Turísticos, tendo por base a Estratégia e linhas de atuação definidas para os produtos estratégicas estruturadas pelo Plano Nacional Estratégico de Turismo 2013-2015 para a região norte.  
(Metodologia)**

a) *Área de Proteção Turística*

Conforme o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros nº 97/2003 de 01 de Agosto e fundamentalmente, com redação presente nas linhas de ação no produto definidas pelo PENT 2013-2015 na página 28 e 29;

As áreas de Proteção Turística, a criar no quadro de instrumentos de gestão territorial em vigor, permitirão facilitar a definição e delimitação espacial e geográfica das áreas com atual vocação turística ou com significativo potencial de futuro desenvolvimento turístico.

b) *Área de Aptidão e Vocação Turística*

Conforme o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros nº 97/2003 de 01 de Agosto, e fundamentalmente, com a redação plasmada nas Estratégias e linhas de ação no produto definidas pelo PENT 2013-2015 na página 28 e 29

Pela sua especificidade, riqueza natural e cultural e diferenciação possam responder às exigências de novos segmentos de mercado.

c) *Área de Interesse Turístico Relevante*

Definida de acordo com a filosofia das anteriores, mas tramitada no âmbito deste trabalho e fundamentalmente, com a redação vertida nas estratégias e linhas de ação no produto definidas pelo PENT 2013-2015 na página 28 e 29

Área com potencial turístico relevante capaz de redimensionar e alterar o quadro da oferta de uma dada região ou espaço desde que potenciado turisticamente. Possuem normalmente recursos turísticos por explorar de forma organizada e planeada. Tem potencial para se tornar em áreas de vocação turística desde que potenciadas para o efeito. Podem ser redimensionadas para segmentos de procura ou tipologias de turismo identificadas.

**c.1.** *Área de Interesse Turístico Relevante*, decorrente da existência de uma atividade endógena onde se verifique uma ligação ao meio e seja um vetor de identidade cultural da sociedade e do tecido económico local.

**c.2. Área de Interesse Turístico** para a promoção de atividade ligadas à interpretação e fruição ambiental, nomeadamente, pedestrianismo, pesca, interpretação e beleza paisagística, golfe e atividades de animação ambiental isoladamente e/ou ligadas com o Turismo no Espaço Rural e Enoturismo.

d) *Estrada Verde*. Inserido dentro das medidas estratégicas, plasmadas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2003 de 01 de Agosto, tem por objetivo elaborar um mapa das estradas verdes fora dos grandes eixos rodoviários que privilegiará o património histórico, arquitetónico e natural e, fundamentalmente de acordo com o plasmado nas estratégias e linhas de ação no produto definidas pelo PENT 2013-2015 na página 28 e 29. Estas estradas percorrem normalmente as áreas identificadas no ponto C, nomeadamente no ponto C.1. e C.2.

e) *Circuitos Turísticos* / (a definir em concertação com as cartas arqueológica, do património e do ambiente, e ainda de acordo com os corredores patrimoniais definidos neste relatório). Deve ser igualmente privilegiadas as estradas verdes definidas no ponto anterior.

Independentemente de cada uma das figuras atrás plasmadas, e das características encerradas em cada uma delas, deve a política concelhia ter o setor do turismo como alicerce para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentado tendo em conta as especificidades ambientais, sociais, paisagísticas e culturais do concelho. Desta forma as ações de planeamento que impliquem uma ação direta no meio devem ter em conta, para além de outras, as potencialidades turísticas existentes e a necessidade de as mesmas serem preservadas.

Desta forma urge que as ações a levar cabo nas áreas classificadas com as figuras atrás referenciadas, não potenciem a desconfiguração das características que estiveram na base da referida classificação e/ou promovam atividades diferentes das contempladas neste documento para cada uma das áreas classificadas. Deve também ser tida em linha de conta, em todos os casos, a capacidade carga ambiental e social de cada um destes locais, como fatores estratégicos para aprovação de ações nestes locais. Os elementos patrimoniais existentes nestas áreas sejam de natureza Cultural, Natural ou Etnográfica devem ser salvaguardados e potenciados de forma sustentada. Devem estes pressupostos, sem prejuízo dos já existentes, prevalecer nos processos de avaliação tendentes à aprovação de projetos para as áreas classificadas e/ou referenciadas neste documento, sobre outros que promovam a destruição destes equilíbrios.

Por último enquadrar com as estratégias e linhas de atuação definidas para o produto pelo Plano Estratégico Nacional de Turismo 2013-2015 para a região Norte (pag. 28 e 29), onde se desenvolve o território do concelho de Barcelos.

## 1. Abordagem Conceptual

Neste ponto contextualizam-se os princípios e conceitos que estão diretamente ligados com o planeamento e ordenamento turístico. Definem-se, ainda, problemáticas e debates relativos à interação destes conceitos com os sistemas de planeamento e ordenamento instalado no concelho e qual a aplicabilidade real desses instrumentos para o setor. Este ponto é também, crucial para a fundamentação de algumas propostas e estratégias fornecidas e mais à frente referenciadas, assim como para a perceção do garfo de ação e eixos de intervenção suscetíveis de redimensionar a oferta turística concelha.

### 1.1. Transversalidade do setor do Turismo – O Sistema Turístico Concelhio

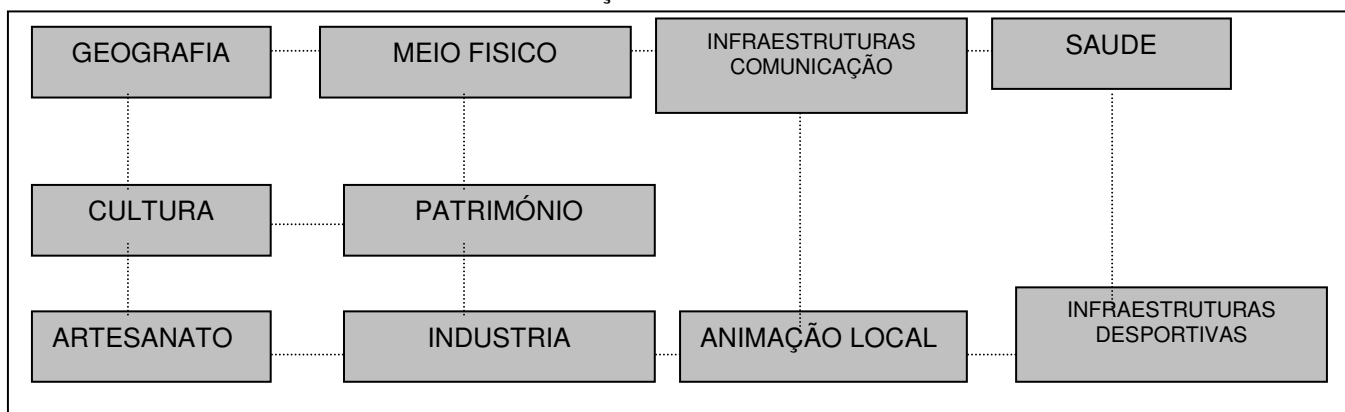
O Turismo é uma atividade que para além dos prestadores e recetores de serviços turísticos, em sentido estrito, mobiliza a globalidade de um espaço humano e geográfico (país, região, etc), tendo também a ver com as condições de vida e qualidade da vivência desses espaços e com o respetivo património civilizacional e cultural, fatores, fundamentais, para o sucesso e concretização do setor.

Por isso, não é só a prestação de serviços turísticos que está em causa, mas todas as outras dimensões sociais e económicas que condicionam o ambiente em geral que se vive na região ou local e que, naturalmente, suscitam no visitante sentimentos de satisfação e exotismo. Desta forma, um plano de desenvolvimento deve também abordar, ainda que de forma breve, as dimensões do espaço socioeconómico que se está a trabalhar, assim como as características de índole geográfica do mesmo.

Desta forma tem de se analisar, ainda que de forma breve o seguinte aspeto, citado no esquema:

**Figura 01**

Sistema de Relação Turismo/Ambiente



O sistema aqui descrito aproxima-se da tese defendida pelo conceituado turismólogo Mário Baptista e que alude “às profundas inter-relações que o turismo estabelece com outras atividades que fazem com que as medidas que visam o desenvolvimento destas acabem por beneficiar o turismo”, pois é fundamental que um concelho ou região que visa o desenvolvimento turístico, promova também o bem estar das populações, a dinamização da economia local e a criação de infraestruturas suscetíveis de favorecer o desenvolvimento da região e/ou localidade aos mais diversos níveis.

Exemplo concreto desta situação , para o caso em análise, é a recuperação do Centro histórico de Barcelos e áreas subjacentes que possibilitaram a devolução do centro da cidade na integra à fruição da comunidade local. Este facto reflete-se, posteriormente, na dinamização de algumas lojas comerciais, aparecimento de novos estabelecimentos, aparecimento de algumas esplanadas, etc. Criaram-se melhores condições de fruição e atração da cidade para os habitantes e, conseqüentemente, para os visitantes que assim fruem melhor esta cidade e os respetivos argumento de diferenciação e de atração que assim ganharam mais visibilidade no contexto de toda a região Norte. De referenciar ainda a recente recuperação do Teatro Gil Vicente e área adjacente que criou nova centralidade turística e cultural do centro urbano no contexto regional, ou de uma forma mais global da criação do Centro de Interpretação do Galo e da Cidade de Barcelos, na Torre Medieval, fruto de um recuperação da Torre Medieval que conferiu à cidade um forte argumento de visitaçao no âmbito do circuitos de touring à região norte. Esta recuperação promoveu atribuição do primeiro prémio “Concelho Mais Acessível”, na categoria Lazer / Património / Turismo, ao Município de Barcelos por parte do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), no âmbito das Comemorações do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Este imóvel cumpre como poucos o disposto no PENT no sentido de “melhorar as condições de turismo acessível ao nível das infraestruturas, equipamentos e serviços”. Este fato criou um argumento importante de diferenciação neste segmento que cada vez mais tem expressão no setor do turismo.

Mas existem, outras áreas merecedoras desta atração suscetíveis de criar valor para fruição e bem estar dos locais que, por inerência se tornam em argumentos de atratividade ao produto turístico do concelho e da região em geral. Encontram-se nesta situação o “recurso” mundo rural que urge preservar e potenciar; o Caminho Português a Santiago, que tem no concelho de Barcelos um ponto estratégico, decorrente da ligação histórica a esta peregrinação medieval; a arqueologia Industrial com grande margem de desenvolvimento, nomeadamente ao nível da Cerâmica, como acontece em França; as oficinas tradicionais de artesanato; o Convento de S. Salvador de Vilar de Frades, que em face da riqueza arquitetónica, tem centralidade artística de nível mundial e cria com o Centro Hípico adjacente um polo de atratividade relevante em sede dos Produtos Touring Cultural e dos Patrimónios e eventos de grande valor e atração. O Campo de Tiro da Fervença é também um espaço de grande valor e potencial para atração turística . O conjunto dos montes com potencial para dinamizar o turismo de natureza, nomeadamente os montes da Franqueira, S. Lourenço, Facho, Airó, Saia, S. Gonçalo, S. Mamede entre outros, é também um item a considerar, assim como a globalidade das “manchas” florestais, com potencial ao nível da animação ambiental e paisagismo, existentes no concelho de Barcelos; O vale do Neiva e todo o seu imenso vale que comporta um

---

potencial relevante em diversos patamares, nomeadamente ao nível das atividades de interpretação e fruição turística de natureza ambiental e memorativas da arte molinológica.

Curiosamente grande parte destes locais situam-se relativamente perto da cidade e junto ao rio Cávado, facto que potencia a existência de um foco(s) de atração turística bem mais forte(s) do que, o que hoje, a cidade exerce por si só. A existência destes focos permitiria, essencialmente, a criação de infraestruturas fundamentais para o incremento da qualidade de vida das populações, dotando o concelho com atributos que melhor o cabimentem dentro das motivações do padrões de procura e mercados definidos pelo Plano Estratégico Nacional de Turismo.

Por sua vez, as margens do Rio Cávado, possuem zonas já utilizados pelas populações locais como praias fluviais. Hoje estas exigem um tratamento mais sério ao nível do planeamento, ordenamento, legalização e fiscalização, no sentido de promover o bem estar e a segurança das populações, e potenciar que estes recursos de atração primários se tornem fruíveis e parte integrante do produto turístico local e naturalmente regional, acrescentando valor

A criação de melhores formas de fruição do património como recurso turístico, é também uma necessidade integradora e estratégica que assenta no planeamento e realização de “atividades turístico - culturais” a nível territorial, concentrando-se tutelas e potenciando-se economicamente aspetos e recursos que, isoladamente, não tem expressão significativa mas que, no conjunto, ganham sentido e dimensão. A organização destes cria paralelamente linhas de leitura do espaço geográfico do concelho e potencia a aplicação de princípios elementares descritos no Guia do Desenvolvimento Sustentável editado pelo Organização Mundial de Turismo.

Estes devem privilegiar a qualidade, a originalidade, a autenticidade e a animação, rejeitando a quantidade, a massificação e a passividade. Desta forma revelar-se-ão como instrumentos eficazes de articulação dos conceitos de turismo e de cultura, em função do desenvolvimento local e regional. Também a revitalização das atividades culturais e a valorização do artesanato/cerâmica e de outras formas tradicionais poderá ser fundamental para a desenvoltura económica de um concelho com tradições aguerridas a este nível.

O fomento do apoio ao artesanato, para que este se mantenha como uma arte viva e como fator fundamental para o turismo local, a conservação das paisagens típicas e a valorização dos núcleos rurais existentes no concelho, sem descurar a qualidade de vida das respetivas populações ou cair no erro da mumificação das mesmas, é também um elemento fundamental a ter em consideração neste processo. Só através da conservação do ambiente e da adoção de políticas de planeamento e urbanismo sustentáveis que preservem, no mínimo, as zonas típicas e rurais deste concelho, se poderão criar e manter as paisagens e o próprio meio humano como uma das muitas atrações do sistema turístico. Só assim, os recursos do mundo rural, se tornam acessíveis, fruíveis e “comercializáveis”, e tornar-se-ão efetivamente recursos de um produto e atrações de um sistema turístico complexo e transversal. Naturalmente que esta situação passa, indubitavelmente, pela



---

parceria e conhecimento das populações locais da globalidade das ações que visem a valorização e preservação do mundo rural como trave mestra para suportar o sistema turístico concelhio.

Este efeito implica um rendimento adicional dirigido para setores que não são diretamente prestadores de serviços na área do Turismo. Exemplo desta situação é o caso concreto do artesanato que, no sistema, se cabimenta como atração e na prática é um dos grandes beneficiados deste fluxo económico gerado pelo turismo. De igual modo, as empresas de restauração, hotelaria, comércio tradicional, panificação, transportes, artigos tradicionais, cerâmica, a própria agricultura<sup>1</sup> etc. saem extremamente beneficiadas pelo efeito multiplicador do turismo. Todos estes fluxos favorecem a economia local e promovem o emprego e o plurirendimento, tese defendida pela maioria dos técnicos de turismo ao afirmar que *“a expansão do turismo desencadeará sempre um processo de desenvolvimento sócio - económico que transforma a região num polo de atração para outras atividades, por vezes novas”*.

Torna-se pois fundamental *“conferir ao turismo um estatuto de maioridade”*, conforme afirma Mário Baptista, dados os efeitos positivos nas economias locais mas, para isso e como ficou vincado anteriormente, é preciso primeiro criar infraestruturas e condições para o bem estar das populações, para que o turismo possa aparecer naturalmente favorecendo todo o sistema económico.

É imbuído neste espírito que este documento tentará, na medida do possível, lançar propostas a debate, no sentido de promover, em primeiro lugar, ações que satisfaçam as necessidades dos locais ao nível do lazer e do bem estar social. Porém, o lazer e o ócio são, hoje, fundamentais na prossecução dos objetivos de uma sociedade, onde o lazer é um conceito indubitável na avaliação da qualidade de vida de uma comunidade e território, e numa aposta sustentada na atratividade dessas zonas como locais de vocação turística.

---

<sup>1</sup> Uma nota especial para a agricultura que pode beneficiar com o desenvolvimento do turismo no cruzamento com o Turismo no Espaço Rural, e no estabelecimento de uma relação de simbiose cada vez mais forte com a Feira Semanal, como “porta” para o conhecimento da realidade agrícola do concelho. O Turismo é para a agricultura uma oportunidade valorizar algumas produções, nomeadamente o Melão Casca de Carvalho, Maça Porta da loja e outras ligadas à transformação como as broas tradicionais, fumeiros, etc, que devem ser alvo de intervenções que visem a sua valorização, organização e posterior certificação.

## *1.2. O Planeamento Turístico*

O futuro do turismo requer a existência de operações de planeamento cuidadosas nas várias intervenções a coordenar, no espaço e no tempo, nos diversos domínios de competência, com o intuito de precaver os erros do passado ao nível do setor turístico. De referir a completa inoperância prática dos planos de desenvolvimento turístico do passado.

A satisfação dos visitantes que buscam “sonhos” e levam experiências, passa por muitos fatores que englobam todo o território regional e local, num complexo vertical e transversal de atividades que se traduzem num produto turístico global. É preciso, para isso, que cada espaço esteja devidamente organizado e fruível, e que a qualidade dos serviços seja a melhor possível. No seu conjunto transformam-se em experiências que se querem positivas para a consolidação da boa imagem local, regional ou até nacional do turismo. Por isso, é fundamental que se intervenha localmente, ao nível do planeamento e ordenamento turístico, em conformidade com orientações definidas globalmente para os produtos específicos, no sentido de criar condições de evolução do setor a todos os níveis. Promove-se assim o princípio da subsidiaridade, na consciência que não há praticamente qualquer atuação que possa deixar de ser concebida numa lógica local e regional que considere as condições específicas dos recursos, dos mercados e da oferta turística de cada região. Neste particular a assunção e afirmação do Plano Estratégico Nacional de Turismo nas políticas de desenvolvimento nacionais e regionais tem vindo a promover um novo tempo no conceito de desenvolvimento turístico, potenciado uma maior e melhor organização dos recursos em face das metas e objetivos definidos para cada produto estratégico, por região.

Logicamente, que é conferido às autarquias, o direito de planear os solos afetos à sua área administrativa e de definir as suas mais diversas utilizações, sempre num pressuposto de agir localmente e obedecendo a critérios nacionais de planeamento. Ao nível turístico, a mesma atitude é, fundamental, para a prossecução de um país onde o turismo seja, efetivamente, uma mais valia em termos económicos. Este facto só terá concretização se a nível local forem implementadas medidas de potenciação de infraestruturas e de elementos que facilitem o desenvolver deste setor. Isto poderá ser possível através da criação de Planos de Salvaguarda, a inserir dentro dos Planos Diretores Municipais ou em outros documentos de planeamento. Estes planos de salvaguarda tem por objetivos valorizar as áreas com potencial turístico que se encontram esquecidas no contexto do planeamento nacional. Esta necessidade, aliás, é fundamental para incrementar a qualidade de vida das populações locais, criando ao mesmo tempo infraestruturas de ócio e lazer fundamentais para o bem estar da população.

O plano de desenvolvimento visa, fundamentalmente, estimular a complementaridade e potenciar as sinergias existentes.

Esta realidade é tanto mais importante no que concerne ao turismo dada a grande dependência deste setor na qualidade ambiental, na preservação das diferenças culturais, na conservação do património histórico e na valorização das características dos sítios, no fundo, os elementos que valorizam este plano. Aliás, um destino turístico pode ser criado num processo de geração espontânea, gradual e não planeado ou pode resultar de um processo sustentado, integrado e planeado. Qualquer região pode decidir encetar um processo estruturado de construção de um “destino turístico”, o que, aliás, é uma situação aconselhável para muitas regiões do nosso país, onde o turismo se perfila como único fator de desenvolvimento. Mas Barcelos, não depende exclusivamente do Turismo, muito longe disso, porém este contribui decisivamente para alguns setores como a cerâmica, artesanato, restauração, pastelaria e cafetaria e para a própria agricultura e vinhos. Contudo, atendendo às tendências da sociedade e às tendências económicas, os setores onde se suporta a economia local, nomeadamente no setor industrial, podem sofrer algumas dificuldades no futuro em face da cada vez maior consolidação da globalização. Em face deste quadro atual e futuro, importa que o concelho possua uma estrutura territorial, onde o turismo se afirme como um setor importante no contexto do desenvolvimento local. Para o efeito, é necessário criar as linhas estratégicas de desenvolvimento como base nos argumentos diferenciadores deste território que tem penetração no produto regional, cruzando os mesmos com os projetos de modernização, inovação e revitalização das estruturas empresariais e produtivas do concelho, mas também estimulando os jovens que se formam neste setor no concelho, ao nível superior e profissional, potenciando esta massa crítica como atores do desenvolvimento, seja ao nível do empreendedorismo, seja ao nível do enriquecimento da qualidade dos recursos humanos que trabalham no setor. A aposta na qualificação dos recursos humanos, afigura-se estruturante para o desenvolvimento do turismo no concelho, pelo que se apraz um maior envolvimento dos agentes junto das entidades que neste momento tem processo de formação nesta área ao nível do ensino secundário e profissional e superior (conforme recomendações plasmadas no ponto relativo ao recursos humanos do PENT 2013-2015 que mais à frente abordaremos). Urge, também, uma estratégia de concertação de valorização do turismo como atividade que pode trazer, e acrescentar, valor às estruturas empresariais ligadas ao têxtil, cerâmica, agricultura, por forma a criar fluxos de inovação e afirmação do território e dos seus argumentos. Um território de experiências, elencado nos argumentos de base do território, mas também criando valor e inovação, no têxtil, na agricultura e demais setores conexos. A estruturação deste pensamento é vital para o território obter um posicionamento relevante em produtos como o *Touring cultural e paisagístico, City e Short Breaks, Turismo de Natureza*, mas também incrementar a qualidade de produtos complementares como a *Gastronomia e Vinho* e promover o desenvolvimento de outros como o *Turismo Náutico, Turismo de Negócios ou de Saúde e Bem Estar*.

Esta é, porém, uma realidade esquecida. Poucos são os concelhos ou regiões turísticas que tem capacidade de olhar para o turismo como uma atividade onde o planeamento é vital, apostando apenas na vertente promocional e administrativa o que é francamente pouco. Para potenciar esta situação o PDM avança com uma carta de turismo, definindo áreas onde o futuro pode efetivamente passar pelo Turismo. Um documento relevante, na medida em que contempla a ligação do turismo aos fatores ambiente e património, elementos fundamentais na atividade turística com grande

dependência na qualidade ambiental, na preservação das diferenças culturais, na conservação do património e na valorização dos sítios. Com esta estratégia, espera-se um crescimento do turismo de forma sustentada, alicerçada na vasta panóplia de recursos turísticos, no perfil da procura turística e no respeito pela nossa identidade, na proporção do enquadramento deste território e respetivos produtos no definido pelo Plano Estratégico Nacional de Turismo 2013 para esta região.

### *1.3. O Ordenamento com fins Turísticos*

Para cada escalão ou unidade de ordenamento territorial, deverão ser identificados, classificados, inventariados e protegidos, os conjuntos de recursos indispensáveis ao desenvolvimento do Turismo. O turismo de natureza e dos equipamentos de lazer em espaço abertos, basicamente dirigidos para os residentes e turismo interno é de grande importância. Porém, estes recursos destinados ao lazer podem igualmente ser aproveitados como recursos turísticos de carácter mais amplo desde que a sua natureza, a sua importância, o seu tipo e a sua capacidade o permitam.

Estes dois princípios corporizam na integra a situação atual do local e, em especial, dos locais a analisar, como locais e região com património e recursos diversos. Embora se encontrem pouco acessíveis e planeados para o efeito, precisamente pela falta de planeamento, e pela inexistência de um plano que potencie mais estes recursos e o próprio turismo.

Mais uma vez, a situação de falta de estratégia dos instrumentos de planeamento existentes e a sua falta de visão futura propicia situações desta estirpe que podem levar à perda definitiva de locais com potencial enquanto locais de lazer e de valor especial, adulterando aquilo que muitos designam de “Espírito do Lugar”.

Infelizmente, pelo país fora, existem muitos casos de locais com potencial turístico onde o ordenamento turístico não foi tido em conta, o que resultou em desvirtuamentos de paisagens e sítios naturais; poluição intensa a todos os níveis, congestionamento de tráfego e ajuntamento de população, custos de infraestrutura e de manutenção elevados, afrontamento com as culturas locais e alteração do modo de vida das populações, entre muitos outros impactos que poderiam aqui ser debatidos como decorrentes da falta de ordenamento e planeamento turístico.

O ordenamento turístico exerce-se no espaço de forma a permitir a valorização do património urbano, histórico, natural e até industrial para fins turísticos. Inerentemente, potencia a restauração e preservação do património urbano, histórico e industrial de um país, região ou comunidade, a valorização e gestão do património assim restaurado e preservado, a informação e consciencialização do público, através dos meios de comunicação, o desenvolvimento do artesanato e conservação das tradições, a valorização da riqueza gastronómica e a utilização das fontes de financiamento com vista à valorização das diversas potencialidades culturais, arqueológicas, artísticas, etc.

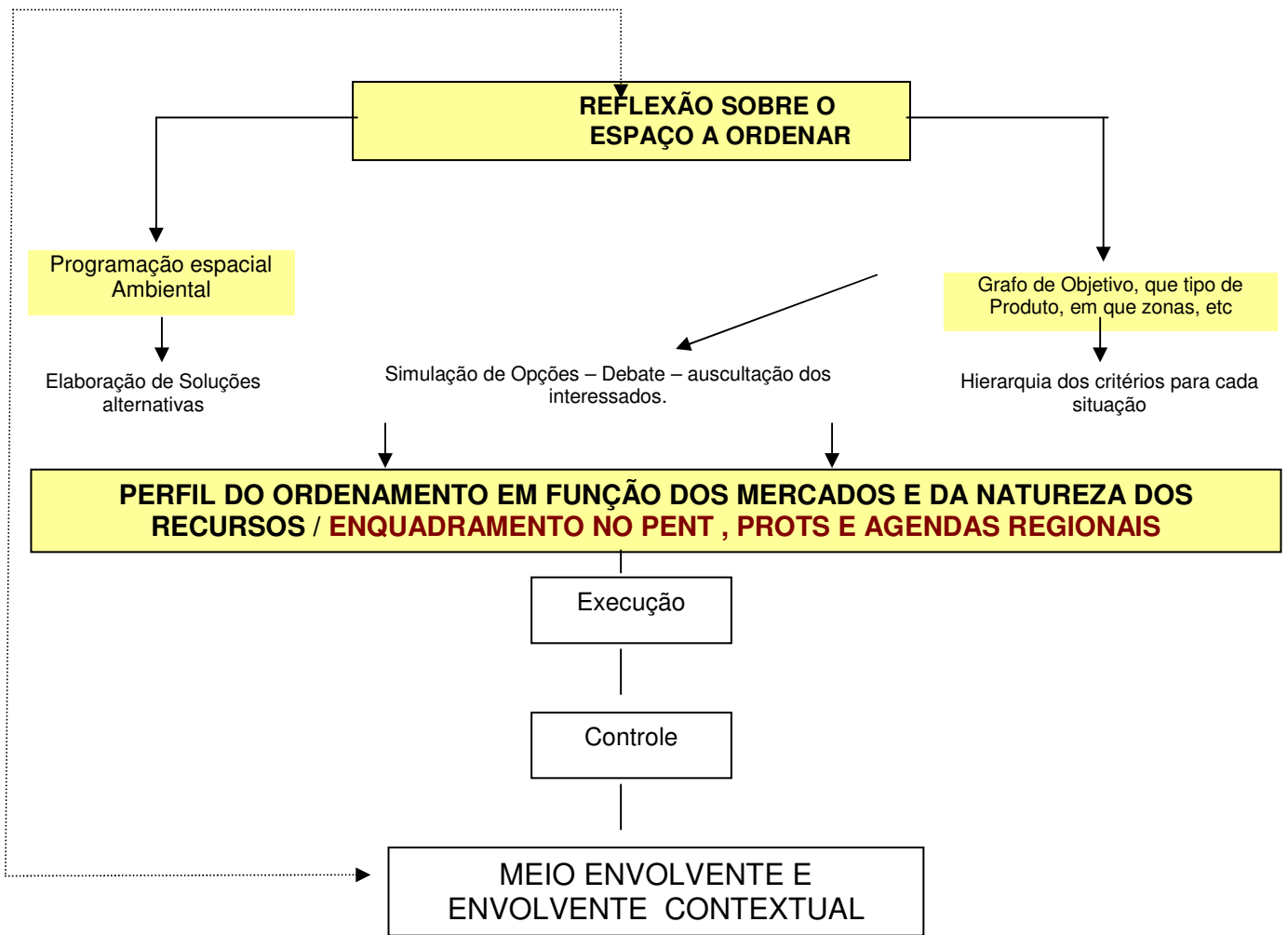
Estes são também princípios defendidos por alguns documentos emanados de Convenções da Organização Mundial de Turismo e da própria UNESCO que apontam baterias neste sentido. E, isto sem entrar, em questões mais específicas do ordenamento turístico, como o planeamento, localização, construção e gestão dos equipamentos turísticos e a sua relação com a paisagem e habitat, uma vez que o turismo é um consumidor nato de território.

Apesar das vicissitudes, o ordenamento do território é um fator determinante do desenvolvimento turístico e deve processar-se tendo em conta as necessidades e exigências do turismo em matéria de ambiente.

Embora conscientes das dificuldades em conciliar políticas ou estratégias de turismo com os PDM's (planos detalhados de ocupação dos solos e que, por isso, refletem situações específicas e necessárias para a realidade local), esperamos que as situações ligadas ao turismo, nomeadamente a definição de Espaços de Classificação Turística (ver páginas 6 e 7), Corredores Verdes e Corredores patrimoniais, sejam também elas refletidas ou, pelo menos, contempladas neste mesmo documento, na medida em que este setor é, sem margem para dúvidas, um setor alavanca das economias regionais como temos assistido ( e com tendência para aumentar conforme previsões da Organização Mundial de Turismo) e uma oportunidade estratégica para a valorização dos recursos endógenos, preservação do mundo rural e valorização dos recursos de fixação existentes no concelho, de forma a potenciar uma oferta turística de qualidade ao nível da superestrutura turística, mas também ao nível das infraestruturas na procura de um produto de qualidade sustentado em critérios de excelência. Este é o objetivo para o qual tendem a globalidade das constantes plasmadas neste relatório.

No caso particular, o estudo e definição das situações descritas no esquema, em associação com os regulamentos legislativos em vigor para o ordenamento territorial e cruzamento com o Plano Estratégico Nacional de Turismo, enquanto documento âncora do turismo nacional, seria um bom começo para uma base de trabalho séria, visando o aproveitamento turístico dos locais com potencial turístico do concelho

Figura 02  
Proposta de Esquema de Reflexão



Legenda: PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo; PROT – Plano Regional de Ordenamento Territorial;

#### *1.4. Planeamento Turístico: uma questão de estratégia*

Independentemente de se estar a falar de Barcelos ou de um qualquer outro território, é fundamental que exista planeamento local e regional ao nível do turismo. Esta deve ser uma regra nacional e o Plano Estratégico Nacional de Turismo, o documento orientador para o efeito, isto sem prejuízo das constantes em documentos e planos de estratégia de nível regional, nomeadamente os definidos pela Comissão de Coordenação da região Norte, alguns deles referenciados anteriormente. Um planeamento cuidadoso das várias intervenções a coordenar no espaço, no tempo e nos diversos domínios de competências é atualmente imperioso e capital.

Isto é fundamental se nos recordamos do falhanço redondo em que revelou o Plano Nacional de Turismo 1985-88 que, embora sendo um documento extremamente válido, falhou por não ter a correspondência local que atrás se referenciava. E pouco ou nada valeu a definição de Eixos de Polos de Desenvolvimento, de 10 Regiões de Ordenamento Turístico (ROT) e ainda de 3 Regiões Específicas de Aproveitamento Turístico (REAT), na medida que não tiveram aplicabilidade local e no terreno.

Isto é, tanto mais importante se atendermos que a preservação da diversidade e da autenticidade, é inerente à qualificação dos usos turísticos, isto aplica-se tanto à natureza, como aos meios urbanos, aos meios rurais e à cultura nas suas várias manifestações. E se as diferenças são a génese do turismo, o planeamento local do turismo tem, efetivamente, que ser o primeiro garante dessa diversidade (na assunção que os recursos primários de diferenciação serão o motor central da atratividade a um dado território).

De uma forma global são estas as razões para a necessidade de existir um documento orientador para o desenvolvimento do concelho de Barcelos, onde se contemplem diretrizes de atuação e planos de pormenor que contemplem o ordenamento turístico, por forma a credibilizar as tomadas de decisão e orientar os investidores e, acima de tudo, para que se assumam a mudança, ou melhor a reclassificação das zonas de potencial turístico, e fazendo de locais, como a ribeira Cávado ou o Monte da Franqueira, as Lagoas de Enxate, imagens de lazer por excelência e atrativos de visita para todos os que visitam este território, à imagem do que acontece nos países do topo do ranking turístico mundial. Contudo, apraz-se a sua organização e devido cabimento na estratégia de produtos definida pelo Plano Estratégico Nacional de Turismo para a região onde se engloba o território. Apesar disso importa que os territórios circundantes a este tenham um procedimento idêntico, por forma a dar continuidade a uma estratégia global inserida no âmbito da atuação da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte, pois como sabemos o turismo, não se compadecem com divisões administrativas. A estratégia integradora e segmentada do PENT é também disto um exemplo, bem como os princípios estruturados nos artigos 1º e 2º e ponto 1) do artigo 3º da Lei 33/2013 de 16 de Maio.

## 2. Grafo de Objetivos e Estratégias Operacionais

OBJECTIVO GERAL		MODELO DE DESENVOLVIMENTO
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizador o território em conformidade com os produtos definido no PENT e demais documentos de estratégia regional;</li> <li>• Fazer do turismo um vetor de crescimento económico de Barcelos.</li> <li>• Valorizar os recursos de atração do concelho.</li> <li>• Potenciar o aparecimento de recursos de fixação + infraestrutura de turismo</li> <li>• Valorizar o mundo rural e as suas particularidades endógenas;</li> </ul> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;"><b>Desenvolvimento turístico como alavanca estratégica de desenvolvimento</b></p> <p>↓</p>	→	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo sustentável: qualidade de vida + qualidade da experiência + qualidade dos recursos + ligação ao meio.</li> <li>• Reunir sinergias entre os agentes concelhios com interesse no setor.</li> <li>• Promover a complementaridade entre o turismo e o setor industrial, académico e agrícola.</li> <li>• Pedagogia para “Cultura Turística” /envolvimento da comunidade</li> </ul> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;"><b>Território de vocação turística, afirmação do potencial existente e dos valores culturais / turismo de qualidade</b></p> <p>↓</p>
OBJECTIVOS CAPITAIS		ESTRATÉGIAS
<p>- Posicionar Barcelos no mercado turístico regional (Posicionamento de Exceção/ Turismo de Qualidade / Diferenciação qualitativa positiva)</p> <p>→</p> <p>- Desenvolver uma cultura turística em Barcelos / Pedagogia do habitantes para o projeto;</p> <p>→</p> <p>Potenciar o setor agrícola e industrial através de atividades de natureza turística / Complementaridade</p> <p>→</p> <p>- Promover novos recursos e redimensionar outros a partir do território.</p>	→	<p>- Criação e promoção de uma marca turística para o concelho de Barcelos, alicerçada no artesanato, feira semanal, património e turismo no espaço rural ( Touring Cultural, Experiências e TER)</p> <p>→</p> <p>- Criar cenários de fruição turística dos inúmeros recursos existentes/Cultura turística de qualidade</p> <p>Readaptação dos recursos existentes e introdução de fatores de inovação em projetos futuros.</p> <p>→</p> <p>- Criação e adequação do espaço turístico de Barcelos e modernização dos equipamentos e empreendimentos existentes.</p>
OBJECTIVOS ESPECIFICOS		GRAFO DE APLICAÇÃO
<p>- Novas Figuras de Planeamento de natureza turística/Delimitar áreas de Interesse e Vocação Turística /Adaptação aos Produtos definidos no PENT;</p> <p>- Captar Investimentos tendentes à instalação de Empreendimentos turísticos.</p> <p>- Captar investimentos na área da animação Turística;</p> <p>- Rentabilizar a panóplia de recursos naturais existentes (Rios + paisagem + áreas verdes). Turismo Natureza + Touring paisagístico.</p>		<p>PENT + PROT´S E AGENDAS REGIONAIS → Estratégia Turística</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Tendências da procura Turística/Tendências do setor / ambiente / Sistema / tecido empresarial</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Estratégia Global / Pressuposto/ Estrangulamentos</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Política de planeamento e Ordenamento</p>



<ul style="list-style-type: none"> <li>- Potenciar o aparecimento de área de Lazer e de ocupação de tempos livres (parque de lazer + áreas de fruição ambiental + praias fluviais + percursos pedestres + circuitos de manutenção e interpretação + áreas de Pesca Desportiva), Turismo Natureza + Touring paisagístico;</li> <li>- Impulsionar o Artesanato Local (Imagem corporativa de diferenciação + alargar certificação + recuperação das oficinas tradicionais + rotas temáticas + promoção + animação turística temática + apoio ao artesanato + criação de núcleos interpretativos). Touring Cultural + Experiências relevantes e diferenciadoras;</li> <li>- Desenvolver produtos de vocação turística estratégicos (Turismo no Espaço Rural + Turismo de Natureza + Pedestrianismo + Turismo de Saúde + Touring Cultural e paisagístico + Centro Histórico /City Breaks + Turismo Religioso + Enoturismo )</li> <li>- Potenciar a criação de Empreendimentos Turísticos capazes de fixar a massa turística em touring, nas diversas motivações, entre os quais o Turismo de Negócios.</li> <li>- Dinamizar o património existente;</li> <li>- Âncoras para Touring (Convento Vilar de Frades + Centro Histórico), City e Short Break.</li> <li>- Motivar as populações locais para o setor;</li> <li>- Promover a concertação com os agentes associativos concelhios no processo de desenvolvimento turístico;</li> <li>- Estabelecer e potenciar o envolvimento do meio académico neste processo de estruturação do produto;</li> <li>- Promover complementaridade do turismo com o setor industrial, nomeadamente o setor têxtil;</li> <li>- Potenciar o “Mundo Rural” e estabelecer complementaridades;</li> <li>- Qualificar os espaços urbanos, tendo em conta a envolvente turística, nomeadamente no centro histórico e frente ribeirinha;;</li> <li>- Adaptar o conceito de urbanismo à</li> </ul>	<p style="text-align: center;">Concelhia</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Delimitação de áreas de Vocação e Interesse Turístico para proteção de recursos turísticos de grande valor /face a pressupostos dos produtos do PENT</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Tornar os recursos acessíveis e disponíveis à Fruição Turística</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Organizar os recursos de atração</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Política de Recurso (Sustentabilidade)</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Avaliar a capacidade de carga dos recursos (qualidade)</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Criação de investimentos na área dos recursos de atração</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Produto Turístico Compósito /PENT/ Mix do Produto (Fortes atributos de diferenciação)</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Enquadramento do Produto no sistema turístico – PENT / Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte.</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Estratégia de Marketing</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Marketing Mix</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Plano de Ação / Controle</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Sistema de Avaliação</p>
--	---

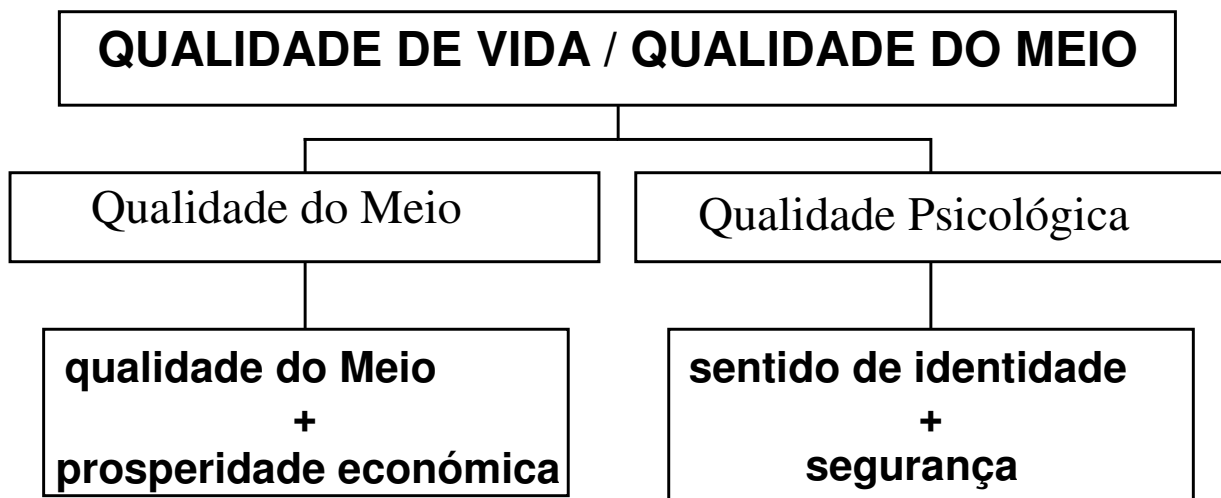
realidade do ponto anterior e as novas figuras de planeamento turístico.  - Criar cultura de "turismo" argumento de desenvolvimento económico;		
--	--	--

**Legenda:** PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo  
 PROT – Plano Regional de Ordenamento Territorial;

O grande pressuposto do planeamento turístico a executar em Barcelos deverá ser a qualidade de vida da população local e a definição de um conjunto de ações tendentes à construção sólida de um produto turístico cabimentavel dentro do real potencial existente e tendo em atenção a estratégia de produtos para o território em sede do PENT, e a interpretação que a entidade de Turismo do Porto e Norte faz dos mesmos, enquanto eixos prioritários para o território. A readaptação da oferta registada nos últimos 10 anos e, ainda em curso, permite que o território tenha ambições ao nível da fixação da procura e na sua cada vez maior afirmação em produtos como os *Touring Cultural e paisagístico, Gastronomia e Vinhos, Turismo Religioso, Turismo de Natureza, City Break e Short Breaks, Turismo de Saúde e Bem Estar, Turismo de Negócios* e até mesmo *Eventos*, face à crescente importância da cidade neste registo.

Uma melhoria da qualidade física do território, através da adoção de medidas de planeamento que tendam para a preservação do espaço rural, tornando-o mais habitável e agradável para os residentes e mais atrativo para fruição turística. Em consequência do fator anterior, apraz-se a necessidade de uma melhoria da qualidade psicológica, condição elementar para que exista uma imagem positiva do meio onde se vive e, acima de tudo, para que se possa germinar uma vocação turística da população. Este aspeto é crucial para desenvolver um sentido de identidade e integração com o território.

Figura 03 – Qualidade de Vida vs Qualidade do Meio



Para atingir estes objetivos é importante entender o turismo numa lógica de sustentabilidade de forma a que este não seja um agente de degradação do meio mas pelo, contrário, um fator de valorização dos recursos endógenos de cada espaço geográfico.

Este pressuposto tem que assentar, em termos globais, para além dos critérios considerados elementares pela Organização Mundial de Turismo para o Turismo Sustentável, num sistema que promova os seguintes vetores:

- a) Respeitar o suporte ao bem-estar social, cultural e económico dos habitantes, de forma a que estes avalizem o setor e o valorizem.
- b) Pedagogia aos habitantes do concelho e diversos agentes concelhios para a criação de um “destino turístico” e produtos turísticos a partir do território e das atividades onde são intervenientes (Mundo Rural, Agricultura, Indústria, atividades tradicionais, artesanato, etc..) e das vantagens para a melhoria da sua qualidade de vida destas ações;
- c) Promover o entendimento do setor turístico como um setor moderno e eficaz e, acima de tudo, como uma das alavancas da economia local.
- d) Estruturar o setor como meio de preservação das características culturais e naturais endógenas de cada espaço, valorizando o património cultural, etnográfico e natural.

Conclui-se, que as propostas a seguir plasmadas neste documento só terão o efeito esperado se inseridas dentro de um processo de planeamento sustentado e integrado onde se promova o equilíbrio, entre os fatores internos de crescimento turístico e os fatores externos derivados dos mesmos, potenciando para isso os recursos autóctones.

Não se pode perceber o desenvolvimento turístico sem a sua ligação à preservação e melhoria do meio urbano e rural (em especial ao equilíbrio entre dois vetores), bem como à recuperação dos símbolos de identidade de forma a garantir:

- a) o bem-estar da população (*melhor* Qualidade de Vida, *mais* reconhecimento das vantagens da criação de produtos turísticos );
- b) preservação do Espaço Rural em equilíbrio com os espaços urbanos;
- c) assegurar aos visitantes e turistas uma experiência (visita/estadia) de qualidade;

Este relatório e as constantes presentes no mesmo tendem a promover o debate em prol dos fatores que podem potenciar o Turismo como um dos vetores de crescimento económico de Barcelos.

### **3. O Produto Turístico do Concelho de Barcelos – Análise sumária**

Barcelos é um concelho economicamente marcado pela agricultura, indústria do calçado, da cerâmica e olaria, do têxtil e de fição que se apresentam como os principais motores da economia local e da empregabilidade no concelho.

Para além desta *Task Force*, o concelho possui também uma forte estrutura económica baseada no comércio tradicional e nas micro - empresas artesanais (oficinas de artesanato), surgindo o turismo como sector com importância vital para a manutenção destes setores vitais para a economia do concelho. Setores estes que são indubitavelmente elementos elegíveis dentro do próprio potencial turístico existente no concelho, quiçá um dos recursos mais valiosos do produto.

Do ponto de vista turístico, Barcelos caracteriza-se por ser um concelho, com inúmeros recursos de índole monumental e cultural, que se espalham do centro da cidade (foco de atração principal do concelho, e espaço de grande visibilidade ao nível dos produtos *City Break e Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais*) até à mais típica freguesia deste grande concelho (onde pontificam argumentos patrimoniais como o Convento de S. Salvador de Vilar de Frades). As ermidas, igrejas, capelas, cruzeiros, pontes, castros, castelos, solares e santuários que proliferam por este concelho conferindo-lhe uma característica bem minhota, e um potencial brutal em sede de *Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais*, desde que devidamente estruturados e concertados). Por outro lado, a existência de 1 Museu de Olaria (único em Portugal), e 2 museus rurais, um centro interpretação do Galo e da Cidade, um centro de artesanato, um teatro complementam a dinâmica turística do território. Todavia, a criação dos corredores patrimoniais redimensionará por completo esta realidade potenciando uma maior visibilidade da esmagadora maioria destes recursos de natureza patrimonial e arqueológica, depois de efetuado o cruzamento desta carta com a congénere arqueológica e patrimonial.

Os recursos de índole natural são também aqui uma característica efetiva, potencialidades estas proporcionadas pelo rio Cávado (praias fluviais, paisagens, recantos, fauna, flora, pesca desportiva, canoagem, desportos náuticos e de aventura, atividades de lazer ligadas ao recurso “água” entre outros), rio Neiva (praias fluviais, fauna, flora, passeios pedestres, paisagens naturais, pesca desportiva, canoagem, interpretação patrimonial do património aquífero ligado ao rio, outros) e rio Este (pesca desportiva e passeios pedestres) entre outros locais de valia natural, como as lagoas de Enxate no ribeiro de Feitos. As inúmeras manchas florestais, inseridas em zona de serra e fora destas, são também um potencial assim como, os miradouros e a própria paisagem modelada a minifúndio e recortada em tons de verde é também um recurso que urge preservar, no contexto da valorização do meio rural e da agricultura, como fatores estratégicos deste documento e do Plano Diretor Municipal em geral. Em conjunto estes argumentos, desde que devidamente estruturados, conforme propostas aqui plasmadas, podem potenciar um novo posicionamento no registo das atividades compagináveis com práticas de *Turismo de Natureza (práticas similares ao definido para este produto)*, bem como a qualidade das experiências em mundo rural.

Os recursos etnográficos como o folclore, festas, feiras e romarias e outras tradições ancestrais (vindimas, malhadas, desfolhadas, etc.) ligadas à exploração agrícola manual são itens muito vivos, com destaque para os inúmeros ranchos folclóricos que preservam as tradições do canto e do trajar barcelense. Ao mesmo tempo, preservam a memória de um passado recente que nos permite interpretar melhor a realidade económica, social e cultural de outrora onde a agricultura e o(s) rio (s) tinham um papel vital nas economias das freguesias Barcelense. Estes são também um repositório que nos permitem aferir a evolução do setor da fiação e têxtil no concelho.

As festas, feiras e romarias, são também uma tradição com muito vigor, com as centenas de romarias e festas, entre as quais se destacam, a Festa das Cruzes (Festas concelhias, a primeira grande romaria do Minho, a Feira da Isabelinha, a Festa de S. Bento da Várzea, as Festas das Rosas, a Festa das Sra das Dores, a Festa da Sra Aparecida, as Festas de S. Martinho etc, entre muitas outras que ostentam a tradição da pura religiosidade e do arraial minhoto, dos Zés Preiras, aos tapetes de pétalas de flores naturais, aos arcos de romaria, aos fogos de artifício, à procissão, e aos “comes e bebes” e a outras particularidades, são uma feliz realidade e um argumento diferenciador de excelência. A feira de Barcelos, afirma-se como um recurso estratégico de atração e é seguramente um dos mais fortes argumentos de atração a Barcelos e à região Norte, criando no período semanal (quarta/quinta/sexta-feira) um aumento na frequência e dormidas no concelho e região. Esta posiciona-se, atualmente, como o símbolo maior da estratégia para a valorização do Mercado Tradicional em toda a Euroregião, facto que no futuro reforçará certamente o seu nível de fruição e responsabilidade neste domínio da defesa da tradição e da autenticidade, bem como da promoção dos produtos da terra. A feira, bem como as festividades de dimensão regional e nacional, devem ser aproveitadas como fator de competitividade dos produtos concelhio e regional e potenciadas no registo dos *Eventos e Touring Cultural*, bem como complementos a outros produtos enquadráveis na região pelo Plano Estratégico Nacional de Turismo.

Ainda dentro da tradição, não podemos dissociar o potencial turístico de Barcelos, da sua rica e variada gastronomia e doçaria plena de sabores e tradição. Em conjunto, estes argumentos tem posicionado o território como um dos espaços mais atrativos no produto *Gastronomia e Vinho* na região do Porto e Norte. Este produto complementar, é dos mais dinâmicos e com maior capacidade de atração ao concelho de Barcelos, fruto de um posicionamento forte em termos promocionais e de eventos no quadro da região Norte, bem como das particularidades e fatores de diferenciação constantes no quadro gastronómico local. De destacar, a particularidade da iguaria “Galo assado” e a sua ligação aos caminhos de Santiago ou a unicidade na forma de confeccionar as papas de sarrabulho, únicas no sabor, singulares no modo de confeção, em conjunto são argumentos inquestionável de identidade do território. Ambas, são ativos do património imaterial de toda a região que urge preservar. O quadro gastronómico local naturalmente não se resume a estas iguarias e alarga-se ao Bacalhau, à Lampreia, ao Polvo, aos Rojões, ao arroz pica no chão, ao cabrito assado, ao Cozido entre muitos outros. Na doçaria de destacar os doces de romaria, as Brisas do Cávado, as queijadinhas, os sonhos, a doçaria de natal entre muitos outros que posicionam Barcelos como um território de excelência gastronómica, elencado na marca local “Barcelos Doce”. De igual modo, os

Vinhos, fruto de um processo de reconversão da vinha (existe hoje uma área de aproximadamente 2042 (ha), posicionam o concelho como um dos 5 mais importante na produção no contexto da região dos demarcadas dos vinhos verdes. É o maior concelho produtor na região do Cávado e no cômputo dos últimos 10 anos a produção concelhia representou cerca de 5% do total de vinho produzido na região dos vinhos verdes. É um espaço âncora da região demarcada e, por isso, representativo da mesma.

O artesanato é, sem duvida, o maior recurso turístico de Barcelos, recurso que potenciou a difusão e formalização da imagem turística de Barcelos em Portugal e no mundo. Do artesanato barcelense saiu o Galo de Barcelos, imagem turística por excelência de Portugal no mundo, que podia ser bem melhor capitalizado pelas entidades nacionais com responsabilidades na promoção externa, em virtude do fortíssimo poder de imagem que este ícone possui. Mas, o artesanato de Barcelos, não é só o galo e cerâmica, engloba também as produções em madeira, cestaria, couros, tecelagem e bordados, bordado de crivo de S. Miguel da Carreira, ferros e derivados e uma grande variedade de cerâmicas, onde a riqueza e mestria dos nobres artesãos Barcelenses mais se faz sentir. Tem no seu ativo duas produções certificadas, o Figurado e a Olaria, e uma produção endémica que é bordado de Crivo de S. Miguel da Carreira, em vias de certificação. É esta diversidade que faz com que Barcelos ostente o título “Capital do Artesanato” e um território com vocação estratégica no Touring Cultural em face deste potencial, que abre portas para o desenvolvimento de estadas de curta duração nos empreendimentos turísticos do concelho e da região em geral.

Em Barcelos existem centenas de artesãos que fazem da arte de trabalhar o barro a sua vida e das mãos a sua ferramenta que utilizam para dar formas à sua imaginação.

Toda a expressão e valor desta arte é reconhecida na Mostra de Artesanato e Cerâmica de Barcelos que todos os anos a homenageia, dando a conhecer a todos quantos nos visitam a sua vitalidade.

De forma muito global, foi atrás apresentada a oferta e o potencial turístico do concelho de Barcelos. Contudo, os itens aqui citados possuem um sem número de elementos que fazem do produto turístico barcelense um produto turístico compósito, em termos de recursos.

Em termos de superestrutura turística, de citar o facto de existir uma capacidade hoteleira razoável com 3 hotéis, fruto da atualização promovida pelas alterações encetada pelo Regime Jurídico dos Empreendimentos turísticas pelo Decreto Lei nº 39/2008 de 7 de Março. Por outro lado, existe uma oferta interessante em termos de Empreendimentos de Turismo em Espaço Rural (6 casas de campo e uma agro-turismo) e de Empreendimentos de Turismo de Habitação (5), que potencia a fixação no concelho de inúmeros visitantes, ao mesmo tempo que serve de alavanca para o desenvolvimento do mundo rural e como complemento a alguns atividades tradicionais que se desenvolvem no mundo rural que tem de ser aproveitadas com mais vigor como argumentos de melhoria da qualidade da experiência de quem frui este território.

Para além destas estruturas de alojamento de referir ainda a existência de 10 Estabelecimentos de Alojamento Local, distribuídos por 3 Estabelecimentos de hospedagem, 6 Moradias e um Apartamento, em conformidade com as modalidades definidas, na Portaria regulamentar 517/2008 de 25 de Junho recentemente revogada pelo Decreto Lei nº 128/2014 de 29 de Agosto.

Existem ainda 4 albergues de apoio aos peregrinos do Caminho de Santiago e Caminho de Fátima, configurando-se o concelho em face deste número como o território com melhores estruturas de apoio neste registo, ao nível do Caminho Português a Santiago de Compostela. Estes elementos atestam a importância e representatividade desta peregrinação para a comunidade e economia local, com potencial de atratividade de turistas, na medida que a qualidade da experiência como peregrino pode gerenciar nestes a vontade de regressar como turista e/ou visitante.

Ao nível dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas (vide anexo VI relativos ao Estabelecimento de Restauração), existe um número apreciável de restaurantes de excelente qualidade, o que lhe permite manter tradições gastronómicas bastante aguerridas. Em termos de animação, existe uma série de estabelecimentos, especialmente concentrados na cidade e que potenciam a animação noturna e outras, para além de um Parque de Turismo de Aventura, ainda em fase de instalação, mas que em breve pode ser um ativo importante de valorização e atração ao território. Os equipamentos desportivos existentes (Piscinas Municipais, Centro Hípico Irmão Pedro Coelho, Pavilhão Municipal, Estádio Municipal Cidade de Barcelos, etc) e culturais (Biblioteca, Galeria de Arte, Teatro Gil Vicente, Centro de Interpretação do Galo e da Cidade de Barcelos instalado na Torre Medieval, Museu de Olaria, etc) permitem a prática de atividades e o cultivo do saber individual, para além de uma dinâmica agressiva de animação cultural, suscetível de ser uma mais valia em produtos como o *City Break e Short Breaks, Touring Cultural* e até mesmo ao nível dos Eventos.

Contudo, o produto turístico local depara-se para além destas vicissitudes, com uma série de estrangulamentos e potencialidades, que têm que ser efetivamente reconhecidos, e com as ameaças e oportunidades que vegetam no mercado e que efetivamente terão que ser ponderadas pelos agentes turísticos locais. Desta forma, e para que se possa esquematizar o exposto anteriormente, deve fazer-se uma análise *Swot* ao produto turístico local abordando os **Pontos Fortes, Pontos Fracos, Ameaças e Oportunidades**.

Poder-se-á assim obter uma visão mais global do produto turístico deste concelho que, embora, não se possa vender separadamente, possui uma imagem turística com argumentos de validação e diferenciação no contexto regional muito fortes. A carta turística do concelho deve tender para valorizar o “endógeno” e que diferencia o território, por forma a que estes argumentos ganhem preponderância no conjunto dos produtos estratégicos, considerados prioritários pelo Plano Estratégico Nacional para a região do Porto e Norte.

**a) Pontos Fortes**

Comungando das grandes potencialidades do produto turístico da sub-marca “Minho”, inserida dentro da Entidade Regional de Turismo do Norte de Portugal, o concelho de Barcelos tem recursos primários, secundários e complementares relevantes que acrescentam valor ao produto da região, nos mais diversos produtos estratégicos definidos para o território regional. Entre os quais destacam-se:

- Intensa atividade Artesanal (fator estratégico de diferenciação / Capital do artesanato /argumento estruturante no seio do produto Touring Cultural) ;
- Imagem do Galo (ícone diferenciador de grande valor “branding”, notoriedade internacional);
- A Feira semanal (fator estratégico de diferenciação / mais valia estratégica / recurso de notoriedade internacional, argumento fortíssimo em sede de City Breaks, Touring Cultural e como complemento a todos os outros);
- Monumentalidade, mais valia em termos de Touring Cultural e paisagístico;
- Centro histórico recuperado e fruível, o que abre excelente perspetiva no âmbito dos City Break e Touring Cultural e Religioso;
- Imagem Turística anexada ao seu produto mais forte, fator de fácil reconhecimento: Galo-Barcelos;
- Notoriedade acima da média e decorrente do ponto anterior;
- Grande variedade de recursos (produtos turístico local composto como referenciado na análise sumária ao produto);
- Cidade limpa e acolhedora (hospitalidade/qualidade de vida);
- Património Etnográfico, mais valia em termos de Circuitos Turísticos, religiosos e culturais;
- Hospitalidade minhota;
- Histórico de existência de estabelecimentos termais e riqueza geológica em termos de águas sulfuradas, cloretadas, bicarbonatadas, sódicas e fluoretadas com potencial para desenvolvimento do Turismo de Saúde e Bem estar e Turismo médico;
- Gastronomia rica e variada, pratos de identidade local com notoriedade e ligação ao caminho de Santiago;
- Vinhos de grande notoriedade e qualidade, fator estratégico em sede da complementaridade que pode trazer aos demais produtos.
- Castas autóctones de valor relevante, nomeadamente a Casta Loureiro;
- Rico imaginário Popular (a lenda do Galo e outras) que interfere na realidade turística;
- Abundância de área com valores naturais relevantes, potencial para o Touring paisagístico e para a prática do Turismo de Natureza;
- Forte potencial para o Turismo no Espaço Rural;
- Grande variedade de produtos endógenos, a cultura popular e os valores regionais como fortes argumentos de identidade;
- Ausência de Multidões;
- Dinamismo dos Estabelecimentos de restauração, mais valia no produto de gastronomia e vinhos como complemento aos produtos primários;



- Rio Cávado (Recurso estratégico para o século XXI), nomeadamente em termos de *Touring paisagístico e Turismo Náutico*;
- paisagem Típica e Rural / Mundo Rural com grande valor (Recurso estratégico a potenciar em termos estruturais para o setor do turismo (turismo + meio rural + agricultura), fator valorizado em termos de experiências no mundo rural e touring cultural e paisagístico na região);
- Bom ambiente geral;
- Facilidade de acessos aos locais de maior frequência turística Regional;
- Proximidade ao Aeroporto Sá Carneiro e Aeroporto de Vigo;
- Proximidade aos locais património da humanidade da região;
- Posicionamento forte no contexto do Caminho Português a Santiago de Compostela;
- Recursos cinegética;
- Clima temperado;
- Proximidade aos grandes centros de fluxos turísticos;
- Posição Geográfica;
- Forte tecido industrial que abre excelentes perspectivas ao nível do Turismo de Negócios;
- Cidade Jardim, excelentes estruturas neste domínio, o que é uma mais valia ao nível dos City breaks e Touring;
- Eventos de nível nacional e internacional, o que potencia as estadas de curta duração.
- Segurança (fator vital no contexto turístico atual);
- Estruturas Equestre de grande valor e com capacidade para provas internacionais.
- Campo de Tiro com projeção e notoriedade Europeia;
- Boas Infraestruturas de Informação e apoio ao visitante;
- Território com forte vocação criativa (música, artes e ofícios, novas artes, design, Jogos multimédia);
- Museu de Olaria, única estrutura do género em Portugal;

Apesar deste conjunto de forças, uma parte significativa dos argumentos atrás referenciados ou não se encontram organizados devidamente ou não tem cenários de fruição efetiva, na maioria dos casos são ainda recursos primários não elegíveis no produto, uma vez que só são produtos aqueles recursos que podem ser consumidos e ou fruídos.

Existem, todavia, um conjunto de lacunas no território, que devem ser alvo de estratégias e ações concretas no âmbito deste documento de forma a reduzir o seu efeito e/ou a potenciar a sua resolução:

#### **b) Pontos Fracos**

- Falta de vocação turística da população (pedagogia das vantagens estratégias urge nesta situação);
- Produto pouco organizado/recursos de atração por lapidar, alguns deles estratégicos;

- Recursos primários de natureza cultural e ambiental, sem a devida exploração e organização e respetiva cabimentação no âmbito dos produtos respetivos definidos pelo PENT para estes domínios;
- Recursos por explorar (estabelecimento termal inativo, rio Cávado e Neiva em subaproveitamento do potencial natural perçecionado, zonas de lazer, frente ribeirinha, meio rural, áreas florestais, etc.);
- Capacidade ao nível de Estabelecimentos hoteleiros deficiente;
- Falta de Empreendimentos Turísticos diversificados que introduzam novos argumentos de fixação ao território:
- Numero de Empreendimentos turísticos deficitários face à frequência turística registada;
- Falta de Empreendimentos Turísticos no território da tipologia dos definidos nas alíneas a) a d) e especialmente g) do nº1 do artigo 4º do Decreto Lei nº 39/2008 de 7 de Março, alterado pelo Decreto Lei nº 228/2009 de 14 de Setembro e Decreto lei nº 15/2014 de 23 de Janeiro;
- Sinalização Turística muito deficitária em algumas áreas do território;
- Sazonalidade forte, concentração dos fluxos turísticos nos períodos de Junho a Setembro e nos dias de Eventos;
- Falta de estruturas de apoio ao turismo, para autocarros de turismo, nomeadamente nos dias de feira, o que gera constrangimentos à experiência;
- Recursos humanos pouco qualificados em áreas técnicas do turismo e hotelaria;
- Infraestrutura turística muito sensível;
- Turismo de passagem ainda com uma expressão muito acentuada;
- Dispersão da atividade artesanal que dificulta a sua fruição;
- Oficinas artesanais pouco adaptadas à visitação e experiencição;
- Desaproveitamento de estruturas ligadas aos mestres barristas do século XX, nomeadamente Rosa Ramalho, Maria Sineta, Mistério, entre outros;
- Poucos espaços de venda e experiencição do artesanato no centro histórico;
- Dependência excessiva de três mercados (Português, Espanhol e Francês);
- Aproveitamento nulo das potencialidades dos rios Cávado e Neiva.;
- Inexistência de estratégias de desenvolvimento turístico;
- Trade pouco dinâmico;
- Inexistência de infraestruturas de apoio aos juvenis e crianças (turismo jovem);
- Falta de estruturas de animação enquadráveis no perfil do turista definido;
- Concentração do Trade local inexistente;
- Falta de complementaridade entre agentes e produtos;
- Desaproveitamento de locais com potencial turístico;
- Falta de valorização urbana, demasiados espaços degradados em áreas de forte frequência turística;
- Imagem pouco cuidada em locais estratégicos de circulação de massas tais como estradas nacionais e auto-estrada;

- Má qualidade de conservação de alguns espaços em volta da cidade, nomeadamente o núcleo urbanístico de Barcelinhos e Barcelos junto à ponte medieval. Este fator condiciona as expectativas criadas de visita à cidade;
- Inexistências de uma rede de ciclovias com extensão ao centro urbano e margens do Rio Cavado;
- Inexistência de uma rede de Percursos Pedestres Homologados;
- Alguns imóveis do centro histórico apresentam dificuldade de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida;

Este conjunto de constrangimentos existentes no território e que se apresentam como condicionantes ao desenvolvimento turístico devem ser alvo de intervenção no contexto da estratégia a definir nos diversos domínios de intervenção do Plano Diretor Municipal, como mais adiante será evidenciado.

### **c) Ameaças**

A engrossar estes pontos fracos desdenha-se, no mercado e no horizonte, uma série de ameaças que devem ser tidas em contas no planeamento e estratégia do turismo local e regional. Aliás, as linhas de ação definidas neste documento e o seu enquadramento dentro do Plano Estratégico Nacional de Turismo visam antecipar alguma destas ameaças:

- Generalização da imagem do galo como produto comercial global e não mais redutor da imagem do concelho/ Perda da noção de paternidade deste “ícone” comercial;
- Alojamento paralelo ainda expressivo, apesar das possibilidades ao nível dos Estabelecimentos de Alojamento Local proporcionada pelo Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos.
- Crise económica;
- Excessiva concentração de Turismo no Porto e Douro;
- Desaparecimento em larga escala das unidades produtivas artesanais ligadas à olaria tradicional de Barcelos.
- Importação em larga escala do Galo de Barcelos de países asiáticos;
- Perda de autenticidade da feira de Barcelos;
- Poluição do rio Cávado com prejuízos ambientais para a cidade (apesar dos progressos), fator inibidor do desenvolvimento de estruturas para o Turismo Náutico e Turismo de Natureza;
- Custos de oportunidade pela não exploração do Rio Cávado como recurso turístico (Especialmente ao nível das praias fluviais, desportos náuticos e espaços de lazer);
- Degradação do património ribeirinho da cidade e de Barcelinhos;
- Falta de visão empresarial dos agentes do setor no concelho / inoperância estratégica junto do Trade;
- Visão do lucro imediato em detrimento da qualidade;
- Ténue aperfeiçoamento profissional por parte dos agentes do setor;

- Pouca elegibilidade no âmbito do PRODUR;
- Degradação do meio rural e da paisagem em alguns locais do concelho com o avanço das áreas peri-urbanas.;
- Abandono do Património monumental e artístico especialmente no concelho;
- Diversidade de empreendimentos e equipamentos turísticos na região Norte;
- Sazonalidade;
- Falta de equipamento de transporte que promovam a ligação aos grande pontos de entrada de turistas na região;
- Comercio pirata no centro da cidade;
- Rede de transporte públicos muito ténue, nomeadamente aos fins de semana nas ligações de Barcelos aos demais centros históricos;
- Encerramento de Empreendimentos Turísticos;

Estas são, no quadro do médio, longo prazo, as principais ameaças que atormentam o produto turístico local, assim como em outras regiões do norte de Portugal. No entanto, destaca-se a necessidade de intervir urgentemente no planeamento do território local, identificando áreas de interesse turístico, e criando e redimensionando novos recursos de forma a aproveitar novas correntes de mercado. Importa essencialmente definir um plano de ação e um caminho (estratégia) que diferencie, valorize e potencie os recursos mais preponderantes no contexto turístico do Norte de Portugal e o seu enquadramento nos produtos definidos pelo PENT. Aqui, apela-se para a necessidade de valorizar e potenciar os recursos que nos diferenciam dos demais concelhos inseridos dentro da Marca “Porto Norte de Portugal”.

#### ***d) Oportunidades***

O mercado turístico caracteriza-se por ser extremamente volátil e em constante mutação. Por isso, urge a necessidade dos agentes locais privados e institucionais, estarem atentos às oportunidades que surgem nos mercados, para as quais o PENT também lança algumas diretrizes, das quais os pontos abaixo enumerados podem ser uma amostra significativa:

- Prioridade para o consumo no perímetro casa, família, estabilidade e ambiente por parte dos consumidores/Turistas conforme o descrito no PENT;
- Regresso às origens.: o mundo rural e a natureza;
- Turismo de Saúde e Bem Estar e Médico, fatores que podem impulsionar a recuperação das termas do Eirogo ;
- *Norte Vinhateiro*, como oportunidade para desenvolver o Enoturismo;
- Turismo histórico cultural (Norte com história e tradições);
- Rede de Miradouros / paisagismo;
- Áreas ambiental em volta da barragem da Penide;
- A cultura do Vinho e da Vinha como argumentos turísticos de excelência;

- Touring Cultural e paisagístico em franco desenvolvimento enquadrado nas novas tendências de procura que podem potenciar o aproveitamento do património local ao nível monumental e nível ambiental;
- Integração na Associação de Turismo do Porto;
- Crescente consciência ambiental por parte da população em geral;
- Rede de praias fluviais no Neiva e Cavado;
- Turismo de Experiência em espaço rural como motor de desenvolvimento do mundo rural e dos produtos endógenos;
- Potencial das rotas temáticas e a sua complementaridade com as atividades económicas no mundo rural;
- Participação em redes nacionais e internacionais, ligadas ao vinho e enoturismo, nomeadamente na rede europeia de cidades com vinho e associação dos Municípios Portugueses com Vinho;
- Posicionamento no seio do Eixo Atlântico como plataforma de internacionalização e afirmação do território;
- Crescente interesse pelos argumentos do território por parte dos operadores turísticos;
- Gastronomia e produtos regionais certificados cada vez mais valorizados;
- Produtos locais inscritos no Guia dos Produtos de Excelência da Euroregião;
- Feira semanal considerada estereotipo do Mercado Tradicional na Euroregião.
- Certificação dos produtos tradicionais como fator de qualidade e de diferenciação;
- Notoriedade em crescendo da gastronomia e vinhos locais e nacionais em termos internacionais;
- Caminho Português a Santiago em forte desenvolvimento, mormente o Caminho Central;
- Programa Naturminho, como alavanca para o desenvolvimento do Turismo de Natureza no Minho;
- Curso de Gestão de atividades turística no Instituto Politécnico do Cavado e Ave;
- Crescente interesse pelo Galo de Barcelos como item artístico e comercial por grande marcas nacionais e mundiais;
- Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural, classificados de excelência por imprensa especializada europeia;
- Setor empresarial forte com marcas com dimensão internacional;
- Marginal ribeirinha e margens dos Rio Cávado e Neiva;
- *Turismo Equestre* e serviços especializados em crescendo na região;
- Posição geográfica privilegiada nos circuitos de touring ao Norte de Portugal;
- Turismo de Negócios (Decorrentes do intenso movimento de empresários e técnicos ao tecido industrial do concelho);
- Convento de S. Salvador de Vilar de Frades e a sua interligação na Rota dos Mosteiros beneditinos da região norte;
- Regeneração urbana do centro histórico de Barcelos e Barcelinhos;
- Potencialidades do concelho ao nível do Turismo de Natureza e Pedestrianismo;

- Existência de áreas e ecossistemas com potencial para serem elegíveis ao nível das figuras de classificação de proteção da natureza e do ambiente. Este fator pode redimensionar por completo o enquadramento do concelho diferenciando positivamente o concelho ao nível das subvenções e incentivos ao setor do turismo.
- Projetos de instalação de hotéis rurais no concelho;
- Equipamentos equestres e campo de tiro com eventos anuais de nível internacional;
- Ancoradouro no rio Cavado, como plataforma para desenvolver o Turismo Náutico;
- Procura do território por parte de autocaravanistas do centro e norte da Europa;
- Crescente valorização do conceito de “Romaria tradicional” e possibilidade de candidaturas a património da Humanidade.
- Novo quadro comunitário de apoio 2014-2020;

Este novo enquadramento, das tendências turísticas mundiais e nacionais, leva a que o concelho de Barcelos, dada as suas características físico-geográfica, possa aproveitar algumas das suas potencialidades naturais e se redimensione para novos mercados e segmentos.

- **Forte imagem corporativa da Festa das Cruzes, artesanato, feira semanal e galo de Barcelos** (argumentos que podem ser mais capitalizados e vertidos, no âmbito da estratégia de produtos para a região norte);
- **Capitalização da Imagem do Galo** (pouco aproveitada em termos de marketing Turístico concelhio e nacional, em virtude do capital de imagem que possui em termos internacionais, configurando-se como um dos ícones nacionais com maior notoriedade mundial);
- **Golfe** (proximidade aos campos de Ponte de Lima e Povoia de Varzim) e ainda a existência de zonas extraordinárias no concelho para a instalação de um equipamento deste género. Criação de uma rede de complementaridade entre estas estruturas, por forma a que o golfe se apresente com complemento aos demais produtos estratégicos;
- **Perfil vocacional do centro histórico e zona ribeirinha de Barcelos**, estrutura-se como forte mais valia para os City Breaks e Touring Cultural e paisagístico da região;
- **Meio Rural, Tecido Industrial e Recursos fluviais fatores estratégicos** a potenciar em sede de estratégia e ações.

Genericamente serão estas as principais oportunidades que se perfilam, no horizonte temporal e que podem ser fatores fundamentais para a afirmação turística do concelho ao nível regional.

Da análise SWOT resulta um quadro de potencialidades inquestionáveis, aliás a oferta turística local, em sede de recursos primários, é mais vasta e compósita que a globalidade da existente nos territórios vizinhos, uma vez que engloba recursos altamente referenciados ao nível nacional e internacional. Contudo, a infraestrutura e superestrutura turística esta ainda em desenvolvimento. É preciso, também, analisar constantemente as ameaças que se deparam, assim como as oportunidades que podem surgir. Algumas delas estão aqui plasmadas, sem prejuízo de outras que possam ser elegíveis nesta análise e que possam eventualmente não estar aqui referenciadas. No

seu conjunto, são um guião de reflexão e análise para todos aqueles que queiram de forma integrada aproveitar e estruturar todo este potencial em termos empresariais. Este documento em prol desta realidade aponta uma serie de medidas que poderão potenciar o turismo como alavanca estratégica do desenvolvimento do concelho.

---

#### **4. Eixos de ação a ter em conta no processo de planeamento e na definição da Estratégia Turística Concelhia**

##### *4.1. Turismo no Espaço Rural / Meio Rural*

O Turismo no Espaço Rural apresenta-se aqui como um produto estratégico de desenvolvimento turístico e do próprio mundo rural. O concelho de Barcelos apresenta condições excecionais para a prática deste tipo de turismo, uma vez que existem dezenas de casas solarengas e rústicas, símbolos da identidade destas gentes, com potencial para serem reconvertidas neste tipo de empreendimentos. Por outro lado, o mundo rural é extremamente rico e autêntico facto que possibilita a criação de produtos que podem proporcionar experiências relevantes. Paralelamente a estas “valências” existem elementos patrimoniais de grande valor que engrandecem ainda mais a oferta turística do mundo rural barcelense, ao nível do património monumental, etnográfico ou ambiental que urge estruturar e organizar de forma a serem ativos dos produtos estratégicos definidos para este território, contribuindo de forma significativa para a qualidade das experiências em espaço rural.

O Plano Estratégico Nacional de Turismo considera a existência de “*alojamento em meio rural de qualidade e variado*”, como um fator relevante de competitividade, bem como a hospitalidade intrínseca ao povo português, pelo que o território deve analisar com rigor os argumentos existentes neste domínio.

Pretende-se que o turismo no espaço rural seja o catalisador e a “porta de entrada” para a fruição dos recursos do mundo rural e uma alavanca para a promoção do desenvolvimento e para a manutenção das atividades tradicionais, nomeadamente ao nível do artesanato, do vinho e dos produtos regionais. Recorda-se que o artesanato é, ainda hoje, uma atividade de capital importância para algumas unidades familiares nas freguesias de Galegos S. Martinho, Galegos St<sup>a</sup> Maria, Lama, Oliveira, Areias S.Vicente, Manhente, Ucha S.Romão, Roriz, Cambeses, Viatodos, Silveiros, Gilmonde e Carreira entre outras. Naturalmente que o Turismo no Espaço Rural é uma oportunidade para a divulgação e valorização destes produtos, na medida que cria dinâmicas de proximidade.

A ordenação e o desenvolvimento rural devem favorecer a diversificação das atividades económicas, estimulando a valorização dos produtos regionais e estabelecendo circuitos comerciais geridos pelos produtores, promovendo atividades ligadas ao turismo, sob controle das coletividades e Trade, e sem degradação do meio. Esta é a ideia geral de uma das principais conclusões retiradas do colóquio hispano-francês sobre espaços rurais, realizada em Madrid em 1983 e que pode servir de mote para os agentes locais.

Apesar de terem sido direcionados muitos programas para o desenvolvimento do mundo rural, a dinamização deste espaço não foi integralmente conseguida e não foram criadas outras atividades que reduzissem de forma efetiva a dependência exclusiva da agricultura e/ou que permitissem a



rentabilização mais eficaz da mesma, ou mesmo o estabelecimento de atividades complementares. No entanto, e de forma gradual, foram surgindo no concelho Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural e de Turismo de Habitação que têm promovido a recuperação de imóveis de grande valor arquitetónico, convertendo-os em empreendimentos turísticos de grande qualidade. Nos últimos anos, tem-se assistido também ao aparecimento de Estabelecimentos de alojamento local em Mundo Rural, nomeadamente na modalidade de Moradia, que tem também potenciado a dinamização do território em termos turísticos.

Esta foi, sem dúvida, uma das mais fortes variáveis de inovação introduzida na realidade do mundo rural local nos últimos 30 anos, para além do natural processo de modernização das estruturas agrícolas e fortíssima renovação da vinha. Todavia, e apesar de ser um registo de inovação sustentado, tem ainda uma margem de progressão muito elevada. De referenciar que uma parte significativa do território Barcelense, possui o enquadramento definido no ponto 1) do Artigo 4º da Portaria nº 937/2008 de 20 de Agosto, o que se configura como uma janela de oportunidade.

Em termos absolutos, durante a última década do século passado, a Direção Geral de Turismo recebeu dezenas de pedidos de licenciamento de unidades para alojamento nas diversas modalidades de turismo no espaço rural, conforme está patenteado no quadro 01. Estes mostram efetivamente a margem de progressão que este produto poderá ter em Barcelos.

#### Quadro 01

Numero de pedidos de Licenciamentos vs Unidades Licenciadas e Empreendimentos em funcionamento 1990-2003/2014

<b>Numero de Pedidos de admissão à modalidade de TER</b>	<b>Unidades licenciadas em 2003 pela Direção Geral de Turismo.</b>	<b>Unidades em funções atualmente. 2014</b>
65	16	12

*Fonte.: Direção Geral Turismo /CMB*

Os números do gráfico atestam que existe uma discrepância entre o número de pedidos efetuados e o número de unidades que concluíram efetivamente o processo de licenciamento. Destes números quantifica-se ainda uma margem de progressão muito grande para este produto no concelho, ao mesmo tempo, que se pode antever também a possibilidade de existir uma oferta paralela relevante. De referir que o novo Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos, publicado pelo Decreto Lei nº39/2008 de 7 de Março, levou algumas unidades a optarem pelo encerramento, ou a optar pela transformação em Estabelecimento de Alojamento Local. De igual modo, alguns projetos novos tem optado por esta modalidade, nomeadamente na categoria de Moradia, embora a recente atualização da legislação com a publicação do Decreto Lei nº128/2014 de 29 de Agosto possa estancar esta “fuga” de ativos para esta modalidade, mantendo-o no registo dos Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural, em virtude do exposto no ponto 2) do artigo 2º deste normativo. O concelho encerra dentro do seu espaço um conjunto de outros imóveis que poderão enveredar pela modalidade de

Empreendimento de TER ou Empreendimentos TH, facto que posiciona Barcelos em termos estratégicos como um dos concelhos minhotos com mais potencial acumulado nesta modalidade de Alojamento. Aliás, o levantamento exaustivo do património edificado efetuado pela Câmara Municipal, mostra esta realidade e faz do Turismo no Espaço Rural e Turismo de Habitação, mas com enfoque para o primeiro, uma possibilidade muito séria a potenciar no âmbito da estratégia de desenvolvimento do concelho e paralelamente de preservação do património.

Afigura-se, estratégico que o concelho recupere e reforce o numero de empreendimentos turísticos que outrora teve em modalidades análogas em face do potencial existente (no passado foram registadas 11 empreendimentos de turismo no espaço rural, conforme dados do Turismo de Portugal). Prevê-se a abertura de um numero significativo deste tipo de Empreendimentos Turísticos nos próximos 5 anos.

O grande número de pedidos efetuado nos anos 90 pode ser explicado pela existência de “*fundos e subvenções*” apeteceíveis para a reconversão destes imóveis em empreendimentos turísticos. Naturalmente que a maioria destes projetos não conseguiu esse tipo de financiamento, pelo que nem todos avançaram para o pedido de licenciamento final, quer por falta de verbas, quer por não cumprirem alguns pormenores legais para a reconversão ou então desistiram do licenciamento.

Quadro 02

**Numero de pedidos de Licenciamentos por tipos de Turismo no Espaço Rural vs.  
Unidades licenciadas por modalidade 1990-2003**

<b>Modalidade de Alojamento solicitadas</b>	<b>Numero de Solicitações 1990-2003</b>	<b>Unidades existentes por categoria</b>
Turismo Rural	38	8
Turismo de Habitação	20	6
Agro-turismo	4	1
Casa de Campo	3	1
Hotéis Rurais	0	0
Parques de Campismo Rurais	0	0
	<b>65</b>	<b>16</b>

*Fonte.: Direção Geral Turismo*

Quadro 03

**Empreendimentos Turísticos de TER e TH em funcionamento em 2014**

Modalidade (em conformidade com novo RJET)	Para reclassificação ao abrigo do art. 75 do Dec. Lei nº 39/2008 de 7 de Março.	Empreendiment os reclassificados	Novos Empreendi mentos	Empreendimen tos em funcionamento em 2014
Emp. Turismo no Espaço Rural	9	6	1	7
Casa de Campo	8	5	1	6
Agro-turismo	1	1	0	1
Hoteis Rurais <sup>2</sup>	0	0	0	0
Emp. Turismo Habitação	5	5	0	5
<b>Empreendimentos de TER e TH em funcionamento em 2014</b>				<b>12</b>

Fonte: CMB /

Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (vide anexo IV), definidos em conformidade com a alínea f) do artigo 4º e artigo 18 do Decreto lei nº 39/2008 de de Março, alterado pelo Decreto Lei 228/2009 de 14 de Setembro e Decreto Lei nº 15/2014 de 23 de Janeiro e regulamentado pela Portaria nº 937/200 de 20 de Agosto são “ *empreendimentos de turismo no espaço rural os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, preservando, recuperando e valorizando o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico dos respetivos locais e regiões onde se situam, através da reconstrução, reabilitação ou ampliação de construções existentes, de modo a ser assegurada a sua integração na envolvente*”. Este podem classificar-se em “os empreendimentos de turismo no espaço rural podem ser classificados nos seguintes grupos:

a) *Casas de campo*;

b) *Agro-turismo*;

c) *Hotéis rurais*”, em conformidade com o disposto no ponto 3 do artigo 18º do decreto supracitado.

No quadro atual em efetividade de funções apenas existem 7 unidades. Este número não reflete a imensidão de imóveis que no concelho têm potencial para se transformarem neste tipo de alojamento, a avaliar pelo numero de pedidos formulado nos últimos 20 anos, e especialmente, se confrontado com o potencial e numero identificado pelo levantamento do património edificado efetuado pela Câmara Municipal, nos últimos anos, que retrata um quadro com mais possibilidades que as atualmente existentes ao nível desta modalidade.

No que toca às modalidades deste tipo de Empreendimento, de referenciar as **Casas de Campo** que “*São casas de campo os imóveis situados em aldeias e espaços rurais que se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitetura típica local*” e “*Quando as*

*casas de campo se situem em aldeias e sejam exploradas de uma forma integrada, por uma única entidade, são consideradas como **turismo de aldeia***", conforme pontos 4 e 5 do artigo 18º dos Decretos Leis supracitados e artigos 5 e 6º da Portaria Regulamentar nº937/2008 de 20 de Agosto respetivamente. O concelho tem 9 empreendimentos licenciados neste registo, embora apenas 6 estejam em funções atualmente. Não regista nenhum empreendimento com a classificação de Turismo de Aldeia. As características do território do concelho de Barcelos com uma feição rural especialmente nas áreas mais a norte, nordeste, noroeste e sudoeste do concelho na confrontação com os concelhos de Vila Verde, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Esposende e Póvoa de Varzim, em face do seu carácter eminentemente rural oferecem características únicas para a implementação deste tipo de empreendimentos que podem servir de âncoras para o desenvolvimento do território rural e como alavancas de dinamização dos produtos regionais, do vinho e da vinha e das comunidades locais.

Por sua vez, existe uma unidade licenciada de **agro-turismo** que ao abrigo do ponto 6) do artigo 18 Decreto lei nº 39/2008 de de Março, alterado pelo Decreto Lei 228/2009 de 14 de Setembro e Decreto Lei nº 15/2014 de 23 de Janeiro e artigo 7º da Portaria nº 937/2008 de 20 de Agosto "*São empreendimentos de agro-turismo os imóveis situados em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável*".

Mais uma vez, e fundamentalmente neste caso, regista-se uma disfunção entre as unidades instaladas e o potencial real do concelho. Aliás, Barcelos tem grandes possibilidades para esta modalidade de Empreendimentos, uma vez que existem inúmeras "*casas de lavoura*", ou seja a típica casa minhota cabeça de exploração agrícola que encerram em si o espírito desta modalidade de empreendimento turístico. Paralelamente, existem muitas explorações agrícolas relacionadas com a vinha que têm potencial para esta modalidade de empreendimento e, cumulativamente, para o desenvolvimento e incremento do enoturismo.

No que toca aos Hotéis Rurais, o concelho não possui, nenhum empreendimento classificado neste registo, embora sejam conhecidas, algumas intenções neste domínio, algumas inclusivamente com parecer emitido pelo Turismo de Portugal. De referenciar que "*São hotéis rurais os empreendimentos turísticos que cumpram os requisitos de classificação aplicáveis aos estabelecimentos hoteleiros, bem como o disposto no n.º 1, podendo instalar-se ainda em edifícios novos, construídos de raiz, incluindo não contíguos*", conforme ponto 7) do artigo 18º do Decreto lei nº 39/2008 de de Março, alterado pelo Decreto Lei 228/2009 de 14 de Setembro e Decreto Lei nº 15/2014 de 23 de Janeiro e artigo 8º da Portaria Regulamentar nº 937/2008 de 20 de Agosto. A concretização dos projetos referenciados, ou de parte significativa deles, reposicionará claramente a oferta de alojamento do concelho ao nível de toda a região do Porto e Norte. Por outro lado, estes projetos, em alguns casos, já auditorados pelo Turismo e Portugal atestam o potencial instalado no território, bem como valorizam e enaltecem o excelente posicionamento geográfico e de acessibilidades que o concelho possui no contexto da

---

<sup>2</sup>

Foram apresentadas projetos ao Turismo de Portugal, mas que não evoluíram em sede de projeto.

Região Norte. De notar que Barcelos em face da sua centralidade geográfica, possui vantagens competitivas na medida que potencia o descrito no PENT como diversidade e variedade de opções de visitação a curta distância. Existem imóveis no concelho com características privilegiadas para a reconversão em hotel rural.

Por sua vez, os Empreendimentos de **Turismo de Habitação** (vide Anexo IV), definidos em conformidade com a alínea e) do artigo 4º do e ponto 1) do artigo 17 do Decreto lei nº 39/2008 de de Março, alterado pelo Decreto Lei 228/2009 de 14 de Setembro e Decreto Lei nº 15/2014 de 23 de Janeiro e regulamento pela Portaria nº 937/200 de 20 de Agosto são “ *São empreendimentos de turismo de habitação os estabelecimentos de natureza familiar instalados em imóveis antigos particulares que, pelo seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, sejam representativos de uma determinada época, nomeadamente palácios e solares, podendo localizar-se em espaços rurais ou urbanos*” Em termos efetivos existem em Barcelos inúmeras casas com características para se cabimentarem nesta modalidade de turismo ( remete-se mais uma vez para o relatório respetivo). Estas configuram-se como testemunhos da vivência histórica e cultural de Barcelos, ao longo dos tempos. Este património é um recurso que urge aproveitar como alavanca de desenvolvimento do mundo rural e do turismo concelhio. Existem 5 Empreendimentos Turísticos neste registo no concelho, o que é manifestamente pouco quando comparado com o potencial instalado.

No que toca o mundo rural de registar ainda o potencial instalado no concelho para a instalação de Parques de Campismo e Caravanismo, conforme o descrito no ponto g) do artigo 4 e artigo 19º do Decreto lei nº 39/2008 de de Março, alterado pelo Decreto Lei 228/2009 de 14 de Setembro e Decreto Lei nº 15/2014 de 23 de Janeiro e regulamentados pela Portaria nº 1320/2008 de 17 de Novembro, uma vez que existem locais com potencial para a sua implantação, nomeadamente em inúmeras freguesias nas margens do Cávado e Rio Neiva, no Monte da Franqueira e no Monte do Facho entre outros. Esta é uma deficiência importante do território, apesar da proximidade a estrutura desta natureza nos concelhos vizinhos, contudo o fluxo autocaravanistas que procuram este tipo de estrutura no concelho, nomeadamente às quartas e quintas feiras, em virtude da feira justifica claramente o aparecimento a curto prazo deste tipo de estrutura. Por outro lado, a tipologia de eventos que a cidade tem proporcionado aos jovens e a crescente aposta da Entidade de Turismo no Porto e Norte no turismo jovem, justificam a urgente instalação de um parque de campismo. Como referido existem locais de grande valor em contexto rural para a instalação deste tipo de estrutura, com enquadramento paisagísticos de valor relevante, contudo de notar que a zona urbana, nomeadamente nas margens do rio Cávado, também oferece excelentes condições para este tipo de estrutura.

Este posicionamento é importante, uma vez que é consensual que a procura turística atual busca um contacto mais estreito com a natureza e o património cultural, assim como a diversidade e tipicidade das “coisas” que o espaço rural oferece. Aliás o Turismo no Espaço Rural assume uma importância vital na seleção e identificação de novas áreas de interesse turístico.

Para além destes números relacionados com as modalidades descritas Decreto lei nº 39/2008 de 7 de Março, alterado pelo Decreto Lei 228/2009 de 14 de Setembro e Decreto Lei nº 15/2014 de 23 de Janeiro e regulamento pela Portaria nº 937/200 de 20 de Agosto no concelho de Barcelos, existem 6 estabelecimentos classificados de “moradia” (vide anexo V), ao abrigo do disposto na alínea a) do Ponto 1) do artigo 3º do Decreto Lei nº128/2014 de 29 de Agosto, que encontram também no espaço rural oportunidades ao nível do património edificado que urge potenciar e para o qual deve ser aplicada a mesma filosofia de atuação estratégica (em sede de dinamização) a imprimir aos Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural e Empreendimentos de Turismo de Habitação, isto com a devida observação ao disposto no ponto 2) do artigo 2º do Decreto lei 128/2014 de 29 de Agosto.

O mundo rural em Barcelos, bem como na generalidade do país, apresenta um conjunto de oportunidades e potencial que deve ser estruturado de forma integrada na plena reunião de sinergias entre os atores do terreno. O PENT advoga em sede de Estratégia para um desenvolvimento sustentável, a aposta na valorização da autenticidade, pela conservação e valorização do património, e intervindo em áreas públicas e exteriores, função que os Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural e Empreendimentos de Turismo de Habitação, bem como algumas equipamento de alojamento podem desempenhar em núcleos rurais tradicionais.

Urge a necessidade de introduzir um conceito mais alargado para a definição de Turismo no Espaço Rural neste concelho, libertando-o da exiguidade da função de alojamento, e levando-a a posicionar-se como um verdadeiro “*pack do mundo rural*”, onde se incluam a oferta serviços diversificados (Turismo equestre; Enoturismo; Rotas Pedestres; Cicloturismo; Praias Fluviais, etc.), em respeito pelo ambiente e aproveitando os locais acima citados. Estruturando e assegurando a integração com outras ofertas complementares que enriqueçam a proposta, conforme afirma o PENT. Os empresários desta tipologia de Empreendimento devem observar o disposto no artigo 9º da Portaria nº 937/2008 de 20 de Agosto por forma a melhor perceberem as possibilidades neste domínio, bem como o disposto no artigo 19º da referida portaria regulamentar. Essencial também a promoção da valorização dos produtos e artes tradicionais, operacionalizando estes produtos com as propostas de roteiros turísticos e postos de venda do artesanato local. Aqui importa também fazer uma referencia ao facto de o turismo poder ser um complemento interessante para a agricultura, não só de exploração manual, mas também para a agricultura mecanizada em dois aspetos.: potenciar o plurirendimento e abrir possibilidades de escoamento de excedentes, nomeadamente em produtos como o Vinho. Deverá também dinamizar-se e potenciar o aparecimento de polos turísticos rurais que ofereçam animação cultural e desportiva, papel que pode ser assegurado pelas inúmeras associações deste género existentes no concelho. Em resumo potenciar a concertação dos agentes do mundo rural em prol de um objetivo comum – o desenvolvimento do mundo rural.

A criação de rotas temáticas, eventos etnográficos e gastronómicos, o turismo de saúde, a dinamização das praias fluviais e a integração do ambiente nos produtos do turismo rural é fundamental para esta dinamização. A concretização destes itens permitiria uma distribuição da oferta turística de forma mais equitativa e facilitaria a comunicação entre a população local e os

turistas. Importa também potenciar o aparecimento de polos de atração turística no mundo rural sejam eles equipamentos de animação e/ou empreendimentos turísticos, como é bom exemplo o projeto em instalação do Neiva Parque (Alvará 060/2011 TP).

As exigências acrescidas da “clientela do mundo rural”, e a necessidade que esta mostra em fruir este espaço, exige por parte do Turismo no Espaço Rural, uma função que extravase o “alojamento”, para se tornar num agente de interpretação e valorização do mundo rural.

Para concretização destes objetivos, aconselha-se a formação de uma Associação de Turismo Rural, composta pelos agentes do concelho que teriam a seu cargo a promoção e gestão de uma central de reservas para venda de “*pack do Mundo Rural*”, e não somente alojamento como o que se faz hoje em dia. Para tal, urge a concertação dos agentes do ramo para a dinamização do meio, assim como para a criação de condições de acesso aos restantes produtos do mundo rural, como o artesanato, a gastronomia, o ambiente, etc., confirmando o princípio de que a promoção do turismo rural deverá ser dirigida, basicamente, para as atividades específicas do meio rural, nomeadamente, a paisagem, a agricultura, o artesanato, a cultura, a etnografia, o património, a história e a riqueza da sua fauna e flora, oferecendo experiências diversificadas e marcantes em meio rural. Esta é uma estratégia que encaixa nos produtos propostos pelo PENT para a região Norte e acrescentará certamente valor e visibilidade ao produto local. Importa, todavia, que os agentes assimilem estes princípios de proatividade, interação e complementaridade entre eles.

Urge a criação de incentivos camarários, para que os proprietários das inúmeras casas rústicas, solarengas e apalaçadas existentes, com capacidade para o efeito, sejam motivados para a reconversão das mesmas em empreendimentos turísticos. Para tal propõe-se que as unidades inventariadas ao nível do património edificado<sup>3</sup> com potencial a este nível sejam classificadas ao abrigo das figuras de classificação presentes neste documento ou com outras definidas ao nível do urbanismo e património, mesmo quando as mesmas se encontrem em áreas de REN e RAN. Este incentivo é estruturante no sentido de potenciar o turismo como alavanca de desenvolvimento do concelho e como fator de inovação e complementaridade entre a agricultura, os produtos, as artes tradicionais e a natureza, na assunção que o turismo pode servir de fator de desenvolvimento estratégico no espaço rural. Para o efeito propomos como fator motivacional para esta situação a isenção de pagamento de taxas de licenciamento para os proprietários que desejem converter as unidades de património edificado ou espaços do mundo rural em empreendimentos turísticos definidos ao abrigo das alíneas e), f) e g) do artigo 4º do Decreto Lei nº 39/2008 de 7 de Março alterado pelos Decretos Lei 228/2009 de 14 de Setembro e Decreto Lei nº 15/2014 de 23 de Janeiro. De igual modo alargar esta situação aos projetos de animação turística que valorizem e promovam a dinamização do mundo rural, da natureza, do artesanato, do vinho e da vinha e outros produtos tradicionais de base regional. Esta é uma forma de o documento ir de encontro ao estabelecido no PENT ao nível da “Capacitação das empresas e apoio ao investimento”, nomeadamente o disposto nas alíneas e) e f) do respetivo quadro definido neste documento.

<sup>3</sup> Ver inventário do património edificado.

O disposto no paragrafo anterior não deve ser inibidor de outras ações consideradas impulsionadoras para o aparecimento de incentivos à instalação de outros empreendimentos turísticos constantes nas alíneas a) a d) do artigo 4º do Decreto supracitado.

Estes pequenos incentivos, enquadram na filosofia do Plano Estratégico Nacional de Turismo de apoio às empresas na assunção do principio que a intervenção pública não substitui os mecanismos de mercado, mas complementa-os.

Este conjunto de incentivos para além de funcionarem como fator de motivação estruturante para o desenvolvimento do turismo local, com enfoque para o mundo rural, cabimentando-se perfeitamente nas recomendações emanadas no PENT, tendentes à modernização e requalificação da oferta de Empreendimentos Turísticos, bem como ao nível da capacitação e apoio ao empreendedorismo constante naquele documento. É, acima de tudo, um sinal para que os locais percecionem as vantagens que esta reconversão implementa em termos de preservação do património arquitetónico e das mais valias económicas que potenciam para o meio onde estão inseridas, podendo ser uma alavanca de promoção e valorização do mundo rural. Por outro lado, em termos efetivos torna o concelho de Barcelos mais atrativo para o investimento de potenciais interessados no setor, o que em termos práticos trás vantagens comparativas e competitivas na disputa de investimentos neste âmbito. Naturalmente que o plasmado, anteriormente, só é exequível se definido dentro de um quadro de turismo sustentável e no pleno respeito pela Guia do Turismo Sustentável publicado pela Organização Mundial de Turismo em 1998.

Os caminhos de Santiago, considerados em sede de Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais pelo PENT, são também um item a considerar em sede de desenvolvimento do turismo no espaço rural e das comunidades locais. É conhecido o crescente impacto desta peregrinação nas comunidades locais, em face do impacto gerenciador de micro-negócios como cafés, restaurantes, mini-mercados, etc. Barcelos deve impulsionar a aposta num posicionamento forte neste domínio, alicerçado na sua identidade histórica ligada a esta peregrinação, corporizada na figurado do Galo e da sua lenda.



#### 4.2. Turismo de Natureza, potenciar os recursos existente.

O concelho é rico ao nível paisagístico, rural e ambiental, resultante dos elementos paisagem, rios, montes e serras. Estes elementos, nos últimos anos, têm aumentado o seu nível de importância, devido à prioridade pela práticas de atividades lúdicas ao ar livre que aparecem como alternativa séria à prática de desportos tradicionais. O PENT define como fator de competitividade os *“sítios e paisagens naturais de elevado valor ambiental e cénico” que existem no território e que são abundantes no concelho de Barcelos e no Minho em geral, que possui uma vocação estratégica para o Turismo de Natureza.*

Este facto tem implementado a valorização desta tipologia de recurso. Os espaços com estas características surgem cada vez mais, no contexto internacional e nacional, como locais turísticos em que a existência de valores naturais e culturais, constituem atributos indissociáveis do Turismo de Natureza. Atendendo, ao descrito no PENT com o intuito de “ estruturar a oferta de turismo de natureza, nomeadamente em meio rural, em particular para os segmentos de passeios (a pé, de bicicleta ou a cavalo), de observação de aves ou do turismo equestre, melhorando as condições de visitaçã o e a formação dos recursos humanos.”, é importante potenciar a afirmação dos argumentos do território neste domínio.

O concelho de Barcelos é um espaço de elevado potencial ao nível do turismo natureza de toda a região do Minho, uma vez que, para além dos concelhos que integram o Parque Nacional Peneda Gêres, a área geográfica onde se desenvolve o concelho de Barcelos, é seguramente uma das mais ricas da região a Norte do rio Ave. Existem condições naturais de grande valor no concelho onde o turismo de natureza, apesar da não existência de nenhuma área protegida, conforme regulamentação em vigor, tem potencial similar, que urge ser interpretadas ao abrigo dos princípios aplicáveis para o turismo de natureza, nomeadamente em sede de atividades de animação que devem ser compagináveis com o descrito no Decreto Lei n.º 18/99 de 27 de Agosto alterado pelo Decreto Regulamentar nº17/2003 de 10 de Outubro para as Áreas Protegidas na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98 de 25 de Agosto e Decreto Lei n.º 47/99 de 16 de Fevereiro alterado pelo Decreto Lei 56/2002 de 11 de Março de 2002.

Este potencial decorre da existência de inúmeras áreas florestais, espaços ribeirinhos, de grande valor natural e faunístico, e ainda áreas com potencial acima da média como o Monte da Franqueira, o Monte do Facho, o Monte Airó, Monte de S. Mamede, Monte de S. Gonçalo e outros. Estas áreas aparecem como locais privilegiados, como novos espaços turísticos, em resposta ao surgimento de novos tipos de procura, propondo a prática de atividades ligadas ao recreio, ao lazer e ao contacto com a natureza e às culturas locais, cujo o equilíbrio, traduzido nas suas paisagens, conferem e transmitem um sentido e a noção de “único” e de “ identidade de espaço” que vão rareando um pouco por todo o território. Por todo o concelho existem elementos de património natural que identificam locais e paisagens ímpares e que, adequadamente utilizados, permitem atenuar eventuais assimetrias, criar emprego e promover o desenvolvimento local em prol das comunidade locais. A

globalidade destes princípios encontram-se plasmados no Decreto Lei n.º 47/99 de 16 de Fevereiro alterado pelo Decreto Lei 56/2002 de 11 de Março de 2002, que tem o seu âmbito restrito à rede nacional de áreas protegidas, mas que encontra no concelho de Barcelos margem de aplicabilidade, em virtude de existirem áreas com valia ambiental e natural muito idênticas a algumas das áreas protegidas às quais se aplicam os princípios constantes no referido decreto. O concelho é rico no que o PENT designa de variedade de paisagens e elevada diversidade de habitats naturais a curta distância - habitats de montanha e floresta, rios (...), lagoas (...);

Todavia, estes recursos de atração, apesar de existirem, não se encontram devidamente organizados de forma a potenciar a sua conversão em recursos de fixação efetivos do produto turístico local.

Aliás, muitos destes espaços possuem elementos patrimoniais de grande valor que poderiam ser inseridos num contexto de fruição ambiental, interpretativo e patrimonial. A fruição destes espaços de grande valor ambiental potenciará, paralelamente, o aparecimento de um produto de turismo natureza e de ecoturismo de grande valor, posicionando-o num segmento de mercado de grande progressão, mas que na região ainda se encontra ainda numa fase de desenvolvimento, conforme o identificado no PENT, em virtude de ainda não estar organizado na base – o território. Para tal urge o aproveitamento do trabalho que algumas associações locais desenvolveram neste setor, nomeadamente no que concerne ao pedestrianismo, passeios em bicicleta, passeios todo o terreno, a cavalo e desportos náuticos.

Em termos ambientais, é impossível existir uma atividade turística regular sem um ambiente atrativo e preservado que confira a qualidade ambiental ao território. Sem a relevância cultural do património construído e das manifestações de raiz humana não será possível criar uma imagem que nos diferencie e nos posicione favoravelmente nesta busca do “autêntico” que hoje se verifica por parte daqueles que estão saturados do vulgar e repetitivo. Urge enquadrar do território no contexto definido pelo PENT, na assunção da possibilidade de proporcionar experiências relevantes a que procura a região, na plena constatação, conforme este documento de estratégia nacional, de que um turista de natureza procura a tranquilidade, o repouso e a autenticidade e realiza múltiplas atividades no destino. Como nichos de mercado destacam-se os passeios a pé, de bicicleta ou a cavalo, assim como a observação de aves.

É fundamental o papel do planeamento na construção do mundo moderno, quer promovendo a proteção e a adaptação das paisagens existentes quer criando novas que não desvirtuem o ambiente e a tipicidade das existentes.

Aliás, a defesa dos valores paisagísticos e a harmonia entre o homem e a natureza são aspetos fundamentais para o crescimento e desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, para a valorização da atividade turística, uma vez que ninguém vende espaços ambientalmente degradados.

De notar que este equilíbrio ambiental não pode ser interpretado somente ao nível do mundo rural, mas também em termos de espaço urbano, por forma a acabar com a falta de planeamento a que é votado o lazer das populações urbanas e a estabilidade biofísica e paisagística da cidade. Os

espaços verdes têm um papel importante na melhoria da qualidade de vida, servindo de relaxe psíquico às populações urbanas. Paralelamente, confere argumentos para a cada vez maior visibilidade do território em sede do produto “Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais”, no âmbito do touring cultural, onde o centro histórico e alguns espaços do concelho tem preponderância e visibilidade turística.

A Câmara Municipal, enquanto entidade gestora do PDM, tem a faculdade da restrição de uso, proposta e controle de áreas que devem ser alvo de valorização, preservação e adaptação para a criação de infraestruturas de fruição nas zonas onde não se afete o seu equilíbrio fundamental. Aliás, esta realidade vai de encontro a um dos objetivos do PENT 2013-2015 para a área Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte para este produto que visa privilegiar projetos de valorização do património natural e cultural, de revitalização económica e social.

Esta realidade, já em curso com a criação dos “Corredores Verdes”, visa a interligação destas áreas de grande interesse ambiental e patrimonial de forma a dar uma visão global do potencial do concelho a este nível, promovendo a interpretação destes. A delimitação destas áreas permitirá, naturalmente, equacionar uma série de atividades que potenciarão a fruição dos recursos existentes nestes espaços, quer a nível ambiental, quer a nível patrimonial, através da interligação itinerária e interpretativa do património ambiental, arqueológico e cultural. Efetivamente, só conferindo ao património um valor reconhecido por toda a sociedade, a sua conservação será efetiva e o turismo, como atividade refletora das tendências da sociedade, poderá, realmente, ser um agente de pressão para a conservação. Os roteiros poderão ser um dialeto interessante no diálogo do triângulo constituído por “Ambiente, Turismo e Motivações”, trazendo mais valor ao território nos produtos de Turismo de Natureza e Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais (touring cultural e paisagístico).

Os roteiros são uma forma simples e operacional de integrar vários elementos patrimoniais e ambientais de um concelho ou região, apresentando-os no seu contexto e cruzando-os sob o ponto de vista promocional e operacional com todos os outros recursos que temos para oferecer, numa composição integrada e funcional, onde os elementos patrimoniais ambientais e culturais sejam pretexto para conhecer toda a região. E a constituição de pequenos núcleos interpretativos do património existente nestas áreas de grande valor ambiental, pode ser uma alavanca importante no desenvolvimento turístico e na aproximação dos residentes à sua história e património cultural e ambiental.

Particularizando destacam-se as seguintes áreas do concelho com potencial para a prática do Turismo de Natureza e ecoturismo.

#### 4.2.1. *O Monte da Franqueira - Espaço âncora para o Turismo Local*

Espraia-se pelas Freguesias de Carvalhal e Pereira, e estende-se até Faria, Milhazes, Vilar de Figos, e Goios. O acesso é feito a partir da Estrada Nacional n.º 205 (Barcelos - Povoia de Varzim) e posteriormente pela estrada Municipal n.º 1111 pela freguesia de Carvalhal. É possível também

---

aceder a este local pela freguesia de Pereira, através da mesma estrada Municipal e/ou através da Estrada Nacional n.º 306 (Barcelos-Fontainhas) ou ainda pelas freguesias de Faria e Milhazes pela estrada que liga ao Castelo de Faria. Trata-se de uma área muito aprazível, em termos ambientais, e um magnífico miradouro sobre a orla costeira marítima de Esposende até Póvoa de Varzim. Deste local é visível todo o curso final do rio Cávado, podendo ainda desfrutar-se de uma vista fantástica da cidade e arredores de Barcelos. Além disso proporciona ainda uma panorâmica sobre o Monte do Sameiro e do Bom Jesus em Braga e as serranias do Gerês a Este .

Este espaço rico em património ambiental, cultural, arqueológico, religioso e etnográfico, é considerado, um dos espaços com mais vocação estratégica para fruição turística, patrimonial e ambiental de todo o concelho. De entre este património destaca-se o Convento do Calvário do Bom Jesus da Franqueira, a Fonte da Vida; Castro e Castelo de Faria; Moínho de Vento, Via Sacra, Escadório e Ermida de Nossa Senhora da Franqueira. No Monte da Franqueira, pode observar-se ainda uma invulgar sequência de ocupações humanas, desde o calcolítico até à época medieval, de que se destaca um castro romanizado e as ruínas do Castelo de Faria.

A este monte anda também associada uma grande fé religiosa que atrai a este local milhares de pessoas, anualmente, em peregrinação e romagem.

Em termos de equipamentos turísticos destacam-se o restaurante Solar da Franqueira, o Empreendimento de Turismo de Habitação – Quinta Convento da Franqueira e o parque de merendas que circunda a quota abaixo do santuário. De referenciar ainda a proximidade ao Campo de Tiro da Fervença, que se localiza no sopé de Monte, e que tem sido palco da realização de eventos neste registo de nível Europeu e mundial o que confere ao território notoriedade ao nível dos “Eventos”.

Realiza-se aqui, anualmente, a Peregrinação à Senhora da Franqueira cuja romagem / procissão tem início em Barcelos no cimo do Monte, e ainda inúmeras festividades de cariz religioso.

Local de calma e tranquilidade e de grande recolhimento de natureza religiosa, com vista panorâmica única em toda a região sobre o vale do Cávado e costa atlântica, é muito procurado pelos adeptos da paisagem e fotografia, isto para além de receber alguns milhares de visitantes anualmente em sede de convívios de fim de semana, aproveitando o excelente parque de lazer existente. O espaço é também muito procurado como forma de contacto com a natureza e atividades ao ar livre.

Com todo este potencial em crescimento, acrescido das motivações turísticas essencialmente vocacionadas para a natureza e contacto com esta, assim como pelo património, urge a necessidade de organizar este local no contexto desta nova realidade, valorizando o seu potencial em termos de produtos estratégicos. Neste enquadramento urge a ordenação das atividades realizadas neste espaço geográfico e o condicionamento de certos usos do território para a interpretação e fruição turística, na medida que tem potencial efetivo para a :

- Elaboração de um Corredor de interpretação do património cultural e arqueológico existente;
- Elaboração de Percursos pedestres e atividades de interpretação da natureza;
- Definição de passeios de bicicleta, BTT e todo terreno;
- Potenciação do Ecoturismo;
- Criação de áreas de lazer;
- Promoção de atividades diversas de Animação Turística Ambiental, equiparadas às definidas pelo Decreto Lei n.º 18/99 de 27 de Agosto alterado pelo Decreto Regulamentar nº17/2003 de 10 de Outubro para as Áreas Protegidas na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98 de 25 de Agosto e Decreto Lei n.º 47/99 de 16 de Fevereiro alterado pelo Decreto Lei 56/2002 de 11 de Março de 2002.
- Promoção de circuitos para passeios a cavalo;
- Promoção do paisagismo;
- Turismo Religioso / Caminho de Santiago;
- Promoção da Sustentada das espécies elegíveis neste enquadramento.
- Promoção da prática do Enoturismo, uma vez que as áreas no sopé do Monte são essencialmente ocupadas por vinhas e vinhedos(dinamização da Área de Vocação e Aptidão turística da Quinta da Franqueira);
- Instalar infraestruturas de observação da paisagem;
- Melhoramento genéricos das condições de visitação;
- Organização das atividades de animação que se desenvolvem naquele território;
- Touring Cultural e Paisagístico;

Esta área tem potencialidades naturais para ser efetivamente o espaço de lazer privilegiado do concelho de Barcelos e, o “pulmão” da cidade, dada a proximidade ao núcleo urbano central. Para tal impõe-se a definição e o planeamento estratégico das atividades e utilizações prioritárias relacionadas essencialmente com o turismo, património e praticas de animação. Todavia para a concretização destes pressupostos é necessário eliminar alguns condicionalismos existentes à fruição turística do Monte, tais como:

- Degradação do património Cultural e arqueológico existente;
- Proliferação de construções no monte ;
- Perda da qualidade ambiental(especialmente junto às vias de acesso);
- Inexistência de qualquer tipo de Infraestrutura de apoio turístico relevante;
- Degradação do meio ambiente;
- Controle das atividades avulsas praticadas no Monte.
- Inexistência de sinalização turística;
- Falta de vocação turística das populações locais.

O planeamento e ordenamento do Monte do Franqueira, em termos turísticos e cumulativamente com outras classificações e restrições colocadas sobre este espaço, passa indubitavelmente pela elaboração de um Plano de Salvaguarda, agrupando de forma sustentada as vertentes : *ambiente*,

*património e turismo*. Para o efeito, propõe-se a classificação do mesmo como Área de Proteção Turística, ao abrigo das constantes na Resolução do Conselho de Ministros 97/2003 de 01.08, de forma a salvaguardar os recursos existentes, sua organização, valorização e gestão, bem como ao abrigo do exposto no PENT como estratégia e linha de atuação definida: “*No turismo de natureza, na vertente passeios, verifica-se a necessidade de desenvolver infraestruturas e serviços especializados, criar conteúdos e a sua disponibilização em canais, colocar no mercado o produto dos passeios a pé, de bicicleta ou a cavalo. Na vertente do turismo equestre (cavalo lusitano), verifica-se a necessidade de desenvolver serviços à volta da cultura do cavalo e sua disponibilização ao turista*”, conforme alínea v) do item 2.3 do plano presente na página 29. Deverá proteger-se estes espaços de utilizações diferentes das enquadráveis dentro de uma política de sustentabilidade e dos usos previstos para as Área de Proteção Turística.

#### 4.2.2. Monte do Facho, Oliveira e S. Lourenço

Abrange as freguesias de Oliveira, Roriz e Alheira que se situam na ligação de Barcelos para Prado, via Estrada Nacional 205, ou então na ligação interior que liga Barcelos a Roriz pela Nac. 206. Do cimo deste local, que dista da cidade pouco mais de 8 Km, é possível ter uma vista fabulosa da cidade de Braga, Barcelos e Vila Verde, assim como do trajeto do Rio Cávado a montante de Braga a caminho do Atlântico. É seguramente um dos miradouros mais privilegiados do Minho e situa-se em frente ao Bom Jesus de Braga, o qual é perfeitamente visível da vertente sul deste local bem como as serranias do Gerês. Tem também o vale do Cávado a seus pés a sul, e a imensidão do minifúndio e vale do Neiva a Norte, possibilitando apreciar as duas vertentes do Minho, mais humanizado e industrializado a Sul e mais rural e natural a norte, onde o vale verdejante de Tamel é um éden indescritível na transição das terras de Barcelos para o vale do Lima. Propicia ainda a vista sobre outros locais de interesse. Teotónio da Fonseca na sua obra sobre Barcelos, afirma que “...sítio alto e desafogado , de onde se avista ao nascente a capela do Bom Despacho, Cervães, em pleno concelho de Vila Verde, o vale do Cávado e a cidade de Braga”, atestando o interesse que este Monte sempre despertou junto dos curiosos e amantes da natureza e património.

Em termos ambientais, este representa uma das mais significativas manchas florestais do concelho, onde ainda é possível apreciar algumas espécies da flora como o Carvalho(querqus) e outras árvores de folha caduca. Mas a grande maioria do arvoredo é constituída por pinheiros e eucaliptos à imagem do que vai sucedendo por toda a região norte. Giestas, fetos, sobreiro bravo, choupos, sabugeiros, mato real e outras espécies asseguram ainda um ecossistema natural equilibrado para além de constitui, um refugio para imensas espécies faunísticas .

Este monte possui elementos do património cultural, arqueológico e religioso bastante interessante apesar de pouco visível. A destacar a capela de S. Lourenço ,o monumento com forno de Galegos e vestígios da citânia Roriz/Oliveira. A origem da população de Barcelos, pode ter muito a ver com este monte rico em Barro e água, conforme o defendem alguns autores. Isso mesmo nos diz José Augusto Vieira “Neste Monte, mistério de terra e granito, ainda por explorar, encontram-se evidentiíssimos

vestígios de uma população, celta ou romana, quem o sabe, talvez uma outra coisa como na citânia de Briteiros...Daqui vieram as famílias que fundaram Barcelos..”.

Este espaço inserido na Serra de Oliveira, e na continuidade da Serra de Roriz e Serra de S. Lourenço, é uma mancha florestal interessante que abre grandes possibilidades turísticas, nomeadamente no que concerne à:

- Interpretação do Património Cultural existente;
- Percursos pedestres e atividades de interpretação da natureza;
- Passeios de bicicleta, BTT e todo terreno;
- Ecoturismo;
- Criação /organização de áreas de lazer;
- Promoção de atividades diversas de Animação Turística Ambiental, equiparadas às definidas pelo Decreto Lei n.º 18/99 de 27 de Agosto alterado pelo Decreto Regulamentar nº17/2003 de 10 de Outubro para as Áreas Protegidas na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98 de 25 de Agosto e Decreto Lei n.º 47/99 de 16 de Fevereiro alterado pelo Decreto Lei 56/2002 de 11 de Março de 2002.
- paisagismo;
- Cinegética;
- Melhoria geral das condições de visitação;
- Criação de Infraestruturas de observação paisagística, aproveitando os equipamentos já existentes;
- Passeios a Cavalo;
- Organização das atividades de animação que se desenvolvem naquele território;
- Turismo de Natureza;

Apesar destes recursos, e da constatação óbvia da valia turístico - ambiental do espaço geográfico em causa, existem condicionalismos muito fortes à fruição turística neste local, tais como:

- Acessibilidades(apesar da sinalização ser suficiente);
- Estado de conservação do património arqueológico;
- Falta de conservação do parque de lazer (junto da Capela);
- Inexistência de qualquer tipo de Infraestrutura de apoio turístico;
- Degradação do meio ambiente;
- Controle das atividades avulsas praticadas no Monte, especialmente de atividades de turismo de aventura, Todo o Terreno e BTT;

Desta forma, e em termos estratégicos, surge a necessidade de associar o turismo ao ambiente criando infraestruturas que permitam a fruição desta área, protegendo-as do livre arbítrio daqueles que usam este espaço sem ter em conta as suas especificidades e a capacidade de carga dos seus recursos.

O planeamento e ordenamento do Monte do Facho em termos turísticos, para além da adoção dos Corredores Verdes e Patrimoniais, terá também que contemplar a elaboração de um Plano de Salvaguarda do Monte do Facho de forma a agrupar de forma sustentada as vertentes : ambiente, património e turismo. Para o efeito ter-se-ia de classificar o Monte do Facho como Área de Proteção Turística, ao abrigo das constantes na Resolução do Conselho de Ministros 97/2003 de 01.08, de forma a salvaguardar os recursos existentes, sua organização, valorização e gestão, bem como ao abrigo do exposto no PENT, como Estratégia e linha de atuação definida na aliena v) do item 2.3 do plano presente na página 29: *“No turismo de natureza, na vertente passeios, verifica-se a necessidade de desenvolver infraestruturas e serviços especializados, criar conteúdos e a sua disponibilização em canais, colocar no mercado o produto dos passeios a pé, de bicicleta ou a cavalo. Na vertente do turismo equestre (cavalo lusitano), verifica-se a necessidade desenvolver serviços à volta da cultura do cavalo e sua disponibilização ao turista”*. Conforme o plasmado para o Monte da Franqueira deve salvaguardar-se estes espaços de utilizações diferentes das enquadráveis dentro de uma política de sustentabilidade.

A tipologia de afetação dos solos deste espaço geográfico, assim como a definição de infraestruturas para o mesmo, deve visar:

- A ordenação das atividades a desenvolver com a existência de uma estrutura de referência, um pouco à imagem de uma “porta de entrada” a partir da qual se poderão explorar os restantes recursos ou, pura e simplesmente, usufruir desta infraestrutura;
- A criação de um espaço que exerça atratividade sobre os visitantes e fruidores, evitando que estes se dispersem pelo monte e cometam erros ambientais;
- A criação de corredores patrimoniais e ambientais de interpretação dos recursos existentes;
- A melhoria das condições de acessibilidade;
- O condicionamento à expansão urbana para a área de proteção do Monte e dos recursos nele existentes.

Não se pretende com esta indicação traçar cenários de utilização de “massas” do monte do Facho mas, pelo contrário, definir atividades e espaços de fruição que potenciem a melhor e mais sustentada interpretação dos seus recursos ambientais e culturais. Pretende-se assim a adoção de princípios de sustentabilidade concretos de forma a evitar a destruição e violação da capacidade de carga ambiental, social e cultural deste espaço geográfico.

#### 4.2.3. O Rio Cávado - O recurso do futuro

O rio Cávado sempre interagiu e atraiu muito as populações, desde a época em que os romanos se fixaram junto às terras planas do litoral e da grande “Bracara Augusta”. Aliás, é nesta altura que se terá começado a desenvolver o “terraço fluvial” onde hoje se instala a cidade de Barcelos.



No local onde hoje se situa a cidade, passaria uma importante via romana e sairia uma outra secundária em direção a Ponte de Lima. Barcelos terá sido na época romana, até ao Século XVIII, um local privilegiado para cruzar o rio.

Estes factos comprovam que o “Celandó”, como era conhecido outrora sempre foi um elemento preponderante da vida quotidiana da cidade de Barcelos até pelo menos meados do século XVIII. Importância esta que se foi mantendo até meados do século passado. Contudo, devido à degradação do parque habitacional da margem Norte, que se foi desertificando, aquela área perdeu a interação com o rio em finais dos anos 80. Situação esta que se foi agravando ao longo do anos, e até hoje a cidade vive praticamente de “costas” voltadas para o rio, isto apesar do esforço em revitalizar a frente ribeirinha da cidade com eventos de nível nacional, como o festivais de música ou jogos adaptados ao areal de Barcelinhos no troço que foi revitalizado das margens (frente ribeirinha) e areal existente, com o intuito de as transformar em espaços disponíveis para a fruição. Aliás, argumentos que acrescentam valor e mais valia para o posicionamento da cidade em produtos como as Estadas de Curta Duração e Circuitos Turísticos, religiosos e culturais.

Perante este cenário, pode-se afirmar que a cidade está a tentar recuperar a sua vocação ribeirinha, aproveitando as ações de melhoria da qualidade da água e despoluição do rio que se tem assistido nos últimos anos. Neste quadro, o Turismo Náutico, enquanto produto emergente, pode ser também um item a considerar, desde que sejam criadas estruturas de apoio para a criação de condições de exploração do rio Cávado, neste troço bem como na generalidade do curso em território Barcelense. Esta seria uma adaptação ao disposto no PENT, no sentido de desenvolver o turismo náutico nos segmentos da náutica de recreio (...), qualificando as infraestruturas para responder a uma procura crescente e dinamizando as atividades conexas”.

A estruturação do areal de Barcelinhos como praia fluvial é também um fator estratégico a implementar nesta área, por forma a criar um polo de atratividade nesta área do rio nas imediações e continuidade da cidade.

O Rio Cávado é, indubitavelmente, o recurso turístico com mais potencial acumulado no concelho de Barcelos e do qual ainda não foram capitalizadas mais valias em termos turísticos e de lazer para as populações locais e visitantes. O Rio Cávado divide o concelho de Barcelos sensivelmente a meio, no seu caminho para o Atlântico. Neste percurso banha as freguesias de Ucha S. Romão, Pousa, Areias S.Vicente, Areias de Vilar, Manhente, Rio Covo Sta Eugénia, Tamel S. Verissimo (potencial importante para a instalação de ancoradouro de apoio ao turismo náutico), Barcelos, Barcelinhos, Vila Frescaíña S.Pedro, Gilmonde, Mariz , Perelhal e Fornelos criando ao longo destes espaços de grande potencial turístico. Naturalmente que a adoção da classificação de “Corredor Verde”, ao longo do trajeto, é uma mais valia no sentido de proteger as margens deste curso de água de eventuais usos que desvirtuem o seu equilíbrio ambiental e que destruam o património aquífero e etnográfico decorrente da relação que o homem teve com o rio ao longo dos tempos.

Algumas destas freguesias possuem locais com forte potencial para se transformadas em áreas de lazer que facultem a fruição do rio. Paralelamente, existem áreas características que potenciam o aproveitamento do próprio curso do rio para atividades lúdicas, desportivas e de lazer. O aproveitamento destas áreas é crucial, na medida em que promove o aparecimento de locais de lazer no concelho e potência a reaproximação das populações rurais com o rio. Naturalmente que serviriam ainda de fatores complementares de oferta para o produto turístico da região.

Deste modo, para além da criação dos Corredores verdes, propõe-se para alguns troços do Rio Cávado a classificação de Área de Interesse Turístico Relevante, ao abrigo do definido nas estratégias e linhas de atuação para este produto em sede do documento orientador do turismo nacional. Esta visa indicar e delimitar áreas com potencial turístico, acima da média e nas quais será possível definir utilizações de natureza estratégica ao nível do Turismo Natureza e inerentemente da Animação desportiva e ambiental.

Quadro 04

## Espaço de Interesse junto ao Rio Cávado

<b>Local</b>	<b>Classificação</b>	<b>Caracterização Breve</b>
Ucha S. Romão – Lug. Quintão	<b>AITR(C.2)</b>	Área Florestal junto ao rio com características para definição de área verde de lazer e praia fluvial.
Areias. S. Vicente – Lug. Penide	<b>AITR(C.2.)</b>	Área junto à Barragem com potencial para a criação de uma infraestrutura balnear e de lazer. Este local oferece condições excecionais para a edificação de um <b>parque de campismo/ Condições excecionais para birdwatching</b>
Areias de Vilar – Agras do Rio	<b>AITR(C.2)</b>	Área junto a uma represa do rio e a uma estrutura molinológica com potencial para estruturar uma área de lazer e centro de interpretação/ <b>Condições excecionais para Birdwatching / Integra o Polo de grande interesse com o Convento de S. Salvador de Vilar de Frades e Centro Hípico.</b>
Tamel S. Veríssimo(Lugar de Pontes a Lugar de Barreiras)	<b>AITR(C.2)</b>	Área de potencial paisagístico e de vocação balnear. Ilha do tostão. Área com potencial para criação de estrutura de apoio ao Turismo Náutico.
Rio Covo St <sup>a</sup> Eugénia (Lugar do Monte das Azenhas)	<b>AITR(C.2.)</b>	Área de grande potencial paisagístico com apetência para se tornar numa área de fruição ambiental.
Manhente – Margem do	<b>AITR(C.2.)</b>	Área de grande potencial paisagístico com apetência para se tornar numa área de fruição

Cávado do Lugar da Igreja a Lugar do Barco		ambiental. <b>Nomeadamente para praia fluvial, campo de golfe e atividades de animação fluvial.</b> É um dos troços do rio com mais potencial no concelho de Barcelos / Integra polo de grande interesse com Quinta do Barco.
Areal de Barcelinhos	<b>AAVT</b>	Área de grande potencial turístico para atividades desportivas e área de praia fluvial. A área adjacente a este local oferece condições excecionais para a instalação de um <b>parque de campismo.</b>
Margem do Rio em Barcelos	<b>AAVT</b>	Toda a margem do rio em Barcelos tem um potencial enorme em termos de fruição turística, ambiental e patrimonial, capaz de redimensionar a imagem turística da cidade e criar uma nova centralidade turística. ( Parte deste percurso tem fontes de água com qualidades sulfurosas). <b>Parte da margem tem ainda potencial acima da média para a instalação de similares de hotelaria(esplanadas especialmente) depois de concluída a obra da frente ribeirinha. Possui condições para a instalação de um Parque de Campismo e Caravanismo</b>
Perelhal / Mariz	<b>AITR(C.2)</b>	Área de interesse para instalação de infraestruturas de animação desportiva e aquáticas. Zona com potencial para criar uma infraestrutura balnear, estruturas de apoio ao turismo náutico e um <b>parque de campismo e caravanismo</b>
Fornelos / Gilmonde	<b>AITR(C.2)</b>	Área de interesse para instalação de infraestruturas de animação desportiva e aquáticas. Zona com potencial para criar uma de apoio ao turismo náutico.

Para além deste espaços identificados, de referir o potencial natural que ambas as margens possuem para a instalação de ciclovias, percursos de interpretação da natureza, bem como micro-polos de observação da avifauna ribeirinha, com as mais valias daí decorrentes e bem vincadas em termos estratégicos no PENT,

Naturalmente que o planeamento e zonamento destes locais para fins lúdicos obedece a uma série de requisitos estruturais, nomeadamente no respeitante à qualidade ambiental, à acessibilidade e à qualidade das águas do rio.

Apesar deste potencial latente, inerente a um recurso de atração, foram detetados condicionalismos muito fortes ao aproveitamento turístico do rio que tem condicionado o desenvolvimento dos produtos turísticos elegíveis neste âmbito e que se prendem fundamentalmente com os seguintes fatores estruturais:

- Qualidade das águas do rio, apesar dos melhoramentos em curso;
- Acessibilidade às margens;
- Estado selvagem das margens, especialmente provocado pelo excesso de vegetação, ocultando as potencialidades existentes;
- Apropriação indevida das margens por parte de particulares;
- Inexistência de infraestruturas mínimas de apoio à fruição náutica, desportiva e lúdica do rio;
- Falta de sinalização;
- Falta de vocação e rotina ribeirinha da população;
- Inexistência de atividades económicas relacionadas com a água e o rio;
- Inexistência de condições mínimas de aproveitamento das qualidades de navegabilidade do rio e das potencialidades do mesmo ao nível do turismo de natureza e náutico;
- Degradação do património molinológico e aquífero.

Apesar da existência destes condicionalismos, é imperioso ter uma consciência efetiva para que se possam definir cenários efetivos de valorização deste recurso, uma vez que são cenários a considerar na definição de uma estratégia global do concelho para o aproveitamento dos recursos aquíferos. O Rio Cávado, assume-se, no contexto destas freguesias, como um fator de grande potencial turístico que urge aproveitar através da valorização e da limpeza das suas margens, melhoria das acessibilidades ao rio e adaptação de alguns destes troços para parques de lazer, especialmente aqueles que já possuem acessibilidades aceitáveis. Alguns troços possuem características ótimas para a instalação de um parque de campismo. Naturalmente que estas ações só terão significado dentro de uma política estratégica e global para o património natural do concelho de forma a interligar as potencialidades ribeirinhas com o ambiente mais montanhoso de algumas áreas, como é o caso do Monte do Facho, Monte da Franqueira, Monte de Airó, Monte de S. Mamede, Monte de S. Gonçalo, Monte da Saia e outros, na assunção de uma seria no Turismo de Natureza e Touring paisagístico.

A valorização destas duas vertentes de atração do património natural confere ao produto turístico local argumentos de grande valia para a afetação de públicos diversos do Turismo Natureza, e para satisfazer as necessidades de evasão e lazer dos públicos urbanos desta região. Barcelos, pelas suas características de localização e pelos recursos que possui, pode efetivamente posicionar-se, em termos regionais, como um espaço de experiências no registo do turismo de natureza e do

turismo náutico. Em suma, basta para o efeito que se potenciem, preservem e dinamizem os recursos naturais e aquíferos existentes, e se criem estruturas de apoio ao desenvolvimento destes produtos como ecovias, pontos de observação de aves, percursos de interpretação da paisagem ribeirinha, percursos de interpretação da flora, passeios a pé, passeios a cavalo, ancoradouros, praias fluviais e a respetiva interligação deste potencial com estruturas já existente como o centro hípico existente em Areias de Vilar e demais património e atividades existentes em toda a região, assim como estabelecimento de complementariedades com a restante oferta.

#### *4.2.4. Vale do Neiva – Um espaço que marca a identidade*

Para além do rio Cávado, o rio Neiva e a área envolvente a este curso de água, é outro espaço âncora para o desenvolvimento turístico do concelho em termos de Turismo Natureza. Esta é uma área de relevante interesse turístico não só pelas características dos cursos de águas, mas também pela identidade paisagística e patrimonial desta região onde se localizam recursos primários de valor inquestionável. É uma das áreas do Minho onde o conceito de “espaço autentico” é perfeitamente aplicável, devido essencialmente a :

- Características Faunísticas da Região;
- Património paisagístico associado ;
- Património Religioso
- Qualidade da água do Rio;
- Potencialidade para a prática balnear;
- Património Molinológico,potencial para criar centro de interpretação, como mais valia para o território no itens dos Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais.
- Património Monumental;
- Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais;
- Património Etnográfico relevante;
- Potencialidades para a prática de atividades de animação turística ambiental, equiparadas às definidas pelo Decreto Lei n.º 18/99 de 27 de Agosto alterado pelo Decreto Regulamentar nº17/2003 de 10 de Outubro para as Áreas Protegidas na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98 de 25 de Agosto e Decreto Lei n.º 47/99 de 16 de Fevereiro.
- Potencialidades para a prática de turismo de aventura;
- Possibilidade para a prática de cinegética e pesca;
- Pedestrianismo;
- Passeios a Cavalo;
- Pontos de observação de aves;
- Experiências de Turismo Rural;
- Caminho de Santiago (Caminho Português a Santiago);
- Potencialidades para a instalação de um centro de estágios e/ou estrutura com características semelhantes.

O rio é o polo central desta panóplia de recursos e ao mesmo tempo o elemento de maior valor no contexto destas localidades. É também este que confere união, do ponto de vista paisagístico, a toda esta região de transição do concelho de Barcelos para os concelhos de Ponte de Lima, Vila Verde, Viana do Castelo e Esposende. O rio Neiva é um dos cursos de água mais límpidos da região Minhota, juntamente com o Rio Âncora, Homem e Vez, sendo também possuidor de uma vasta gama de espécies faunísticas e piscícolas que lhe conferem características únicas no contexto geográfico regional. As espécies da flora ribeirinha têm também aqui uma abundância digna de registo contribuindo para a paisagem luxuriante que existe em todo este vale. Estes argumentos são mais valias importantes para um conjunto de atividade de interpretação ambiental do território

Em certos locais, existe a possibilidade de contemplação de experiências de “pura solidão” onde o silêncio é apenas cortado pelo ruído dos açudes e pelo canto das aves. Nas levadas e pequenos açudes existem trutas, barbos, bogas, enguias, escalos (e, embora raramente, lontras e patos) que permitem a pesca e a cinegética desportivas, como atrativos turísticos. A beleza panorâmica do vale do Neiva é perfeitamente surpreendente, pelo que urge a tomada de posição para que a mesma se preserve, nomeadamente em termos de proteção ambiental ao abrigo das figuras de classificação existentes no ordenamento jurídico português para o efeito.

Ao longo dos tempos, as populações locais sempre souberam “viver do rio e para o rio” mantendo-o límpido e bem conservado, situação que, ainda hoje, se verifica. Com o aumento dos tempos livres e com a globalização das noções de lazer, a pressão sobre este curso de água tende a aumentar. Por isso, se adianta a necessidade de criar condições para a fruição deste rio e de toda a sua área envolvente por parte dos locais e visitantes. Para o efeito, urge a definição de instrumentos de planeamento que promovam a proteção desta realidade perfeitamente endémica no concelho em termos de ambiente natural. Estas ações devem promover a manutenção do “espírito” deste vale, evitando que este se torne em mais um “não lugar”, ou seja perder os atributos que o diferenciam no contexto local e regional em termos da qualidade ambiental social, cultural e natural. Adoção dos princípios de Turismo de Natureza para esta área, apraz-se como estratégica, bem como a definição e organização de atividades equiparadas com o definido no Decreto Lei n.º 18/99 de 27 de Agosto alterado pelo Decreto Regulamentar nº17/2003 de 10 de Outubro para as Áreas Protegidas na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98 de 25 de Agosto e Decreto Lei n.º 47/99 de 16 de Fevereiro.

Um dos maiores argumentos desta “sub-região turística” do concelho de Barcelos, são sem dúvida, as praias fluviais. A prática de veraneio e fruição destes locais é já antiga nesta área. Contudo, pelas razões atrás plasmadas e até porque a sua procura é cada vez maior, urge a necessidade de repensar estas praias de modo a adotar estruturas que permitam a sua fruição sem afetar a sua capacidade de carga e o equilíbrio ambiental dos ecossistemas existentes nas margens do rio. Ao mesmo tempo, é imperioso que se tornem locais de lazer devidamente acreditados pelos diplomas legais e ambientais que regem este tipo de infraestruturas. Estas podem ser argumentos importantes para a valorização das experiências de turismo rural face à proximidade de algumas delas a locais

---

com potencial para a instalação deste tipo de empreendimento ou dos Empreendimentos já existentes.

Os Moinhos e Azenhas são os últimos vestígios de uma indústria de moagem forte que outrora existiu aqui na zona do Neiva. Estes são os últimos testemunhos de uma realidade socioeconómica baseada nas antigas atividades agrícolas que se sustentavam na produção de cereais, linho, azeite ou na serração de madeira. Podem, ainda, ser vistos nas freguesias banhadas pelo Neiva, vários engenhos que se movem com a força das águas, para transformar os cereais em farinha, triturar e esmagar a planta do linho ou mover engenhos que serram madeira. Por tudo isto, em nome do turismo e da autenticidade da área em questão, é necessário que os agentes locais não deixem esta tradição morrer e promovam a revitalização deste património, convertendo-os em núcleos ecomuseológicos, turismo de aldeia (ponto 5 do artigo 18º do Decreto Lei 15/2014 de 23 de Janeiro) ou conferiram qualquer outra função e/ou valor de uso que os valorize no contexto cultural, etnográfico e turístico desta região. Mais uma vez estamos em presença de elementos estratégicos para a valorização do território no âmbito dos Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais e na criação de massa crítica para um turismo de experiências ao nível do turismo rural.

Para além destes “monumentos traço” de identidade próprios deste vale, urge a valorização e preservação do património paisagístico, monumental e tradicional deste espaço. Naturalmente que, em conjunto, fazem deste um espaço com características especiais e que merece uma atenção especial com vista à sua manutenção. Para o efeito os instrumentos de planeamento devem potenciar a restrição de elementos urbanísticos que desvirtuem a paisagem global, que afetem o equilíbrio ambiental das margens do rio e/ou que ponham em causa o património molinológico e aquífero desta região. Devem também potenciar ações que visem a valorização turística desta área e a ordenação das atividades turísticas que tendencialmente terão uma margem de progressão mais elevada e que possam pôr em risco a capacidade de carga social, cultural e ambiental de toda esta vasta região.

Para além destes recursos de identidade e natureza o vale do Neiva encerra, nas freguesias integrantes do mesmo, um vasto património monumental, religioso e etnográfico que engrandece ainda mais a realidade turística e patrimonial desta área. Aliás,, alguns deste elementos são argumentos importantes do produto Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais da região minhota, bem como espaços chave do caminho português a Santiago de Compostela.

Deste vasto património destaca-se naturalmente o Santuário da Senhora da Aparecida não só pela sua dimensão monumental, mas também pela simbologia religiosa que lhe anda associada e que se extrapolou por todo o país, chegando inclusivamente ao Brasil devido a fluxo de emigração. Este facto, para além de gerar fenómenos de religiosidade, gera também fluxos de Turismo Religioso e étnico de grande interesse para esta região. Desta forma, para além dos recursos de natureza ambiental e relacionados com a vivência da população com o rio Neiva, este é seguramente o recurso que mais promove a visibilidade turística e de identidade desta área a norte do concelho. Paralelamente a este pode-se ainda citar a Ponte de Tábuas, na freguesia de Aguiar/Balugaes, que

pela sua dimensão histórica e cultural no contexto dos caminhos medievais a Santiago de Compostela é também uma marca desta área. É um dos espaço mais emblemáticos desta peregrinação medieval e possui um enquadramento paisagístico de grande valor. Ainda, no contexto do caminho de Santiago, que é um argumento estruturante de atratividade e fruição do território, de destacar a antiga igreja Românica de S. Martinho (antiga igreja matriz), em Balugães, e espaço adjacente como um local de grande valor simbólico e patrimonial no contexto desta peregrinação e como argumento importante nos circuitos de touring à região.

Para além destes ressalta ainda a Igreja Velha de Panque, o Escadório e Capela do Calvário em Tregosa, a Ponte românica de Cossourado, a Ponte Seca em Durrães, a Chã de Arefe em Durrães, a Ponte Romana de Fragoso, Capela S.João, Fragoso, Fonte da Vida, Fragoso, a Capela de Santa Justa em Igreja Nova, a Ponte de Anhel e o Monte de S. Lourenço em Alheira, Capela da Senhora do Pilar em Aldreu, Convento de Palme, Aldreu, Capela de S. Gonçalo, em Feitos, entre muitos outros vestígios de natureza monumental e arqueológica que se espalham pelos cumes dos Montes desta área. ( Ver carta arqueológica).

De referenciar ainda a existência de um parque de turismo de aventura nesta área que se encontra em fase final de instalação e que na plenitude da sua ação pode ser uma mais valia importante como âncora de visitação da região, bem como complemento a outros produtos.

Deste modo, e atendendo ao vasto potencial instalado “*in situ*” em todo o vale do Neiva e à necessidade de o organizar de forma a potenciar a fruição sustentada e organizada de cada tipologia de recursos, propõe-se a classificação de toda a área do Vale do Neiva como área de Área de Aptidão e Vocação Turística de forma a preservar o património paisagístico, cultural e ambiental de toda esta região potenciando o aparecimento de uma atividade turística sustentada baseada nos recursos endógenos desta região, de forma a promover o efeito multiplicador do turismo em respeito pelos valores existentes, conforme o preceituado nas recomendações do Guia do Turismo Sustentável da Organização Mundial de Turismo. Por outro lado linhas de atuação para o produto do Norte definidas no PENT 2013-2015, nas alíneas i) e v) das paginas 28 e 29 são também motivadoras do proposto.

De referir que a importância do Turismo não se encerra nesta região à valorização do setor em si através da exploração sustentada dos recursos existentes, mas também como um complemento estratégico para a agricultura e desenvolvimento do mundo rural desta área que pode através do turismo encontrar sinergias que de outra forma dificilmente poderia capitalizar. A definição do Turismo como estratégia para esta região é, acima de tudo, uma oportunidade para a agricultura e mundo rural que não pode naturalmente ficar esquecida, na medida que o turismo desde que explorado dentro de padrões efetivos de sustentabilidade, apresenta-se em muitos casos como o único fator capaz de desenvolver regiões interiores ou deslocalizadas dos grande centros e eixos de movimentações demográficas e urbanas. Esta situação, é particularmente importante num concelho como o de Barcelos onde os índices de desenvolvimento demográfico, rodoviário e industrial se situam junto às principais vias de comunicação, junto à cidade e nas ligações desta às principais



capitais dos concelhos vizinhos. Esta realidade não se verifica na área do Vale do Neiva pelo que o Turismo é imperiosamente um setor que tem que ser entendido como estratégico para o desenvolvimento das restantes realidades económicas existentes nesta área.

Por último, uma reflexão relativa ao facto de estas medidas estratégicas só encontrarem a devida aplicação no terreno se os concelhos vizinhos respeitarem as premissas aqui instaladas fazendo do turismo sustentável e das recomendações do PENT a sua linha orientadora neste domínio.

Este posicionamento é estratégico para ganhar elegibilidade no novo quadro comunitário de apoio, estruturando produtos de identidade que propiciem experiências relevantes ao nível do turismo no espaço rural, touring e turismo de natureza.

#### *4.2.5. O Rio Este e a sua Veiga.*

Dentro da temática ambiente/ turismo, e na tentativa de delimitar e identificar áreas de grande valor para a potenciar experiências do mundo rural, referencia-se o rio Este na parte sul do concelhos de Barcelos. O vale do Este, que abarca as freguesias de Couto de Cambeses, Viatodos e Minhotães, sofreu nas últimas décadas prejuízos ambientais elevadíssimos fruto da poluição que o curso inicial do rio sofre. A este rio está associado um contexto histórico bastante curioso que infelizmente não tem grande visibilidade. O troço do Rio, entre as localidades de Cambeses e Gondifelos (já no concelho de Vila Nova de Famalicão), num total de cerca de uma dezena de quilómetros, foi alvo de uma intervenção no tempo de D. Maria I, por parte de Custódio José Gomes Vilas Boas. Esta visou o “encanamento do rio”, em parte do percurso, acima citado de forma a evitar os charcos e as pragas de insetos que fustigavam a veiga do rio nas freguesias de Cambeses, Nine, Viatodos, Minhotães e Gondifelos. Esta intervenção fez com que a veiga do Este se tornasse numa área muito rica ao nível da produção de milho e outras culturas que fizeram no passado crescer a economia agrícola destas freguesias. Ao mesmo tempo, para melhor gerir as águas do Este, a Rainha mandou criar um sistema de canais de rega que permitiu que a generalidade dos lavradores tivessem água no período estival, apesar da considerável redução do caudal do rio. Naturalmente que deste tempo existem testemunhos efetivos como moinhos, azenhas, sistemas de rega, estruturas de serração a água e outros que, infelizmente, se encontram numa situação de degradação total.

Por sua vez, o curso retilíneo do Rio, já no século XX potenciou o aparecimento de pequenas praias fluviais nas freguesias acima referenciadas, ao mesmo tempo que foram criadas, no rio Este e no seu principal afluente o ribeiro de Febros áreas de pesca desportiva. Contudo, com o advento da poluição toda esta realidade se perdeu restando apenas o saudosismo da população.

Embora atualmente nas freguesias do concelho de Barcelos não existam muitos vestígios desta realidade, é nestas áreas onde se pode interpretar da melhor forma esta vivência, uma vez que as obras de remodelação da linha férrea para Braga apagaram algumas destas marcas. Por isso propõe-se, para o troço do Rio, do lugar do Pomarinho até ao lugar de Fontão, em Couto Cambeses ,

no lugar da Aldeia Nova em Viatodos e na totalidade do troço do rio em Minhotães, seja considerada como área de Interesse Turístico Relevante, uma vez que subsistem nestes troços elementos do contexto acima referenciado, para além de ser uma zona de inegável interesse paisagístico e ambiental com potencialidade para a definição de percursos pedestres interpretativos, prática banhar e atividades desportivas. Por outro lado linhas de atuação para o produto do Norte definidas no PENT 2013-2015, nas alínea i) da pagina 28 é também motivadora do proposto. Naturalmente que a despoluição do rio incrementa ainda mais esta realidade que urge potenciar, mas que só será possível através da despoluição completa do rio em parceria com os dos municípios de Vila de Nova Famalicão e Braga, como felizmente tem vindo a acontecer nos últimos 5 anos, com o desaparecimento dos principais focos de poluição.

O vale do Este é uma área de tradições etnográficas muito próprias, ainda hoje comprovadas pelo seu “trajar”. Por outro lado existem nestas freguesias recursos turísticos de elevado potencial, como o Escadório de Cambeses (realiza-se aqui uma das mais emblemáticas procissões de passos da arquidiocese de Braga); a Casa da Capela, a Casa do Carvalho e a Igreja paroquial em Viatodos (realiza-se nesta freguesia a uma das mais importantes festas populares do concelho de Barcelos - A festa da Isabelinha); O Santuário da Senhora da Saúde( realiza-se aqui uma das mais importante homenagem à Senhora da Saúde de toda a região Minhota), a Quinta de Fralães, a Campa dos Mouros, os Moinhos do Monte da Saia, no emblemático Monte da Saia em Monte Fralães; A Quinta da Torrente; o Pórtico da Igreja e a fantástica paisagem, da veiga do Este em Minhotães; a Casa de Assade e a Igreja Matriz em Grimancelos e a Casa da Lapa em Sequeade; entre muitos outros recursos monumentais, etnográficos e arqueológicos existentes nesta área que contribuem para o seu engrandecimento turístico a sul de Barcelos e inerentemente do produto turístico concelhio. Isto para além dos valores naturais em ressurgimento em face da despoluição do rio, nomeadamente ao nível da avifauna.

Este conjunto de potencialidades identificadas nas freguesias ribeirinhas ao Rio Este e área adjacente não pode deixar de ser tido em conta numa estratégia global de valorização dos recursos turísticos do concelho e deve fazer parte dos eixos e corredores patrimoniais a definir.

Em associação com o potencial indexado ao Monte da Saia e ao património existente este território é uma mais valia para a criação de experiências importantes no mundo rural, e para gerar valor em sede de Circuitos Turísticos, religiosos e culturais para o território barcelense.

#### *4.2.6. Pedestrianismo, animação ambiental, golfe e caminho de Santiago - Vocações estratégicas.*

Para além das potencialidades turísticas inerentes às zonas ribeirinhas mais importantes do concelho de Barcelos como é caso do Rio Cavado, Neiva e Este, existem outras dignas de registo pela sua valia ambiental e patrimonial, nomeadamente no Vale do Tamel, o Ribeiro dos Feitos (Património Molinológico e lagoas de Enxate), O Ribeiro de Mouriz (Património Molinológico), Ribeiro das Carvalheiras, Ribeiro do Sapogal, Ribeira das Pontes, Ribeiro do Eirôgo; Ribeira do Lombão; Ribeiro do Pedrinho; Ribeiro da Aldeia, entre muitos outros que proporcionam à paisagem cenários de rara

beleza e testemunham vivências do passado corporizadas especialmente na arquitetura, nas azenhas, nos moinhos, nos sistema de rega e outros. São, por isso, elementos a potenciar, inseridos dentro de uma política de valorização do património rural do concelho, através da criação de condições de fruição e interpretação dos seus melhores exemplares. Este facto seria uma mais valia para o reforço das experiências em turismo no espaço rural, na medida em que, alguns destes espaços, podem transformar-se em unidades deste tipo ou então servirem como vértices de elementos de animação a oferecer nos “*packages*” de turismo no espaço rural, como se referenciou anteriormente no item dedicado a este produto e à ruralidade.

O mesmo se passa com os locais de valor ambiental, nomeadamente com Montes panorâmicos e áreas florestais, uma vez que, para além do Monte da Franqueira e Monte do Facho, existem outros locais com potencialidades para a prática do Turismo de natureza e fruição ambiental, nomeadamente para a adoção de políticas de:

- Percursos pedestres e atividades de interpretação da natureza;
- Instalação de polos de observação de aves;
- Instalação de percursos de bicicleta e todo o terreno;
- Ecoturismo;
- Instalação de miradouros panorâmicos;
- Criação de centros de interpretação ambiental;
- Animação Turística Ambiental.
- paisagismo.
- Cinegética;

É muito importante que se considerem estas áreas em termos de planeamento na medida que são fundamentais para a criação de um produto de turismo de natureza forte no concelho. Esta realidade pode concretizar-se com a criação uma rede concelhia de percursos pedestres que permitam a ligação destes locais e, acima de tudo, promovam o conhecimento e ligação de elementos patrimoniais que de outra forma não podem ser fruídos e conhecidos, facto incontornável para a divulgação do património concelhio e para a preservação do mesmo, especialmente no que concerne ao vastíssimo património arqueológico existente em todo o concelho (ver carta arqueológica). Esta dificilmente terá outras utilizações turísticas que não a interpretação. Todavia, e dada a grande riqueza arqueológica do concelho, é perfeitamente viável a criação de rotas de cariz ambiental/cultural temáticas que promovam a valorização deste legado do passado e que passa incógnito em muitos locais. Contudo, para a concretização destas, é imperiosa a melhoria das acessibilidades a muitos destes locais e a promoção da sua visibilidade itinerária através da sinalização turística e marcação dos percursos pedestres no terreno. Estes percursos são também vetores fundamentais para dar visibilidade e leitura ao mundo rural, nomeadamente no que toca ao paisagismo e potencialidades ambientais existentes. Depois de marcados serão *instrumentos* importantes de leitura da realidade patrimonial e ambiental do concelho. O PENT recomenda categoricamente a criação de passeios a pé, cavalo como mais valias para o território.

Os grandes objetivos operacionais destas ações em termos de planeamento turístico seriam :

- a. Promover o pedestrianismo, como atividade desportiva não competitiva e de lazer ativo;
- b. Promover e preservar os caminhos antigos, históricos e tradicionais, promovendo o meio rural, as aldeias, o património construído e natural, a fauna, a flora, a cultura e a história, dar a conhecer os locais e as populações por onde passam, valorizando-as;
- c. Incentivar a adequação da oferta local em termos patrimoniais, culturais, artesanais, gastronómicos e outros, às exigências de uma procura turística crescente mais conhecedora e exigente (Promoção de experiências em Mundo Rural);
- d. Divulgar e promover turisticamente o concelho de Barcelos, apostando num tipo de turismo mais saudável e ecológico, nomeadamente apostando nos princípios inerentes ao turismo de natureza;
- e. Organizar o oferta turística ao nível da informação de apoio ao turista, nomeadamente através da edição de conteúdos e implantação de painéis informativos, onde constem os caminhos, assim como as infraestruturas turísticas de apoio – alojamento, restaurantes e animação;
- f. Potenciar o Turismo Natureza ;
- g. Desenvolver uma consciência ambiental na comunidade;
- h. Valorizar os acervos de património natural e arqueológico;
- i. Dar visibilidade ao património arqueológico, arquitetónico, etnográfico e cultural (Touring Cultural);
- j. Potenciar a fruição e interligação de acervos patrimoniais (complementariedade entre produtos);
- k. Posicionar Barcelos no contexto do Turismo Natureza e Pedestrianismo.
- l. Desenvolver atividades de Turismo Equestre e serviços conexos;
- m. Valorizar os Centros Equestres como polos de dinamização do mundo rural;

Por tudo isto, e fundamentalmente tendo em conta as tendências das sociedades atuais, é imperioso que se identifique o turismo como um garante do património histórico e arqueológico no futuro. Neste tipo de garantia não se cabimenta o turismo de massas nem a incapacidade de gestão dos bens culturais por parte das administrações do setor do turismo, nem da administração pública em geral, mas sim uma nova mentalidade onde a difusão dos valores do património e a aposta em favor de alternativas de usos turísticos sejam consideradas condições necessárias para a revalorização destes recursos e, acima de tudo, para potenciar o seu valor e apreço social. Em termos turísticos uma gestão que afirme o território no âmbito da estratégia do PENT para a região norte, nomeadamente nos itens ligados ao Turismo de Natureza e circuitos turísticos, religiosos e culturais.

**Quadro 05**

## Lista dos Roteiros Pedestres

<b>LOCAL DE PARTIDA</b>	<b>CHEGADA</b>	<b>FREGUESIAS</b>	<b>Distância Aprox.</b>	<b>Pontos de Interesse</b>
Gilmonde	Carvalho	Pereira Carvalho Gilmonde	8 Km	Castelo de Faria Convento dos Frades Calçada do Calvário
Feitos	Fragoso	Aldreu	14,5 Km	Centro dos Feitos (Menir) Tanque de Santa Isabel Convento de Aldreu
Couto	Cossourado	Panque Couto Cossourado	7,6 Km	Monte S. Simão (Povoado Castrejo - Vestígios)
Minhotães	Monte Fralães	Grimancelos Minhotães Monte Fralães	5 Km	Ruínas Moinhos de Vento Campa do Mouro Casa de Frales.
Chã de Arefe (Durrães) PR1 – BCL	Durrães	Durrães	7 Km	Mamoas Necrópole Idade do Bronze Caminho Castrejo Povoado Castrejo de Picoto dos Mouros Capela de Santo António
Alheira	Panque	Alheira Panque	6,8 Km	Solar do Pinheiro Capela N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> do Rosário Igreja de Alheira Moinho
Chavão	Silveiros	Monte Fralães Chavão Silveiras	6 Km	Penedo dos Mouros Moinhos de Vento Campa dos Mouros Fonte da Pedadinha Igreja e Quinta de Fralães
Bastuço S. João	Martim	Bastuço S. João Martim	6,5 Km	Capela de S. Silvestre Alto Monte de Airó
Macieira de Rates	Balugães	Macieira de Rates Courel; Pedra Furada Gois; Pereira Carvalho Barcelinhos Barcelos Vila Boa /Abade de Neiva Lijó/ Tamel (S.Pedro Fins) Aborim Aguiar Balugães	GR11 – E9	Vasto património Monumental do concelho; paisagem e património natural  Caminho de Santiago – Barcelos.

*Rotas pedestres indicativas.*

Para a concretização destes roteiros, é imperiosa a participação das populações em geral. Só a consciencialização global da sociedade pode levar a um processo integrado de conservação e mudança de mentalidade. É também importante que se definam e se organizem as atividades suscetíveis de serem realizadas nestes espaços, sem que adultere o equilíbrio ambiental e social existente dentro e na envolvente destes percursos.

Este objetivo não é só direcionado para os locais, acima indicados, mas para a totalidade dos espaços com características naturais relevantes. Todavia, a grande abundância de zonas verdes e áreas florestais no concelho de Barcelos leva a que se defina uma estratégia integrada para planear e gerir estes espaços dada a grande valia que os mesmos possuem como potenciais espaços de fruição turística.

Naturalmente, que a prática de atividades relacionadas com animação ambiental, a interpretação ambiental e patrimonial e o pedestrianismo são possibilidades a ter em conta nestes espaços. A realização e definição de percursos para desportos, como o todo o terreno, o BTT e outros, são possibilidades que devem ser equacionados, desde que não promovam a desvirtuação do meio. A interpretação pode também ser um vetor importante a considerar no desenvolvimento do Turismo de Natureza, através do aproveitamento de áreas praticamente virgens, em termos de exploração turística, como são bom exemplo as Lagoas de Enxate entre Feitos e Vila Cova.

Outra questão importante prende-se com a necessidade de criar espaços de lazer, junto às estradas nacionais, inseridos dentro destas áreas verdes, de forma a inibir a poluição ambiental e a degradação do meio. Esta questão é especialmente aplicável para a estrada nacional n.º 103 que liga Barcelos a Viana do Castelo e atravessa a mancha florestal que se estende pelas freguesias de Vilar do Monte, Feitos, Vila Cova e Palme. Na época estival esta é uma área de grande tráfego, fruto da circulação do público citadino para o litoral. Este tipo de público, geralmente em práticas de “lazer,” busca, na maioria dos casos, espaços para confraternização nas bermas das vias de circulação em plena área florestal, promovendo muitas vezes a degradação e poluição do meio. Desta forma e para que estas práticas sejam sustentáveis, é importante que se definam espaços próprios para o efeito com todas as infraestruturas necessárias para inibir a degradação do meio .

No que toca a infraestruturas de apoio, temos aqui que fazer uma referência particular aos Caminhos de Santiago de Compostela e a necessidade da criação de abrigos para peregrinos. Esta referência surge na sequência do facto de, Barcelos desde a Idade Média ser um lugar obrigatório de passagem para quem, dos lados do Porto, se dirigia a Compostela. Os peregrinos serviam-se da rede viária existente, medieval, e muitas vezes de origem romana para trilharem caminho até Santiago, procurando os caminhos melhores, mais curtos e seguros para o efeito. Por isso, caminhar a Santiago pelos Caminhos do Entre-Douro-e-Minho significava aproveitar uma boa parte do antigo sistema viário romano, sobretudo a velha Via XIX que ligava a Galiza a Braga, por Tui e Ponte de Lima, e outras, como a que unia Barcelos a Ponte de Lima, pela Portela da Facha ou desde Braga,

pela Ponte de Anhel e pela Ponte da Caridade (Cossourado), descia ao Lima pela Portela de Susã, atravessando a Serra d'Arga até chegar ao Rio Minho.

Ao nível do concelho os caminhos mais importantes foram :

**a) Caminho Central.**

- Rates – Courel - Pedra Furada – Pereira – Barcelinhos
- Rates – Barqueiros – Barca do Lago – Palme - Fragoso

**b) Caminho de Braga:**

- Manhente – Galegos – Roriz – Alheira (Ponte de Anhel) – Viana
- Igreja Nova - Cossourado (Ponte da Caridade) – Balugães – Viana

**c) Caminho de ponte**

- Barcelos – Abade de Neiva – Vila Boa – Lijó – Tamel S. Fins – Aborim – Aguiar - Ponte das Tábuas - Balugães – Ponte de Lima

**d) Caminho da Rainha Santa Isabel ou do Norte;**

Barcelos – Abade de Neiva – Feitos – Monte S. Gonçalo – Fragoso

**e) Caminho da Costa**

Rates - Barqueiros – Fonte Nova.

A estrutura urbana da cidade de Barcelos constitui ela própria uma confluência de caminhos, atravessando o Cávado pela Ponte Medieval ou antes, a pé, junto à Fonte de Baixo, passando pelo Largo do Apoio. Existia um abrigo de peregrinos, onde está o edifício dos Paços do Concelho. O Cruzeiro do Galo (no Museu Arqueológico), proveniente de Barcelinhos, representa o Milagre de S. Tiago inocentando um réu injustamente condenado à força.

Foi este o contexto que promoveu a definição do percurso pedestre GR11-E9, referenciado anteriormente, que de ano para ano tem aumentado a sua frequência e nível de importância na estreita relação com o desenvolvimento dos Caminhos de Santiago de Compostela em toda a Europa.

De referir que o número de pessoas que anualmente fazem o caminho por Barcelos tem aumentado de forma significativa desde 1999, por isso urge capitalizar este fluxo no contexto da estratégia turística concelhia, nomeadamente no contexto do mundo rural ( em 1999 registavam-se dezenas de peregrinos, hoje falamos em milhares). Todavia, este aumento do número de peregrinos, neste percurso, levou a uma forte melhoria na criação de infraestruturas de apoio aos peregrinos, registando-se neste momento 4 estruturas de apoio sob a forma de albergues( conforme alínea a) do ponto 2) do artigo 2º do Dec. Lei nº 39/2008 de 7 de Março, alterado pelos Decretos lei nº228/2009 de 14 de Setembro e 15/2014 de 13 de Janeiro) . O concelho apresenta uma das melhores redes de estruturas e serviços de apoio aos peregrinos, e está referenciado na literatura internacional sobre esta peregrinação como um espaço central e com cultura de caminho.

Nos últimos anos a frequência do Caminho tem crescido de forma evidente, ao mesmo tempo que as estruturas de apoio têm, também, uma expressão cada vez maior. Este movimento tem promovido alterações sociais e económicas importantes nas localidades e potenciado a economia local de

lugares e aldeias. Os Peregrinos são homens e mulheres que procuram a grande experiência das suas vidas. Esta nova realidade levou a que as entidades responsáveis encetassem ações de melhoria de caminhos, estradas e promovessem diligências junto das entidades nacionais para a melhoria da sinalização. São exemplos a melhoria dos caminhos rurais em Courel e Aborim; a colocação de sinalização de trânsito na E.N. 306, E.N. 204 e E.N. 308 para proteção dos peregrinos; a criação de espaços de apoio para peregrinos em Balugães; o arranjo da Igreja Românica de S. Martinho; o arranjo e criação de zona de descanso na igreja de Aborim; o arranjo urbanístico junto à capela da Portela, criação das hortas biológicas no albergue da Recoleta, entre outras. A colocação do passeio na E.N. 306 em Pedra Furada, a ratificação oficial do Caminho e a criação de alternativas visam a segurança dos peregrinos sem perda da identidade histórica e cultural. Também de assinalar a colocação de sinalética, ao nível da qualidade da água, em todas as fontes e fontanários do caminho. Naturalmente que a regeneração urbana que se assiste em Barcelinhos e Barcelos é também relevante, na medida que estão a surgir negócios dedicados essencialmente aos estabelecimentos de restauração e produtos locais (isto para além do investimento num albergue municipal). O território está a adaptar-se em termos sociais e estruturais ao caminho e aos milhares que fruem esta peregrinação.

237 Mil peregrinos chegaram a Santiago entre Janeiro e Setembro de 2014, segundo os dados da Oficina do Peregrinos, número que atesta a importância que este fluxo tem para a economia Ibérica. O Caminho Português, segundo mais importante, representa 15% desse valor ou seja 35000 peregrinos. Em Barcelos, tendo por base os dados fornecidos pelos atores passaram perto de 15 mil peregrinos no presente ano, tendo dormido cerca de 85 % destes nas estruturas de apoio existentes e empreendimentos turísticos do concelho, o que mostra da importância deste fluxo para a promoção do território, como um espaço organizado, apelativo e de experiências por forma a cativar, estes peregrinos a voltarem como turistas.

#### Quadro 06

##### Quadro síntese da frequência do Caminho Português a Santiago

Numero de Peregrinos registados na Oficina do Peregrino em Santiago de Compostela					
Caminhos	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Caminho Português</b>	34 147	22 062	25 628	29 550	35 491
<b>Caminho Francês</b>	189 212	132 652	134 979	151 761	161 994
<b>Total de Peregrinos chegados a Santiago de Compostela</b>	272 135	183 366	192 488	215 880	237 886

Fonte: Oficina do Peregrino



Adiante trataremos deste item ao nível do seu posicionamento no Turismo Religioso (e no quadro da referência do PENT). A estratégia de desenvolvimento não pode alhear-se a este potencial em desenvolvimento que marcará o território nortenho nas próximas décadas em paralelo com o sucedido no caminho francês na vizinha Espanha.

Voltando à temática central deste ponto, e sem prejuízo do exposto, identificado como fator de produto estratégicos, apresentam-se algumas áreas de Interesse Turístico para a prática das atividades referenciadas e com potencial para constarem na carta turística do concelho, como espaços elegíveis para a exploração turística em registos idênticos ao definido para o Turismo de Natureza. Para a potenciação destas em termos turísticos, deve o poder local apoiar a isenção de taxas aplicáveis a eventuais empreendimentos e/estruturas de animação que desenvolvam atividades equiparadas, e cumpram os requisitos, às definidas nos artigos 3º e 4º do artigo 3º do Decreto Lei n.º 18/99 de 27 de Agosto alterado pelo decreto regulamentar 17/2003 de 10 de Outubro para as áreas protegidas, desde que as entidades promotoras possuam alvará para funcionar como empresa de animação ou operador marítimo-turísticos, conforme legislação em vigor, cumprindo deste modo o preceituado no PENT, e aqui já referenciado, ao nível da capacitação das empresas.

**Quadro 07****Áreas de Interesse Ambiental e Turístico**

<b>Nome</b>	<b>Freguesias</b>	<b>Caracterização Breve</b>	<b>Class.</b>
Monte d'Assaia	Monte Frãlaes, Grimancelos, Silveiros, Chorente, Viatodos e Chavão	Zona florestal.; Património Arqueológico. Património Molinológico. Potencial para pedestrianismo e .	AITR (C.2.)
Serra de Airó	Airó, Sequeade, Moure, Encourados, Adães, Bastuço S. João e Stº Estevão e Martim	Zona Florestal com potencial para o pedestrianismo e actividades de desporto de todo o terreno. Potencial para cinegética .	AITR (C.2.)
Área Florestal compreendida entre o Monte do Penedo do Ladrão, Monte de S.Gonçalo, Alto das Lajes; Alto de Vertamil até Chã de Arefe	Vila Cova, Feitos, Vilar do Monte, Creixomil, Palme, Quintiães, Tamel Stª Leocádia, Tamel S. Pedro Fins, Fragoso, Durrães, Aguiar, Aborim e Carapeços.	Zona Florestal com potencial para o pedestrianismo e actividades de desporto de todo o terreno. Património arqueológico e património molinológico. Potencialidades para a Cinegética; Lagoas de Enxate Miradouro de S.Gonçalo	AITR (C.2.)
Serra de Lousado, Montes de Alheira, Picoto, Pegudo, Vale de Fonte Grande, Penices, Alto das Penas Juntas	Alheira, Couto, Cossourado, Igreja Nova	Zona Florestal com potencial para a pratica de actividades de animação ambiental	AITR (C.2.)
Monte de Abelheira	Courel, Paradela e Vilar de Figos.	Zona Florestal	AITR (C.2.)
Monte de Maio	Remelhe, Rio Covo Stª Eulália, Gamil, Silveiros e Carvalhos.	Zona Florestal	AITR (C.2.)
Lagoa Negra	Barqueiros	Lago e área adjacente	AITR

Em termos turísticos o conjunto dos espaços, acima referenciados é constituído por áreas sem qualquer tipo de exploração e que podem ser aproveitados integrando-se assim nos “Corredores Verdes e Patrimoniais no concelho de Barcelos”. Importa fundamentalmente “abrir” estes espaços para a fruição turística ambiental e patrimonial com respeito pelas populações locais e zelando pelo seu equilíbrio ambiental.

Ainda dentro das atividades turísticas diretamente relacionadas com a ambiente, este documento não poderia deixar de referenciar as potencialidades natas do concelho, para a instalação de um campo de Golfe, facto que redimensionaria por completo a realidade da oferta turística do concelho de Barcelos, assim como potenciar uma rede, ou melhor um produto de “Golfe” nesta região a Norte do Porto, com a integração num mesmo Package dos campos de Golfe da Estela (Povoa de Varzim),

Campo de Golfe de Ponte de Lima, Quinta da Barca(Esposende) e uma outra infraestrutura deste tipo em Barcelos. De notar que o PENT considera este produto como complementar para a região em complemento à oferta e produtos primários. Sabendo-se que a sazonalidade é um dos problemas centrais da região, este argumento teria um efeito atenuador importante. Naturalmente que esta situação redimensionaria por completo a realidade turística de toda esta região trará vantagens de natureza competitiva e comparativa para o produto turístico desta região e deste concelho em especial. Este tipo de empreendimento funciona naturalmente como uma âncora para o desenvolvimento turístico de uma dada região e/ou espaço, todavia a sua localização deve obedecer a alguns critérios nomeadamente: o ficar fora dos grandes aglomerados urbanos, inserido em meio calmo e com tranquilidade perto e/ou inseridos junto de áreas de grande valor ambiental relativamente perto de eixos de grande circulação de forma a potenciar as acessibilidades.

Este objetivo vai de encontro ao descrito no PENT 2013-2015 para a região norte, quando afirma que é necessário estruturar a oferta de modo a conseguir complementar a oferta principal, conforme proposta deste documento.

Estes locais aparecem, em algumas freguesias, das quais destacamos pela suas condições de acessibilidade e ambiência de elevado valor paisagístico , muito equiparada aos seus congéneres de Esposende e Ponte de Lima:

### **Quadro 08**

Quadro indicativo com espaços de vocação estratégica para o Golfe

<b>Freguesia</b>	<b>Lugar</b>	<b>Caracterização Breve</b>	<b>Class.</b>
Goios	Outeiro	Área de fácil acesso, com condições ambientais apropriadas para o efeito e condições de água aconselháveis para este tipo de infraestrutura. Património paisagístico e envolvente natural de elevado valor.	AITR (C.2)
Manhente	Igreja e Penedo	Área de dimensão interessante que cumpre grande parte dos requisitos para a instalação de um campo de golfe. Este facto é ainda reforçado pelo facto de ser uma zona ribeirinha na qual podem ser equacionadas outras infraestruturas de lazer e de fruição fluvial.	AITR (C.2)

Estas localizações potenciam o desenvolvimento dos espaços rurais, em volta destas áreas, e promove a desconcentração das infraestruturas turísticas para fora do perímetro urbano, facto que naturalmente abre possibilidades de desenvolvimento rural, uma vez que este tipo de infraestrutura tem um cariz redutor e estratégico ao nível do efeito multiplicador do turismo. De notar que para além

destas podem ser identificados outros espaços com potencial neste registo, que podem e devem ser considerados desde que respeitem a capacidade de carga do espaço em questão.

#### 4.2.7. Estradas Verdes – Linhas de leitura do território.

Identificados os locais patrimoniais e de valia ambiental importa, posteriormente, implementar o conceito de *Estrada Verde* (fundamentado na 14ª Medida estratégica da Resolução do Concelho de Ministros 97/2003 de 01.08 e estratégia e linhas de atuação para o produto do Norte definidas no PENT 2013-2015, nos alíneas i) e v) da página 28 e 29 são também motivadoras do proposto.), que tem por objetivo elaborar um mapa das estradas verdes fora dos grandes eixos rodoviários que privilegiará o património histórico, arquitetónico, natural e paisagístico inventariado no âmbito do PDM. De acordo com os trabalhos já elaborados avançamos com os seguintes itinerários como potenciais elementos deste conceito.

#### Quadro 09

##### Estrutura Itinerária

<i>Estrada(s)</i>	<i>Localidade</i>	<i>Recursos em transito.</i>
Nac. 103	Vilar do Monte – Vila Cova	Área florestal com descansos.
CM 1038; E.M. 544 –2 E.M. 544 – 3.	Palme- Mereces- Perelhal	Área Florestal, paisagens Panorâmicas, Património Arqueológico e Rural, paisagem. Área de grande interesse paisagístico.
E.M 544-1; E.M. 544	Perelhal –Creixomil - Vilar do Monte – Tamel Stª Leocádia.	Área Florestal e Património Rural Campa do Mouro
C.V. 2053; C.M.1056; E.N. 306; (+ cm 1055 – CV 2052) E.M. 547-2; E.M 547	Galegos (Eirogo) –Roriz - Alheira(Monte de S.Lourenço) – Igreja Nova- - Panque - Cossourado	Áreas Florestais; património diverso e áreas ribeirinhas.
Nac. 204; E.N. 308	Barcelos – Balugães - Durrães	Áreas Florestais, Património Monumental, Património Arqueológico e paisagem.
E.M. 549;C.M 1041;CV2063; E.M 546; E.N. 305.	Aborim-Quintiães-Durraes-Tregosa- Fragoso - Aldreu e Palme-	Áreas Florestais, paisagem, Património Molinológico e Património Monumental
E.N. 306-1; C.M. 1102; E.M 505-1; EM 504 E/ EM 553; CM 1121; EM 553; CM 1117.	Barqueiros- Cristelo-Paradela- , Vilar de Figos, Courel , Pedra Furada, Remelhe;Goios, Carvalhos, Silveiros.	Áreas Florestais, paisagem, Património Monumental e rural.
E.,M. 555; C.M. 1111; CV 2039; E.N. 306;	Barcelos – Franqueira - Barcelos	Áreas florestais, património monumental e arqueológico. Miradouro.
E.204; EM 561; CM 1085; CM 1085 E/OU CM 1085-2; E.M 562-2.	Barcelos – Várzea – Moure – Sequeade – Bastuço S.João e Stª Estevão; Cambeses e Fonte Coberta.	paisagem, Património Monumental e miradouro.
E.M 570; EM 505-3; EM 1050; E.N. 306; CM 1126; E.M 505.	Viatodos – Grimancelos – Chavão – Negreiros- Macieira – Gual – Chorente – Carvalhos – Remelhe – Alvelos - Barcelinhos	paisagem, Património Museológico, património monumental e arqueológico.
E.M. 541-2; C.M. 1057; E.M. 541	Lama; Oliveira; Igreja Nova ( + R3)	

*Vide carta ambiental e arqueológica do concelho*

A implementação do conceito “Estrada Verde” no concelho de Barcelos, como em qualquer outro, só será possível depois de efetuada a Sinalização turística das estradas Nacionais e, especialmente, das estradas municipais, de forma a dar visibilidade aos recursos turísticos existentes em todo o concelho de Barcelos, com especial ênfase para aqueles que estão fora dos circuitos normais de circulação. Estes precisam de maior argumentos de visibilidade, para o efeito a sinalização turística apresenta-se como uma ação estratégica. Ao conferir visibilidade a estes recursos implementa-se também a pressão para a conservação e valorização dos mesmos, nomeadamente no que concerne ao património arqueológico, monumental e natural. Estas ações são estratégicas para a afirmação do território no âmbito dos Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais na região norte e para cada vez maior diversificação dos touring ao território, aproveitando os argumentos patrimoniais e paisagísticos existentes.

A sinalização turística é sem duvida um dos maiores problemas da organização do produto turístico local. Infelizmente, e apesar de existirem inúmeros recursos turísticos sejam eles primários, secundários, complementares ou integrados, a sinalização dos mesmos ainda tem carências importantes. Este documento visa alertar para essa realidade e ir de encontro ao plasmado no PENT nesse registo de forma a “Assegurar um eficaz sistema de sinalização das principais atrações e manter uma boa rede de informação ao turista.”

Se atendermos ao facto de um qualquer produto turístico se caracterizar por 3 elementos fundamentais: Recursos, Equipamentos e Acessibilidades, desde logo se depreende que este último elemento é vital para a fruição dos anteriores e só poderá ser conseguido na íntegra se existir a dita sinalização turística. Esta é fundamental para a consolidação de qualquer destino turístico, uma vez que é um elemento que transmite ao visitante uma imagem de organização e, acima de tudo, de oferta integrada. De outra forma de que vale promover roteiros culturais e ambientais e editar esses mesmos elementos, os quais por mais qualidade que efetivamente possuam dificilmente se conseguirão operacionalizar no terreno dado não existirem elementos sinalizadores e orientadores dos mesmos.

A não existência desta sinalização leva a que se tenha uma imagem de descoordenação do produto turístico que em nada beneficia o turismo, nem tão pouco a valorização de elementos e recursos fundamentais. É elementar que se possua a noção que “*em turismo aquilo que não é conhecido não existe*”. A sinalização turística é um caminho para dar visibilidade aos mais diversos locais de modo a tornarem-se fruíveis não só pelos turistas como pela população em geral, ajudando mesmo a eliminar desconhecimentos gritantes por parte dos residentes.

#### *4.2.8. Incentivos diretos à promoção da Animação ambiental sustentada no território.*

Em adenda às propostas plasmadas nos pontos 4.2; 4.2.1; 4.2.3; 4.2.4; 4.2.5. e 4.2.6, deste documento tendentes à valorização turística das áreas em questão, e independente da classificação

sugerida para cada uma das áreas, define-se a isenção de taxas aplicáveis a, eventuais investimentos, em empreendimentos de animação que desenvolvam atividades equiparadas, e cumpram os requisitos, às definidas nos artigos 3º e 4º do Decreto Lei n.º 18/99 de 27 de Agosto alterado pelo Decreto Regulamentar 17/2003 de 10 de Outubro, para as áreas protegidas, desde que as entidades promotoras sejam entidades devidamente habilitadas para ao efeito ao abrigo do regime jurídico em questão. Este incentivo deve ser elegível em áreas afetas à Reserva Ecológica e Agrícola desde que a filosofia dos mesmos não desvirtue em termos paisagísticos ou afete o equilíbrio que sustenta a definição daquelas áreas. Esta situação pode ser cumprida através da edificação de estruturas que não tenham carácter definitivo.

Em termos estratégicos este incentivo é fundamental para potenciar o investimento nos locais e áreas identificadas neste documento de grande potencial turístico. Todavia deve ser aplicado dentro de uma política de sustentabilidade de forma a não promover a desvirtuação dos locais referenciados através da violação da capacidade de carga . Urge neste âmbito fazer em todos os casos uma avaliação de impactos ambientais e de análise da capacidade de carga do local, a todos os níveis, para sustentar o incentivo acima referido. A violação de fatores ambientais e ou a existência de fatores que ponham em risco a capacidade de carga, ambiental e social, do espaço deve promover a avaliação do empreendimento, segundo, as regras usuais tramitadas para estas situações e, como, tal fora do âmbito proposto.

Esta política reforça a estratégia de valorização do espaço rural para fins turísticos e confere ao concelho mais argumentos e vantagens, competitivas e comparativas para a captação e potenciação de investimentos para o setor do turismo, nomeadamente, na área da animação ambiental e Turismo de Natureza. Esta situação é crucial, na medida que o concelho de Barcelos possui, como está plasmado neste documento, vocação natural para este tipo de animação.

O proposto neste relatório vai de encontro ao plasmado no PENT 2013-2015 e ao definido pela entidade de Turismo do Porto e Norte para este produto que consideram que precisa de desenvolver infraestruturas serviços especializados, diversificar experiências de turismo rural, elaborar conteúdos e disponibilizá-los nos canais apropriados, lançar os passeios a pé, de bicicleta ou de cavalo - no caso do Turismo Equestre é necessário desenvolver serviços relacionados com a cultura do cavalo e a sua oferta ao mercado, conforme propõe este documento neste e noutros pontos já referenciados, para além de enquadrar na plenitude no item relativo à capacitação das empresas descrito no ponto 5 daquele documento estratégico “o apoio ao empreendedorismo no contexto do desenvolvimento de atividades de animação turística assume particular importância, por se traduzir em serviços que acrescentam valor à oferta, enriquecendo a experiência do turista e aumentando a sua permanência média.

#### *4.3. Turismo de Saúde, um produto a potenciar.*

As termas é um recurso compósito, pois os fatores curativos deixaram de ser os únicos a fundamentar o Turismo de Saúde. Embora os recursos naturais sejam os mesmos, abrange também atividades físicas, desportivas e de lazer, bem como os fatores de atividades complementares que contribuem para o bem estar. Este constitui a mais antiga forma de oferta turística, já observada nos tempos do império romano.

Qualificar e classificar a oferta de turismo de saúde, com vista ao desenvolvimento e crescimento deste produto de relevância estratégica para Portugal, nas componentes médica, termalismo, spa (...), estimulando a estruturação e a promoção conjunta das valências médica e turística e para o Plano Estratégico Nacional de Turismo uma necessidade prioritária neste registo.

Atentas as estas realidades, diversas autarquias têm vindo, nos últimos anos, a fazer esforços de investimento no sentido de implementar e revitalizar este tipo de Turismo que se enquadra perfeitamente nas novas tendências do turismo mundial e, acima de tudo, aparece como um forma magnífica de fuga à intensidade da vida dos dias de hoje e, ainda, como forma de reação a algumas maleitas típicas da sociedade atual.

Ao nível do Turismo de Saúde, segundo a PENT 2013-15 é necessário requalificar zonas envolventes, desenvolver serviços especializados, elaborar conteúdos para os canais internos e externos e reposicionar o produto Termas no mercado. Estas ações são fundamentais para o desenvolvimento regional uma vez que o Turismo Saúde é um forte meio de difusão da imagem de um concelho e um impulsionador de desenvolvimento das localidades. A provar esta situação aparecem as Termas de Caldelas e Geres, atores principais do desenvolvimento e notoriedade de cada uma destas localidades.

Também a proposta do Plano PROT-Norte, elaborada em 2009, estrutura este produto como ação estratégica a valorização da envolvente ambiental e de lazer das estâncias termais, como aqui se propõe.

Uma estação termal, situada na periferia de uma cidade como Barcelos, seria não só uma oportunidade para atrair uma série de visitantes, mas também uma mais valia para os habitantes do concelho e zonas limítrofes que poderiam assim usufruir deste tipo de equipamento. Aplicando-se aqui o princípio que antes da atividade turística urge a tomada de posição na melhoria dos locais de lazer para a população local. De notar que o PENT identifica com fator de competitividade os abundantes recursos termais e de grande riqueza hidrogeológica, sobretudo no Norte e Centro.

Recorde-se os princípios subjacentes à zona de turismo do Eirogo no primeiro quartel do século passado.

A situação privilegiada das Termas do Eirôgo, em termos geográficos, é reforçada pelo seu enquadramento paisagístico envolvente. Mais poderia servir também como complemento aos empreendimentos turísticos do concelho e funcionar como uma mais valia, devido ao facto de não existirem no Baixo - Cávado estabelecimentos deste género. Estes fatores reforçam o potencial das termas do Eirôgo e a necessidade do seu aproveitamento enquanto recursos estratégico para o turismo local. Por outro lado a posição central do Concelho e a facilidade de acesso ao mesmo são fatores que podem vir a capitalizar, por parte desta infraestruturas, uma vantagem comparativa.

A valorização deste produto justifica-se devido a um conjunto de fatores fundamentais dos quais se destacam:

- O facto do Turismo de Saúde para este território poder ser considerado um produto emergente;
- A proximidade à cidade (localização e acessos facilitados);
- Vontade de uma reformulação e modernização dos equipamentos existentes;
- Novas tendências de mercado;
- Necessidade de novas apostas e experiência ao nível do Bem estar, conforme referencia do PENT;
- Necessidade de recuperar uma infraestrutura vital para o desenvolvimento concelhio.
- A Sociedade do Lazer / preocupações com o bem estar-físico e saúde;

Perante este cenário urge a recuperação e dinamização das Termas do Eirôgo, através da criação de uma nova infraestrutura capaz de se adaptar aos novos padrões de procura instalados no mercado e aos pressupostos definidos no PENT 2013-15 para este produto. De considerar também a proximidade deste local à cidade, o que poderia criar um fluxo de desenvolvimento mais acentuado no perímetro de 5 km e, ainda o facto, de estas se situarem no sopé do Monte do Facho, área para a qual este documento dá indicações de desenvolvimento, que inclusivamente poderia servir de complemento à atividades termal, potenciando a complementaridade entre os produtos de *Turismo de Saúde, Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais e Turismo de Natureza*.

Alguns destes argumentos juntamente com as qualidades minero-medicinais das águas destas termas fundamentaram a criação da zona de Turismo do Eirôgo decretada pela Portaria nº 2687 de 16 de Agosto de 1921. Por outro lado, o facto de estar no epicentro da região olárica do concelho, aqui também classificada como de interesse turístico, potencia mais margem de desenvolvimento do pequeno comercio. Esta realidade introduziria mais um impulso de desenvolvimento económico a esta região e ás suas artes e ofícios tradicionais, nomeadamente das produções certificadas da Olaria e Figurado, bem como ao desenvolvimento do turismo de experiencias ligadas ao barro que se encontra em franco desenvolvimento neste território.

Desta forma, com o desenvolver do relatório, interligam-se as diversas propostas com um só objetivo o desenvolvimento turístico do concelho de Barcelos, potenciando os recursos existentes, perfilando-



se os produtos de Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais, Turismo de Natureza e gastronomia e Vinhos com argumentos centrais deste território, no cruzamento com as diretrizes constantes no PENT 2013-15. Sem prejuízo do exposto, e do disposto no PENT os produtos Golfe e Turismo Náutico podem também ter um papel importante na afirmação do território.

As Termas do Eirôgo situam-se, como foi já dito, no sopé do Monte do Facho (vertente Norte), nas designadas vulgarmente por “*Terras de Eirogo*” uma região de grande riqueza natural, sem ventos, nem nevoeiros e com temperaturas muito agradáveis durante quase todo o ano. As termas são circundadas por uma enorme quinta com (+/- 3 hectares), com pinhal e zonas verdes, para além do próprio edifício que se enquadra perfeitamente nesta envolvência natural de rara beleza. Este cenário propicia condições excecionais para o relaxe e descanso daqueles que vivem na selva urbana do dia a dia. As águas minero medicinais são consideradas, desde o século XVIII, umas das mais indicadas ao nível nacional para o tratamento de infeções respiratórias, dermatológicas e reumáticas. Estas águas são sulfuradas, cloretadas, bicarbonatadas, sódicas e fluoretadas, apresentando um potencial curativo, acima da média, em termos de hidro e fisioterapia que urge ser aproveitado.

O objetivo imediato da valorização destes recursos estratégicos, prende-se com a necessidade de recolocar Barcelos no mapa do turismo de saúde e promover a recuperação de uma estrutura e equipamento referência como são as termas em questão. Naturalmente que esta situação implicaria a reconversão e modernização da infraestrutura existente em termos de empreendimento turístico (a seguir esta via) e do próprio balneário.

O aproveitamento do contexto ambiental e patrimonial deste local pode apresentar-se como uma mais valia no futuro no quadro de eventual projeto de reconversão/modernização no âmbito do quadro comunitário de apoio 2014-2020, na medida que o PENT lança diretrizes clara no domínio da reclassificação da oferta em detrimento do aparecimento de novos empreendimentos.

O quadro seguinte mostra a evolução no numero de dormidas verificadas nos estabelecimentos de termalismo clássico, por Nuts II de 2003 a 2012, o que nos permite ter um quadro da evolução do setor. Este, apesar de registar variações, apresenta estes estabelecimentos como motores do desenvolvimento de inúmeras localidades. Naturalmente que a recuperação das Termas do Eirogo, persegue naturalmente este objetivo de dinamização local, ainda que concertada com outros produtos e propostas plasmados neste documento.

## Quadro 10

## Número de Inscrições nos Estabelecimentos de Termalismo Clássico, por Nuts II

Portugal | Número de Inscrições nos Estabelecimentos de Termalismo Clássico, por NUTS II

Estabelecimentos Termais	Anos									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Norte</b>	<b>66.310</b>	<b>68.288</b>	<b>65.099</b>	<b>60.383</b>	<b>60.778</b>	<b>57.738</b>	<b>52.854</b>	<b>56.163</b>	<b>45.365</b>	<b>38.476</b>
Caldas da Felgueira	5.706	5.466	5.126	4.877	4.374	4.511	3.533	3.280	2.723	2.572
Caldas da Saúde	1.799	1.712	1.612	1.614	1.743	1.326	1.317	1.499	1.148	1.025
Caldas das Taipas	624	515	595	426	377	373	371	516	506	407
Caldas de Aregos	746	791	898	926	810	604	713	866	755	742
Caldas de Carlião	369	293	254	224	206	216	185	229	176	149
Caldas de Chaves	5.756	6.263	5.551	6.546	6.491	6.374	6.389	6.546	4.121	3.823
Caldas de S. Jorge	3.315	3.650	4.007	3.669	3.718	3.655	3.283	3.219	2.804	2.618
Caldas de Sangemil	x	1.414	1.251	1.234	1.181	1.214	1.020	1.185	841	785
Caldas Santas de Carvalhos	19	29	43	32	25	21	23	x	9	10
Termas da Curia	3.545	3.165	2.786	2.626	2.497	2.057	2.128	1.807	1.579	1.360
Termas da Moimenta a)	-	-	-	-	-	-	-	-	294	106
Termas de Alcafache	3.182	3.587	4.637	4.746	5.190	4.723	2.843	2.757	2.249	1.710
Termas de Caldas de Monção	932	892	x	x	n.d.	312	428	414	506	392
Termas de Caldelas	3.869	4.069	3.885	3.454	4.431	3.811	3.804	3.484	2.584	2.185
Termas de Entre-os-Rios	1.650	1.738	1.501	1.352	1.328	1.063	742	748	525	514
Termas de Longroiva (a)	-	-	-	-	960	1.004	1.151	936	988	906
Termas de Pedras Salgadas	181	136	106	x	x	E	E	23	42	50
Termas de S. Pedro do Sul	25.011	25.237	23.375	19.281	18.135	17.017	16.650	19.523	16.351	13.117
Termas de S. Vicente (a)	-	-	-	-	-	1.258	1.103	1.470	1.414	1.232
Termas de Vale da Mó	98	143	139	130	125	124	125	104	106	73
Termas de Vidago	550	448	370	323	x	E	E	28	37	79
Termas do Carvalhal	2.672	2.752	3.054	3.501	4.092	3.456	3.625	3.770	2.267	1.512
Termas do Gerês	4.678	4.481	4.468	4.167	3.873	3.443	3.265	3.080	2.756	2.499
Termas do Luso	1.608	1.507	1.441	1.255	1.222	1.176	156	679	584	610
<b>Sub-total</b>	<b>71.605</b>	<b>72.519</b>	<b>69.316</b>	<b>64.424</b>	<b>64.176</b>	<b>60.445</b>	<b>54.867</b>	<b>56.163</b>	<b>45.071</b>	<b>38.370</b>
<b>Centro</b>	<b>13.187</b>	<b>11.908</b>	<b>11.380</b>	<b>11.106</b>	<b>11.161</b>	<b>10.277</b>	<b>10.542</b>	<b>13.285</b>	<b>8.917</b>	<b>7.360</b>
Caldas da Cavaca (a)	-	-	-	-	-	421	817	797	652	585
Caldas da Rainha (Hotel termal)	1.482	693	1.408	1.755	1.701	1.683	1.035	1.632	1.488	506
Caldas de Manteigas	1.624	1.531	1.248	1.065	1.098	1.115	1.014	1.026	852	633
Termas de Caldas do Cró	564	509	603	500	590	574	678	636	1.101	1.111
Termas de Ladeira de Evendos	803	828	650	589	529	553	486	444	193	280
Termas de Monfortinho	3.026	2.701	2.942	2.916	2.740	2.358	4.061	4.716	1.365	1.168
Termas de Monte Real	4.216	3.847	3.736	3.175	2.689	2.345	833	2.238	1.710	1.725
Termas de Unhais da Serra	480	413	x	x	348	x	509	830	669	591
Termas do Viveiro	576	822	243	509	625	637	530	348	296	263
Termas-Fonte Santa de Almeida	416	564	550	597	841	591	579	618	591	498
Alentejo	<b>4.821</b>	<b>4.801</b>	<b>4.435</b>	<b>4.272</b>	<b>4.043</b>	<b>2.731</b>	<b>3.728</b>	<b>3.277</b>	<b>2.903</b>	<b>2.140</b>
Sulfúrea - Termas de Cabeço de Vide	3.560	3.365	3.053	2.916	2.742	2.731	2.581	2.360	1.871	1.565
Termas da Fadagosa de Nisa	1.261	1.436	1.382	1.356	1.301	x	1.147	917	1.032	575
<b>Algarve</b>	<b>604</b>	<b>599</b>	<b>710</b>	<b>706</b>	<b>638</b>	<b>621</b>	<b>598</b>	<b>543</b>	<b>541</b>	<b>356</b>
Caldas de Monchique	604	599	710	706	638	621	598	543	541	356
<b>Total Global</b>	<b>84.922</b>	<b>85.596</b>	<b>81.624</b>	<b>76.467</b>	<b>76.620</b>	<b>71.367</b>	<b>67.722</b>	<b>73.268</b>	<b>57.726</b>	<b>48.332</b>

Fonte: DGEG-Direção-Geral de Energia e Geologia

Legenda:(a) início da actividade em 2008 - E - estab. Encerrado - x/dado não disponível

Para potencia r a aposta neste produto estratégico co propõe-se a criação de uma área de Vocação e Aptidão Turística em toda a área envolve nte a esta imóvel uma vez

que, pela sua especificidade, riqueza natural, patrimonial e diferenciação, pode redimensionar a oferta turística do local e de todo o concelho de Barcelos. Por outro lado, a estratégia e linhas de atuação para o produto do Norte definidas no PENT 2013-2015, na alínea ii) da pagina 28 são argumentos para o exposto.

Esta indicação visa salvaguardar toda esta área, de investimentos e infraestruturas diferentes, da vocação e aptidão natural instalada, potenciando o aparecimento de investimentos que promovam a exploração sustentada do recurso existente e a fruição turística dos espaços anexos. Inclusivamente, e aproveitando alguns estudos estratégicos já efetuados, é de todo o interesse a criação de uma Quinta de Saúde, conceito muito utilizado em França com as “*Ferme de Santé*”, aproveitando a envolvente natural, a estrutura patrimonial, conferindo-lhe valências modernas que se apraz neste tipo de equipamento de Saúde e Bem-estar e até mesmo de Turismo Médico, desde que considerado

importante, conforme recomendação do PENT 2013-15, que é necessário elaborar um diagnóstico global entre serviços médicos e de turismo, analisar a situação competitiva deste produto no país e definir o modelo de negócio que promova os serviços de turismo

Esta proposta difere um pouco do conceito de termas existente, uma vez que contempla a criação de um espaço verde(neste caso aproveitamento) para atividades físicas, complementada por uma alimentação baseada em produtos regionais para os hóspedes da Quinta e, de uma horta/ jardim biológico de interpretação, facto que entronca na recomendação do PENT de diversificação da oferta.

Deste modo as linhas da proposta são: o aproveitamento do ambiente da área envolvente, a oferta de produtos alimentícios regionais como complemento às atividades tradicionalmente designadas de saúde e bem estar e a criação de infraestruturas hoteleira de suporte, nomeadamente em sede de empreendimento turístico na categoria de Estabelecimento hoteleiro, conforme alínea a) do ponto 1) do artigo 4º do Decreto Lei 39/2008 de 7 de Março, alterado pelos decreto leis nº228/2009 de 14 de Setembro e Decreto Lei nº 15/2014 de 23 de Janeiro.

#### 4.4. *Vocação estratégica para Touring Cultural e paisagístico e City Breaks.*

Tendo por base o disposto no Plano Estratégico Nacional que visa que os Circuitos turísticos devem reforçar o desenvolvimento de experiências turísticas e destaquem a diversidade do património cultural, religioso e natural, em sede do vasto património histórico, cultural, religioso, natural e paisagístico que potencia a oferta; pelas potencialidades que potencia no domínio do desenvolvimento de itinerários experienciais, a qualificação das atrações e a melhoria da informação ao turista visando uma promoção e comercialização mais eficaz dos serviços turísticos associados ao produto. Urge, como o próprio plano, afirma estruturar rotas e itinerários experienciais baseados em temas âncora da identidade portuguesa e dos fatores distintivos (naturais e culturais) que caracterizam o país, e promover a sua declinação regional. O objetivo deste documento é promover esta adaptação ao nível do território local a este propósito, não só neste ponto em particular, mas na generalidade dos já exposto por forma a criar um território de experiências na assunção da valorização dos recursos naturais, paisagísticos e culturais, no sentido do enriquecimento do produto e da promoção das respetivas atividades.

A crescente preocupação das sociedades com os vestígios do passado, é hoje uma realidade inquestionável, isto apesar do ritmo extremamente vivo com que se desenrola a vida moderna. É, precisamente, por influência desta abrupta aceleração do modo de vida, que o passado, os seus vestígios e conseqüentemente os patrimónios históricos e monumentais, têm adquirido, nestes últimos 20 anos, um papel preponderante nas sociedades modernas, como elementos fulcrais do seu próprio desenvolvimento e equilíbrio.

Esta realidade leva o homem moderno, e as suas estruturas governativas, a olhar para o passado como um argumento do presente, para as marcas desse mesmo passado como baluarte da continuidade cultural e, acima de tudo, como elementos diferenciadores dos povos e da diversidade cultural desta aldeia global em que se tornou o planeta terra. O passado é um argumento fundamental, no presente e no futuro, para o desenvolvimento cultural das sociedades.

Atento a este crescendo de importância do património e do passado, nas sociedades atuais, o turismo perfila-se como um dos intermediários privilegiados para interagir homem e património numa relação que se quer duradoura e sustentada, para benefício de ambas as partes e da sociedade em geral.

Neste contexto, têm-se elaborado inúmeros documentos legislativos, nacionais e internacionais, e organizado ações de sensibilização, com o intuito de promover a consciencialização definitiva da importância do património nas sociedades atuais, dando-se desta forma os primeiros passos para a preservação e recuperação de inúmeros acervos culturais e para a definição de programas de reutilização e valorização de locais e ambientes histórico - monumentais.

O próprio património rural e etnográfico assume, também aqui, um valor que outrora não possuía, indexado à ideia de passado e ao valor dele decorrente como forma de atestar a diversidade cultural. O Património, nas suas mais diversas aceções, perfila-se como um foco de desenvolvimento, no qual o turismo cultural é também um agente motivador, em zonas de grande valia histórico-monumental.

É esta a importância que o passado e o património histórico-monumental-etnográfico assumiram nas sociedades atuais e no turismo, como recursos elementares para o desenvolvimento económico e cultural das mesmas. É este mesmo património que tem que ser assumido como mais uma das alavancas do turismo local e rural.

Verifica-se, hoje em dia, uma divisão clara dos fluxos turísticos: um voltado para o tradicional turismo de massas, mais vocacionado para os produtos de sol e praia, e outro em crescendo, mais procurado por turistas e visitantes que buscam lugares menos saturados e representativos das diferenças culturais e reveladores das identidades de cada região, no qual se enquadra os Circuitos Turísticos, religiosos e culturais considerado pelo PENT 2013-15 consolidado nesta região (enquadrado no produto Touring Cultural, paisagístico e dos patrimónios), mas para o qual urge uma permanente atenção e vigilância. Este fluxo enquadra-se dentro da nova tendência do “*regresso às origens*” e da busca de tudo aquilo que é autêntico e suscetível de transmitir identidade e equilíbrio a este tipo de turista mais personalizado e informado, que busca lugares em que o original ainda não foi deturpado ou substituído pelo “sintético”. Para o enquadramento e aproveitamento desta nova dinâmica de procura latente, que se vem registando no mercado turístico, é fundamental que se organizem e tornem visitáveis todos os recursos capazes de satisfazer este tipo de procura.

Perante este cenário, torna-se evidente que a captação deste segmento de mercado só será possível se existir uma aposta numa política de valorização das tradições culturais e vestígios do passado e no elemento que lhe confere identidade e corporiza – o Património Arquitetónico e Arqueológico. De igual forma, o património rural (moinhos, azenhas, casas agrícolas, utensílios agrícolas e demais elementos ligados à vida rural etc.) deve também ser alvo de uma política de preservação e valorização no sentido de salvaguardar elementos vitais da história recente e da nossa identidade e “*modus vivendi*”.

Estes elementos patrimoniais, que se espalham um pouco por todo o concelho de Barcelos, são elos insubstituíveis do passado, fundamentais para o equilíbrio cultural do presente e base para a transmissão do legado cultural para o futuro. Em particular, e dadas as tendências atuais, este mesmo património pode também ser uma oportunidade de desenvolvimento económico, dadas as características atuais de grande parte dos fluxos turísticos. Mas, para que este facto passe de uma suposição à realidade, é necessário torná-los fruíveis, contextualizando-os no espaço e no tempo, de forma que, os turistas e visitantes, bem como as próprias povoações locais, percebam a sua mensagem, linguagem e função.

Os itinerários turísticos, elegíveis no âmbito do produto Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais e até mesmo no âmbito dos City Breaks e Short Breaks, podem ser uma das formas utilizadas para a fruição deste património e percursos das situações relatadas no parágrafo anterior.

Os Itinerários, nas suas diversas aceções, temáticos, globais, circuitos, motorizados, pedestres, etc., são uma forma de integrar os recursos e torná-los fruíveis ao viajante, de uma forma compósita e sequencial. São uma forma de “transportar” os turistas, pelo tempo e pela história, mostrando-lhes os vestígios do passado. Utilizando uma só variável ou diversas, são uma forma integrada de dar a conhecer os recursos sejam eles de que natureza forem. São argumentos definidos como Touring e Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais.

Atendendo a estes fatores, potenciados pelos itinerários, perfila-se uma forma melhor de “mostrar” e tornar visitáveis os elementos patrimoniais, transformando-os em vetores de pressão para a sua conservação. Contudo, estes só serão implementáveis se existir uma política de sinalização turística e, acima de tudo, se as estratégias de planeamento e ordenamento do território respeitarem o equilíbrio ambiental, paisagístico e cultural em que se insere cada elemento patrimonial. Paralelamente devem respeitar-se as áreas de proteção do património classificado e o equilíbrio do restante património não classificado. Só respeitando estas premissas poderemos torná-lo disponível para a fruição turística e patrimonial, e ativos efetivos dos Circuitos preconizado no PENT. De notar que a História, cultura e tradição, são argumentos estruturantes apontados na redação no PENT para Portugal, pelo que urge dar aos recursos enquadráveis neste registo a devida estruturação. Urge também a integração deste nas figuras de classificação definidas neste documento.

O concelho é rico em património monumental e arqueológico(ver carta do património arquitetónico e património arqueológico), testemunhos máximos da presença do homem por estas paragens, espelho das vivências culturais e históricas destas gentes e como tal vetores de identidade, a ser utilizados como argumentos de atração turística.

Muitas formas se apresentam para abrir estes locais à fruição turística. Todavia, problemas relacionados com a tutela, propriedade e gestão destes espaços, abrem uma série de condicionalismos que inibem a fruição dos mesmos. Importa, contudo, em termos de organização destes recursos de atração, dar-lhes visibilidade turística, e encontrar formas que potenciem essa mesma situação . Para o efeito é importante que se criem condições quer através da melhoria das acessibilidades e sinalização desde legado quer, de um ponto de vista mais profundo, na criação de infraestruturas de apoio à fruição. A conservação destes espaços e a sua preservação são o alicerce para a concretização da visibilidade turística destes espaços. Importa também referir a necessidade de cumprir os preceitos da Lei 107/2001 de 8 de Setembro do Património Cultural em vigor, assim como as diversas Cartas que regulam o Património ao nível das Convenções Internacionais e, ainda, a Carta de Turismo cultural aprovada pela XII Assembleia-Geral do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios(ICOMOS) a 22 de Outubro de 1999.

A Carta do Património Arquitetónico e a Carta do Património Arqueológico são instrumentos vitais para a concretização do referenciado, na medida que são os instrumentos para a proteção e preservação dos espaços patrimoniais. Do mesmo modo são um instrumento de trabalho vital para a definição de corredores patrimoniais que permitam a definição de diversas tipologias de Itinerários e Circuitos gerais e temáticos que permitam a interpretação do concelho de Barcelos enquanto espaço geográfico de grande vivência histórico-cultural. Naturalmente que estes corredores patrimoniais têm que ser interligados com os demais recursos concelhios, sejam eles de fixação e/ou atração, de forma a criar uma cadeia de valores que potencie a valorização turística do concelho e transforme estes elementos em fatores de valorização da economia local com benefícios para os agentes concelhios locais e para a generalidade da localidades. Este corredores podem também ser vetores de desenvolvimento e conhecimento do mundo rural e elementos vitais de sensibilização para as questões do património e ambiente.

A tipologia de elementos patrimoniais existentes permite que se equacione uma série de corredores patrimoniais<sup>4</sup>, promovendo linhas de leitura estratégicas do território, conferindo maior e melhor operacionalidade aos produtos Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais e City Break no concelho, bem como maior propensão para dinamizar as Estadas de Curta duração, definidos a partir do centro histórico da cidade, enquanto espaço âncora. E como forma de interpretar todo o espaço geográfico do concelho e a vivência do homem, no mesmo ao longo da história, destacam-se as seguintes possibilidades:

- **Corredor patrimonial concelho 1** . *Tema: a Pré-história, uma linha de interpretação a inserir em sede do produto Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais (Touring Cultural)* – Organização dos espaços arqueológicos concelhios com potencial para serem visitados e fruídos por visitantes. Este corredor pode ser subdivido por categorias, dada a natureza do património arqueológico existente no concelho e que se reporta a esta época. Poder-se-á aplicar aqui a tipologia de percurso pedestre de forma isolada e/ou em integração com outro tipo de rota. Criação de suportes itinerários e de interpretação destes espaços.
- **Corredor patrimonial concelho 2**. *Tema : O Românico, uma linha de interpretação a inserir em sede do produto Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais (Touring Cultural)* – Organização dos imóveis cabimentados nesta arte e/ou que tenham elementos relevantes deste tipo de arte de forma a dar a conhecer o vasto património existente nesta tipologia. Criação de suportes itinerários de visita e elementos de interpretação deste património no qual se encontram espaços referência do património românico do Minho como o Convento de Vilar de Frades, A Igreja Românica de Abade de Neiva, a Igreja Torre de Manhente e outros.

<sup>4</sup> De referir que estes tem de ser definidos de forma conjunta entre os Serviços de Turismo, Arqueologia e Património. Da mesma forma que a redação final da Carta Turística do concelho tem que ser elaborada depois de concluídas as Cartas Arqueológicas, Patrimoniais e ambientais.

- **Corredor Patrimonial concelhio 3.** Tema: ***Solares e Casas Senhoriais, uma linha de interpretação a inserir em sede do produto Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais(Touring Cultural)*** - Cabimentação do vasto património existente a este nível de forma a permitir ao visitante o seu conhecimento mais pormenorizado. Ao mesmo tempo cruzar este Corredor com o produto de Enoturismo e Turismo no Espaço Rural muitas vezes parte integrante destes espaços. Este corredor poder-se-á desmembrar em rotas temáticas de acordo com as diversas tipologias de solares e casas solarengas existentes no concelho. Este corredor pode ser um fator estratégico para o conhecimento do mundo rural e fator de promoção das artes e ofícios tradicionais agrícolas.
  
- **Corredor Patrimonial concelhio 4 .** Tema: ***Turismo Religioso (Santuários e Igrejas), uma linha de interpretação a inserir em sede do produto Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais (Touring Cultural)*** – Em Barcelos existem inúmeros locais dedicados ao culto religioso. Entre eles destacam-se alguns santuários de intensa religiosidade, assim como algumas igrejas de relevante valor e ainda outras de grande riqueza patrimonial mas pouco visíveis. Este corredor visa selecionar estes locais e organizá-los de forma a permitir ao visitante o conhecimento dos mesmos de forma integrada. Poder-se-á, ainda, dividi-lo em subcategorias dada a natureza diversa dos inúmeros santuários e igrejas existentes, por forma a tematizar estes circuitos religiosos. Além disso, poderá ainda ser enriquecido com as Festas e Romarias e o património artístico que está inerente a estes espaços. Para além de suportes itinerários é vital a criação de estruturas de interpretação destes espaços de intensa religiosidade nos quais se incluem a *Ermida da Franqueira*, a *Capela de S.Lourenço*, o *Santuário da Sr.<sup>a</sup> da Boa Fé*, o *Mosteiro da Senhora da Aparecida*, o *Santuário da Senhora das Necessidades*, o *Santuário do Senhor do Calvário*, *O escadório da cruz*, a *Casa e Túmulo de D. António Barroso* entre muitos outros espaços âncora do turismo religioso no concelho.
  
- **Corredor patrimonial Concelhio 5 :** Tema .: ***Património Molinológico e Aquífero, uma linha de interpretação a inserir em sede do produto Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais(Touring Cultural)*** . A base da economia concelhia, em tempos passados, tinha nas estruturas molinológicas um suporte de desenvolvimento efetivo. Deste vasto património existem inúmeros exemplares no concelho de Barcelos que devem ser tornados visíveis para quem nos visita . Este corredor poderá ser o passaporte para a organização destes espaços enquanto locais de interesse turístico e símbolos da identidade do concelho. Além disso, as estruturas de rega existentes junto dos inúmeros cursos de água concelhios podem também ser aqui integradas. Estes percursos podem também ser de natureza pedestre, enquadráveis no âmbito do Turismo de Natureza, nomeadamente os localizados junto dos cursos de água. Importante para a concretização destes a colocação de sinalização turística e / ou de orientação e a criação de suportes de interpretação destas estruturas.



- **Corredor patrimonial concelhio 6.** Tema : **Rede Museológica Local, uma linha de interpretação a inserir em sede do produto Circuitos Turísticos, Religiosos e Culturais(Touring Cultural)** - A criação de uma rota que integre os museus e coleções museológicas particulares é uma forma de proporcionar ao visitante um contacto mais estreito com a realidade passada e atual dos barcelenses, servindo também de veículo de interpretação, de forma mais consentânea com as tradições económicas, culturais e sociais deste povo.
  
- **Corredor Patrimonial Concelhio 7 .:** Tema : **City – Break na cidade** – A cidade, enquanto espaço âncora do património concelhio e como porta de entrada para a realização dos restantes corredores, é também ela um corredor patrimonial a potenciar, de forma a permitir aos visitantes uma melhor interpretação do centro histórico da cidade e da vivência que o mesmo encerra em si. A criação de um circuito monumental citadino é vital para esta estratégia que pode ser um contributo importante para a dinamização das Estadas de Curta duração se enquadrado com outros argumentos como é o caso da Feira Semanal que é um argumento de atratividade muito forte. Este deve contemplar para além do “*grande monumento*”, indicações sobre a evolução histórica da cidade, as lendas e estórias, a festa e as tradições, curiosidades várias, as figuras célebres, o urbanismo medieval, a toponímia e a sua evolução, os lugares e as casas, o caminho de Santiago de forma que o visitante encontre neste vasto património uma linha de leitura e interpretação dos mais de 700 anos deste condado.

Estas ações entroncam no objetivo do PENT de reforçar os circuitos turísticos, segmentando-os para a vertente generalista e temática e individualizar o turismo religioso, formatando itinerários que valorizem e integrem o património histórico, cultural, religioso e paisagístico, e incentivar a oferta de experiências que qualifiquem e diferenciem o produto.

O património é, atualmente, uma indústria que urge potenciar em prol da atividade turística, por isso estes Corredores são uma forma sustentável de promover o aproveitamento dos inúmeros recursos desta natureza existentes no concelho de Barcelos. A globalidade destes corredores associados a uma estratégia de sinalização, interpretação e valorização destes recursos são vetores estratégicos para a constituição de um produto de Touring Cultural forte que eleve a qualidade do produto global oferecido no concelho e sirva de argumento para a atração e fixação de visitantes a este território. Mais uma vez se alerta para a necessidade de aplicar o preceituado na Carta de Turismo cultural aprovada pela XII Assembleia-Geral do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios(ICOMOS) a 22 de Outubro de 1999, como elemento estratégico para a adoção de uma política forte ao nível da valorização deste tipo de recursos, uma vez que este documento define, nos seus seis princípios base, o património como um fator de oportunidades para as comunidades e elemento vital para assegurar aos visitantes uma experiência enriquecedora. Aliás, como afirmamos anteriormente o PENT na sua política para a sustentabilidade aponta a valorização da autenticidade, pela

conservação e valorização do património, e intervindo em áreas públicas e exteriores, como aqui se propõe.

Por último, importa fazer uma triagem no contexto dos imóveis de valor patrimonial relevante inventariados pela edilidade e avaliar a possibilidade de classificação de alguns imóveis, como imóveis de interesse concelhio, ao abrigo da Lei 107/2001 de 8 de Setembro e da Decreto Lei 309/2009 de 23 de Outubro, de forma a promover a maior visibilidade destes. Esta ação para além de promover a salvaguarda e valorização do património monumental e arquitetónico do concelho abre mais possibilidades de os mesmos se enquadrarem em subvenções financeiras, para a reconversão e restauro com o intuito de terem uma função de uso de utilização turística, nos programas de incentivo próprios deste setor turismo desde que perfeitamente enquadrados no âmbito da estratégia definida pelo Plano Estratégico Nacional de Turismo.

#### *4.4.1. O Centro Histórico – Touring Cultural, Turismo Religioso e City Breaks.*

O Centro Histórico de Barcelos é uma referência patrimonial do concelho, na medida em que encerra em si a vivência histórica, fator maior da sua identidade. Por isso, ao valor patrimonial, que lhe está naturalmente inerente, associa-se um grande simbolismo cultural uma vez que os Barcelenses encontram neste espaço as principais referências do seu passado. Enquadrado no PENT como elemento pertencente do “Vasto e diverso património histórico e cultural” e “Património civilizacional e universal” e como tal estruturado dentro de fatores de competitividade estratégicos identificados neste documentos.

Nos últimos anos foram desenvolvidas algumas ações conducentes a um esforço de requalificação deste espaço (como são bons exemplo o Largo Dr. Martins Lima, Teatro Gil Vicente, Museu de Olaria e Torre Medieval), de forma a cabimentá-lo nos conceitos atuais de centro histórico, promovendo uma maior interação do espaço com a comunidade, nomeadamente através de:

- Promoção de áreas pedonais;
- Criação de condições de fruição patrimonial, turística e comercial;
- Maior inter-relação património – comunidade;
- Maiores índices de proteção do património;
- Dinamização cultural e turística dos espaços;
- Forte dinamização cultural da unidade Centro Histórica como um todo;
- Atração de novas tipologias de ocupação para o espaço, nomeadamente ao nível dos estabelecimentos de bebidas e restauração;
- Diversificação das atividades económicas;

O centro histórico, enquanto unidade operativa de planeamento, deve ter em conta a preservação da sua génese de forma a não adular o “espírito do Lugar” . O planeamento desta unidade deve ter objetivos de longo prazo, de forma a que as gerações vindouras usufruam deste “túnel do tempo”

como uma referência histórica e cultural do passado. Deve contudo, em cada unidade temporal, ser interpretado como um espaço vivo e interativo.

Para além das questões do património e da sua preservação e conservação, o Centro Histórico de Barcelos encerra em si os principais elementos patrimoniais do concelho, segundo a perceção turística de quem visita esta cidade ( o templo do Senhor Bom Jesus da Cruz, a Igreja Matriz e o Paço dos Condes são recursos de grande notoriedade turística). De notar que espaço tem grande notoriedade turística nos Circuitos Turísticos definidos para o Norte de Portugal, apresenta-se como um espaço procurado para City Breaks de curta duração. Este espaço constitui, na maioria das vezes, a “porta de entrada” do visitante e do turista no concelho de Barcelos. É também o fator mais visível do património local e como tal gerador de expectativas em quem visita a cidade. Importa pois que este se apresente de forma organizada, perceptível e lógica para que o visitante possa encontrar uma linha de interpretação e leitura da evolução deste ao longo dos tempos. Este fator é cada vez mais importante em sede do produto City Break e Circuitos turísticos. Aliás, quando se propõe um corredor patrimonial para este espaço, o objetivo estruturante é criar linhas de leitura dos diversos espaços do centro histórico que contribuam para a sua interpretação global e integrada. Impõe-se fazer com que o centro histórico de Barcelos apresente referências visíveis de natureza itinerário e histórica para cada uma das épocas pelas quais passou ao longo da sua evolução, de forma a permitir a sua melhor interpretação por parte dos visitantes e locais.

Para além da criação de condições de fruição turística, patrimonial e histórica da globalidade do espaço do centro histórico, urge a sua dinamização de forma a torná-lo numa “entidade vida” do ambiente social local. Para isso, o planeamento neste espaço deve privilegiar mais o aparecimento de atividades, que evitem a desertificação do centro histórico para além do horário laboral, uma vez que a tipologia de comércio existente privilegia essencialmente os serviços bancários, lojas comerciais e o pequeno comércio em detrimento de atividades ligadas aos estabelecimentos de restauração e bebidas que necessariamente assegurariam a “vida” para além do horário laboral. Esta tipologia de estabelecimentos potenciariam, ainda, a animação e o movimento da cidade, com especial relevo para a época estival, altura em que podem ampliar a sua dimensão com a implantação de esplanadas em muitos dos locais com vocação estratégica para o efeito como é o caso do Largo da Porta Nova, Rua Direita, Rua Bom Jesus, Praça de Pontevedra, Largo do Apoio, Jardim das Barrocas, Avenida da Liberdade, Campo 5 de Outubro e áreas adjacentes à Ponte Medieval entre outras. Este facto, a ser analisado em sede de planeamento potenciaria o aparecimento de uma cadeia de valores que engrandeceria o espaço e redimensionaria por completo o ambiente da cidade, com dividendos turísticos assinaláveis e fundamentalmente com a criação de um ambiente que em muito beneficiaria os residentes nesta área. Esta transformação que se encontra em curso (registra-se atualmente recuperação de um numero razoável de imóveis para abertura de estabelecimentos de restauração e bebidas, bem como um crescimento importante do numero de lugares em esplanadas, em virtude deste aumento e da isenção de taxas promovida pelo Município), e que deve ser alargada à zona ribeirinha de Barcelinhos, enquadrada-se no âmbito do PENT na medida que incrementa a qualidade da experiência, potencia as estadas de curta duração e naturalmente confere à cidade maior visibilidade nos produtos de City e Break e Circuitos

Turísticos, religiosos e culturais. Por outro lado, estruturam a gastronomia e vinhos, e mesmo os eventos, como complementos fortes às atrações primárias do local. A possibilidade de atrair público, com esta dinâmica, é bem maior, até porque a proximidade ao Porto e ao Aeroporto Sá Carneiro é neste item estratégica, uma vez que os turistas que entram no Norte por esta “porta” tem efetivamente os City e Short breaks como umas das motivações centrais de visita. Este posicionamento da cidade de Barcelos, apraz-se no sentido de promover a diversidade de locais disponíveis para visita perto dos grande polos de atratividade, como é o caso do Porto, conforme fator de competitividade identificado no PENT quando refere a “diversidade e variedade de opções de visita a curta distância;”

Em termos de planeamento, para além de se potenciarem os pontos acima referidos, é importante que se criem e definam ações que promovam a fixação de pessoas na área do centro histórico. Para que este espaço seja considerado um “espaço vivo” é elementar que se crie um fluxo de valor que não permita a desertificação habitacional do mesmo, pelo que é importante encetar ações de planeamento urbanístico que visem o incremento e a fixação do parque habitacional .

Importa pois, em termos turísticos, que no planeamento do centro histórico, para além das ações que visam a modernização deste espaço e de alguns dos imóveis nele inseridos, se defina uma política patrimonial que vise a preservação da memória coletiva da cidade. Para a prossecução destes objetivos propomos a definição de 3 eixos vetores para este espaço:

- Criação no Centro histórico de um *corredor cultural* que potencie a fruição turística, patrimonial e histórica deste espaço e dos seus acervos patrimoniais, assim como das atividades culturais e de animação nele desenvolvidas;
- Fixação de um parque habitacional ativo e presente.
- Adjudicação de áreas que visem a instalação de atividades económicas relacionadas com a atividade turística (Estabelecimento de restauração e bebidas) e pequeno comércio ligado aos produtos artesanais locais (promovendo desta forma a forte identidade cultural ligada às artes e ofícios tradicionais deste concelho, com ganhos evidente para a experiência de fruição e para a qualidade do City break ou touring à região).

Em termos estratégicos são estas as ações fundamentais a inserir no processo de planeamento do Centro histórico de forma a transformar este espaço numa área âncora do turismo local.

Ainda dentro do perímetro do centro histórico, urge dar continuidade à reclassificação urbanística da área compreendida entre a Ponte Medieval e a área do Pessegal na margem Norte do Rio Cávado, uma vez que o acesso à cidade pelo lado de Barcelinhos apresenta um aspeto menos abonatório, da parte nobre da cidade, em termos patrimoniais. O mesmo se passa com o quarteirão do lado de Barcelinhos, apesar do muito trabalho já em curso, apresenta urgência na modernização urbanística. Estas intervenções devem ter presentes os 3 eixos definidos para fazer do centro histórico a alavanca turístico - promocional de Barcelos e a porta de entrada para a fruição turística do concelho, uma vez que este espaço é o principal agente gerador de experiências positivas e/ou

negativas no processo de deslocação/permanência dos visitantes e turistas a Barcelos, seja no âmbito dos City breaks, Touring Cultural e Turismo Religioso.

Dada a importância do Centro Histórico de Barcelos, enquanto espaço âncora do turismo local, devem ser desenvolvidas ações que visem a sua cada vez maior preponderância no turismo local. Assim propomos a delimitação do casco histórico da cidade como Área de Proteção Turística (ao abrigo da Resolução do conselho de Ministros n.º 97/2003 de 01.08 e por outro lado, linhas de atuação para o produto do Norte definidas no PENT 2013-2015, nas alíneas i) e iii) da página 28 são também motivadoras da estratégia.) uma vez que o mesmo reúne condições excecionais para as práticas turísticas ligadas ao City e Short Break, Touring Cultural e paisagístico e Turismo religioso e, ainda, pelo facto de se cabimentar dentro da tipologia de “lugares” mais procurados pelos fluxos turísticos dos países ditos mais industrializado. Esta classificação deve salvaguardar a introdução de medidas relacionadas com os 3 eixos atrás definidos e demais ações que melhorem o ambiente deste espaço. Inclua-se nesta classificação a área do campo da feira onde semanalmente se realiza a feira semanal, um dos argumentos mais forte de visita a Barcelos. Esta classificação encontra ainda fundamentação na necessidade de se cumprirem neste espaço os princípios plasmados na Carta de Turismo cultural aprovada pela XII Assembleia-Geral do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) a 22 de Outubro de 1999, uma vez que este espaço é um dos locais mais preponderantes para o turismo local.

#### *4.4.2. Turismo Religioso – vocação natural.*

Ainda no que toca ao património, em termos estratégicos, é importante que se considere o património religioso existente, considerado em sede do PENT como fator de competitividade e com necessidade de ver reforçados os circuitos religiosos existentes. O turismo religioso no âmbito desta estratégia nacional é individualizado. No concelho existem argumentos muito fortes com dimensão relevante para este tipo de turismo. Isto resulta do facto de existirem :

- Locais de dimensão religiosa de grande valor patrimonial;
- Existência de cultos a personalidade julgadas veneráveis pelo povo;
- Existência de inúmeros santuários de culto mariano e geradores de peregrinações;
- Localização geográfica privilegiada de alguns santuários, o que confere a estes locais mais valias turísticas, na medida que a visita a estes permite a fruição de elementos do património cultural e ambiental do concelho.
- Forte vocação jacobea do território ( lenda do galo, centro histórico com forte ligação a esta peregrinação, varias rotas de peregrinação no território, existência de cultura de caminho na comunidade, excelente rede de estruturas de apoio, principal rota marcada e classificada como grande rota);

Naturalmente que a conjugação destes fatores leva a que o Turismo Religioso seja um item a considerar em termos estratégicos para o turismo local. A este propósito o PENT afirma que se deve reforçar o desenvolvimento de experiências turísticas que destaquem a diversidade do património cultural, religioso e natural. Desta forma importa potenciar um corredor patrimonial concelhio

relacionado com este atributo, conforme proposta já efetuada neste documento. Por outro lado, importa implementar uma política de valorização dos espaços patrimoniais e religiosos âncora deste tipo de turismo. Ao mesmo tempo, é importante encetar uma política que confira visibilidade a estes locais, quer seja a visibilidade itinerário, quer seja a visibilidade promocional e turística, na medida em que no turismo aquilo que não é conhecido não existe. A inserção do mesmo nos circuitos do Touring Cultural da região elemento na prossecução deste objectivo.

É fundamental encetar, no âmbito da Sinalização Turística do concelho, uma ação de visibilidade destes locais com potencial turístico, cultural, religioso e patrimonial. Como espaços âncora para este produto destacam-se, pela sua importância religiosa e patrimonial, os seguintes locais:

Quadro 11  
Espaço de Interesse para o Turismo Religioso

<b>Designação</b>	<b>Freguesia</b>
Ermida da Franqueira	Pereira
Convento dos Frades da Franqueira	Pereira
Capela de S. Lourenço	Alheira
Santuário da Senhora do Calvário	Tregosa
Santuário da Senhora da Aparecida	Balugães
Escadório da Paixão	Cambeses
Santuário da Senhora da Boa Fé	Bastuço S. João
Igreja da Senhora das Necessidades	Barqueiros
Capela da Senhora das Abroteas	Pedra Furada
Santuário da Senhora da Saúde	Monte Fralães
Santuário do Socorro	Areias de Vilar
Igreja do Terço	Barcelos
Igreja Matriz	Barcelos
Templo do Bom Jesus da Cruz	Barcelos
Túmulo e casa de D. António Barroso	Remelhe
Igreja e Convento de S.Salvador de Vilar de Frades	Areias de Vilar

Desta forma é importante encontrar formas operacionais, do ponto de vista turístico, para incrementar a importância destes espaços e afirmar o concelho com potencial ao nível do turismo religioso. Impõe-se transformar estes recursos de atração em elementos de visita que promovam a fixação de visitantes no concelho, nomeadamente nos Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural e de Turismo de Habitação existentes no concelho. Naturalmente que importa, neste ponto, estabelecer algumas pontes com o párocos locais, confrarias e outras entidades ligadas a este setor, na medida em que é importante estabelecer parcerias de forma a potenciar a valorização e fruição destes locais. A fruição, promoção e divulgação de atividades relacionadas com este património só é, efetivamente, possível se existir uma reunião de sinergias entre estes atores do terreno. Sem esta concertação será difícil implementar ações de valorização deste património e pôr em prática qualquer espécie de corredor patrimonial relativo ao tema e muito menos dinamizar circuitos de touring cultural. Esta proposta terá que respeitar o preceituado no princípio terceiro da Carta de Turismo cultural aprovada pela XII Assembleia-Geral do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios(ICOMOS) a 22 de Outubro de 1999.

A visibilidade turística deste produto no concelho de Barcelos deve ser suscetível de captar a atenção dos operadores e agentes turísticos que trabalham com este tipo de turismo, até aproveitando a proximidade à cidade de Braga que elenca a sua ação essencialmente em volta do turismo religioso e do touring cultural. Esta situação potenciará a captação de fluxos de Turismo Religioso em touring pela região *inserindo alguns do locais acima referenciados, bem como outros, no contexto de visita ao território*. Neste particular um destaque particular para o Convento de S.Salvador de Vilar de Frades que pode, pela sua centralidade artística e geográfica, ser efetivamente um ponto de visita de atração para toda a região Minho, nomeadamente através dos centros históricos de Braga, Barcelos e Guimarães. Para concretizar esta situação é, naturalmente, imperioso que os locais estejam disponíveis, fruíveis e visitáveis. Exige-se uma coordenação mais capaz entre as entidades promotoras e gestoras dos espaços em questão.

Esta situação exige também que exista qualidade nos locais a visitar, nomeadamente, em termos de infraestrutura de apoio à visita e de acessibilidades, sem estas dificilmente se poderá concretizar o atrás exposto. Estas são ainda mais fundamentais para o turista e visitante que isoladamente e/ou em grupo procura estes locais seja por motivação religiosa, patrimonial ou pura e simplesmente por lazer. A criação de condições estruturais e de fruição complementares nestes locais potenciará também o incremento das infraestruturas de lazer das comunidades locais.

Para além dos espaços em si, e todo o património monumental, documental, religioso ou artístico que lhe está associado, estes locais assim como a generalidade dos espaços religiosos do concelho de Barcelos, têm associada uma intensa atividade cultural e etnográfica que promove a preservação dos costumes e tradições deste concelho minhoto. A melhor e mais fiel expressão desta realidade são inquestionavelmente as Festas e as Romarias (vide anexo II) que, independentemente da sua dimensão, são sem dúvida um manancial de recriação e afirmação da cultura popular local. São ao mesmo tempo acontecimentos que representam a devoção, a fé, a cultura, as superstições e a alegria da cultura local nas suas mais diversas aceções. Se a religião é uma das manifestações culturais com mais expressão no concelho, e se os turistas e visitantes são cada vez mais motivados pela busca do diferente e autêntico, por um lado, e pelo regresso às origens, por outro, a festa e a romaria são neste quadro elementos que urge valorizar como atributos efetivos do turismo local, regional e até nacional .

Desta forma importa, para a definição de um Produto de Turismo Religioso completo, ter em atenção as Festas e Romarias que se realizam no concelho de Barcelos e, nomeadamente, aquelas em que a tradição ainda é um item bem presente. Mesmo tendo em consideração que muitas das festas não têm só por objeto fatores religiosos, uma vez que muitas destas têm um carácter acentuadamente pagão, popular, desportivo e etnográfico, todavia decorrem na maioria de datas e/ou factos de natureza religiosa, e como tal interligam-se com o Turismo Religioso.

Urge, por isso, o cruzamento das potencialidades existentes a este nível com o intuito de construir um produto de Turismo Religioso capaz de ser complementar no contexto do produto turístico local e regional, e que potencie a visibilidade turística de Barcelos a este nível, nomeadamente junto dos

fluxos de Turismo Religioso e do Touring Cultural e paisagístico em geral, que procuram a região do Porto e Norte e em especial a sub-marca Minho. Naturalmente que as Festas e Romarias conferem a esta realidade uma mais valia efetiva, uma vez que existem em Barcelos festividades de dimensão nacional e regional.

Neste produto e, aproveitando a nota do PENT, apesar deste assunto ter sido tratado, num ponto anterior, importa que o caminho de Santiago, nomeadamente o Caminho Central Português, que tem em Barcelos etapas capitais, seja potenciado pela vontade de descoberta numa perspetiva cultural e integrada, na política aqui plasmada de reforçar os circuitos turísticos religiosos e culturais, promovendo a qualidade da experiência daqueles que fazem esta peregrinação e que são potenciais turistas no futuros. Deve o Município assumir e diligenciar na salvaguarda e proteção do património existente, criar estruturas de apoio aos peregrinos, estruturar a segurança e sinalização do caminho (para além da sinalização já existente relativa ao GR11-E9), conforme regulamentação própria, definida pelo conselho da Europa e transpor e adaptar a mesma para a realidade nacional, bem como regulamentar a publicidade e outro tipo de estruturas que criem ruído visual no caminho e/ou ponham em causa a tranquilidade do peregrino e a qualidade da paisagem. Por outro lado, e numa perspetiva mais imaterial deve promover uma “cultura de caminho” e de boas práticas para com os peregrinos nos residentes, bem como fiscalizar e dignificar as estruturas de apoio a peregrinos existentes. O mesmo se aplica ao caminho de Fátima que apesar de ter uma frequência mais ténue, pode no futuro perspetivar outros níveis de frequência.

#### *4.4.3. Festas, Feiras e Folclore, tradição e identidade como fatores de competitividade*

Como foi referido no item relativo ao Turismo Religioso as Festas são de “per si” a forma mais comum das populações mostrarem as suas tradições e costumes de outrora, assim como a sua devoção e imaginário. Todavia, para além desta vertente mais religiosa e fantástica, tem associadas à sua realização fatores de grande valor etnográfico e cultural que devem ser salvaguardados e potenciados. Importa transformar esta realidade num fator de Competitividade conforme o plasmado no PENT que classifica de forma perentória a cultura popular e tradições genuínas, como argumentos neste domínio.

As festas<sup>5</sup> para além da sua vertente religiosa acentuada, normalmente em virtude da realização de cerimónias religiosas e da tradicional procissão e todo um conjunto de atividades que lhe estão associadas, possuem eventos de natureza desportiva, etnográfica e lúdica. Este conjunto forma um composto de animação compaginável na maior dos casos em eventos de dimensão regional ou mesmo nacional, como é o caso da Festa das Cruzes ou da Feira Semanal. Este tipo de evento configura-se dentro do objetivo do PENT de estruturar e divulgar um calendário de eventos regionais com interesse turístico que enriqueçam a estada e influenciem a decisão de escolha do destino. Este documento preconiza este objetivo de inscrever o maior numero de festas, feiras e romarias do território na agenda do produto turístico do Porto e Norte de Portugal.



Em Barcelos existem algumas Festas e Romarias que para além destas características têm um potencial bastante elevado e que fazem delas recursos de atração capazes de “per si” promover a deslocação a Barcelos. Estão nesta situação a Festa das Cruzes, conhecida por ser a primeira grande romaria do ciclo de Romarias Minhotas; o Carnaval Popular, a Procissão de Passos em Barcelos e Cambeses. Existem outras que pela, sua tradição, conseguiram também atingir este estatuto, muito embora sem a dimensão das festas concelhias, como é o caso da.: Festas das Isabelinha, em Viatodos; Festas de S.Bento, na Várzea; Festa da Sr<sup>a</sup> das Necessidades, em Barqueiros; Festas das Rosas, em Vilar de Figos e Goios; Festa da Senhora da Aparecida, em Balugães; Festas de Santa Justa, em Negreiros; Festas da Senhora das Dores, em Alvelos; Festa de St<sup>a</sup> Luzia, na Carreira; entre muitas outras . Naturalmente que esta realidade não pode deixar de ser elegível na estratégia de promoção do concelho, cumulativamente, ou não, com o Turismo Religioso ou Touring Cultural, importa é que se definam cenários de valorização desta realidade em prol do enriquecimento do produto turístico.

Mais uma vez urge aqui a operacionalização de políticas que potenciem o cruzamento desta realidade com os demais recursos de atração e fixação do concelho, no sentido de promover a fruição das mesmas, com benefícios para o turismo e agentes turísticos locais.

Para além das festas e romarias, importa também dar uma nota de atenção para a questão das feiras, enquanto vetores de identidade e elemento de produto bastante apreciado por quem visita um dado destino, uma vez que são atividades que normalmente espelham a riqueza cultural e a realidade quotidiana de uma dada sociedade. Por outro lado, são recursos de atração e animação de grande valor no contexto do produto turístico.

Neste âmbito temos que fazer alusão à Feira semanal de Barcelos, que é indubitavelmente, uma das mais antigas do Norte de Portugal. Esta enquadra-se no item “Cultura popular e tradições” sendo aposta em sede do PENT como um fator de competitividade. Aliás, a Feira de Barcelos é um dos bons exemplo práticos para sustentar esta nota do PENT tal é o impacto que tem na economia local e regional em face do movimento que provoca em sede dos fluxos de Touring Cultural, Estadas de Curta duração na região. É também considerado um evento de forte complemento aos demais produtos estratégicos.

Da recolha feita no âmbito deste trabalho chega-se à conclusão, à imagem do que se passa com outras feiras da região minhota, que a sua origem é praticamente desconhecida. No entanto, e apesar destas incertezas devia já existir em meado do Século. XIII, quando por toda a área os cereais se avaliavam pela “*medida de Barcelos*” .

Nesta altura seria então quinzenal, provavelmente já à quinta-feira, dada a grande tradicionalidade destes eventos e em diferentes dias da semana com as outras da região (ex. Ponte de Lima (2<sup>a</sup> Feira) / Vila Nova de Famalicão (Domingo), etc).

Em termos documentais e segundo Virgínia Rau cita na obra “A feira de Barcelos” a primeira referência a esta feira data de 1412 quando o rei D.João I, a pedido de D.Afonso seu filho e conde de Barcelos, concedeu a esta vila uma feira de ano, com duração de 15 dias, a realizar de 1 a 15 de Agosto. Contudo, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, diz que “ a documentação régia é muito omissa nas referencias às feiras normais, sobretudo, quando se realizavam em localidades cujo domínio senhorial não pertencia ao rei”. Nesta situação encontra-se a feira de Barcelos, e daqui constata-se, mais uma vez, a falta de documentação a este nível e de fontes capazes, dado que a referência aqui feita se reporta à feira anual de domínio régio.

Aliás esta “ feira grande”, como é tradição nas terras minhotas, acompanhava e acompanha as festividades religiosas. Inclusivamente, o campo da feira de

Barcelos, onde hoje se desenrola a feira, outrora ter-se-á chamado campo de S.Salvador, porque ali se localizava uma capela em honra a esse santo . Este facto justifica a razão da data da Feira Franca e privilegiada de Barcelos, uma vez que o dia santo é o dia 6 de Agosto, segundo o calendário Litúrgico, data que coincide com o período de realização da dita Feira.

Já em 1427 , esta mesma feira muda-se para o mês de Outubro, sem razão aparente, para alguns anos depois em 1455 se realizar na altura do Corpo de Deus, facto que atesta a importância desta festividade na altura no burgo Barcelense . Segundo este mesmo autor a feira do ano ter-se-á fixado por esta data até ao século XVII.

O aparecimento do Milagre das Cruzes em 1504 e o desenvolvimento da festa a 3 de Maio, deu origem à Feira das Cruzes, que a partir do Séculos XVII se tornou mais importante que a anterior . Contudo, esta terá continuado quinzenal conforme tradição das feiras minhotas, no entanto, nos finais do Século XVII e início do Século XVIII e ter-se-á tornado semanal. A este facto não será alheio o desenvolvimento do mercado da 5ª feira que se realiza perto do agora designado de campo da Feira .

Em termos de atas da Vereação Municipal, apenas se alude à Feira dos dias 12 e 16 de Fevereiro de 1715, referindo-se estas a pormenores de organização da feira. Destes dados conclua-se que a feira existiria efetivamente nesta altura.

Ao longo dos anos, a Feira de Barcelos e a sua notoriedade tem atingido valores praticamente inesperados para um certame deste género, tornando-se num dos principais atrativos de visita a este concelho. Não há guia turístico, dedicado a Portugal, que não faça referência à tradicional feira de Barcelos e os operadores turísticos que trabalham com o Norte de Portugal incluem na maioria dos casos, nos circuitos de touring, uma visita à feira de Barcelos. Ou seja, a Feira possui um capital de atração, muito acima da média, para este tipo de certames. Mais que um recurso de atração local este evento é um recurso de atração nacional. A este facto não será alheio, conforme já referimos, o artesanato, os produtos regionais e a dinâmica etnográfica e autentica própria feira. Pode-se afirmar

---

que é um argumento estruturante para o Touring Cultural, Estadas de curta duração e City e Short Breaks da região norte, nomeadamente nos movimentos de procura do Porto para o Minho.

No entanto, nos últimos anos, tem-se assistido a alguma deturpação da autenticidade da feira, em face de algumas tipologias de comércio admitidas. Este facto é prejudicial dado que pode por em causa a imagem de autenticidade e diferenciação que esta indexada ao imaginário de quem visita e procura este evento.

A feira semanal, funciona como “mostra” das atividades regionais, especialmente, do mundo rural e pequeno comércio. Paralelamente é um espaço de eleição para a promoção e valorização do artesanato e cerâmica do concelho, função esta que conserva à centenas de anos. São estes elementos diferenciadores que fazem da Feira de Barcelos um dos eventos semanais de natureza popular e etnográfica mais procurados para visita. Esta vertente tem de ser obrigatoriamente preservada e valorizada no contexto da estratégia turística, uma vez que constitui um dos principais recursos de atração existente no concelho, na medida em que semanalmente potencia a vinda inúmeros turistas a Barcelos. A Feira é uma alavanca identificada do turismo local e um dos principais municidores da promoção do artesanato e de muitas atividades tradicionais do concelho de Barcelos e arredores. É também um dinamizador e municidor do mundo rural e das atividades agrícolas de toda a região. É assumidamente um dos atrativos semanais que mais turistas movimenta do Porto para esta região, ao longo do ano, em Touring e ou Short breaks. Os agentes locais do setor do turismo devem posicionar-se e estabelecer packs de forma a aproveitar e a fixar este fluxo de procura que semanalmente procura esta feira, por forma a aumentar a potenciar as estadas e os consumos dos turistas em Barcelos.

Urge, valorizar e preservar cada vez mais os atributos autênticos desta feira de forma a que ela continue a ser uma alavanca do turismo local, e que o espaço onde se desenvolve, assim como as atividades que a compõem, mantenham o seu espírito para que a satisfação e a experiência de quem visita Barcelos correspondam às expectativas normalmente criadas. Para o efeito é de capital importância redimensionar um dos talhões e coloca-lo em exclusivo ao serviço dos artesãos e artesanato de Barcelos. Esta ação é de fulcral para a manutenção dos atributos de diferenciação deste evento. Por outro lado, a feira apresenta-se também como um forte complemento a outras atrações primárias e é um municidor de outras atividades complementares como as ligadas á gastronomia, dado o aumento exponencial de frequência que semanalmente provoca nos estabelecimentos de restauração e bebidas da região.

Em termos de vetores estratégicos de desenvolvimento esta feira aparece como trave mestra para a sustentação de uma política de turismo que promova o desenvolvimento do mundo rural e a promoção das atividade agrícolas, na medida que esta é um palco privilegiado para o escoamento de produtos e para potenciar o plurirendimento de muitas famílias que tem o artesanato e agricultura com fontes de rendimento. Articula perfeitamente com a estratégia delineada neste documento para o Turismo no Espaço Rural e Mundo Rural e para o Touring Cultural e paisagístico. A estratégia

concelhia de desenvolvimento sustentada no turismo e no espaço rural tem obviamente que ter presente o papel da Feira enquanto recurso de atração e municiador de algumas atividades do mundo rural, e como tal este evento deve ser tratado como fator integrante da política de desenvolvimento da estratégia global.

Em termos gerais, deve potenciar-se uma maior preponderância na feira de atividades ligadas à comunidade artesanal concelhia, mantendo a ligação que a feira ainda possui relativamente às atividades tradicionais do mundo rural e agrícola da região, na medida em que estes dois fatores são os vetores da sua identificação e diferenciação no concelho de Barcelos.

De referir que foi outrora esta feira um dos elementos que mais promoveu o conhecimento do artesanato de Barcelos, sempre associado à tradição, cultura e tipicidade e que urge manter, por forma a que este seja, no futuro como hoje, um recurso de atração de eleição para o concelho de Barcelos. A feira motivou a instalação em Barcelos, em 2013, do Centro de Promoção do Mercado Tradicional da Euro-região, em virtude de assumidamente, ser neste espaço do noroeste peninsular reconhecida como o ideal de mercado tradicional de excelência. Urge manter este caminho e valorizar no evento os produtos de excelência da Euro-região (onde se englobam o figurado e olaria de Barcelos, os bordados de crivo da Carreira, os Melão Casca de Carvalho, entre outros produtos da região norte) e a sua vertente de ligação ao mundo rural, como argumentos de diferenciação.

Perante o exposto importa dar mais visibilidade turística a este recurso de eleição, inquestionavelmente considerado um fator de imagem da cidade de Barcelos, gerador e condicionador de experiências durante a estada ou passagem na cidade e alavanca complementar do desenvolvimento do mundo rural. Por estas razões devem no contexto da área de Proteção Turística definida para o Centro Histórico de Barcelos ter um tratamento que permita a manutenção e a potenciação dos fatores aqui plasmados em prol da estratégia concelhia para o Turismo e Espaço Rural. Assim como criar incentivos para o regresso dos artesãos à feira com o objetivos de recuperar efetivamente o talhão dos artesãos na feira de Barcelos. Elemento que muito contribuiu para a valorização do artesanato e que urge ser recuperado. Este talhão justifica-se ainda no âmbito da definição da Área de Interesse Turístico para as freguesias onde se registam o maior número de artesãos e oficinas que trabalham no artesanato. Este terá como missão funcionar como “porta de entrada” para o conhecimento desta área, onde o artesanato e às atividade olárias são historicamente a base da economia.

Para além da Feira de Barcelos, ícone maior neste item, existem outras feiras de natureza local nas freguesias que não assumem grande relevância em termos turísticos, No entanto, merecem também ser tratadas como atividades complementares nos produtos que ao longo deste documento vão sendo definidos como estratégicos. Estas devem também constar sempre documentos promocionais do concelho e respetivos produtos.

#### *4.4.3.1. Folclore e Património Etnográfico, fatores de diferenciação.*

---

No item relativo às feiras deve fazer-se uma abordagem ao folclore e à etnografia do concelho, uma vez que estes aparecem sempre associados à festas e romarias, e até mesmo à feira. Todavia o espaço de mais visibilidade, no que concerne ao folclore é, naturalmente, a festa e a romaria, visto ser onde mais se faz sentir a tradição e os costumes do povo. Embora a feira de Barcelos seja muito importante neste aspeto, todavia em termos de esplendor folclórico, as festas e as romarias assumem uma vertente mais efetiva.

O concelho de Barcelos, fruto do intenso associativismo existente, nomeadamente ao nível desportivo, cultural e etnográfico, tem inúmeros ranchos/grupos folclóricos com um papel preponderante na manutenção das tradições orais do concelho, assim na preservação de utensílios agrícolas e, fundamentalmente, no trajar típico do Vale do Neiva, Cávado e Este. Estas associações com um trabalho notável na preservação das tradições, são agentes vivos da cultura de cada uma das áreas que representam e são embaixadores, do concelho e da região, destas nos inúmeros locais onde espalham a sua música, dança e canto, quer no País ou no estrangeiro. De igual modo, são agentes que promovem a animação etnográfica de inúmeras festas e romarias no concelho, ao mesmo tempo que organizam e participam em festivais folclore(veja-se o exemplo do Festival Internacional de Folclore do Rio). Naturalmente que esta realidade e todo o trabalho desenvolvido por estes “entes vivos” da cultura concelhia deve ter visibilidade na estratégia de valorização turística do concelho, nomeadamente no que concerne à valorização do património oral. Devem portanto ser considerados parceiros estratégicos na valorização, preservação e manutenção da cultura popular assim como na organização e promoção de animação cultural e etnográfica no concelho, na medida em que são as melhores fontes para ler o nosso passado recente, ao nível do traje, tradição oral, dança, trabalho, utensílios e economia. Como o próprio PENT refere, a cultura e as tradições são argumentos de identidade que devem ser capitalizados em sede de estratégia, pelo que estas entidades devem ser atores em todo este processo. É em conjunto com estes que se devem reunir sinergias e definir atividades de animação folclórica e etnográfica, para além das existentes, por forma a implementar a animação turística e cultural do concelho de Barcelos e assim conferir-lhe mais visibilidade turística. Desta forma, poderá dar-se mais força e proactividade a agentes vivos da cultura local – os ranchos folclóricos. Esta realidade deverá ser transversal a outro tipo de associações e entidades com o mesmo âmbito, que desenvolvam a sua atividade na preservação e manutenção da tradição e que possuam um trabalho de natureza cultural digno de registo.

#### 4.5. *Vocação criativa, como argumento de complementaridade dos produtos estratégicos – o Artesanato.*

O artesanato é, atualmente, um património de valor inestimável, parte da herança cultural da região e uma tradição popular que merece ser apoiada e divulgada, de forma a garantir o gosto e a valorização do património cultural e a preservação da herança cultural legada pelos antepassados.

É também uma forma de arte no presente e, fundamentalmente, um vetor de cultura que atravessando “o túnel do tempo” mostra as tradições e a vivência do passado, conferindo a identidade e o equilíbrio de que se precisa para vincar a diferenciação do presente e do futuro.

O artesanato barcelense exprime-se por todo o concelho nas suas mais diversas formas e matérias (Cerâmica, Madeiras, Cestaria, Tecelagem e Bordados, Couros, Ferro e Derivados) nas oficinas dos artistas da arte popular. Na memória de todos os minhotos, e no quadro de honra dos que fazem do artesanato a sua arte, estarão certamente os ilustres mestres barcelenses: Rosa Ramalho, Ana Baraça, Maria Sineta, Mistério, Rosa Côta, Arménio Coelho, entre muitos outros que elevaram o nome da arte popular e dignificaram o trabalho de centenas de anónimos que dedicaram a sua vida a esta arte.

Artesanato é património concelhio e nacional, nomeadamente as produções da Olaria e Figurado, e dever-se-iam encetar ações de médio prazo que visassem a classificação destes recursos como tal. Esta seria uma ação tendente à manutenção de uma das marcas de identidade mais fortes deste concelho e, até, do País. Este tipo de argumentos são vitais como fatores de diferenciação no seio da globalização crescente que se assiste na sociedade em constante mutação.

O Artesanato é um património que deve cada vez mais ser redutor da atração turística a este concelho e região, uma vez que os fluxos turísticos buscam, nos dias de hoje, muito mais que o lazer e o ócio, o autêntico e o original num claro movimento de regresso “às origens”. Motivações para as quais as produções artesanais constituem um recurso de eleição. A quantidade de oficinas tradicionais que existem no concelho, o número de unidades produtivas e de artesãos certificados, bem como a variedade de produções, conferem ao território um potencial estratégico para a construção de Circuitos temáticos, capazes de gerenciar experiências marcantes no âmbito dos produtos de Touring Cultural e Paisagístico de toda a região. Não fossem estes argumentos cabimentáveis, no que é referido no PENT, ao nível da estruturação de rotas e itinerários experiências baseados em temas âncora da identidade portuguesa e dos fatores distintivos (naturais e culturais) que caracterizam o país, e promover a sua declinação regional.

A arte popular de um país constitui um complexo cultural definido pelo conjunto das particularidades que representam formas distintas de integração da cada região num todo nacional. As expressões culturais locais, longe de revestirem um aspeto uniforme, resultam das condicionantes da envolvente e da imaginação criadora do homem que vive num determinado contexto sócio-cultural e

geográfico. Estas considerações sobre a arte popular, vulgo artesanato, encorparam na íntegra a origem e tradição do artesanato deste concelho.

No panorama artesanal deste concelho destaca-se o trabalho no barro que, até hoje, continua a refletir-se em termos percentuais na economia local. Contudo, e dada a grande profusão de unidades de trabalho no barro e cerâmica e suas características peculiares, não é fácil escarpelizar o que são unidades artesanais, fabris, ou unidades fabris familiares. O importante é considerar a olaria e a cerâmica como uma fonte e como setor económico e tentar localizar os focos geográficos onde mais se faz sentir esta atividade.

A olaria e a cerâmica, por razões históricas, refletem-se muito na faixa do concelho que se posiciona a nordeste e que contempla as freguesias de Galegos S. Martinho, Galegos ST<sup>a</sup> Maria, Lama, Oliveira, Ucha e Areias S. Vicente, a caminho de Prado e Cabanelas, no concelho de Vila Verde, com fortes tradições a este nível, conforme o referenciado anteriormente. Este facto testemunha a longevidade destes fenómenos nestas terras, ricas em barro e águas, que desde muito cedo despertaram a cobiça do homem. Em jeito de apontamento histórico, e para que melhor se perceba a importância do barro nestas freguesias, refira-se que a implantação da citânia de Roriz/Oliveira junto a estas localidades, a qual abarca toda esta região, dever-se-á precisamente à existência de muito barro e água que facilitava a confeção de materiais cerâmicos e olários. Facto com reflexos na realidade quotidiana, uma vez que grande parte da economia destas freguesias ainda se baseia neste elemento, projetando esta área do concelho de Barcelos como uma das mais fortes em termos cerâmicos e olários de Portugal juntamente com Reguengos, Beringel, Vila Real entre outras. Poder-se-á aqui elencar a origem de uma ancestral indústria de Cerâmica.

Recorda-se que já no século XV existiam referências aos barros e bonecos de Prado, conforme o prova Eugénio Lapa Carneiro ao referir-se a um episódio do Bispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires no Concílio de Trento, numa altura em que o “Barro de Prado passou mesmo a ser considerado, nas ironias populares, como matéria-prima para modelar o tipo pretensioso – Se os quer melhores mande fazê-los a Prado – dizem quando se nota algum defeito ou má qualidade achadas por um rigorismo fátuo”. Segundo Lapa Carneiro esta anedota terá mesmo alcançado o virtuoso Prelado Bracarense que ter-se-á pronunciado sobre a venalidade carnal dos padres da sua diocese em pleno Concílio Trento da seguinte forma “ *Só em Prado conheço os que não pecam, mas esses são de barro e se Vossa Santidade quer, para cá lhe mando alguns assim formados* ”. Este curioso episódio, na sua génese, alude à existência de uma forte notoriedade de trabalhos em barro em toda esta região de Barcelos a Prado, dando continuidade ao contexto sócio - cultural identificado anteriormente.

Já em termos de louças as mais antigas referências ao fabrico de louça de Prado remontam ao século XVII. Sabe-se também que, nos séculos XVIII e XIX, se vendia louça de Prado

(concelho extinto que cedeu a maior parte das suas freguesias ao concelho de Barcelos<sup>6</sup>), em várias regiões de Portugal e na Galiza.

No final do século XIX, Rocha Peixoto regista a existência de mais de uma centena de oficinas artesanais na região de Barcelos, facto que traduz bem da importância desta atividade para a economia da região. De referir que nesta altura a Feira de Barcelos era o palco privilegiado para escoar estes produtos dada a importância económica, social e cultural que já então possuía. As feiras de Ponte de Lima e de Vila Nova de Famalicão eram também locais usuais para o escoamento destes produtos. No que toca à feira de Barcelos é de referenciar o facto de, volvidas décadas e séculos, continuar a ser o palco privilegiado para a venda deste tipo de material, muito embora hoje existam outras formas de venda e distribuição dos produtos.. O número de oficinas artesanais é hoje de cerca de cinquenta. Contudo este número será efetivamente maior até porque a diferença entre cerâmica tradicional e industrial, em alguns casos é difícil de efetivar.. Aliás, em visita a algumas unidades fabris, facilmente concluímos que é difícil qualificar o processo de “puramente industrial”, uma vez que, no caso da cerâmica decorativa todo o trabalho final é manual, e nem sempre feito na mesma unidade. Por vezes é, subcontratado o trabalho a pequenas unidades familiares especializadas nesta ou naquela tarefa.

Atualmente, de acordo com as tendências e outras indicações veiculadas pelo *Trade*, parece inquestionável que se desenvolve em ritmo crescente a apetência pela fruição dos short - break´s e pela procura dos recursos turísticos de natureza tradicional, onde o artesanato tem naturalmente um papel importante, ora como motivador de experiência de marçantes por parte dos turistas, ora como argumento de visitação e complementos em circuitos Turísticos, religiosos e Culturais inscritos em programas de touring Cultural e paisagístico . A nível nacional, tanto os estrangeiros que nos visitam como os nacionais (sobretudo os designados turistas de classe média dos grandes centros urbanos), são atraídos pelo regresso às origens, pela fuga ao “stress” e à sintetização crescente da sociedade atual, em busca do equilíbrio que o património e as artes tradicionais como testemunhos do passado lhe conferem.

O espaço geográfico, agora em análise, é rico em unidades de produção cerâmica e artesanal, especialmente o espaço afeto às freguesias de Galegos S. Martinho, Galegos Stª Maria, Areais S. Vicente e Lama, Roriz, Oliveira e Ucha S. Romão. Este facto abre excelentes perspectivas de aproveitamento turístico das unidades produtivas artesanais, oficinas artesanais e das próprias unidades fabris cerâmicas. Em termos estratégicos cremos que a questão cultural reside na necessidade de pensar e de organizar em novos moldes a fruição coletiva deste património de forma a poder satisfazer e estimular com dignidade cultural a curiosidade e o desejo de evasão e experiénciação dos visitantes e turistas.

---

<sup>6</sup> Naturalmente que este contexto é cultural e geograficamente indexado ao concelho de Barcelos por dois fatores fundamentais.: Primeiro porque as freguesias de Barcelos onde esta riqueza existe são contíguas à localidade de Prado e, em segundo lugar, porque as freguesias que faziam parte do extinto concelho de Prado passaram para o concelho de Barcelos transmitindo o contexto referido.



Esta questão é tanto mais importante, se tivermos em conta os seguintes elementos existentes no espaço geográfico das freguesias em análise:

- ❑ Grande número de oficinas tradicionais de artesanato e unidades produtivas artesanais;
- ❑ A grande concentração de unidades produtivas artesanais, testemunhos do passado relacionado com as atividades olárica e cerâmicas, que potenciam a definição de estratégias de forma a que o turismo seja utilizado de forma sustentada;
- ❑ Forte apetência pela fruição pois, as motivações turísticas apontam para uma cada vez maior, busca de produtos e destinos turísticos que tenham o património cultural e etnográfico como ingrediente principal;
- ❑ Duas Produções Certificadas com Indicação Geográfica;
- ❑ Turismo de Experiências, em crescimento (potencial de valorização das experiências em mundo rural);
- ❑ Complemento ao Touring Cultural e paisagístico, City Breaks e Turismo de Negócios da região Norte;
- ❑ Complemento ao produto de Saúde em Bem estar definido neste documento;
- ❑ Complementaridade a dois Espaços de excelência ligados ao artesanato (Museu de Olaria e Torre Medieval)

Existem porém alguns condicionalismos que inibem a exploração destes recursos, especialmente devido à falta de condições de fruição turística e comercial das oficinas artesanais, unidades produtivas e unidades fabris de cerâmica. A Sinalização das oficinas, apesar do trabalho já feito, é também um condicionalismo que urge resolver, facto que ganha mais preponderância se tivermos em conta que a acessibilidade a algumas oficinas não é muito fácil. Estas realidades inibem em grande escala a fruição mais regular destes recursos. Deste modo, procura-se uma estratégia de fruição sustentada que se cabimente dentro das expectativas dos fluxos de procura enquadrados nos produtos atrás mencionados.

Perante esta realidade urge a implementação de medidas que se direcionem para a:

- ❑ Necessidade de criação de meios de fruição turística deste património e a sua respetiva valorização (os roteiros turísticos podem ser, efetivamente, uma forma de integrar esta oferta patrimonial tornando-a disponível e conseqüentemente promovendo a sua viabilização).;
- ❑ Afirmação cada vez mais forte das marcas de certificação da Olaria e Figurado, como fatores diferenciadores e de qualidade;
- ❑ Readaptação as instalações fabris, ligadas à cerâmica e olaria, para fruição e interpretação patrimonial e histórica.;
- ❑ Valorização da arqueologia industrial ligada à olaria e cerâmica;
- ❑ Reestruturação das oficinas artesanais com vista a promover a maior fruição turística e comercial das mesmas, valorizando as experiências conforme aconselha o PENT;

- ❑ Sinalização turística das oficinas enquadrando na nota do PENT para assegurar um eficaz sistema de sinalização das principais atrações e manter uma boa rede de informação ao turista
- ❑ Georeferenciação das oficinas, indo de encontro ao definido no PENT para os Circuitos Turístico, religiosos e culturais.
- ❑ Conservar o “ *Saber-fazer*” e as técnicas oláricas tradicionais desta região.;
- ❑ Criação de uma área de Interesse Turístico Relevante baseada no recurso artesanato e produção cerâmica para servir de alavanca estruturante para o desenvolvimento turístico de toda esta região e inerentemente promover a viabilidade económica desta região;
- ❑ Adoção de uma sinalética própria para esta área, nomeadamente fazendo valer o estatuto aqui proposto (conforme normas para sinalização rodoviária vigente);
- ❑ Redimensionar a promoção deste espaço, não somente como área artesanal mas como uma região com significado histórico, económico e cultural relevante para o concelho de Barcelos e região em geral.
- ❑ Criação de corredores artesanais temáticos, conforme trabalho em curso;
- ❑ Criação de um núcleo interpretativo das artes e ofícios oláricos e cerâmicos;
- ❑ Recuperar e valorizar as casas ligadas aos vultos da arte populares, como Rosa Ramalho, Mistério, Maria Sineta, Ana Baraça, entre outros, criando espaço de Turismo de Memórias.
- ❑ Criação de um centro de interpretação do Bordado de Crivo, na Carreira.

Para além das medidas de diferenciação do artesanato e da cerâmica local em implementação, é fundamental que se entenda esta área como uma região de vocação estratégica para o Turismo Cultural e Industrial. Por isso, neste documento, propõe-se a delimitação da área geográfica do concelho de Barcelos, composta pelas freguesias de Galegos S. Martinho, Galegos St<sup>a</sup> Maria, Manhente, Areias S. Vicente, Lama, Roriz, Ucha e Oliveira, como uma Área de Interesse Turístico Relevante, com base no exposto como linha de atuação no PENT 2013-2015 nas alíneas *i*) e *iii*) da página 28 daquele documento, com as devidas adaptações à realidade local. De notar que esta parcela de território encerra vocação natural para a instalação de um etnomuseu de território, onde as unidades produtivas artesanais seriam os polos, os artesãos os “atores” e o território a “sala de exposições”.

Esta classificação justifica-se pelo facto de existir um património artesanal com grande potencial a explorar, nomeadamente através de atividades de fruição e interpretação das oficinas dos artesãos. A assunção destes objetivos potenciaria a preservação das práticas artesanais desta região promovendo a manutenção de um legado patrimonial identificativo destas gentes. Por último, as unidades fabris de cerâmica podem encontrar no turismo uma fonte de receita extra, desde que abram as unidades à fruição e interpretação do “ciclo do barro”, promovendo experiências. Neste prisma unidades já desativadas poderiam ter uma nova dinamização através da sua reconversão em núcleos interpretativos da atividade cerâmica e olárica. No seu conjunto estas ações potenciariam a criação de emprego e a obtenção de mais valias por parte dos artesãos e empresários da área da cerâmica.

Estas são as principais razões subjacentes a esta proposta que visam a preservação das tradições olárias e cerâmicas do concelho enquanto vetores de identidade. Esta classificação visa também condicionar a destruição das oficinas fabris e artesanais e potenciar o aproveitamento e reconversão destas para a atividade turística.

A riqueza do concelho não se fica pelas artes da olaria e figurado e alarga-se aos bordados de crivo, à tecelagem, aos trabalhos em madeira e em ferro, isto para além de produções contemporâneas que atestam o espírito criativo local. Todas marcam a identidade de um concelho com um contexto socioeconómico muito ligado à arte popular e que lhe promove uma diferença enquanto espaço de artes. Falar de Barcelos é falar do Galo, da Feira, de Rosa Ramalho, das Louças de Barcelos e do artesanato em geral, mas também de um território criativo em registos do barro ao têxtil. Estamos em presença de um território com forte vocação criativa, característica que pode e deve ser canalizada como motivadora de experiências de complemento aos produtos de touring, city break e outros.

Barcelos é, ao nível do Norte de Portugal, o território com mais artesãos e unidades produtivas artesanais. Em termos brutos são dezenas de artesãos, com preponderância para o olaria e figurado, que fazem deste concelho um verdadeiro Museu Vivo da arte popular.

De recordar que o quadro, acima enunciado sustenta-se nos numeros abaixo descritos:

- 50 Unidades Produtivas Artesanais devidamente certificadas pelo Programa de Promoção das artes e ofícios tradicionais afeto ao Instituto Emprego e Formação profissional, ao abrigo do Decreto Lei nº110/2002 de 16 de Abril e respetiva Portaria regulamentar nº1193/2003 de 13 de Outubro. Numero que tem de ser ainda mais implementado.
- 15 artesãos certificados na área da Figurado;
- 3 Artesãos certificados na área da Olaria;
- 140 artesãos no ativo;
- 15 artesãos ativos no Artesanato Contemporâneo;
- Uma Indicação Geográfica da Olaria;
- Uma Indicação Geográfica do Figurado;
- 50 oficinas artesanais disponíveis para fruição turística;

A cultura do linho era vulgar nas freguesias a sul do Cávado, especialmente nas freguesias de Remelhe, Macieira de Rates e outras. Todavia esta atividade desapareceu fruto da evolução da indústria têxtil e do aparecimento de novos materiais mais baratos e de melhor confeção. Mas o “saber fazer” nunca se perdeu e ainda hoje existem muitas famílias que herdaram este legado do passado. Este legado é também uma marca identificativa do concelho no contexto artesanal nacional.

Em termos geográficos, ao nível dos Linhos, Tecelagem e Bordados, destacam-se as freguesias de Carreira S. Miguel pela tradição na confeção dos Bordados de Crivo, e Gilmonde pelos trabalhos em

Tecelagem em Linho e Algodão. Naturalmente que estas freguesias não centram o “saber fazer” relativo a estas atividades, na medida em que existem outras freguesias onde se encontram artesãos nestas áreas, nomeadamente : Couto Cambeses, Bastuço S.João, Sequeade, Fonte Coberta ( Bordados ); Goios, Lijó, Areias de Vilar, Airó, Vila Frescaínha S. Pedro e Barqueiros (Tecelagem).

Estas são as atividades artesanais mais representativas do concelho de Barcelos a seguir às produções certificadas da Olaria e Figurado, como tal deverão ser alvo de ações que visem a sua preservação e valorização cultural e turística. Esta concretização poderá fazer-se através da criação de cenários de fruição e visibilidade deste tipo de artesanato, da integração das oficinas dos artesãos em rotas turísticas, mormente nas integradas nos circuitos de touring cultural à região, e ainda através de um trabalho complementar de sinalização turística. Paralelamente, a estas ações estruturantes deve ser implementada a certificação de algumas produções, nomeadamente do Bordado de Crivo, dadas as suas especificidades, suscetíveis de promover a criação de um caderno de especificações, ao abrigo de uma das formas legais disponibilizadas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Esta medida permitiria aos produtos artesanais desta tipologia usufruir de atributos de diferenciação de qualidade que potenciariam a sua distribuição e venda comercial, com benefícios para os artesãos e para a imagem do artesanato do concelho, conforme tem sido feito com as produções da Olaria e Figurado. Esta questão da certificação é particularmente importante e urgente para o caso dos Bordados de Carreira S. Miguel (Crivo), sem prejuízo de outras poderem ambicionar percorrer este caminho, contudo as normas de atribuição de Indicações Geográficas e afins tem um caráter muito específico que não possibilita a generalização deste tipo de proteções. Isto não inibe a recomendável existência de uma marca própria para o artesanato de Barcelos, capitalizada em sede de promoção para todas as artes. Sendo que apenas o Bordado de Crivo poderá ambicionar a ostentar o registo de certificação, em conformidade com a legislação atual.

O artesanato em madeira, vime, ferro, cobre e latão é também uma realidade no concelho de Barcelos, e acresce à riqueza artesanal atrás referenciada. Este potencial e diversidade artesanal deve ser valorizado e capitalizado em termos de imagem turística do concelho. De notar que o artesanato em Madeiras e Vime tem, no concelho grande tradição uma vez que outrora foram alavancas de desenvolvimento de algumas freguesias Barcelenses. São especialmente conhecidas famílias que se dedicaram, durante décadas, à confeção de Cestaria para atividades agrícolas diversas. Os muitos carpinteiros e jugueiros que confeccionavam alfaias agrícolas e artefactos para manuseamento nas atividades do dia a dia eram também muito conhecidos em inúmeras freguesias. Naturalmente que este contexto não se perdeu por completo e ainda existem no concelho algumas famílias e artesãos que trabalham quer em Cestaria e trabalhos em Vime, quer em madeiras e jugos. Muitos deles adaptaram-se aos tempos modernos e manufacturam peças mais atuais e/ou com função nos dias de hoje ou elaboram pequenas miniaturas em madeiras representativas do passado sócio - económico deste concelho.

Apesar de serem artes menores, no contexto artesanal local, a sua preservação e valorização é importante para o seu enriquecimento. A sua inserção na estratégia de valorização é essencial,

---

nomeadamente através da criação de rotas temáticas, da promoção da sinalização turística das oficinas e do alargamento das ações de certificação respetivos.

Em termos globais o concelho de Barcelos é uma área geográfica onde se desenvolvem inúmeras atividades artesanais de áreas de saber diversas e que encerra no seu espaço uma maior vocação histórica para a produção de materiais cerâmicos e com maior relevância na área do artesanato artístico em Barro, possuindo no seu contexto artesanal o “ícone” com mais capital de imagem de todos os símbolos populares nacionais – o Galo de Barcelos – Este, para além de ser o “estereotipo” mais importante do concelho de Barcelos, é um fator de identificação de Portugal na Europa e no Mundo que deve ser aproveitado ao pormenor para a notoriedade da cidade e concelho de Barcelos. Importa aqui potenciar, a curto e médio prazo, ações que promovam a diferenciação qualitativa e a preservação deste património identificativo do concelho de Barcelos quer o Galo, a Olaria, o Figurado, a Madeira, o Cobre, o Ferro, o Latão, a Tecelagem e os Bordados. Barcelos pode apresentar um produto artesanal diverso e compósito, sem paralelo, em toda a região Norte, e se quisermos em Portugal, visto não existir nenhum território que apresente um numero tão expressivo de artesãos como o de Barcelos. É importante capitalizar toda a imagem que o artesanato de Barcelos tem em termos nacionais e estrangeiros, nomeadamente através da ligação ao GALO, mas não só, e criar ações que promovam a sua inovação e continuidade nas mais diversas produções. Aqui apraz-se a necessidade de uma recomendável e estratégica parceria com as entidades de ensino do concelho, nomeadamente o Instituto Politécnico do Cavado e Ave ou a Escola de Tecnologia e Gestão, entre outras, por forma a estudar e a promover novas formas, novos conceitos, novos meios de comunicação e de embalagem das peças, conferindo-lhe um enquadramento nos valores de consumo da atualidade. De igual modo, interagir com as entidades de ensino ao nível do design e novas peças, tendo por base a identidade local. Neste particular um nota especial para a olaria, de forma a que esta seja sempre um espelho do seu tempo, embora adaptado às novas tendências sem perder, porém, a sua identidade e técnicas de trabalho tradicionais. A criação nas escolas do concelho de programas técnico-pedagógicos onde se potenciasses a aprendizagem das produções endémicas do concelho apresenta-se também como estratégica, nomeadamente nos territórios onde estas produções tem mais expressão. A certificação, as rotas artesanais, a sinalização turística, a criação de condições de fruição das oficinas, a inovação, as parceria com entidade de ensino e o apoio à divulgação do artesanato, visando a sua internacionalização, são ações a considerar como estruturantes de apoio ao artesanato e para sua afirmação como setor económico e como argumento turístico com grande expressão em alguns produtos estratégicos definidos pelo PENT para o território.

O artesanato é um património material e imaterial ligado às produções artesanais de valor inestimável, um item de identidade. Não pode, por isso, ser olhado apenas como uma reserva ou herança do passado, mas antes como um ativo que faz parte do presente, e, como um vetor de identidade que deve ser transportado para o futuro como bandeira de diferenciação cultural, no contexto cada vez mais globalizado. Deve ser um argumento de desenvolvimento económico e social e um recurso turístico de excelência e inovador. A expressão e o nível de empregabilidade que

a sociedade Barcelense tem neste setor obriga a uma postura ativa que promova a sustentabilidade e viabilidade de quem labora neste registo. As políticas municipais e a aposta clara neste setor tem tido este horizonte estratégico de fazer do artesanato a grande linha de leitura e fruição do território, envolvendo-o com os restantes eixos de identidade do território como o caminho de Santiago, o turismo e o têxtil;

#### 4.6. O Enoturismo, um produto emergente.

Segundo alguns dados históricos foi no Noroeste, no coração mais povoado de Portugal desde os tempos asturo - leoneses, que a densa população cedo se espalhou pelas leiras de uma terra muito retalhada.

A partir do século XII surgem já muitas referências à cultura da vinha cujo incremento partiu da iniciativa das corporações religiosas/ordens religiosas que cedo se instalaram na península ibérica para solidificar a fé cristã, e também da contribuição decisiva da Coroa que incrementava a rentabilização das terras e a fixação da população.

A viticultura terá permanecido incipiente até aos séculos XII-XIII, altura em que o vinho entrou definitivamente nos hábitos das populações do Entre-Douro-e-Minho, tornando-se então num bem essencial para a Coroa e ordens religiosas. A própria expansão demográfica e económica, a intensificação da mercantilização da agricultura e a crescente circulação de moeda, fizeram do vinho uma importante e indispensável fonte de rendimento.

Embora a sua exportação fosse ainda muito limitada, a história revela-nos que terão sido os «Vinhos Verdes» os primeiros vinhos portugueses conhecidos nos mercados europeus (Inglaterra, Flandres e Alemanha), principalmente os da região de Monção e da Ribeira de Lima, devido às suas localizações geográficas mais junto ao mar e à fronteira, em detrimento das restantes áreas onde se produzia este néctar.

No século XIX, as reformas institucionais, abrindo caminho a uma maior liberdade comercial, e a revolução dos transportes e comunicações irão alterar, definitivamente, o quadro da viticultura regional.

A orientação para a qualidade, regulamentação da produção e comércio do «Vinho Verde» surgiram no início do século XX, tendo a Carta de Lei de 18 de Setembro de 1908 e o Decreto de 1 de Outubro do mesmo ano demarcado, pela primeira vez, a «Região dos Vinhos Verdes».

Questões de ordem cultural, tipos de vinho, encepamentos e modos de condução das vinhas obrigariam à divisão da Região Demarcada em seis sub-regiões: Monção, Lima, Basto, Braga onde se insere o concelho de Barcelos, e ainda Amarante e Penafiel.

É este manancial, cultural e histórico, que está presente no cultivo e na produção dos vinhos verdes em Barcelos e que urge chamar para a ribalta da promoção do turismo do concelho. De nota que o concelho de Barcelos possui inúmeros solares e casas solarengas, cabeças de grandes explorações agrícolas e onde a tradição da produção do vinho está bem enraizada na arquitetura e na estrutura destas habitações, que despontam sobriamente do seio das paisagens verdes deste concelho.

Se o tempo e a história marcam a identidade de cada espaço geográfico, o vinho é uma expressão da nossa cultura e identidade. A própria paisagem concelhia é também ela um produto histórico de determinações sociais, onde a cultura da vinha tem um papel preponderante ao longo dos tempos.

Neste contexto, o enoturismo é uma forma de descobrir e fruir a região assim como interpretar a cultura e o “*modus vivendi*” das gentes do nosso concelho. Por outro lado, é uma forma de potenciar a interligação dos produtos : vinha e vinho / turismo no espaço rural / gastronomia, na assunção de que, através deste tipo de turismo, os visitantes poderão contactar mais facilmente com a autenticidade do mundo rural. É inquestionável que a aposta clara numa política de enoturismo potencia a preservação das vinhas e a valorização do património paisagístico, arquitetónico e museológico, promovendo, ao mesmo tempo, os produtos gastronómicos e artesanais da região. Naturalmente que uma política deste género pode combater a desertificação do mundo rural e criar cenários de interpretação do mundo rural e situações de pluri – rendimento altamente vantajosas para a economia e bem – estar das populações. Aliás, a ordenação e o desenvolvimento rural devem favorecer a diversificação das atividades económicas, estimulando a valorização dos produtos regionais e estabelecendo circuitos comerciais geridos pelos produtores, promovendo atividades ligadas ao turismo e ao lazer, sob controle das coletividades e sem degradação do meio. Enquadrando esta premissa no PENT é importante aproveitar o que este documento exorta como “*qualidade e diversidade dos vinhos, alguns exclusivos de Portugal, como é o caso do Vinho do Porto e Madeira*”, mas ao qual nos acrescentamos o Vinho Verde, pelas suas características e, em particular, o ligado à casta Loureiro local que assume particularidades interessantes para valorizar este produto e acrescentar valor ao produto complementar da gastronomia e vinho no concelho e região. Em Barcelos, tal como o descrito no PENT, está subjacente a este produto a convicção de que este é um produto turístico de nicho quando avaliado como motivação primária, mas que é altamente motivador de fluxos de turismo aos estabelecimentos de restauração locais é um facto. Contudo, a região do Minho neste produto tem claramente um enquadramento privilegiado.

Como afirmamos anteriormente existem em Barcelos, aproximadamente 2042 (ha) de vinha. É o maior concelho produtor na região do Cávado e no cômputo dos últimos 10 anos a produção concelhia representou cerca de 5% do total de vinho produzido na região dos vinhos verdes.

Barcelos é um Município com uma inegável vocação vitivinícola e está no coração da região demarcada dos vinhos verdes, possui hoje perto de dezena e meia de produtores/engarrafadores com vários de rótulos, alguns deles com muitas décadas de existência e bem conhecidos do mercado nacional e internacional. Os maiores produtores da região tem no território do concelho de Barcelos infraestruturas relevantes, facto que contribuiu de forma significativa para a centralidade do território do concelho de Barcelos no domínio da região dos Vinhos Verdes.

Contudo, os vinhos desta região, enquanto produto turístico, estão ainda em desenvolvimento, devido à pequena dimensão das empresas que atuam no setor, ao reduzido número de pessoal que empregam e à conseqüente falta de pessoal especializado para o turismo. Por outro lado, o turismo associado ao vinho ainda não está localmente estruturado como fator de desenvolvimento e como setor que pode ser altamente rentável não só para as adegas como para toda a economia da região. Urge uma intervenção neste domínio sensibilizando para o conceito e apostando em estratégias efetivas para este domínio, não só definidas pelo Município, mas sim em escala para toda a região, face ao potencial existente.



O concelho de Barcelos tem-se assumido, nos últimos anos, como um dos maiores produtores de vinhos de toda a região demarcada, fruto da reconversão da estrutura vinícola do concelho e do ressurgimento de empresários com grande espírito de iniciativa e com grande sentimento de valorização deste produto. Este encontra, nas margens do Cávado e na parte central do concelho condições excelentes para a sua desenvoltura. Por outro lado, há toda uma experiência acumulada ao longo de centenas de anos, de dedicação ao vinho e à vinha por parte da população deste concelho. As novas tendências da sociedade fizeram das estruturas de produção vinícola em locais apetecíveis para fruição e lazer, e ainda conducentes à valorização do património rural e arquitetónico. Para além da valorização do vinho estes locais apresentam-se pela sua valia patrimonial, etnográfica e simbólica como potenciais locais para a prática do Enoturismo. Existem 4 quintas (Quinta do Convento da Franqueira; Quinta de Paços, em Rio Covo St<sup>a</sup> Eulália, Solar dos Azevedos na Lama e Quinta de Santa Maria em Rio Covo St<sup>a</sup> Eulália) a laborar nesta modalidade e a usufruir dos benefícios promocionais da Rota dos Vinhos Verdes.

Existem áreas de exploração vinícola recentes, fruto da reconversão da floresta e de alguns solos, e como tal sem grande valor patrimonial, por outro lado existem locais de grande valor e tradição vinícola associados a imóveis de grande valor patrimonial que podem ser potenciados para o enoturismo, ainda que em harmonia com o definido para o Turismo no Espaço Rural.

Estes locais associam a vertente monumental a um espaço vinícola de uma forma verdadeiramente fantástica, conferindo às áreas onde se encontram inseridos um património paisagístico ímpar e por isso diferenciador. Perante este cenário urge definir medidas que protejam as áreas envolventes a estes espaços de forma a proteger o seu enquadramento patrimonial e paisagístico.

Mais, existe a necessidade de sensibilizar os produtores para valorizar o vinho verde e as suas Quintas como locais de enoturismo, e a abrir “as portas” das quintas, de forma sustentada, à fruição turística, nomeadamente através de visitas interpretativas, experiências vínicas e provas de vinhos entre outras atividades que valorizem todo o património associado a estas quintas e ao ciclo do vinho. São argumentos que potencializam o descrito no PENT, nomeadamente ao nível das experiências de Turismo no Espaço Rural (importa neste item que os agentes dos Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural e Turismo de Habitação, estruturam este produto nos seus empreendimentos ou que estabeleçam parcerias com os produtores de vinho e empresários de enoturismo, no sentido de promover a interação entre eles e potenciar a melhoria da qualidade da experiência dos turistas) e na promoção da riqueza e qualidade da gastronomia e vinhos como complemento da experiência turística, estimulando a aplicação da marca/ conceito «Prove Portugal» em produtos, equipamentos e serviços.

## Quadro 12

Produtores e Engarrafadores de Vinho Verde disponíveis para recetividade turística

<b>Produtores de vinhos e Adegas Regionais</b>	<b>Localidade</b>
Adega Cooperativa de Barcelos, CRL	4755-227 Gamil BCL
Quinta de Balão	4755-356 Moure BCL
Quinta de Paços	4755-490 Rio Covo St <sup>a</sup> Eulália BCL
Quinta do Barco	4750-552 Manhente BCL
Sociedade Agrícola Quinta de Santa Maria S. A.	4775-055 Carreira BCL
Sogrape Vinhos, S.A.	4750-511 Lama BCL
Quinta do Bosque	4755-447 Remelhe BCL
Vinhos Boucinha	4755-020 Alvelos BCL
Caves Campelo	4755-357 Moure BCL
Sociedade Agrícola Quinta de Argemil	4750-621 Perelhal BCL
Quinta da Encosta de Airó	4755-604 Gamil BCL
Manuel de Jesus Esteves da Costa – Vinho Tintureiro	4755-048 Areias de Vilar BCL
Piers Alexander C.Gallie/Quinta da Franqueira	4755-41 Pereira BCL

*Nota: Apenas os disponíveis para fruição e visitação turística*

O vinho é a expressão máxima daquilo que a terra fértil, sulcada e modelada a minifúndio nos dá, e por si só um convite para melhor conhecer o espírito e a cultura das gentes desta região. Para que esta premissa se concretize é necessário que se criem condições para o efeito, nomeadamente através de criação de fruição e interpretação deste património monumental e vinícola. Só assim este património poderá ser legado às gerações vindouros pelo que é imperioso que se interpretem, em termos de planeamento, estes locais como locais de grande interesse turístico a proteger e a implementar.

Para o efeito é fundamental que se condicione o uso dos solos nas imediações destes espaços, e se promova a proteção de todo este espaço e a sua dinamização turística.

Naturalmente que as ações a tomar em conta têm que fazer parte de uma política concelhia e até regional de valorização do enoturismo e do próprio turismo no espaço rural.

Desta forma propõe-se, na carta turística do concelho, a delimitação destas áreas quer como Áreas de Aptidão e Vocação Turística quer como Áreas de Interesse Turístico Relevante, em face do exposto nas alíneas i) e vi) da pagina 28 e 29 do Plano Estratégico Turismo Nacional, enquanto linha de atuação no produto.

Estas classificações visam assegurar que os espaços e solos afetos a esta atividade não sejam adulterados no futuro nem reconvertidos noutras tipologias de utilização dos solos que possam diminuir o potencial instalado no concelho a este nível. Naturalmente que, desta forma, se promove a preservação do património paisagístico concelhio e do património cultural e etnográfico associado à vinha e ao ciclo do vinho. Visam também potenciar a ligação desta atividade com o turismo no espaço rural e demais empreendimentos turísticos concelhios de forma a aumentar a duração da estadia no concelho e na região e, ainda, a promoção de Barcelos como espaço de produção vinícola de grande qualidade. Também podem potenciar a notoriedade dos vinhos verdes locais, dinamizando a

atividade e proporcionando aos visitantes a possibilidade de contactar com as tradições rurais e assim interpretar e fruir de uma forma efetiva a cultura e as tradições das nossas gentes. A complementariedade com os restantes produtos e com descrito no PENT neste domínio é elementar.

QUADRO 13  
Locais potencial para o enoturismo | Proposta

EQUIPAMENTO	FREGUESIA	CLASSIFICAÇÃO	ELEMENTOS DE INTERESSE
Solar dos Azevedos	Lama	AAVT	Área vinícola / Casa Solarenga
Quinta de Vila Meã	Silveiros	AAVT	Área Vinícola/ solar oitocentista
Quinta de Argemil	Perelhal	AITR (C.2.)	Área vinícola e Adega
Quinta do Tamariz	Fonte Coberta	AITR(C.2.)	Área vinícola e adega
Quinta de Santa Maria	Carreira	AITR(C.2.)	Área Vinícola e Adega
Quinta Convento da Franqueira	Pereira	AAVT	Área Vinícola /Casa Solarenga/ Fonte da Vida/ Convento
Quinta do Bosque	Remelhe	AITR(C.2.)	Área Vinícola /Adega
Quinta dos Lagos	Remelhe	AITR(C.2.)	Área Vinícola/Lago/Restaurante
Quinta do Barco	Barco-Manhente	AITR(C.2.)	Aérea Vinícola
Quinta do Paço	Rio Covo St <sup>a</sup> Eulália	AITR(C.2.)	Área Vinícola e Edifício
Casa do Hosp. S. João de Deus	Areias de Vilar	AITR(C.2.)	Área Vinícola
Quinta do Campelo	Moure	AITR(C.2.)	Área Vinícola / Adega
Casa do Adro	Encourados	AITR(C.2.)	Área Vinícola / Edifício.
Quinta de Mourens	Silveiros	AITR(C.2.)	Área Vinícola e Unidade de TER.
Quinta da Torrente	Minhotães	AITR(C.2.)	Área Vinícola e Casa senhorial

**AAVT** – Área de Aptidão e Vocação Turística | **AITR** – Área de Interesse Turístico Relevante

Estes são os locais com maior vocação para serem considerados de excecional interesse para o fortalecimento do produto enoturismo no concelho, ao mesmo tempo que contribuem de forma relevante para divulgar o património paisagístico e cultural do concelho de Barcelos. Contudo, importa referir que existem outros locais se adaptados a este conceito podem perfeitamente ser elegíveis neste âmbito, nomeadamente alguns empreendimentos de turismo no espaço rural e turismo de habitação.

Estes locais, assinalados na carta turística do concelho, são elementos efetivos do produto turístico concelhio que se devem cruzar e complementar com os demais produtos turísticos locais, nomeadamente o Turismo no Espaço Rural, o artesanato e os circuitos. Destes locais 4 são parte integrante da Rota dos Vinhos Verdes.

Em termos estratégicos considera-se de grande interesse a criação e delimitação destas áreas de grande margem de progressão no contexto turístico atual e futuro, uma vez que poderão então servir de alavanca de desenvolvimento, fruição e interpretação do mundo rural e das tradições a este associadas. Esta será também mais uma das formas de preservar e dinamizar o património etnográfico artesanal, vinícola e gastronómico do concelho de Barcelos.

Naturalmente que esta estratégia só terá a devida correspondência se todos os agentes do ramo se motivarem para este movimento, sendo fundamental o seu empenhamento em estratégias de dimensão supramunicipal e até supranacional (como é o caso da Carta do Enoturismo Europeia). É vital que se defina um posicionamento estratégico a este nível para que, nos próximos anos, o enoturismo tenha uma progressão positiva e sustentada no concelho.

Urge também a realização de atividades de promoção direcionadas e generalistas no concelho que visem a sensibilização dos produtores e posicionem Barcelos no contexto turístico da região Norte como um concelho de grande potencial vinícola. Por outro lado, importa promover este mesmo posicionamento estratégico junto dos operadores que laboram essencialmente neste tipo específico de turismo.

Para estes recursos se configurarem como uma realidade efetiva é fundamental criar um conjunto de sinergias na região que incluam metas e objetivos concretos e contínuos para que esta aposta não seja efémera ou casual, mas sim o fruto de um planeamento integrado, que permita criar em torno de Barcelos e da Região dos Vinhos Verdes uma perceção real da sua vocação para o setor, com extensão ao exterior e às redes internacionais já existentes, com especial enfoque à rede das cidades europeias do vinho (RECEVIN), rede na qual Barcelos faz parte, bem como da Associação Portuguesa dos Municípios com Vinho (AMPV). Barcelos pode ser uma âncora, mas a região tem de “beber” dos mesmos princípios, por forma a que, pelo menos, no curto prazo atinjamos os patamares de outras regiões nacionais, nomeadamente o Douro e o Alentejo.

Uma vez que se trata de uma área ainda relativamente pouco explorada localmente, torna-se a mesma mais sensível, pelo que é fundamental que as ações que venham a ser implementadas correspondam às atuais motivações e expectativas dos Turistas que nos visitam e possuam capacidade suficiente para atrair novos mercados e público técnico do setor dos vinhos. Só desta forma se pode criar uma imagem neste domínio.

Por outro lado os Produtores locais devem interpretar o Vinho, não apenas na ótica da comercialização simples e comum, mas também como um produto em que a interpretação, simbologia e fruição são fatores que podem levar, por outros caminhos, à criação de novos circuitos de distribuição do produto e a conseguir chegar a outros segmentos de mercado com potencial económico relevante.

De igual modo, os produtos inscritos em sede do Produto complementar de Gastronomia e Vinhos,

devem potenciar a associação ao mundo rural, aos vinhos e ao cada vez maior uso dos produtos da terra, criando um fluxo de relação direta entre a qualidade das iguarias e dos produtos locais, dimensionando experiências neste registo. Um desafio importante, mas que se apraz elementar, para a afirmação do turismo do vinho e do enoturismo na região.

Esta amplitude e dimensão vem reforçar os propósitos do PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo e da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, com valorização dos produtos estratégicos: gastronomia e vinhos, touring cultural e paisagístico, patrimónios, conseguindo-se o desenvolvimento do enoturismo, o reforço do produto turístico regional e, neste contexto, visibilidade e internacionalização.

#### 4.7. O Associativismo – o envolvimento da comunidade.

O concelho caracterizado pelo seu elevado numero de freguesias possui, em toda a sua área, inúmeras associações das mais diversas tipologias e âmbitos, muito embora as Associações de cariz recreativo, cultural e desportivo sejam as mais numerosas. Naturalmente que a constituição da esmagadora maioria destas associações resulta de movimentos das comunidades locais mais conscientes da necessidade de se associar para dinamizar atividades de natureza diversa. De referir que algumas associações existentes desempenham um importante papel na área social digno de registo. Além de representarem a maneira e o modo destas gentes se associar, retratar e espelhar a sua cultura e tradições. Em termos turísticos destacam-se pelo seu relevante interesse cultural e artístico, havendo mesmo algumas destas associações que possuem visibilidade turística de grande dimensão.

Importa que, em termos de animação e atividade turística, os organismos com responsabilidade a este nível e os próprios agentes concelhios, nomeadamente os que tem a seu cargo a animação turística e os empresários ligados ao empreendimentos turísticos, saibam concertar-se com estes organismos e assim possam capitalizar em termos de animação turística, o dinamismo e o know-how instalado na maioria destas associações. Estas são não só alavancas de dinamização cultural, desportiva, etnográfica, folclórica, ambiental e gastronómica do concelho, mas também elos de ligação à comunidade. A estratégia turística não pode ser implementada se as comunidades locais não estiverem conscientes dos seus objetivos ou não se identificarem com esta em virtude da mesma, apesar de usar os atributos culturais, etnográficos e identificativos da comunidade, não contar com a sua participação. Esta realidade aplica-se a cada um dos eixos estruturados neste documento: o património, turismo no espaço rural, enoturismo, ambiente, artesanato ou outro. No entanto sem a participação da comunidade local dificilmente se conseguirá uma imagem corporativa de cada um destes eixos. De notar que este são “produtores e facilitadores” de atividades que podem apresentar-se como excelentes complementos aos produtos primários, mormente os referenciados como de valor para o território em análise.

Naturalmente que a concertação com as associações é um ato estratégico para a concretização de cada um dos eixos plasmados neste documento. Paralelamente, é uma relação de simbiose entre as partes, na medida que o Turismo ganha com a participação destas associações nos projetos a implementar e as associações, enquanto representantes da comunidade ou parte desta, lucram com os fluxos económicos resultantes do efeito multiplicador do turismo, na assunção dos princípios da sustentabilidade desejáveis para a atividade turística na sua relação com as comunidades e com o meio onde se desenvolvem. Em termos estratégicos, o turismo é um sistema que interage com todos os agentes que se explanam no meio, e conseqüentemente uma forma de promover a interação com agentes locais.

Neste sentido, importa encetar uma política de comunicação com estas associações de forma a potenciar a sua participação na dinamização da animação turística, cultural e desportiva da concelho.

Por outro lado urge uma melhor promoção das suas atividades de forma a conferir-lhe mais visibilidade.

Os agentes concelhios que laboram no Turismo e áreas afins devem fazer destes organismos parceiros estratégicos para a valorização da atividade turística.

#### 4.8. Estruturas de apoio e fixação ao Turismo

Nas últimas duas décadas o concelho de Barcelos tem sido alvo de avultadas melhorias rodoviárias, e não somente no espaço dito de urbano, mas também nas zonas menos próximas do centro do concelho onde se aloja a cidade de Barcelos.

Contudo, o grande número de freguesias que o concelho encerra (89 freguesias, com a recente reforma passou para 61) leva a que as dificuldades de modernização aos mais diversos níveis, seja extremamente lenta. Exemplo desta situação é o sistema de saneamento e abastecimento de água. Muito embora a maior das freguesias tenham já este tipo de infraestruturas, registaram-se algumas dificuldades noutras para a prossecução deste objetivo em face da dimensão do território. Isto apesar de estar sediado no território o centro de captação de água no rio Cávado, que abastece grande parte dos concelho a Norte da Região Metropolitana do Porto até Braga (V.N. Famalicão, Vila do Conde, Pova de Varzim, Braga e Guimarães). Este facto, permitiu apesar das dificuldades referenciadas, o mais rápido difundir da água canalizada a algumas áreas do concelho. O quadro atual é muito positivo e uma mais valia para o desenvolvimento do turismo.

Em termos de saneamento, e apesar da construção da ETAR de despoluição do Rio Cávado e tratamento de esgotos, reconhecem-se algumas dificuldades a este nível em grande parte do concelho dado que a grande maioria ainda não se encontra abrangida por este tipo de infraestrutura.

No que toca a equipamentos de natureza desportiva de referenciar o complexo das piscinas municipais com campos de ténis e campos de Basket que enriqueceu as infraestruturas do concelho a este nível e, em especial, da cidade. De notar ainda os gimnodesportivos de Viatodos, Campo e Areias S.Vicente, Alvito S.Pedro, ou recentemente do Colégio La sale, como ativos da infraestrutura a este nível no território. E, embora não se possa dizer que o concelho está bem servido ao nível de infraestruturas desportivas, assinalam-se mais de uma centenas infraestruturas para a prática desportiva, a dividir entre campos de jogos, polidesportivos, ginásios, piscinas, campos de ténis e ringues. A juntar a estes a pista de motocross de Quintiães que acolhe importantes provas desta modalidade; o campo de Tiro da Fervença, como espaço estratégico para a realização de provas de nível europeu e Mundial, apresentando-se como uma âncora ao nível da atratividade e eventos para a região; e o Centro Hípico Irmão Pedro Coelho, como fator de forte atratividade no registo do turismo equestre e do cavalo. Esta última estrutura configura-se como uma das mais completas existentes no Norte de Portugal neste registo. Esta estrutura que muito valoriza o território, enquadra o mesmo dentro dos pressupostos do PENT 2013-15, no sentido de desenvolver infraestruturas e serviços especializados em prol do Cavalo.

Assiste-se, no entanto, a uma grande concentração deste tipo de infraestruturas no perímetro urbano da cidade desequilibrando por completo o equilíbrio que se deseja a este nível. Por outro lado, o Estádio “Cidade de Barcelos” e toda a área desportiva adjacente, acentuou ainda mais a dependência do Concelho da sua sede.



Ao nível desportivo não se pode deixar de referenciar o papel proactivo na formação dos jovens do concelho por parte do Oquei Club de Barcelos e a Associação Desportiva de Barcelos, o Hóquei patinado que tem muita tradição neste concelho); e em termos de futebol o Gil Vicente F.C, para além de um vasto conjunto de associações que elencam a sua atividade no registo da formação desportiva.

No entanto, existem dezenas de associações desportivas espalhadas pelo concelho que muito tem contribuído para o desenvolvimento do desporto e das suas infraestruturas. A prova-lo o facto de o concelho de Barcelos ser o único no país que possui um campeonato e taça de futebol interno à margem dos campeonatos regionais das Associações de Futebol e Inatel. Esta iniciativa tem vindo a capitalizar cada vez mais a atenção das associações locais que deixam os outros campeonatos para se juntar ao concelho.

Referencia ainda para o posicionamento de algumas coletividades ao nível de atividades aquáticas e de jetski, que reforçam a necessidade da criação de estruturas a este nível no rio Cávado.

Fora deste âmbito, destacam-se as estruturas de prática de Hipismo, na Quinta Pedagógica de Alvito S. Pedro, no Centro Equestre de Barqueiros, na Quinta da Boavista, em Moure, e na Quinta de Stª Comba, na freguesia da Várzea, para além do já referenciado Centro Hípico Irmão Pedro Coelho que no seu conjunto criam massa critica no concelho ao nível do Turismo Equestre e serviços especializado neste domínio, potenciando, ainda que de forma ainda ténue, uma afirmação deste tipo de turismo e a possibilidade de este ser um complemento efetivo ao nível das experiências em mundo rural. Existem também algumas associações como a Associação Equestre de Lijó, com ações tendentes a acrescentar valor neste domínio. Por último, uma referência para o Parque da cidade de Barcelos que se afigura como o único espaço de lazer propriamente dito no concelho, local onde se insere um pavilhão desportivo, campos de ténis, parque infantil e zona para percursos de manutenção e atividades desportivas pedestres, isto num contexto de zona verde e lago. Urge aqui, uma intervenção paisagística para modernização deste espaço nobre bem no centro da cidade de Barcelos, para além das ações já definidas num passado recente que reduziram alguns problemas existentes no espaço e lhe conferiram maior visibilidade turística. De notar ainda a necessidade de um planeamento concertado e integrado para os inúmeros espaços de lazer dispersos pelo concelho, nomeadamente os parques de merendas, em áreas de valor natural, de forma a que estes se posicionem como mais valias para a fruição e não como fatores nocivos para os espaços.

A nível cultural e para além do Museu Arqueológico, muito procurado pelos turistas, onde se aloja o Padrão do Galo, percursos da Lenda do Galo, de referir também o Museu de Olaria, que para além de ser único a nível nacional, é uma referência pedagógica e de investigação olárica e um vértice fundamental de apoio aos artesãos do concelho de Barcelos. Esta estrutura recentemente recuperada assume-se como um ativo estruturante na região Norte. A sua fama ultrapassou já fronteiras e, por isso, é muito solicitado no contexto do Touring Cultural ao Norte de Portugal e em especial ao Minho.

A Biblioteca Municipal é também uma referência cultural da cidade, não só pela sua localização, num edifício medieval no centro da cidade de Barcelos, mas também pela sua atividade proactiva ao nível dos eventos culturais da cidade. As 2 galerias de arte, uma delas inserida no salão gótico da Câmara Municipal tem dinamizado muito a vida cultural da cidade. Por outro lado, o Auditório (Auditório S. Bento Menni) com capacidade para 500 pessoas; os auditórios Municipais : Câmara Municipal (250 Pax); Museu de Olaria (100 Pax) e Biblioteca Municipal (100 Pax) e o auditório do Circulo Católico (100) perfazem uma capacidade de 1050 lugares, o que não deixa de ser significativo e abre algumas possibilidades, apesar da dispersão, para a realização de Certames Técnicos de alguma dimensão. Não estão aqui contabilizados os mais de 190 lugares do Teatro Gil Vicente, que incrementam ainda mais a capacidade da cidade para este registo (vide anexo VII).

De referenciar o Museu Etnográfico de Chavão, museu rural de comunidade e uma serie de coleções de valor relevante do ponto de vista etnográfico, entre as quais se destaca a do designado Museu Regional e Etnográfico de Alvito S.Pedro e uma serie de outras de natureza particular ou associativa, que são recursos suscetíveis de serem inseridos no âmbito de Circuitos Turísticos, como propõe este documento .

Pode-se afirmar que ao nível dos equipamentos culturais este concelho está relativamente bem servido, especialmente depois da abertura do Teatro Gil Vicente e da criação do Centro de Interpretação do Galo e da Cidade na Torre Medieval. Estruturas que redimensionaram por completo a realidade da cidade a este nível, e criaram novos argumentos em visitaçao a Barcelos em sede de City Break e Touring.

Ainda dentro desta vertente de registar a atividade cultural de algumas associações culturais do concelho que muito dinamizam a cidade. De referir que, neste momento existem centenas de associações distribuídas pelo setor cultural, recreativo e folclórico que dinamizam e promovem iniciativas de animação diversas, transformando o território num espaço vivo, diversificado e intenso.

Turismo é uma atividade que, para além dos prestadores e recetores de serviços turísticos, em sentido estrito, mobiliza a globalidade de um espaço humano e geográfico(país, região, etc) tendo também a ver com as condições de vida, qualidade e vivência desses espaços e com o respetivo património civilizacional e cultural como fatores fundamentais para o sucesso e concretização do setor. Desta forma, a generalidade dos equipamentos culturais e desportivos são fundamentais para promover a maioridade cultural de uma sociedade e o seu bem estar, sendo ao mesmo tempo elementos fundamentais para a ocupação dos tempos livres e do lazer das populações locais.

Por isso, não é só a prestação de serviços turísticos que está em causa, mas todas as outras dimensões sociais, económicas e culturais que condicionam o ambiente em geral que se vive na região ou local e que, naturalmente, suscitam no visitante sentimentos de satisfação decorrente de uma experiência positiva. Desta forma, e atendendo um pouco ao referido anteriormente, deve-se ter em conta a qualidade dos equipamentos ao dispor da população e que são alavancas do seu bem-

estar social. Só depois de concretizado este objetivo se poderá fazer deste tipo de infraestrutura um complemento válido para a oferta turística concelhia.

Refira-se, contudo, o facto de o concelho, em especial a sede do concelho, ainda não possuir infraestruturas de alojamento condizentes com o seu posicionamento e nível de frequência que regista. O concelho apresenta ainda um défice neste item, facto que inibe a estada de visitantes no concelho, ao mesmo tempo que promove a fuga de potenciais turistas para outros concelhos nomeadamente para a Póvoa de Varzim, Esposende e Braga, especialmente no registo empresarial (empresários que se relacionam com o fortíssimo tecido empresarial barcelense). Esta situação é particularmente sensível no período de Maio a Setembro. Esta realidade continua, apesar da clara melhoria registada nos últimos 10 anos, a potenciar a fuga de empresários e turistas para empreendimentos dos concelhos vizinhos, uma vez que a cidade apresenta uma estrutura muito curta a este nível. Aliás, este quadro castra um pouco o efeito do Turismo de Negócios no concelho, que grosso modo é mais impato ao nível dos estabelecimentos de restauração e bebidas, em virtude de na esmagadora dos casos, estes não pernoitam no concelho, facto que inibe uma maior capitalização da presença destes em Barcelos. Todavia, a curto prazo, a avaliar pelos projetos em curso, este condicionalismo está resolvido, com a abertura de Empreendimentos Turísticos que podem inverter esta realidade. Ultrapassado este e outros condicionalismo o concelho, e em especial a cidade, poderá capitalizar em termos turísticos os fluxos de movimentação de pessoas promovido pelo tecido empresarial do concelho. Esta realidade enquadra com o descrito no PENT para este produto no sentido de desenvolver o turismo de negócios qualificando infraestruturas e estruturas de suporte, no reforço da captação proactiva de eventos e no desenvolvimento criativo de ofertas que contribuam para proporcionar experiências memoráveis aos participantes.

Num prisma oposto apraz-se a existência de inúmeros estabelecimentos de restauração e bebidas que em muito dignificam a cidade e concelho e fazem deste uma das referências gastronómicas da região do Baixo - Cávado. No tocante a estabelecimentos de animação noturna, o concelho está relativamente bem servido, registando-se a necessidade de aparecer mais infraestruturas deste género no centro histórico, por forma a fazer deste um espaço vivo e animado. Esta realidade deve ser extrapolada para o caso dos estabelecimentos de restauração e bebidas, com o intuito de dinamizar os espaços existentes no perímetro histórico da cidade.

A registar, negativamente, o facto de não existir nenhuma infraestrutura direta de animação turística, no concelho de Barcelos, apesar de existir potencial para o efeito, nomeadamente para o produto Golfe. De notar contudo que se encontra em fase final de instalação um parque aventura na freguesia de Fragoso, nas margens do rio Neiva. E ainda o facto de não existir uma rede de circuitos e roteiros temáticos que permitam uma leitura mais fácil do imenso potencial turístico do concelho, especialmente de natureza ambiental, patrimonial. De igual modo, regista-se a inexistência de infraestruturas de animação turísticas relacionadas com o Rio Cávado e suas margens, apesar de existirem condições naturais ótimas para o efeito. Esta situação castra também o desenvolvimento do turismo náutico neste curso de água, ao contrario do registado nos concelho vizinhos de Vila Verde ou Esposende. Aliás o recurso turístico “rio” encontra-se numa fase incipiente de exploração turística

e será no futuro o recurso alavanca com mais margem de progressão neste concelho. De igual modo o Rio Neiva, apesar de possuir algumas praias fluviais, não tem exploração turística planeada ou organizada oficialmente, exceção para o já referenciado parque aventura. O mesmo se passando com algumas praias existentes nas margens do Rio Cávado, nomeadamente em Areias de Vilar, Barcelinhos, Mariz e Perelhal. De notar que no concelho só existem sedadas duas empresas de animação turística, a já referenciada, no âmbito do Parque Aventura e a Falcão Sport (Alvará 13/2008 TP) facto que explica também a pouca iniciativa neste registo no território.

A inexistência deste tipo de infraestrutura de animação turística-ambiental prejudica essencialmente os empreendimentos de Turismo no Espaço Rural e de turismo de habitação, uma vez que estes elementos são fundamentais enquanto complemento deste tipo de alojamento e promotores das experiências em Mundo rural. Aliás, o Turismo no Espaço Rural em Barcelos regista um numero satisfatório de unidades. Todavia, estas infraestruturas não são reveladores do potencial instalado para efeito, conforme o descrito anteriormente,

Em termos de estratégia turística importa potenciar a criação de condições que, em primeira instância, promovam o bem estar das populações locais e confirmem qualidade cultural e ambiental ao espaço agora em análise, para que posteriormente estes de elementos integrantes do produto turístico local e, acima de tudo, sirvam de complemento e recurso de atração aos recursos de fixação do concelho.

Este trabalho é fundamental para promover a captação de investimentos no setor nas áreas consideradas deficitárias, nomeadamente Empreendimentos Turísticos e Equipamentos de Animação Turística. Urge também por parte dos poderes públicos a criação de condições para promover a exploração dos recursos alavanca do concelho como sejam : o Rio Cávado e as suas margens; A Feira, Património Monumental(centro histórico); património ambiental e o artesanato (e o galo);

## 5. Conclusões

O presente documento organizado pelos serviços de turismo de Barcelos resulta de uma análise exaustiva das potencialidades e dos recursos que podem servir de base para a implementação de uma nova estratégia de desenvolvimento concelhio que tenha como alicerces a qualidade de vida das populações e a atividade turística. Estes dois vetores devem ser implementados de forma a potenciarem o desenvolvimento do potencial instalado ao nível do mundo rural e para captarem as oportunidades inerentes à existência de um tecido industrial forte.

Naturalmente que a concretização dos pressupostos, acima referenciados, em termos de estratégia, passa em primeiro lugar pela introdução dos mesmos nos princípios de planeamento e desenvolvimento do concelho de Barcelos no médio e longo prazo.

Em termos de arquitetura operacional este documento lança propostas de aproveitamento, salvaguarda e valorização de recursos primários existentes, enquadrando-os sempre que possível com o proposto no Plano Estratégico Nacional de Turismo para a região norte, para que os mesmos possam ser potenciados, no futuro, como elementos efetivos do quotidiano das populações locais e como vetores de uma estratégia de turismo sustentado. Os grandes eixos de ação definidos, na sua base, buscam a interligação do meio com as populações locais de forma a criar “mais valor” para a estratégia de desenvolvimento. Nestes eixos destacam-se o Turismo no espaço rural, o Mundo Rural e o Turismo de Natureza, como fatores estratégicos para o desenvolvimento. Aliás, grande parte dos incentivos plasmados neste documento visam o desenvolvimento de atividades nestes domínios, na consciência plena que estes são vetores importantes no desenvolvimento de um turismo sustentado e de excelência. São também vocações estratégicas do território em questão e enquadráveis no definido pelo PENT para a região Norte. Por outro lado, estes tipos de turismo coadunam-se integralmente com as tendências atuais e futuras existentes na procura turística, daí a necessidade de um posicionamento forte nestes domínios.

Este embora possua características de um documento orientador, visando promover a orientação da atividade turística dentro do espaço geográfico do concelho, aponta também “caminhos” a seguir para o desenvolvimento. É um *documento-estratégia* de planeamento que visa congregar diversas sensibilidades, nomeadamente das populações locais, agentes turísticos, com as necessidades latentes da procura turística atual (definidas no PENT), de modo a que todos em conjunto partilhem das mesmas noções de estratégia. Para efeito, encerra elementos que visam planear e projetar o espaço turístico de forma sustentada e gradual e não de forma avulsa e espontânea, para que as ações a desenvolver respeitem as características e capacidade de carga social e ambiental deste vasto espaço que é o concelho de Barcelos. Paralelamente, lança linhas de concertação, em sentido contrário à definição de ações isoladas, à estratégia mais que a reação e ao planeamento cuidado de médio e longo prazo do que as mudanças apriorísticas sem noções de sustentabilidade, promovendo a interação e o enquadramento com o PENT. Crê-se que só assim o concelho, pode desenvolver a atividade turística de forma efetiva e concertada e não ser um somatório de ações desconexas e

desligadas da realidade geográfica como, ao longo de anos, se verificou no turismo nacional. Neste particular nota para o Plano Estratégico Nacional de Turismo que se reveste de importância capital na orientação e definição da estratégia local, rumo ao seu enquadramento no contexto nacional. Este documento, faz ainda, a ponte entre o turismo e o meio, em geral, mas trata de forma especial a relação com o ambiente e património, dando indicações de preservação e valorização fundamentais para gerir esta relação, que se quer duradoura e efetiva para bem da sociedade e da imagem turística. Esta relação tem em conta o facto de uma visita ser uma experiência influenciada por diversos fatores, por isso, e atendendo às tendências atuais é importante valorizar estes como elementos da experiência da visita, e indexar-lhe o máximo de argumentos que a complementem e enriqueçam, adotando a seguinte nota inscrita no PENT “Portugal dispõe de um vasto património histórico, cultural, religioso, natural e paisagístico que potencia a oferta, pelo que se entende fundamental o desenvolvimento de itinerários experiências, a qualificação das atrações (...)e comercialização mais eficaz dos serviços turísticos associados ao produto”, reforçando como estrutura aquele documento “ o desenvolvimento de experiências turísticas que destaquem a diversidade do património cultural, religioso e natural”.

É um instrumento de planeamento estratégico pois, a atividade turística é, altamente, consumidora de território e, muitas vezes, não compatível com outras utilizações do mesmo, daí a necessidade de definir áreas de classificação turística que preservem o meio e potencie a exploração sustentada dos recursos primários e secundários existentes, com o intuito de construir um produto turístico composto que possa, no contexto da “sub-marca” Minho, ser uma mais valia estratégica para NUT onde se insere.

Não se pode restringir o planeamento da atividade turística à sua dimensão promocional é, necessário assumi-la como um todo que se distribui pelo espaço com implicações efetivas ao nível do tecido sócio - económico. A estruturação com as políticas nacionais é condição necessária para a afirmação da identidade turística perconizada no Plano Estratégico Nacional de Turismo. Esta é uma condição fundamental para que o país respire um ambiente de oferta organizada .

O presente documento não isola, o concelho de Barcelos, no contexto turístico e promocional onde se insere, pelo contrário promove algumas estratégias de aproveitamento de áreas e produtos que, para além de potenciarem o desenvolvimento da atividade turística, tem, também, uma função promotora da qualidade de vida das populações. Esta questão é muito importante, uma vez, que o turismo atua como um sistema que interage com o meio envolvente, por isso, a qualidade de vida das populações é, fundamental, para a criação de um bom ambiente. Paralelamente promove também a ligação aos concelhos vizinhos com o intuito de criar um produto regional forte capaz de afirmar o Minho como uma marca forte no contexto do Porto-Norte de Portugal. O documento enquadra na medida do possível o a ações a encetar no contexto do definido pelo Plano Estratégico Nacional para a Região Norte.

Numa outra vertente, este documento é, também, um instrumento fundamental de apoio ao investimento e à decisão, por parte dos, diversos agentes privados e públicos do setor, no concelho e

na região dado que encerra e identifica uma serie de locais onde se identificam atividades e ocupações para o solo de cariz turístico. Ao mesmo tempo que salvaguarda estes espaços de utilizações diferentes das que estiveram na base da sua classificação, facto que confere margem de segurança para a instalação e investimentos em infraestruturas e atividades ligadas com a atividade turística sustentada. Observa-se também o descrito nos Planos de Ordenamento Regionais do Território e Agendas Regionais, antecipando o enquadramento do território no novo quadro comunitario de apoio, em face da concertação dos objetivos e estratégia com o perconizado naqueles documentos. Por outro lado é, também, um instrumento dinâmico e proactivo, pois visa atrair investimento para o concelho no setor do turismo, nomeadamente através da isenção de taxas para os projetos de turismo no espaço rural e de turismo/animação de natureza ambiental e, ainda, na celeridade na avaliação e aprovação dos mesmos. Com estas normas, espera-se a obtenção de vantagens comparativas, relativamente a outros concelhos na instalação deste tipo de projetos. Por tudo isto pode funcionar como um guia orientador e de apoio para o investidor (conforme politica de capacitação das empresas no PENT).

Em termos gerais são estes os pressupostos capitais para a implementação de um modelo de desenvolvimento de turismo de qualidade com o objetivo de promover o desenvolvimento turístico como motor para a estratégia concelhia.

Para além do turismo no espaço rural (mundo rural) e turismo natureza(ambiente), para os quais o concelho tem potencialidades naturais(rio Cávado, rio Neiva, áreas florestais, montes panorâmicos, etc.), este documento avança com outras indicações que podem reforçar e complementar a estratégia de desenvolvimento turístico e promover a concretização dos objetivos definidos anteriormente. Efetivamente, a estratégia definida para o Enoturismo, Turismo de Saúde, Turismo Religioso (Touring), Artesanato, Centro Histórico (City Break), Património Monumental (Touring Cultural), etnográfico, arquitetónico e arqueológico, caminho de Santiago, equipamentos turísticos e associativismo, no seu conjunto são ferramentas fundamentais para a criação de um produto turístico compósito baseado no paradigma do território e no bem-estar e participações das populações nesta estratégia. Ao promover a inovação, salvaguarda e valorização dos produtos atrás referidos, este documento potencia a reunião de sinergias capazes de criar um fluxo de valor para a concretização do efeito multiplicador do turismo na globalidade do espaço geográfico onde se desenvolve o concelho de Barcelos . A Pedagogia dos habitantes para esta estratégia é um elemento fundamental de sucesso, pois não é possível concretizar nenhum dos pressupostos aqui referenciados sem a concordância e envolvimento da comunidade local.

Recomenda o envolvimento do meio académico e técnico-profissional no processo de inovação e qualificação dos recursos humanos do setor do turismo e hotelaria, na linha da politica estabelecida pelo PENT a este nivel, bem como o envolvimento destas entidades em todo o processo de desenvolvimento do territorio e como âncoras de apoio ao empreendedorismo.

A estratégia vertida neste documento, enquadrada dentro do Plano Estratégico Nacional de Turismo, Planos Regionais de Ordenamento Territorial e Agendas regionais, é um argumento orientador estratégico para enquadrar o território no âmbito do novo quadro de apoio comunitário para o período 2014-2020.

A criação de um produto turístico compósito, cabimentado na estratégia de produtos definidos pelo PENT, como sugere este documento, para além de criar uma mais valia para a sub-marca “Minho”, no contexto da marca “Porto e Norte de Portugal”, confere excelência ao concelho, e potencia a interligação deste setor com tecido industrial existente. Por outro lado, apresenta-se como uma oportunidade para o desenvolvimento do mundo rural, potenciado pela visibilidade e exploração dos recursos primários existentes. Aliás, a valia destes recursos e as ações propostas serão os motores para que a médio prazo o efeito multiplicador da atividade turística seja uma realidade na economia do concelho e um complemento estratégico do setor empresarial e mundo rural com benefícios óbvios na qualidade de vida, ambiente, infraestruturas e superestrutura turística do concelho.

A assunção dos pressupostos aqui definidos, assim como a definição final da carta Turística do concelho passa pelo cruzamento da informação aqui tratada com a informação existente nas Carta de Arqueologia, Património e Ambiente.



**ANEXO I**

---

CONTEXTUALIZAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO EM TERMOS TURÍSTICOS E  
ENQUADRAMENTO NO PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE TURISMO

RELATÓRIO PDM

## **Anexo I - CONTEXTUALIZAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO EM TERMOS TURÍSTICOS E ENQUADRAMENTO NO PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE TURISMO**

### **1. Conjuntura internacional e nacional do turismo, breve apontamento**

Cada vez mais o turismo é um impulsionador do progresso sócio-económico através de receitas de exportação, criação de empregos, empresas e desenvolvimento de infraestruturas.

As estimativas para as taxas de crescimento no sector do turismo, nomeadamente nas viagens internacionais, permanecem altas, embora tenham sofrido flutuações menos positivas nos últimos anos particularmente desde final de 2007, motivadas por todo o contexto de crise que se abateu especialmente sobre a Europa e América. Contudo, apesar de todas as incertezas, o sector do turismo reveste-se de uma importância vital para muitas economias do mundo, entre as quais está a portuguesa.

A Europa continua a representar a maior fonte de receitas turísticas do mundo. A França é o primeiro destino turístico mundial, seguida dos EUA e da Espanha. As viagens internacionais constituem apenas um dos aspetos do turismo, uma vez que em muitos países, como Portugal, o turismo doméstico rivaliza com as chegadas internacionais em termos de volume e mesmo de receitas geradas.

Relativamente à Europa, esta permanece como o destino mais visitado do mundo, absorvendo cerca de metade do total de chegadas internacionais. De assinalar um crescimento muito particular para os países do norte e do leste e um crescimento mais moderado para os países do sul que são também os mais dependentes do turismo, os que absorvem as grandes massas turísticas internacionais. E onde se denota que o branding de vários países está menos positivo, principalmente devido à conjuntura económica pouco animadora e que naturalmente se reflete no turismo.

De acordo com os últimos dados da OMT (Organização Mundial de Turismo), este sector durante as ultimas 6 décadas sofreu uma expansão sem precedentes e uma diversificação contínua, tornando-se num dos setores económicos mundiais com maior e mais rápido crescimento. Vários novos destinos surgiram, para além dos tradicionais destinos da Europa e América do Norte.

As chegadas de turistas internacionais têm tido um crescimento virtualmente ininterrupto – de 25 milhões em 1950, para 278 milhões em 1980, 528 milhões em 1995, para 1.087 biliões em 2013 e com expectativas de atingir 1.8 biliões em 2030.

Atualmente e com base nos dados da OMT o turismo mundial é responsável por:

- 9% do PIB mundial - impacto direto, indireto e induzido;
- 1 em 11 postos de trabalho;
- 1,3 triliões (dólares) em exportações;
- 6% das exportações mundiais.

O fluxo de turistas internacionais, em todo o mundo, ultrapassou, pela primeira vez, a marca de 1 bilião, em 2012, com 1.035 biliões de turistas e, verificou-se que em 2013, a tendência continuou a ser de crescimento.

O gráfico 1, adaptado das estatísticas do turismo INE em 2013, patenteia o crescimento que se tem observado nas chegadas internacionais de turistas no Mundo entre 2009 e 2013.

### Chegadas de Turistas Internacionais | 2009-2013

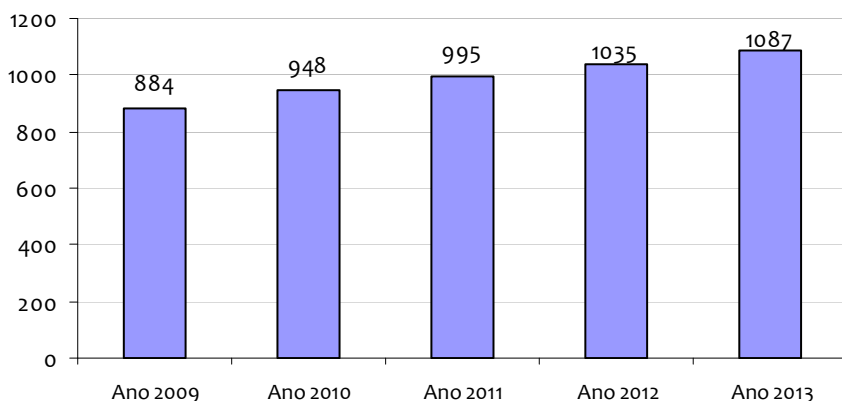


Gráfico 1 – Chegadas de Turistas Internacionais | 2009-2013  
Adaptado de estatísticas do Turismo 2013 – INE (2014)

Relativamente às motivações que estão associadas a estes fluxos turísticos a OMT apurou que no ano de 2013, 52% do total de chegadas de turistas internacionais teve como motivação o recreio e o lazer; 27% estas tiveram como motivação a visita a familiares ou amigos, motivos religiosos, de saúde e etc.; 14% do turismo internacional teve subjacente motivações profissionais ou de negócio e apenas 7% foram efetuadas sem motivação especificada.

### Turismo mundial recebido por finalidade em 2013

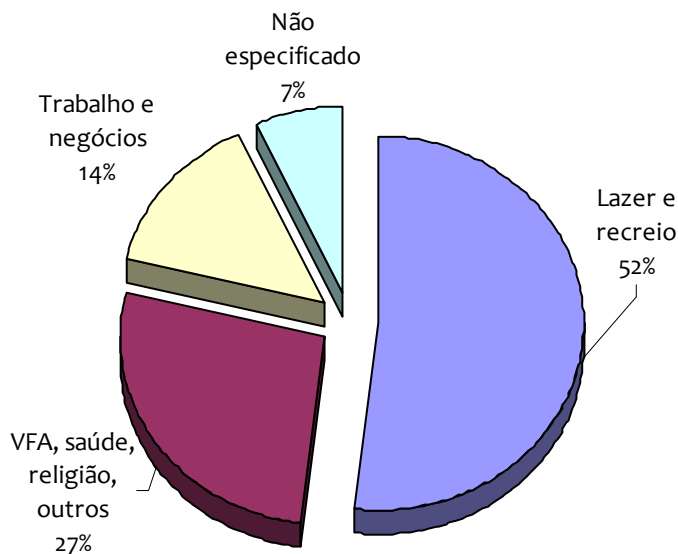


Gráfico 2 – Turismo mundial recebido por finalidade em 2013  
Fonte: OMT "Tourism Highlights 2013"

Ainda de acordo com a OMT, a grande maioria das viagens internacionais acontece dentro das próprias regiões de proveniência de cada turista, ou seja, quatro em cada cinco viagens em todo o mundo têm origem na mesma região.

Os mercados emissores do turismo internacional têm estado tradicionalmente concentrados nas economias desenvolvidas da Europa, das Américas, da Ásia e do Pacífico. Contudo, em consequência do aumento dos níveis de rendimento disponível, muitas economias emergentes têm mostrado um crescimento rápido nos últimos anos, especialmente num conjunto de mercados da Ásia, Europa Central e Oriental, Médio Oriente, África e América Latina.

De notar, porém, que a Europa ainda é a maior região emissora de turismo do mundo, gerando mais de metade de todas as chegadas internacionais em todo o mundo, seguida pela Ásia e Pacífico, pelas Américas, pelo Médio Oriente e finalmente pela África.

Especificamente no caso nacional, e reportando-nos aos mais recentes dados estatísticos fornecidos pelo INE, relativos ao ano de 2013, e num conjunto de 140 países em análise, Portugal é o 36º país com maior registo de entradas internacionais de turistas; encontra-se na 26ª posição relativamente às receitas do turismo internacional e é o 43º país no que se refere a despesas em turismo internacional, conforme se verifica do quadro a baixo.

### Ranking dos principais indicadores do Turismo Internacional em 2013

Posição	Entradas de turistas internacionais	Receitas do turismo internacional	Despesas em turismo internacional
1º	França	EUA	China
2º	EUA	Espanha	EUA
3º	Espanha	França	Alemanha
4º	China	China	Federação Russa
5º	Itália	Macau (China)	Reino Unido
6º	Turquia	Itália	França
7º	Alemanha	Tailândia	Canadá
8º	Reino Unido	Alemanha	Austrália
9º	Federação Russa	Reino Unido	Itália
10º	Tailândia	Hong Kong (China)	Brasil
...	...	...	...
	Portugal (36º)	Portugal (26º)	Portugal (43º)

Quadro 1 – Ranking dos principais indicadores do Turismo Internacional em 2013 (OMT)  
Adaptado de estatísticas do Turismo 2013 – INE (2014)

Os últimos dados relativos à balança turística indicam que o ano de 2013, Portugal está em 10º lugar na relação exportação/importação turística, relativamente à União Europeia, sendo o saldo da mesma de 6130 mil milhões de euros. Verifica-se que a balança turística nacional cresceu sempre entre 2009 e 2013, salientando-se neste período um exponencial crescimento da receita.

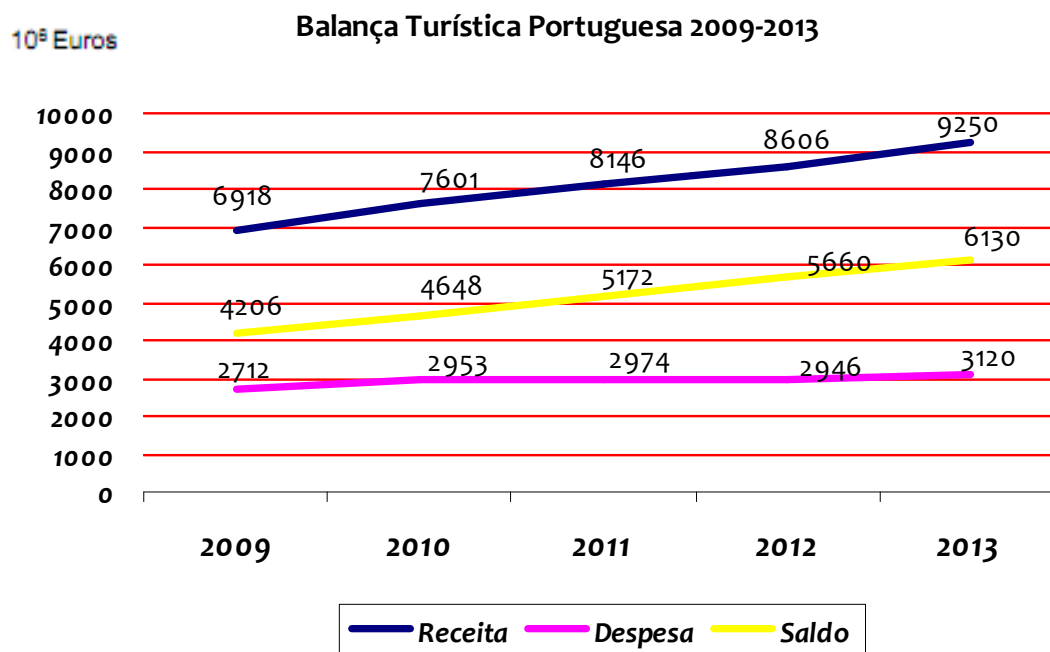


Gráfico 3 – Balança turística Português 2009-2013  
Adaptado de estatísticas do Turismo 2013 – INE (2014)

Para os resultados satisfatórios da Balança Turística Portuguesa, o turismo elenca-se nos tradicionais mercados europeus como a França, Reino Unido, Espanha e Alemanha, enquanto mercados de maior importância. Contudo, verificou-se que Portugal tem vindo a reduzir gradualmente a dependência dos mais tradicionais mercados emissores da União Europeia em termos de receitas turísticas, nomeadamente através do crescimento do turismo generalizado de outros mercados extra-europeus como a Rússia, Angola, EUA e Brasil.

Verificou-se também que o crescimento das receitas foi sempre superior ao das despesas, o que contribuiu para o aumento do saldo da Balança Turística ao longo dos últimos anos. Em 2013, tanto o saldo da balança como as receitas do turismo atingiram os valores mais elevados de sempre, cerca de 6,1 mil milhões de euros e 9,2 mil milhões de euros, respetivamente.

Sobre o alojamento em 2013, na globalidade da atividade de alojamentos nacionais e por setor de alojamento turístico, entende-se os estabelecimentos hoteleiros, o Alojamento Local e o Turismo no Espaço Rural e de Habitação, no qual foram registados 15,3 milhões de hóspedes que originaram 43,5 milhões de dormidas, sendo o Reino Unido a liderar o ranking das dormidas e o Algarve, a região com maior capacidade hoteleira, que concentrou o maior número de dormidas.

Os mais recentes dados da atividade hoteleira no país fornecidos pelo INE (2013) relativos à Hotelaria, Turismo no Espaço Rural e Turismo de Habitação e ainda pela primeira vez referentes ao Alojamento Local, o número de estabelecimentos em Portugal ascendeu a 3 345 em 31 de julho de 2013, para um total de 145,0 mil quartos e uma capacidade de 326,2 mil camas.

O turismo é um sector essencial para a economia nacional pelas receitas diretas e indiretas que gera, pelo fortíssimo contributo que fornece às exportações, pelo facto de representar presentemente cerca de 10% do PIB e cerca de 8% do emprego direto e indireto no setor.

Sobre os movimentos turísticos feitos por nacionais verifica-se que estes têm vindo a aumentar os níveis de gozo do turismo doméstico, tendo em 2013 originado 17,9 milhões de deslocações no país, concentrando-se estas viagens em dois principais pilares motivacionais, no turismo de lazer e recreio e na visita a familiares e amigos, com estadias de pequena duração e com o automóvel privado como meio de deslocação preferencial.

Em conclusão, o turismo nacional é, assim, um pilar verdadeiramente estratégico para o desenvolvimento da economia nacional e verifica-se que tem vindo a aumentar seus indicadores nesse patamar. Por outro lado, a notoriedade atingida por cidades como Porto e Lisboa tem-se revelado como âncoras para a dinamização do turismo em Portugal.

O turismo no Porto e Norte tem acompanhado esta tendência e nos últimos anos tem constantemente aumentado a sua performance em termos de dormidas e receitas, ainda que fortemente influenciado pelo efeito polarizador do Porto. Denotou-se uma forte evolução ao nível da melhoria infraestrutural da rede viária que constituiu um fortíssimo reforço à competitividade regional. Consequentemente, denota-se a este nível que a estruturação da oferta regional foi amplamente melhorada e que passou a possuir melhor enquadramento face ao novo paradigma da procura internacional.

## 2. O Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), enquadramento geral. Análise sumária

O PENT é um instrumento de grande importância para a estruturação do PDM de Barcelos, na medida que orienta toda a estratégia turística implementada ao nível nacional, no quadro do desenvolvimento público e privado, da atividade turística. Instrumento este, que promove medidas conducentes à sustentabilidade do setor, a uma verdadeira complementaridade territorial e à existência de uma legítima identidade turística nacional, baseada na qualidade e diversidade dos produtos turísticos.

Os objetivos preconizados no PENT são, assim, fundamentais à estruturação do PDM de Barcelos, porque assentam em objetivos estratégicos conducentes à aplicação de medidas de desenvolvimento do concelho alinhado com as tendências do setor, nomeadamente pela aposta no incremento, qualificação e valorização da oferta turística, conducente ao acréscimo de fluxos turísticos e, conseqüentemente, ao aumento do emprego direto e indireto no setor. A estratégia local tem necessariamente que se adaptar e fomentar as diretrizes contidas neste plano.

Assim e considerando o horizonte temporal para o qual este PENT foi definido e que vigorará até 2015, foram definidas linhas que devem sustentar toda a atividade do setor, nomeadamente as que visam melhorar a qualidade, a eficácia e a modernização do mesmo, tanto pelos agentes públicos como pelos privados, sempre num modelo assente em pressupostos de desenvolvimento sustentável, às quais o documento do PDM procura adaptar-se.

### 2.1. Os Produtos Estratégicos e o posicionamento na Região Norte, breve nota.

Como tal Barcelos constitui o PDM com base nos produtos prioritários estabelecidos no PENT, para a região na qual se insere, sempre em linha com as orientações da Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal que é a entidade responsável pela gestão e promoção turística da área Regional de Turismo do Norte e cuja aposta incide sobre um conjunto de sete produtos estratégicos prioritários, que abaixo enunciamos:

Turismo de Negócios;  
City & Short Breaks;  
Gastronomia e Vinhos;  
Turismo de Natureza;  
Turismo Religioso;  
Touring Cultural & Paisagístico e dos Patrimónios;  
Turismo de Saúde e Bem-Estar.

Para efeitos de estruturação do estudo estatístico realizado no posto de turismo relativo ao movimento de visitantes registados em Barcelos, este baseia-se nos seus produtos estratégicos, conforme organização acima descrita.

O Turismo de Portugal indica para o concelho de Barcelos, enquanto parte integrante da Região Norte, uma aposta que deve incidir em cinco produtos principais, para estruturar a sua oferta e assim melhor potenciar a atividade turística local e regional:

Turismo de Saúde	—	→	Emergente
Estadias de curta duração em cidade	—	→	Consolidado
Circuitos turísticos, religiosos e culturais	—	→	Consolidado
Gastronomia e Vinhos	—	→	Complementar
Turismo de Natureza	—	→	Em desenvolvimento
Golfe	—	→	Emergente
Turismo Náutico	—	→	Emergente
Turismo de Negócios	—	→	Em desenvolvimento

Todo o território de Barcelos é detentor identidade e potencial turístico que tem de se adaptar à realidade preconizada no PENT, alinhado com a estratégia nacional para o setor e,

desenvolver o seu planeamento, com uma clara orientação para a consolidação, modernização e valorização do seu produto, em linha com os pressupostos e princípios de competitividade, desenvolvimento e qualificação assentes na sustentabilidade. Porém, o turismo é um setor tão vasto que neste momento envolve praticamente todos os setores da economia nacional e regional, é um dos grandes ativos que os agentes do território têm de estabelecer como meta para o desenvolvimento regional, através de uma concertação social e económica para uma atuação verdadeiramente pró-ativa e sustentável.

Em Barcelos e iniciando pelo item “turismo saúde”, de acordo com os critérios de classificação do produto, definidos pelo PENT, verifica-se que neste momento apenas se poderá integrar a classificação de produto emergente dado que as termas estão desativadas e requerem uma reestruturação para possível atuação no médio prazo, mantendo-se a estrutura em sede de PDM, como espaço, em face do seu contexto histórico e ambiental, que pode originar a constituição de uma estrutura moderna neste registo, integrada nos atuais cânones de saúde e bem-estar tanto ao nível do turismo médico, como em experiências de spa.

Quanto às “estadias de curta duração em cidade” bem como “circuitos turísticos, religiosos e culturais”, estes são hoje produtos consolidados, ambos com uma oferta devidamente organizada, procura primária e são objeto de promoção externa, nomeadamente no mercado interno alargado. O desenvolvimento que estes produtos assumem no concelho e, também na região norte, são de uma importância extraordinariamente relevante, facto que se encontra patente no estudo estatístico diário realizado no posto de turismo de Barcelos, onde se verifica que estes dois produtos representam a grande fatia das motivações turísticas dos visitantes que procuram este espaço de informação. Neste contexto, é muito valorizado o edificado patrimonial religioso, militar e civil, o caminho de Santiago, as diversas peregrinações anuais e eventos do concelho e a dinamização conjunta das experiências de turismo rural e de natureza. O turismo religioso, assume aqui um papel dinâmico, ganha particular importância no concelho a sua vertente temática que se relaciona intimamente com o caminho de Santiago de Compostela, que gera a promoção de experiências paralelas que contribuem para a dinamização geral dos circuitos culturais. Finalmente, de referir as estadias de curta duração são estruturantes para a dinâmica do turismo na região norte e pela sua afirmação como tendência generalizada do turismo nacional e internacional.

O produto “gastronomia e vinhos” é sem dúvida um grande complemento para enriquecer a oferta turística do Município, constitui efetivamente uma motivação complementar à viagem. Trata-se de uma extraordinária adição à experiência turística local. Barcelos, possui neste produto uma estruturação em linha com a aposta na marca/conceito “Prove Portugal”. Investe na preconização da cozinha tradicional local, a título de exemplo na promoção do “galo” na gastronomia e enquanto parte integrante do receituário tradicional do concelho, bem como na promoção dos vinhos de castas tradicionais e/ou autóctones. Barcelos tem neste registo implementado uma estratégia proativa com vista a que este produto se assuma como um referencial do turismo regional, suportado num calendário anual estabelecido e que resulta do envolvimento do tecido económico local, particularmente, ao nível da restauração e dos vinhos, que muito tem contribuído para a dinamização da enogastronomia regional, sua diferenciação e seu reconhecimento turístico.

O “turismo natureza” tem, em Barcelos, sem dúvida, um grande desenvolvimento, fruto das suas características geomorfológicas, paisagísticas, florestais e aquáticas, como tal há um grande empenho municipal no desenvolvimento deste produto estratégico. Há ainda uma tendência generalizada na atualidade pela procura da ruralidade e como tal em Barcelos a aposta nesta tipologia de turismo é muito incidente sobre o meio rural através da promoção do pedestrianismo e passeios na natureza como forma de desenvolvimento desta tipologia de turismo, estabelecendo inclusivamente nesta atividade um forte paralelismo com a observação da fauna, flora e qualidade paisagística, que se confirma através da delimitação de trilhos e percursos e da existência de um calendário anual muito forte de incentivo a esta atividade. O turismo equestre é também uma realidade que se começa a configurar como uma aposta por parte dos centros hípicas locais e por parte de alguns empreendimentos turísticos em espaço rural. Todos estes argumentos estão plasmados na presente estratégia e são eixos estruturantes para a qualidade turística do território e, conseqüentemente, para aumentar os níveis de satisfação da experiência e complementaridade entre produtos na região.

No que concerne aos produtos estratégicos “Golfe” e “turismo náutico”, verifica-se a necessidade de estruturar a oferta desta tipologia de produtos de forma a complementar outros produtos estratégicos primários, com o objetivo de criar oferta capaz de promover a dimensão e o prolongamento das estadias turísticas. No concelho estão devidamente identificados locais e áreas com forte potencial e acessibilidades para promover o desenvolvimento de estruturas que permitam a afirmação destes produtos emergentes, nomeadamente nas margens do rio Cavado, que possui condições naturais de boa adaptabilidade a atividades de praia e recreacionais.

Finalmente e em referencia ao “turismo de negócios”, o concelho de Barcelos afirma-se como um dos grandes centros agroindustriais do norte, nomeadamente ao nível da produção de leite e vinhos. É, tradicionalmente, um grande produtor de artesanato e centro de indústria cerâmica, mas também o é ao nível da indústria têxtil e tecnológica, fatores que conferem uma dinâmica empresarial com grande potencial para o desenvolvimento deste produto turístico. Todavia, regista-se ainda um défice ao nível dos empreendimentos turísticos vocacionados para rececionar este tipo de turismo. Em contrapartida o concelho já está dotado de bons equipamentos e infraestruturas para acolhimento de congressos, seminários e de vários certames negociais em geral, contudo apenas para eventos de pequena e média dimensão.

Conclui-se, desta forma, que os recursos turísticos são os elementos que mais concorrem para a imagem do concelho e para a estruturação dos produtos prioritários mais relevantes para o desenvolvimento da região, como tal a singularidade do centro histórico, a história milenar, o património, a par com a característica paisagem minhota que percorre os seus quase 379 km<sup>2</sup>, a tipicidade das tradições, as manifestações religiosas e eventos, são conjuntamente com outros elementos diferenciadores, tais como fatores ambientais, ou mesmo a industria criativa ou o artesanato, os elementos de maior peso turístico a considerar na região. Isto, para além, de um posicionamento muito forte ao nível do produto gastronomia e vinhos, em virtude da qualidade gastronómica e do elevado número de estabelecimentos de restauração existentes, bem como de unidades de produção vitivinícola, algumas delas com forte representatividade na Rota dos Vinhos Verdes, configurando-se mesmo âncoras neste domínio.

De igual modo, o município, possui uma estrutura técnica de nível superior que desenvolve a sua atividade de acordo com as orientações do PENT, baseando os seus serviços em ações de promoção, em parceria com a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte (da qual não se pode dissociar em sede de estratégia promocional e de posicionamento dos mercados emissores estratégicos definidos para esta região), junto dos agentes e operadores de turismo nacionais e estrangeiros, centralizando a atividade nos já referidos produtos prioritários.

O objetivo central é que Barcelos se afirme no contexto dos produtos estratégicos definidos para esta região. Importa que o município reestruture a sua oferta e produto de forma a ganhar cada vez mais expressão nos resultados e índices turísticos que a região norte tem obtido nos últimos anos e estão extraordinariamente bem espelhados nas mais recentes estatísticas publicadas pelo INE, conforme atesta o quadro nº 42, das Estatísticas do Turismo 2013, daquele Instituto.

Urge um posicionamento que afirme em termos numéricos o potencial existente e a localização geográfica, que o território do concelho de Barcelos tem no âmbito do Porto e Norte, decorrente da oportunidade definida no Plano de Ação a Entidade de Turismo ao nível da estruturação e qualificação da oferta regional sob o lema “Uma Região - Quatro Destinos”.

Na globalidade os indicadores relativos ao desempenho do turismo na região do Porto e Norte de Portugal, denota-se que o destino tem conseguido bons resultados quer na dimensão da procura turística, quer na oferta, analisada neste ponto através da oferta de alojamento turístico na região, ao nível da evolução do número de hóspedes e dormidas, no qual e conforme gráfico 5 se verifica uma tendência para o crescimento pouco espaçado mas continuo do número de hóspedes e dormidas.



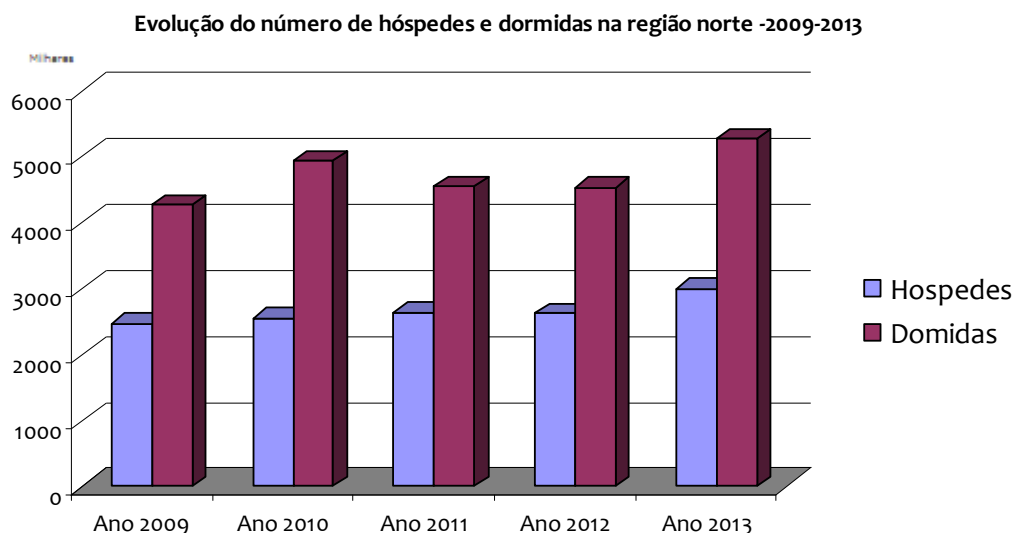


Gráfico 5 – Adaptado do Plano de ação 2015 PNP. Fonte dos dados (INE)

Contudo apesar do crescimento referido no volume de hóspedes e de dormidas, no que se refere a estada média dos visitantes (que permanecem em estabelecimentos de alojamento turístico) não seguiu a mesma tendência de crescimento. A estada média era em 2009 para 1,7 noites e mantendo-se neste registo até ao ano de 2012. Tal como nos outros indicadores, o ano de 2013 foi também positivo na estada média, tendo-se verificado um crescimento até às 1,8 noites, conforme informações patentes no plano de ação 2015 do PNP.

Mais à frente neste relatório, no apontamento estatístico que é feito ao município, serão apresentados os valores referentes aos indicadores sobre o número de hóspedes e de dormidas no concelho e que conforme se verificará no período em referencia estiveram relativamente alinhados com a restante região.

Enfim, de referir ainda que Barcelos beneficia de uma excelente rede viária de conexão com o resto do país e com a Galiza e também, em virtude da sua proximidade a grandes centros urbanos do norte, como o Porto, Braga ou até Vigo. A sua proximidade aos Aeroportos do Porto ou até mesmo a Vigo, incide com particular ênfase, na promoção em torno do Artesanato e muito especialmente do “Galo de Barcelos”, da Feira de Barcelos, das Festas e Romarias, dos eventos culturais, dos festivais de música, do caminho de Santiago, da gastronomia, onde é servido o melhor da cozinha de fusão entre o tradicional e os conceitos mais atuais, na promoção dos vinhos e o enoturismo, como forma de possuir uma rede de produtos primários e complementares capazes de melhorar a atratividade turística, melhorar os recursos, os equipamentos e os serviços e a relação destes a necessidade de uma verdadeira complementaridade/unidade turística.

A estruturação de um produto que potencia ligação e indexação da imagem do território local nomeadamente através do ícone do “galo”, aos locais património da humanidade existentes na região norte, bem como na estruturação de dinâmicas de proximidade e complementaridade com o Porto com vista à captação de um maior fluxo de procura. Potenciando desta forma o fator de competitividade descrito no PENT ao nível da diversidade de opção de visita a curta distancia.

Podemos, assim, constatar que Barcelos tem e pode gerar no turismo, direta e indiretamente, riqueza nos mais variados domínios sociais e económicos, com um potencial relevante, detentor de um de grande conjunto de valores culturais, patrimoniais e naturais, com conteúdo turístico proeminente e que se deve assumir como uma prioridade ao nível concelhio.

Desta forma, pretende-se que Barcelos acompanhe as linhas de desenvolvimento turístico nacional previstas no PENT, pelo facto de o município ser detentor de uma oferta coerente, diversificada, qualificada e sustentável (ainda que em desenvolvimento e emergente em alguns produtos) dotado de uma capacidade de adaptação e renovação constante que o desenvolvimento acarreta, sabendo manter, numa perspetiva transversal ao território, a

singularidade e os fatores de diferenciação ao nível acolhimento e hospitalidade turística nacional.

Em termos gerais importa criar um ideal de território turístico capaz de atrair, pela qualidade dos seus argumentos, fluxos de procura nos mais diversos produtos definidos para o território, potenciando a sua localização estratégica nas portas de entrada vitais no território da Euroregião, como são exemplo os aeroportos do Porto e Vigo, ou as metrópoles do Porto, Vigo e Santiago de Compostela.

### 3. O Município de Barcelos, breve apontamento estatístico

O estudo dos movimentos turísticos em Barcelos é feito com base nos valores diários registados no Posto de Turismo conforme metodologia pré-definida pela Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal. Complementarmente, desde julho de 2013 realiza-se o mesmo procedimento estatístico na Torre Medieval de Barcelos – Centro de Interpretação da Cidade e do Galo de Barcelos, em virtude de se tratar de um ponto fulcral de movimentações de visitantes e turistas na cidade. O procedimento estatístico engloba ainda o registo dos peregrinos a Santiago de Compostela, em virtude da centralidade do concelho no que respeita ao Caminho Central Português e, finalmente, baseia-se ainda nos indicadores relativos aos empreendimentos turísticos fornecidos pelo INE.

Por conseguinte, conhecer as nacionalidades que elegem Barcelos para as suas práticas turísticas é fundamental para o reforço da sua capacidade de promoção e para um melhor conhecimento das potencialidades endógenas e suas influências para o turismo. É importante assegurar que o empenho na dinamização e valorização do potencial turístico de Barcelos se ajuste o melhor possível às características dos turistas que procuram a região.

Com base nessas informações, é então realizado o estudo que possibilita saber quais os principais mercados que visitam Barcelos, de acordo com as principais nacionalidades e motivações, adequando a informação turística em função destes mercados e prevendo tendências futuras.

Naturalmente que o relatório aqui apresentado, não pode alhear-se de toda a conjuntura difícil que a economia nacional tem vindo a atravessar e que obviamente tem reflexos na atividade turística em geral.

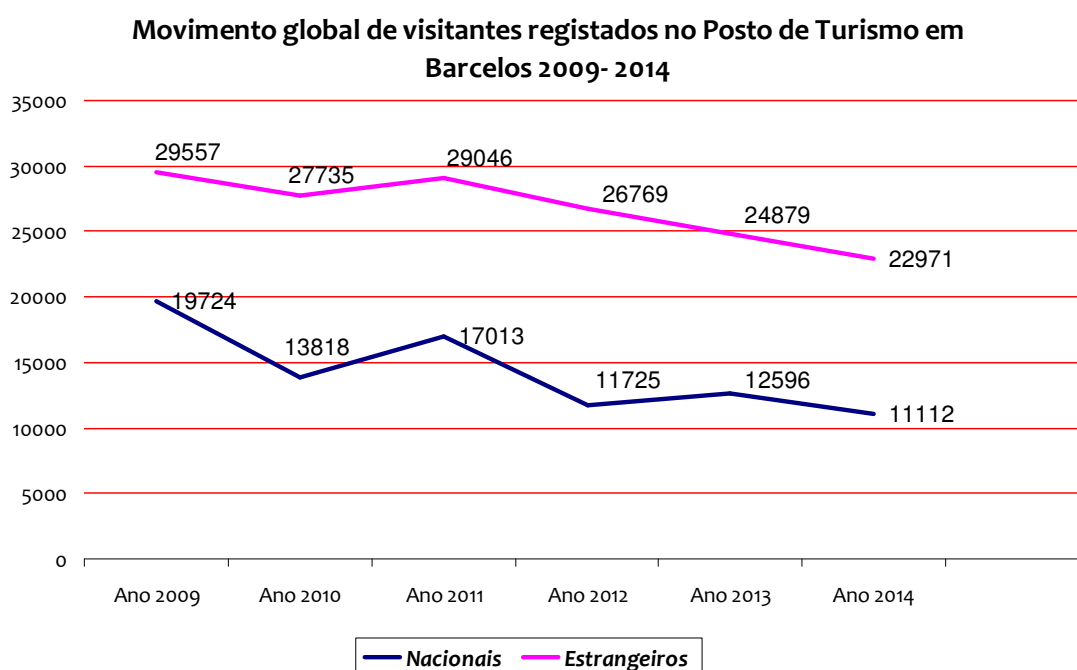


Gráfico 5 – Fonte: Estatísticas do Posto de Turismo de Barcelos

Assim, da leitura do gráfico 5, verifica-se que o turismo em Barcelos, no período 2009/2014, dificilmente poderia deixar de refletir os efeitos da conjuntura nacional e internacional nos seus avanços e recuos. Importa aqui salientar que os movimentos de índole turística em Barcelos incidem, fortemente, sobre os visitantes nacionais que representam o principal contributo para a estabilidade do turismo local.

Ainda, no gráfico da página anterior, está patente a evolução do movimento global de visitantes registados no Posto de Turismo de Barcelos, no qual é possível observar que entre 2009 e 2014 o turismo local manteve uma tendência generalizada de decréscimo, que se acentuou de forma muito clara no período 2012/2014, anos que ficaram amplamente marcados por uma conjuntura económica difícil que tem influenciado da forma menos positiva o número de visitantes, particularmente de nacionais ao concelho.

No que se refere às principais nacionalidades que visitam Barcelos, conforme quadro 2 verifica-se uma tendência que se encontra em linha com o resto do país, nomeadamente na proveniência dos visitantes que solicitam informações turísticas no local, sendo que os principais visitantes que procuram Barcelos proveem, na sua grande maioria, de países da Europa, com exceção para o Brasil que, presentemente, em termos estatísticos tem vindo a alternar entre a terceira e a quarta nacionalidade mais importante.

A França e a Espanha lideram há vários anos os visitantes estrangeiros registados no Posto de Turismo, frequentemente, alinhados com o touring cultural e paisagístico, na busca de eventos, negócios, artesanato, gastronomia e vinhos.

Estas nacionalidades são seguidas pela Alemanha, mercado que intima ligação à frequência do Caminho de Santiago, e o Brasil, embora este último, visita Barcelos meramente em questões de city & short Breaks, dado que não dispomos de estatísticas detalhadas sobre as dormidas desta nacionalidade no concelho.

PAÍSES	2012	2013	2014
ESPAÑA	4815	3876	4169
FRANÇA	8467	7368	6491
REINO UNIDO	2494	2958	1799
ALEMANHA	2037	2290	1885
ITÁLIA	1288	1125	939
HOLANDA	785	643	762
BÉLGICA	676	954	639
LUXEMBURGO	75	46	134
IRLANDA	276	140	145
SUIÇA		70	174
ESCANDINÁVIA	259	151	181
GRÉCIA	25	29	39
EUROPA LESTE - UE	56		519
JAPÃO	73	60	127
BRASIL	2641	2220	1839
EUA	351	502	397
CANADÁ	229	246	304
ÁFRICA DO SUL			63
AUSTRÁLIA	258	202	138
ARGENTINA			26
ÍNDIA			
ISRAEL			78
MÉXICO			12
VENEZUELA			24
LESTE EUROPEU			146
EXTREMO ORIENTE			76
OUTROS	1954	2003	964
PORTUGAL	11725	12596	11112
EMIGRANTES			901
	<b>38484</b>	<b>37479</b>	<b>34083</b>

Quadro 2 – Fonte: Estatísticas do Posto de Turismo de Barcelos/ERTPNP

Quanto às restantes nacionalidades que nos visitam encontram-se, essencialmente, refletidas nas nacionalidades europeias entre as quais, se destaca o Reino Unido, os Países Baixos e a Itália. Outras nacionalidades particularmente da Europa de leste começam lentamente a configurar na estatística local e, no contexto extraeuropeu, para além do Brasil, destacam-se os EUA e o Canadá com indicadores de destaque nas estatísticas do Posto de Turismo e onde é possível encontrar algum paralelismo nas estatísticas das dormidas do concelho, particularmente no caso dos EUA.

O turismo feito por nacionais ao nível regional e local, pela sua dinâmica contribui muitíssimo para as movimentações de índole turística registadas em Barcelos, facto que é também confirmado nas estatísticas dos estabelecimentos de alojamento turístico locais, refletida tanto

em número de hóspedes como de dormidas. É, ainda, de grande valor para a redução dos índices de sazonalidade, que ainda hoje afetam o turismo nacional, dado que a generalidade dos mercados internacionais se mantém muito concentrado de abril a outubro.

Neste âmbito, importa ainda referir que o turismo em Barcelos continua muito dependente do visitante nacional, proveniente particularmente da região norte e centro, mantendo-se os registos de visitantes da região sul e ilhas bastante incipiente.

O gráfico 6 exprime o movimento mensal de visitantes registados no Posto de Turismo de Barcelos que, patenteia uma marcada sazonalidade no setor, registando-se tendência generalizada para maiores picos de afluência de visitantes nos meses de primavera e verão, sendo que se verifica que no mês de agosto prevalecem as maiores concentrações de visitantes, correspondendo sempre no computo do período em análise sempre a mais de 20%, do total de visitantes rececionados em cada ano, sendo que se verifica que do ponto de vista diário, existe uma forte incidência sobre as quintas-feiras, dia da conceituada feira semanal. Podendo ainda afirmar-se que os outros aumentos de movimentos de índole turística registados no Posto de Turismo são também eles coincidentes com eventos específicos do calendário anual podendo assinalar-se a Festa das Cruzes (maio), os festivais de música no verão (julho) ou a Mostra de Artesanato e cerâmica de Barcelos (agosto).

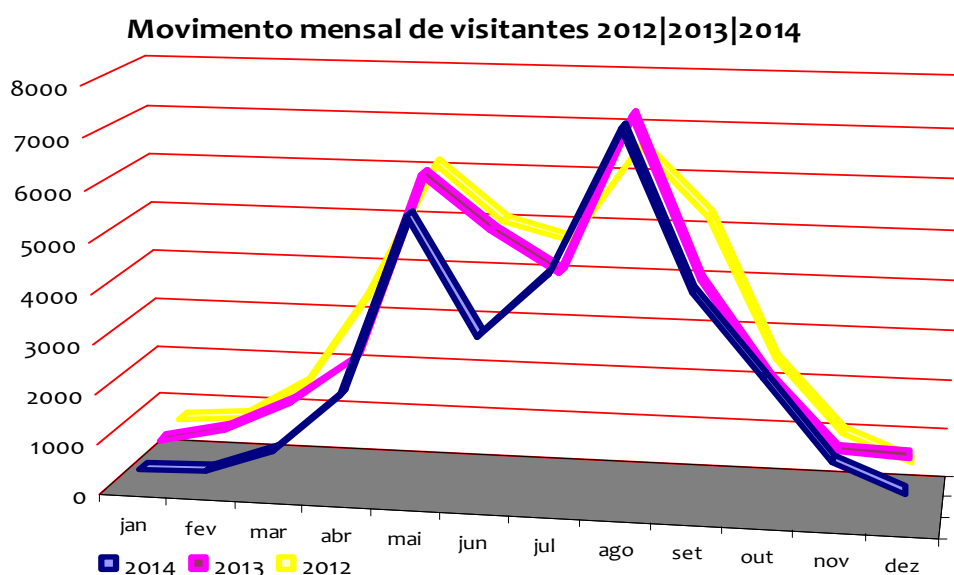


Gráfico 6 – Fonte: Estatísticas do Posto de Turismo de Barcelos/ERTPNP

Contudo, os últimos anos, refletem o surgimento de condições que têm vindo a favorecer a desconcentração do turismo e que certamente irão ser mais evidentes no futuro, nomeadamente motivado pelo surgimentos das companhias de aviação low-cost e que viram dinamizar o turismo na região norte e, não menos importante, verifica-se uma atual tendência para o turismo mais individual e de menor duração fatores que tendem a descentralizar e reduzir os picos turísticos, uma vez que se denota uma evolução generalizada do turismo composto por estadias de curta duração, vocação intrínseca do produto local.

Conta ainda, em questões de redução da sazonalidade, o facto de, atualmente, em Barcelos se apostar na realização de atividades e eventos com o objetivo de atrair visitantes, conquistar a confiança dos agentes de viagem nacionais e internacionais, através da constituição de uma agenda de animação turística e cultural assinalável, que percorre os doze meses do ano, numa clara aposta em impulsionar as épocas de menor afluência turística. O Município aposta ainda na valorização de muitos aspetos da relação qualidade preço da sua oferta turística e no turismo de experiências, nas quais se inclui a gastronomia e vinhos, o património, as paisagens e as compras nas quais se dá particular realce ao artesanato tradicional. Elementos estruturados com base no touring cultural e paisagístico e circuitos na região norte.

Complementarmente ao estudo dos movimentos de índole turística, rececionados no Posto de Turismo é com base diária elaborado o estudo dos visitantes segundo critérios dos produtos estratégicos e a relação destes com a duração da estadia, conforme definido para efeitos estatísticos pela Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal.

Realizamos neste âmbito uma apreciação condizente com as orientações do Turismo de Portugal para o concelho de Barcelos, enquanto parte integrante da Região Norte, relativamente aos principais produtos estratégico e já anteriormente referenciados neste relatório.

Verifica-se neste estudo um claro impacto no turismo local de dois produtos considerados estratégicos, nomeadamente as “estadias de curta duração em cidade” e “circuitos turísticos, religiosos e culturais” que em conjunto representam cerca de metade do total dos visitantes que se dirigem ao Posto de Turismo. Há ainda um particular destaque para os eventos, seguidos do turismo natureza e da gastronomia e vinhos como produtos estruturantes da oferta turística local.

#### **Período de estadia dos Turistas distribuídos por Produto Estratégico | 2014**

<b>PROD. ESTRATÉGICO</b>	<b>1 DIA</b>	<b>2-3 DIAS</b>	<b>4-5 DIAS</b>	<b>6 ou + DIAS</b>
<b>CITY SHORT BREAKS</b>	83%	15%	1%	0%
<b>TOURING CULTURAL</b>	88%	10%	2%	1%
<b>TURISMO NEGÓCIOS</b>	65%	33%	1%	1%
<b>GASTRON. VINHOS</b>	92%	7%	0%	0%
<b>TURISMO NATUREZA</b>	81%	6%	8%	4%
<b>TURISMO RELIGIOSO</b>	91%	8%	1%	0%
<b>SAUDE BEM ESTAR</b>	92%	0%	0%	8%
<b>GOLF</b>	100%	0%	0%	0%
<b>TURISMO NAUTICO</b>	100%	0%	0%	0%
<b>EVENTOS</b>	94%	6%	0%	0%

Quadro 3 Fonte: Estatísticas do Posto de Turismo de Barcelos/ERTPNP

O quadro 3, é elucidativo no que respeita à baixa capacidade de fixação da estadia dos turistas que visitam Barcelos situando-se entre as 24h00 e as 72h00 os tempos máximos de estadia, que projeta claramente a vocação para as estadias de curta duração e a crescente necessidade adaptação do produto estratégico.

A clara predominância nos produtos do touring cultural e city&short breaks, evidencia a visita do centro histórico da cidade e do seu conjunto patrimonial como motivação principal, seguidos pelos eventos e neste caso uma forte incidência para a Feira Semanal, Festa das Cruzes, Festival de Folclore RIO e Mostra de Artesanato de Barcelos e, finalmente, o Turismo Religioso assume-se com especial importância neste caso, verificando-se uma incidência sobre a peregrinação a Santiago de Compostela e sobre o património religioso concelhio.

Importa ainda, mencionar o leque de atividades com cariz turístico-cultural organizadas a nível municipal que, é de há vários anos a esta parte muito vasto e diversificado, promovendo uma maior captação de diferentes tipos de público verificando, desde logo, um melhoramento na conjuntura global da oferta turística concelhia.

Em Barcelos, o trabalho de intervenção para a dinamização do sector turístico, tem vindo a desenvolver-se de modo a torna-lo num sector sustentável, empenhando-se na realização ações de âmbito promocional e de animação, que conferem especial destaque às tradições, ao património cultural, etnográfico, histórico/monumental e à natureza do concelho.

Consequentemente, considera-se fundamental para a compreensão dos dados estatísticos que se apresentaram ao longo deste relatório, enunciar as principais linhas de ação estratégica assumidas no decorrer do período em causa, nomeadamente:

- Difundir informação turística, atual e com qualidade;
- Divulgar e promover os principais equipamentos culturais e patrimoniais que estão associados à identidade e afirmação simbólica do Município;
- Promoção e manutenção da oferta diversificada de eventos;
- Promover a consolidação da imagem do Município, enquanto parte integrante do conceito “Visite Portugal”;
- Promoção da gastronomia e vinhos enquanto parte integrante do conceito/marca “Prove Portugal”;
- Proteção e valorização do património histórico-cultural, monumental, artístico, paisagístico e ambiental, no âmbito do “touring cultural e paisagístico”;
- Valorização da identidade e do potencial turístico religioso, em sede de “city breaks” e “touring cultural”;
- Valorização do artesanato, com particular destaque para o figurado e “galo de Barcelos”, no âmbito do “touring cultural” e “turismo de negócios”;
- Valorização do turismo rural;
- Valorização dos excelentes recursos naturais e paisagísticos locais, em sede de “turismo paisagístico” e “turismo de natureza”.

Obviamente que o Posto de Turismo por si só não reflete o número de turistas que chegam ao concelho, contudo a sua função é essencialmente importante ao nível do estudo e compreensão do turismo local, para melhor adaptação da informação turística e da interação com os diversos agentes que se dirigem ao concelho ou que dentro dele operam.

Como ação complementar ao estudo estatístico realizado no Posto de turismo, realiza-se uma análise ao movimento de visitantes que passa pela Torre Medieval de Barcelos.

Em 2013, reabriu ao público a Torre Medieval, que veio assumir funções de Centro de Interpretação da Cidade e do “Galo de Barcelos”. Este é um dos espaços mais emblemáticos da cidade, quer pela sua centralidade, quer por se tratar de um monumento nacional classificado.

Desde a sua abertura em 21 de julho de 2013 é elaborado, tal já como referido anteriormente, de forma complementar o estudo estatístico ao número de visitantes verificados neste espaço. Assim, foi registado um total de 36754 visitantes em 2013, 26842 dos quais foram nacionais e 9912 estrangeiros. Já em 2014, verificou-se uma afluência de 72365 visitantes, 52808 dos quais foram nacionais e 19557 público estrangeiro.

De referir que, em virtude da sua centralidade, neste espaço atua um ramo dos serviços de informação turística e vem, particularmente, ao nível dos visitantes nacionais demonstrar uma realidade um pouco distinta da percecionada no Posto de Turismo, dado que a este último apenas recorrem visitantes com objetivos específicos de fruição turística no município e na região envolvente, registando-se uma maior diversidade de mercados.

Porém, na Torre Medieval, e embora os dados de que dispomos não permitam ainda estabelecer uma tendência, é de acreditar que a falta de diversidade em termos de visitantes a este espaço, que se verificou nesta primeira fase seguinte à sua abertura, em que se verificou demasiado dependente do visitante nacional, possa nos próximos anos ser corrigida, à medida que este local volte a integrar sites e publicações de turismo nacionais e internacionais, na sua qualidade de ponto de interesse turístico na cidade.

### Movimento de visitantes na Torre Medieval - 2013|2014

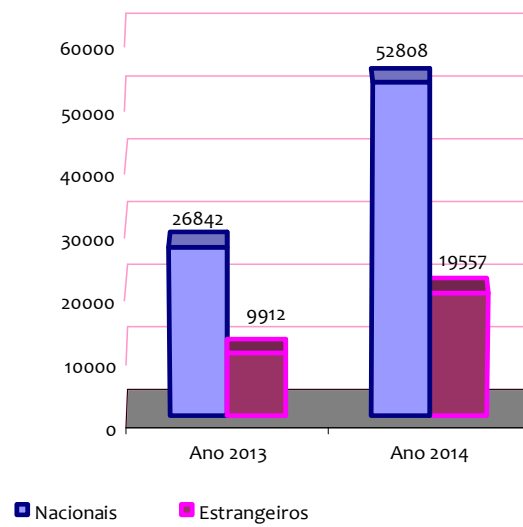


Gráfico 7 – Fonte: Estatísticas do Posto de Turismo de Barcelos/Torre medieval

Seguidamente apresenta-se o gráfico que incide sobre os movimentos mensais de visitantes na Torre Medieval. Apresenta-se uma forte tendência para o aumento do volume de visitantes nos meses de maio, especialmente durante a realização da tradicional Festa das Cruzes e de agosto associado aquele que continua a ser o principal mês das férias de nacionais e europeus e à ainda excessiva concentração de turismo de verão.

### Movimento mensal de visitantes Torre Medieval - 2013|2014

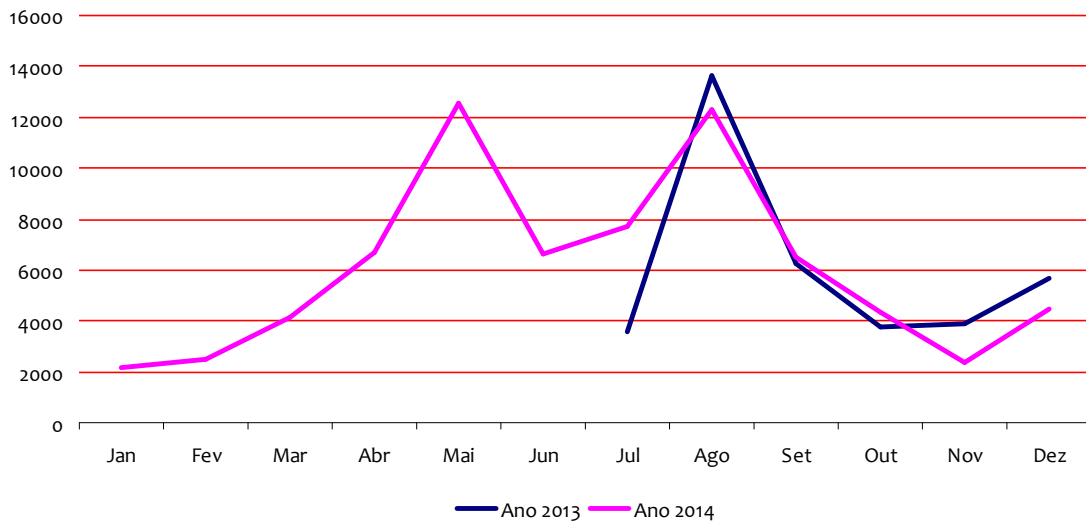


Gráfico 8– Fonte: Estatísticas do Posto de Turismo de Barcelos/Torre medieval

Seguidamente, apresentam-se os indicadores relativos aos empreendimentos turísticos em Barcelos, que tem sofrido variações importantes quer pela suspensão de alguns empreendimentos turísticos no espaço rural, quer pela dificuldade em cumprir as



especificações do novo RJET publicado em 2008, levando à sua suspensão ou reclassificação como estabelecimento de alojamento local. Esta última tipologia de alojamento tem ganho expressão no território desde o ano de 2010.

Barcelos, neste momento, dispõe de uma situação razoável, embora a este nível continue a verificar-se constrangimentos ao nível do número dos estabelecimentos de alojamento turístico uma vez que ainda se denota alguma falta de representatividade face à região, da sua disseminação pode ser melhorada ao nível estratégico e ter melhor adequação face à realidade turística da região e, ainda, ao nível das tipologias das hoteleiras verifica-se falta de diversidade e/ou adequação das mesmas a públicos de estratos ou classes diferenciadas.

No que toca ao número de empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local, estes estão dispersos um pouco por toda a área do concelho. Hoje, Barcelos dispõe na globalidade de 429 camas distribuídas por 258 unidades de alojamento.

As referidas unidades encontram-se distribuídas por 3 hotéis que contam com 118 quartos e 206 camas; 7 empreendimentos de Turismo no Espaço Rural e 5 empreendimentos de Turismo de Habitação, que no conjunto possuem 94 quartos e 135 camas e, ainda, 10 unidades de Alojamento Local, que incluem 3 estabelecimentos na tipologia de estabelecimento de hospedagem, 1 apartamento e 6 moradias, com 53 quartos e 86 camas, conforme se verifica dos anexos (III; IV; V).

O gráfico 9 exemplifica os dados de que dispomos relativos às dormidas na hotelaria, em Barcelos, desde 2009 até 2013, conforme dados veiculados pelo INE. Os dados mais recentes que são de 2014, até à presente data não foram disponibilizados.

**Indicadores do numero de dormidas e hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico em Barcelos 2009/2013**

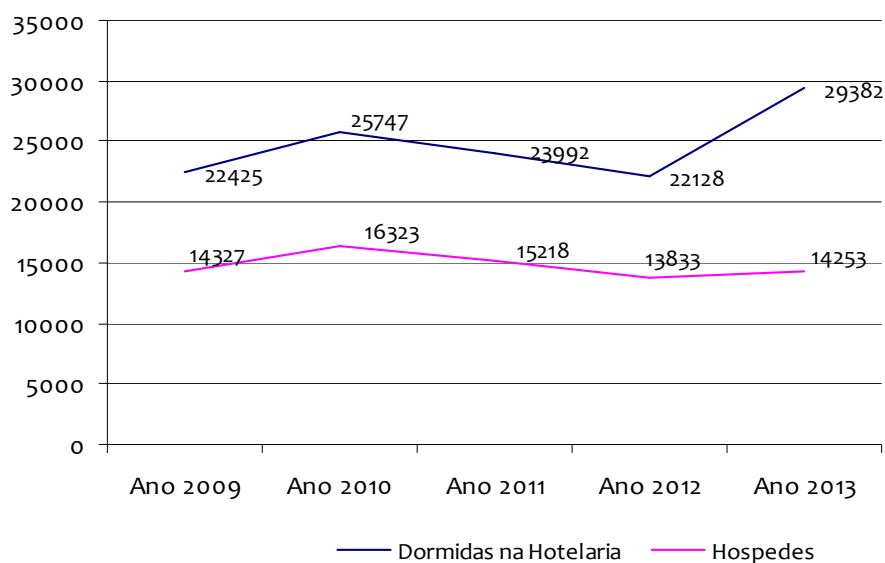


Gráfico 9 – Fonte: INE, Estatísticas do Turismo 2009-2013

Assim, verifica-se que, no período em análise, houve um crescimento do número de dormidas em Barcelos, que passaram das 22425 dormidas em 2009, para mais de 29 382 mil em 2013, que foi o valor máximo registado até ao momento.

Todavia, o número de hóspedes não evoluiu na mesma tendência das dormidas, conforme se verifica no gráfico 9. Conclui-se que se deu um ligeiro aumento da estada média nos referidos estabelecimentos que, em 2009 era de 1,8 noites, e passou em 2013 a ser de 2.06 noites.

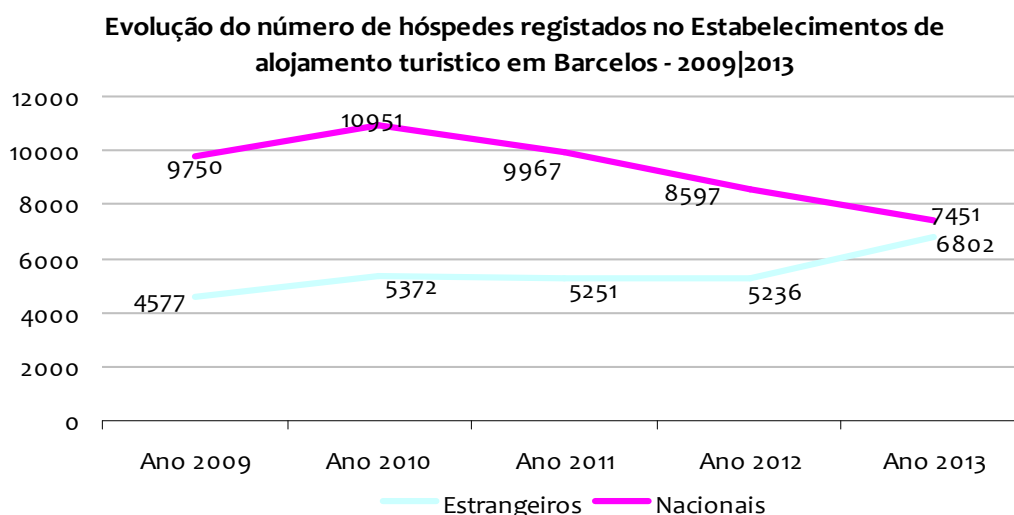


Gráfico 10 – Fonte: INE, Estatísticas do Turismo 2009|2013

Da análise relativamente ao número de hóspedes, Barcelos é tradicionalmente muito dependente do turista nacional, facto que corrobora com as estatísticas indicativas do posto de turismo.

De referir, ainda quanto aos indicadores relativos à proporção das dormidas registadas nos estabelecimentos de alojamento turístico em Barcelos, entre julho e setembro, estas indicam no período em referência que a mesma se situou sempre acima dos 30% o que permite concluir que a sazonalidade ainda é uma forte realidade no setor.

Finalmente, merece-nos uma pequena nota o Caminho de Santiago que em Barcelos assume grande dimensão e para os quais existem atualmente infraestruturas de apoio adequadas a esta tipologia específica de hóspede. Os mais recentes dados estatísticos sobre o número de peregrinos que pernoveram nos quatro Albergues existentes no concelho, sendo que no caso não se diferencia hóspedes de dormidas porque as regras relativas a este tipo de estabelecimentos apenas permite a estadia de uma noite por peregrino, apresentaram em 2014 um valores de referência muito significativos por se tratar de 6825 pessoas registadas nestes locais, no período de janeiro a outubro.

#### 4. Conclusões Gerais

O panorama de crise internacional que marcou os últimos anos, especialmente sentido ao nível nacional com todas as medidas que daí resultaram, cortes salariais, enfraquecimento do tecido empresarial, aumento do custo geral de vida, a dominar decididamente o setor do turismo, puseram em evidencia algumas fragilidades sobretudo notadas nas zonas de menor influencia turística do país, pelo que daí urge a necessidade de adaptação do turismo à realidade presente e desenvolver estratégias e recursos capazes de acompanhar as tendências do turismo mundial, realidade patente no PENT.

O ajustamento da realidade turística do concelho às orientações do PENT através da aposta na qualificação, modernização e valorização do seus produtos estratégicos, mas também do manancial de potencialidade turística que complementa os seus produtos estratégicos, numa aposta de desenvolvimento turístico em rede com a entidade de turismo da região norte, com vista a contribuir para o reforço da identidade regional, mas de igual modo do “Destino Portugal”.

É assim estrutural reposicionar concelho em toda a economia nacional e internacional do turismo, não só pelo desenvolvimento da marca “Destino Portugal”, mas para melhorar as experiências turísticas, modernizar e renovar a economia regional e o empreendedorismo, a qualificação dos recursos humanos e valorizar os produtos turísticos torna-los mais competitivos e complementares, com empenho na captação de maiores fluxos de turistas e de receitas, com empenho na melhoria da comunicação turística devendo esta ser mais ajustada à realidade atual, com o objetivo global de contribuir para a dinamização da oferta turística nacional.

Os pressupostos acima referenciados assentam também nos grandes eixos de ação definidos no relatório de caracterização que visam a interligação do meio com as populações locais de forma a criar mais valor para a estratégia de desenvolvimento, destacando-se neste particular o turismo no espaço rural, o artesanato, o meio rural e o turismo de natureza como alavancas estruturantes.

A adoção de uma política de planeamento efetiva elencada nos princípios do PENT, que respeitem a capacidade de carga social e ambiental do concelho de Barcelos, estruturando cenários de preservação e valorização de recursos primários existentes, potenciando a sua afirmação como argumentos do marketing turístico do território.

Estruturar complementaridades entre os produtos estratégicos definidos para o território, por forma a conferir centralidade para o produto local no âmbito da região norte, nomeadamente assente no princípio da existência de ofertas diversificadas de proximidade aos grandes polos de atracção turística, como a cidade do Porto, o Douro e outros sítios património da humanidade. De igual modo, aproveitando a proximidade aos concelhos em zona de praia estruturar o produto de forma a criar complementaridades com estas áreas, conforme sugere o PENT.

Desenvolvimento de experiências turísticas de enriquecimento e complementaridade aos produtos estratégicos aproveitando recursos primários a nível do património cultural, religioso, natural e artístico e etnográfico. Aproveitamento neste âmbito da vocação do território como espaço de artes e criatividade.

Estruturação de uma estratégia que promova parcerias e o trabalho em rede entre os diversos agentes do território, ao nível do setor turístico e a sua interação e complementaridade com outros setores económicos e sociais na procura constante da inovação e criatividade, na forma e no conteúdo, bem com na definição de experiências marcantes para a fruição do território do concelho.

Promoção de parcerias operacionais entre os agentes do setor do turismo e as entidades de ensino técnico, profissional e superior na definição de políticas de formação atualização e reciclagem dos recursos humanos do setor, bem como na promoção do empreendedorismo

Identificação clara de espaços e locais com grande valor turístico, enquadráveis dentro da estratégia e produtos do PENT para o território, suscetíveis de serem alvo de projetos tendentes ao financiamento no âmbito do novo quadro comunitário de apoio 2014-2020.

Finalmente, com todas as medidas anteriores, visa-se o reforço do posicionamento nos principais produtos estratégicos prioritários, já referenciados como são as estadias de curta duração em cidade; os circuitos turísticos, religiosos e culturais; o turismo de natureza; a gastronomia e vinhos ou o turismo de negócios, como produtos fundamentais do turismo local. Por possuírem especificidades suscetíveis de criar valor no âmbito da experiência de visitação à região. Visa-se de igual modo reunir condições para o ressurgimento do turismo de saúde e bem-estar, aproveitando a ligação a tradição e potencial histórico do território neste domínio. De igual modo, e aproveitando as fortes tendências de procura neste domínio é importante que se criem estruturas no rio Cavado passíveis de promover o desenvolvimento do turismo náutico. No domínio da criação de infraestruturas e considerando o potencial existente no território configura-se importante olhar para o golfe como uma oportunidade a desenvolver no curto e médio prazo.

De particularizar a necessidade de um aproveitamento, em sede de produtos estratégicos, nomeadamente city breaks, circuitos turísticos, religiosos e culturais o Caminho de Santiago como eixo de desenvolvimento local e fator de difusão da imagem do território internacionalmente, face à ligação histórica, cultural e etnológica a esta peregrinação património da humanidade por parte do território de Barcelos. Aliás, neste domínio particularizar a diversidade e a vocação estratégica, em face do património e eventos existentes, do território para a afirmação do turismo religioso no âmbito do produto estratégico city breaks e touring cultural e paisagístico. Neste particular, a proximidade à cidade de Braga é uma mais valia importante a explorar.

No domínio das especificidades uma nota incontornável para a vocação artística e criativa do território expressa ao longo dos séculos no vasto e diversificado artesanato de Barcelos que encerra nomeadamente nas artes do barro, particularidades socioculturais suscetíveis de promover a criação de um etnomuseu de território. Este seria um fator estratégico de enriquecimento de alguns dos produtos estratégicos definidos pelo PENT para a região.

A Feira semanal de Barcelos deverá ser entendida como um argumento altamente estratégico de atracção e complemento aos principais produtos estratégicos do norte de Portugal, sustentada nos argumentos de diferenciação ligados à tradição, mundo rural, produtos tradicionais e artesanato. Deve assumir a sua vocação como mercado tradicional de excelência com todas as implicações positivas que daí resultam para a região.

Aproveitamento da morfologia do território para a constituição de uma rede de miradouros de interpretação do paisagismo do baixo Cavado e da orla marítima situada entre Viana do Castelo e Póvoa de Varzim, face ao potencial existente.

Todo este conjunto de situações visa o aumento, diversificação e modernização do número de empreendimentos turísticos, estruturas de animação, equipamentos culturais, bem como uma dinamização empresarial geral no concelho, assente no pressuposto que

Afirmação efetiva ora como complemento ora como ator principal do turismo como alavanca do desenvolvimento do território.

## **Índice**

Anexo I – Contextualização atual do Território em termos Turísticos e enquadramento no Plano Estratégico Nacional de Turismo	<b>1</b>
1. Conjuntura internacional e nacional do turismo, breve apontamento	<b>1</b>
2. O Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), enquadramento geral. Análise sumária	<b>5</b>
2.1. Os Produtos Estratégicos e o posicionamento na Região Norte, breve nota.	<b>5</b>
3. O Município de Barcelos, breve apontamento estatístico	<b>10</b>
4. Conclusões Gerais	<b>18</b>

ANEXO II

---

FESTAS, FEIRAS E ROMARIAS

RELATÓRIO PDM

FREGUESIA	FESTA	PERIODICIDADE	DATA	TIPOLOGIA
Abade de Neiva	Santo Amaro	Fixa	15 de Janeiro ou FDS mais Próx.	Religiosa
Abade de Neiva	N.ª Sr.ª da Abadia	Fixa	3º FDS de Agosto	Religiosa / Popular
Aborim	S. Martinho	Fixa	11 de Novembro	Religiosa / Popular
Adães	S. Pedro	Móvel	29 de Junho ou FDS mais Próx.	Popular
Aguiar	Romaria a S. Bento	Fixa	1º FDS de Março	Religiosa
Aguiar	S. José	Móvel	Dom a seguir a 19 de Março	Religiosa
Aguiar	S. Silvestre	Móvel	26 de Julho ou FDS Seguinte	Religiosa / Popular
Aguiar	Festa Inter. de Folclore	Fixa	2 de Agosto	Popular/Desportiva/Religiosa
Airó	N.ª Sr.ª do Rosário	Móvel	Último Domingo de Julho	Religiosa / Popular
Airó	S. Martinho	Fixa	11 de Novembro	Religiosa / Popular
Aldreu	S. Silvestre	Fixa	1 de Janeiro	Popular
Aldreu	Sr.ª do Pilar	Móvel	15 dias depois da Páscoa	Religiosa / Popular
Aldreu	S. Tiago	Móvel	Dia de S. Tiago ou FDS mais Próx.	Religiosa / Popular
Avelos	Carnaval	Fixa	Domingo Gordo	Popular
Avelos	S. Lourenço e N. Sr.ª das Dores	Fixa	1º FDS de Setembro	Religiosa / Popular
Alheira	Procissão N.ª Sr.ª Lurdes	Fixa	2º Domingo de Fevereiro	Religiosa
Alheira	Santa Marinha	Fixa	18 de Julho	Religiosa / Popular
Alheira	S. Lourenço	Fixa	2º FDS de Agosto	Relig. / Popu. / Etnog.
Alheira	Semana Cultural da ACRA	Fixa	Julho	Cultural / Desportiva
Alvito S. Pedro	N.ª Sr.ª do Rosário e S. Salvador	Móvel	4º Domingo de Maio	Religiosa / Popular
Alvito S. Pedro	S. Pedro	Fixa	29 de Junho	Religiosa / Popular
Alvito S. Martinho	S. Martinho	Móvel	11 de Nov. ou Dom. mais Próx.	Religiosa / Popular
Arcozelo	S. Mamede de Arcozelo	Fixa	14 de Agosto	Religiosa / Popular
Areias de Vilar	Passos – Domingo de Ramos	Fixa	Domingo de Ramos	Religiosa
Areias de Vilar	Peregrinação N.ª Sr.ª do Socorro	Fixa	1º Domingo de Agosto	Religiosa
Areias S. Vicente	S. Brás	Fixa	1º FDS Fevereiro	Religiosa / Popular
Areias S. Vicente	Festa do Cabido	Fixa	2 de Fevereiro	Religiosa
Balugães	Festa em Honra de S. Bento	Fixa	11 de Julho ou domingo mais Próx.	Religiosa / Popular
Balugães	Peregrinação à Nossa Sr.ª da Aparecida	Fixa	15 de Agosto	Religiosa
Balugães	S. Martinho	Fixa	11 de Novembro	Religiosa / Popular

FREGUESIA	FESTA	PERIODICIDADE	DATA	TIPOLOGIA
Barcelinhos	S. Brás	Móvel	Dom. Próx. dia 3 de Fevereiro	Religiosa / Popular
Barcelinhos	S. João	Móvel	24 ou FDS Seguinte Junho	Popular
Barcelinhos	Festival Inter. Folclore do Rio	Móvel	Último FDS de Julho ou 1º FDS Agosto	Popular / Etnográfica
Barcelos	Carnaval	Fixa	3º Feira de Carnaval	Popular
Barcelos	Procissão dos Passos	Fixa	2º Domingo da Quaresma	Religiosa
Barcelos	Procissão das Endoenças	Fixa	6ª feira Santa	Religiosa
Barcelos	Festa das Cruzes	Fixa	Dia 3 de Maio	Relig./Etnogr./Popu./Despor.
Barcelos	S. António	Móvel	Dia 13 de Junho ou FDS mais Próx.	Popular
Barcelos	Festival de Música "Milhões em Festa"	Móvel	Julho	Musica Alternativa
Barcelos	Mostra de Artesanato	Móvel	1 a 15 de Agosto	Feira Popular/Etnográfica
Barcelos – Pereira	Peregrinação à Franqueira	Fixa	2º Domingo de Agosto	Religiosa
Barcelos	St.ª Maria Maior	Fixa	15 de Agosto	Religiosa
Barqueiros	S. João	Móvel	Dia 24 ou FDS Seguinte	Religiosa / Popular
Barqueiros	Sr.ª das Necessidades	Fixa	7 e 8 de Setembro	Religiosa / Popular
Bastuço (S. Estevão)	Pascoela / Sr.ª da Conceição e S. Sebastião	Fixa	1º FDS a seguir à Páscoa	Religiosa / Popular
Bastuço (S. João)	S. João	Móvel	24 de Junho ou FDS Mais Próx.*	Religiosa / Popular
Bastuço (S. João)	Peregrinação à Sr.ª da Boa Fé	Fixa	2º Domingo de Julho	Religiosa
Cambeses	Procissão dos Passos	Fixa	1º Domingo da Quaresma	Religiosa
Cambeses	S. Tiago	Fixa	25 de Julho	Religiosa / Popular
Campo	St.º Amaro e S. Sebastião	Móvel	15 de Janeiro ou FDS mais Próx.	Religiosa / Popular
Campo	S. Salvador	Fixa	6 a 10 de Agosto	Religiosa / Popular
Carapeços	S. Sebastião	Móvel	2º ou 3º FDS de Janeiro	Religiosa
Carapeços	Carnaval	Fixa	Domingo Gordo	Popular
Carapeços	S. Tiago	Móvel	Dia 25 de Julho	Religiosa / Popular
Carreira	St.ª Luzia	Fixa	1º Domingo de Julho	Religiosa / Popular
Carreira	S. Miguel	Fixa	Último FDS de Setembro	Religiosa
Carvalho	St.ª Cruz / Sr.ª da Saúde	Fixa	1º Domingo de Junho*	Religiosa / Popular
Carvalho	S. Paio	Móvel	28 de ou FDS Seguinte Junho*	Religiosa / Popular
Carvalho	Sr. da Saúde	Fixa	1º Domingo de Julho*	Religiosa / Popular
Carvalhas	St.º António	Móvel	Dia 13 Junho ou FDS seguinte	Religiosa / Popular
Carvalhas	S. Martinho	Fixa	11 de Novembro	Religiosa / Popular
Chavão	S. Brás / Sr.ª das Candeias	Móvel	1º FDS de Fevereiro	Religiosa / Popular
Chavão	S. João	Móvel	24 de Junho ou FDS a Seguir	Religiosa / Popular
FREGUESIA	FESTA	PERIODICIDADE	DATA	TIPOLOGIA
Chorrente	Festas de St.º Amaro	Fixa	2º Domingo após a Páscoa	Religiosa
Chorrente	Santíssimo Sacramento	Fixa	3º FDS Abril	Religiosa



Chorente	S. Miguel	Fixa	Último FDS de Setembro	Religiosa / Popular
Cossourado	N. Sr.ª da Cavadosa	Fixa	1º FDS Setembro	Religiosa / Popular
Courel	S. Martinho	Fixa	11 de Novembro	Religiosa / Popular
Couto	S. Tiago	Móvel	25 de Julho ou FDS mais Prox.	Religiosa / Popular
Creixomil	N.ª Sr.ª do Rosário / St.º António	Móvel	1º ou 2º FDS Junho	Religiosa / Popular
Creixomil	S. Tiago	Móvel	25 de Julho ou FDS mais Prox.	Religiosa / Popular
Cristelo	N.ª Sr.ª do Rosário	Fixa	1º FDS de Maio	Religiosa / Popular
Cristelo	Santíssimo Sacramento	Fixa	4º Domingo de Junho	Religiosa
Durrães	S. Lourenço	Fixa	2º FDS de Agosto	?
Durrães	Festa das Colheitas	Móvel	FDS Mais Próx. de 29 Setembro	Religiosa / Popular
Encourados	S. Tiago	Móvel	Dia 25 Jan. ou Domingo mais Próx.	Religiosa / Popular
Encourados	St.ª Luzia	Fixa	1º Domingo de Setembro	Religiosa / Popular
Faria	Santo Amaro	Fixa	15 de Janeiro	Religiosa / Popular
Faria	S. Sebastião	Fixa	20 de Janeiro	Religiosa / Popular
Faria	N.ª Sr.ª da Assunção	Fixa	15 de Agosto	Religiosa
Feitos	S. Tiago	Móvel	Dia 25 Jan. ou Domingo mais Prox.	Religiosa / Popular
Feitos	N.ª Sr.ª dos Milagres	Fixa	2º Domingo de Agosto	Religiosa
Fragoso	N.ª Sr.ª do Livramento	Móvel	Último FDS de Maio	Religiosa / Popular
Fragoso	S. João	Fixo	Domingo após o dia 24 de Junho	Religiosa / Popular
Fragoso	S. Pedro	Móvel	Dia ou F S mais Próx.	Religiosa / Popular
Fornelos	Festa do Senhor	Fixa	Ultimo Domingo de Junho	Religiosa / Popular
Fornelos	S. Salvador	Fixa	1º FDS de Agosto	Religiosa
Fornelos	Festa do Senhor	Fixa	4º Domingo de Agosto	Religiosa
Fonte Coberta	Festa do Menino	Fixa	Janeiro	Religiosa
Fonte Coberta	S. Romão	Fixa	18 de Novembro	Religiosa / Popular
Galegos (St.ª Maria)	Santo Amaro	Fixa	15 de Janeiro	Religiosa / Popular
Galegos (St.ª Maria)	Sr.ª das Candeias	Fixa	1º Domingo de Fevereiro	Religiosa / Popular
Galegos (St.ª Maria)	S. Brás	Móvel	Fevereiro	Religiosa / Popular
Galegos (St.ª Maria)	Sr.ª da Purificação	Fixa	3 de Fevereiro	Religiosa
Galegos (St.ª Maria)	N.ª Sr.ª. do Bom Sucesso	Móvel	2º Domingo após a Páscoa	Religiosa / Popular
<b>FREGUESIA</b>	<b>FESTA</b>	<b>PERIODICIDADE</b>	<b>DATA</b>	<b>TIPOLOGIA</b>
Galegos (St.ª Maria)	S. João	Fixa	24/25 de Junho	Religiosa / Popular

Galegos (S. Martinho)	S. Martinho	Móvel	Dia 11 ou Domingo mais Prox.	Religiosa / Popular
Galegos (S. Martinho)	N.ª Sr.ª da Conceição	Fixa	8 de Dezembro	Religiosa
Gamil	S. João	Móvel	24 Junho ou Domingo mais Prox.	Religiosa / Popular
Gamil	Festa em Honra St.ª Cruz	Fixa	3º Domingo de Julho	Religiosa / Popular
Gilmonde	N.ª Sr.ª da Ajuda	Fixa	2º domingo de Setembro	Religiosa / Popular
Gilmonde	N.ª Sr.ª da Salvação	Fixa	Ultimo FDS de Setembro	Religiosa / Popular
Goios	Festa das Rosas	Fixa	3º FDS de Maio	Religiosa
Goios	N.ª da Expectação ou do Ó!	Fixa	3º Domingo de Dezembro	Religiosa
Grimancelos	S. Mateus e S. Sebastião	Móvel	21 de Setembro	Religiosa / Popular
Gueral	S. Paio	Fixa	Ultimo Domingo de Junho	Religiosa
Igreja Nova	St.ª Justa	Móvel	3º FDS de Agosto	Religiosa / Popular
Lama	Procissão dos Passos	Fixa	2º Domingo da Quaresma	Religiosa
Lama	S. Salvador	Fixa	Ultimo Dom. de Janeiro	Religiosa / Popular
Lama	Peregrinação à N. Senhora do Facho	Fixa	1º domingo de julho	Religiosa
Lijó	N.ª Sr.ª Abadia	Fixa	13/14/15 de Agosto	Religiosa / Popular
Lijó	S. Miguel	Fixa	10 de Junho	Religiosa / Popular
Lijó	S. Sebastião	Móvel	3º FDS de Janeiro	Religiosa / Popular
Macieira de Rates	S. Sebastião	Móvel	3º FDS Janeiro	Religiosa / Popular
Macieira de Rates	S. Tiago	Fixa	25 Janeiro	Religiosa / Popular
Macieira de Rates	Festival de Folclore Inter.	Fixa	1º FDS Agosto	Etnográfico / Popular
Macieira de Rates	Reconstituição de Desfolhada	Fixa	Último FDS Setembro	Etnográfica
Macieira de Rates	St.º Adrião	Fixa	8 de Dezembro	Religiosa
Manhente	S. Martinho	Fixa	11 de Novembro	Religiosa / Popular
Manhente	Senhor dos Passos	Fixa	4º Domingo da Quaresma	Religiosa
Manhente	Carnaval	Fixa	Dia de Carnaval	Popular
Manhente	S. Sebastião	Móvel	20 de Janeiro ou FDS mais Próx.	Religiosa / Popular
<b>FREGUESIA</b>	<b>FESTA</b>	<b>PERIODICIDADE</b>	<b>DATA</b>	<b>TIPOLOGIA</b>
Mariz	S. Martinho	Fixa	11 de Novembro	Religiosa / Popular
Mariz	N.ª Sr.ª Conceição	Fixa	8 de Dezembro	Religiosa
Martim	St.º António	Móvel	Dia 13 ou FDS a Seguir	Popular
Martim	Festa do Santíssimo Sacramento	Fixa	3º Domingo de Julho	Religiosa
Midões	S. Paio	Móvel	28 de Junho ou FDS mais Próx.	Religiosa / Popular
Milhazes	S. Sebastião e S. Romão	Móvel	25 de Janeiro	Religiosa / Popular
Milhazes	S. João Baptista	Móvel	No dia ou FDS mais Próx.	Religiosa / Popular

Minhotães	N.ª Sr.ª das Neves	Fixa	2º FDS de Agosto	Religiosa / Popular
Monte Fralães	Sr.ª da Saúde	Fixa	15 de Agosto	Religiosa / Popular
Moure	Sr.ª da Agonia	Fixa	3º FDS Agosto	Religiosa
Moure	Festival de Folclore do Grupo Folc. Sta. Maria de Moure	Fixa	Julho	Etnográfico
Negreiros	S. Sebastião	Móvel	3º/4º FDS de Janeiro	Religiosa / Popular
Negreiros	Santa Justa	Fixa	Ultimo FDS de Agosto	Religioso/Popular/Etnográfico
Oliveira	Peregrinação ao Monte do Facho	Fixa	1º Domingo de Julho	Religiosa
Palme	N.ª Senhora dos Remédios	Móvel	3º FDS de Agosto	Religiosa / Popular
Palme	St.º André	Fixa	Ultimo FDS Novembro	Religiosa
Paradela	Santa Marinha	Fixa	3º Domingo Julho	Religiosa / Popular
Panque	Festa do Menino	Fixa	4 de Janeiro	Religiosa
Panque	St.º António e Sr.ª de Fátima	Móvel	Dia mais Próx de 13 de Junho	Religiosa
Pedra Furada	N.ª Sr.ª das Brotas	Fixa	3º domingo de Agosto	Religiosa
Pedra Furada	S. João	Fixa	24 de junho	Popular
Pedra Furada	Santa Leocádia	Fixa	9 de Dezembro	Religiosa
Pedra Furada	Domingo Gordo	Fixa	Domingo Gordo	Leilão Gastronómico
Pereira	Festa da Franqueira	Fixa	1º domingo de Agosto	Religiosa
Pereira	Carnaval	Fixa	3ª Feira de Carnaval	Popular
Perelhal	S. Paio e S. Cirilo	?	Julho	Religiosa / Popular
Perelhal	N.ª Sr.ª do Alivio	Fixa	2º FDS de Setembro	Religiosa
Pousa	St.ª Cristina	Móvel	24 de Julho ou Dom. mais Prox.	Religiosa / Popular
Pousa	N.ª Sr.ª da Esperança	Fixa	2º Domingo de Agosto	Religiosa / Popular
Quintiães	S. Sebastião	Móvel	2º ou 3º Dom de Janeiro	Religiosa / Popular
Quintiães	Festa de S. Frutuoso	Móvel	FDS mais Prox. de 16 de Abril	Religiosa / Popular
Quintiães	St.ª Marinha	Fixa	3º Domingo de Julho	Religiosa / Popular
Quintiães	St.º António e Sr.ª do Rosário	Fixa	1º Domingo de Outubro	Religiosa / Popular
Quintiães	N.ª Sr.ª da Expectação ou do Ó!	Fixa	8 de Dezembro	Religiosa
Remelhe	Procissão do Silêncio	Fixa	5º Sábado da Quaresma	Religiosa
Remelhe	Procissão dos Passos	Fixa	5º Dom. da Quaresma	Religiosa
Rio Côvo( Stª Eulália)	Sr. Aguas Santas	Fixa	25 de Agosto ou FDS mais Próx.	Religiosa / Popular
Rio Côvo (St.ª Eugénia)	Festival de Folclore	Fixa	3º Domingo de Agosto	Popular / Etnográfico
<b>FREGUESIA</b>	<b>FESTA</b>	<b>PERIODICIDADE</b>	<b>DATA</b>	<b>TIPOLOGIA</b>
Rio Côvo (St.ª Eugénia)	N.ª Sr.ª da Vitória	Fixa	3º FDS de Agosto	Religiosa / Popular
Rio Côvo (St.ª	Festas da Padroeira	Fixa	11 de Setembro	Religiosa

Eugénia)				
Roriz	N.ª Sr.ª do Rosário e N. Sr.ª das Dores	Fixa	2º e /ou 3º FDS de Maio	Religiosa / Popular
Roriz	S. Salvador	Fixa	2º Domingo de Agosto	Religiosa / Popular
Roriz	S. Miguel	Fixa	Último F S de Setembro	Religiosa / Popular
Roriz	Souto Rock	Fixa	Julho	Festival música Rock
Sequiade	S. Tiago	Móvel	25 de Julho ou Dom mais Prox.	Religiosa / Popular
Sequiade	N.ª Sr.ª da Piedade	Fixa	1ºFDS de Agosto	Religiosa / Popular
Silva	Festas de N.ª Sr.ª da Encarnação e S Sebastião	Fixa	Segunda-feira de Páscoa	Religiosa / Popular
Silva	St.º António	Móvel	13 de Junho ou Sábado Mais Prox.	Popular
Silva	S. Pedro	Móvel	29 de Junho ou Sábado Mais Prox.	Religiosa / Popular
Silveiros	Passos	Fixa	Domingo de Ramos	Religiosa
Silveiros	S. Martinho	Fixa	11 de Novembro	Religiosa / Popular
Tamel (St.ª Leocádia)	S. Sebastião	Móvel	2º ou 3º Domingo de Janeiro	Religiosa / Popular
Tamel (St.ª Leocádia)	St.ª. Leocádia	Fixa	3º FDS de Maio	Religiosa / Popular
Tamel (S. Pedro Fins)	S. Pedro Fins e N. Sr.ª da Portela	Fixa	Ultimo FDS de Maio	Religiosa / Popular
Tamel (S. Pedro Fins)	S. Brás	Móvel	Dom. Prox. do 3 de Fevereiro	?
Tamel (S. Veríssimo)	S. Veríssimo	Fixa	1º FDS de Outubro	Religiosa / Popular
Tamel (S. Veríssimo)	N.ª Sr.ª da Glória	Móvel	15 dias depois da Páscoa	Religiosa / Popular
Tamel (S. Veríssimo)	Senhor dos Passos	Fixa	Domingo de Ramos	Religiosa
Tregosa	Festa do Senhor	Fixa	Dia do Corpo de Deus	Religiosa
Tregosa	S. João	Móvel	24 ou F S mais Prox. Junho	Religiosa / Popular
Tregosa	Festival Inter. Folclore “Águas do Neiva”	Móvel	19 de Julho	Popular / Etnográfica
Tregosa	N.ª Sr.ª do Calvário	Móvel	2º FDS Agosto	Religiosa
Tregosa	Arredas Folk Fest	Móvel	Ultimo FDS de Agosto ou 1º de Setembro	Festival de Música Celta
Tregosa	N.ª Sr.ª do Ó!	Móvel	14 ou 2º Dom. Outubro	Religiosa / Popular
Ucha (S. Romão)	S. Romão	Móvel	11 a 17 de Agosto	Religiosa / Popular
<b>FREGUESIA</b>	<b>FESTA</b>	<b>PERIODICIDADE</b>	<b>DATA</b>	<b>TIPOLOGIA</b>
Várzea	S. Bento da Várzea	Móvel	21 de Março	Religiosa / Popular
Várzea	S. Bento da Várzea	Móvel	11 Julho e FDS mais Próx.	Religiosa / Popular
Vila Boa	S. João / N.ª Sr.ª da Ajuda	Móvel	24 de junho ou FDS mais Próx.	Religiosa

Viatodos	Festas da Isabelinha	Fixa	FDS da Páscoa	Popular/Desportiva/Cult.
Viatodos	S. José	Móvel	19 de Março ou Dom a seguir	Religiosa
Vila Cova	S. Pedro	Móvel	Dia 29 de Junho ou FDS mais Prox.	Popular
Vila Cova	S. Brás	Fixa	2º Dom de Julho	Religiosa / Popular
Vila Cova	N.ª Sr.ª da Expectação ou do Ó	Fixa	3º Dom de Dezembro	Religiosa
Vila Frescaíña (S. Pedro)	S. Pedro	Fixa	29 de Junho	Popular
Vila Frescaíña (S. Martinho)	S. Martinho das Torres	Móvel	16 de Nov. ou Dom Seguinte	Religiosa / Popular
Vila Seca	N.ª Sr.ª da Consolação	Móvel	3º FDS de Agosto	Religiosa / Popular
Vila Seca	S. Tiago	Fixa	3º Dom de Julho	Religiosa / Popular
Vila Seca	St.ª Maria Madalena	Fixa	3º FDS de Agosto	Religiosa / Popular
Vilar de Figos	S. Paio	Fixa	Último FDS de Abril	Religiosa
Vilar de Figos	Festas das Rosa	Fixa	Último FDS de Abril	Religiosa/Etnográfica/Popular
Vilar do Monte	S. Salvador	Móvel	6 de Agosto ou FDS mais Próx.	Popular/Desportiva/Religiosa
Vilar do Monte	Sr.ª da Boa Morte e do Tempo	Móvel	4º FDS Setembro	Religiosa / Popular

ANEXO III

---

EMPREENDIMIENTOS TURÍSTICOS | ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS

RELATÓRIO PDM

### Anexo III - Estabelecimentos Hoteleiros

Barcelos possui 3 hotéis, um total de 206 camas distribuídas por 118 unidades de alojamento. Ao abrigo da nova legislação Barcelos perdeu um estabelecimento hoteleiro, anteriormente designado por “Residencial Galo” que suspendeu a sua atividade. Outros dois foram reconvertidos em Estabelecimentos de Hospedagem, no âmbito dos Estabelecimentos de Alojamento Local, nomeadamente a Residencial Arantes e o Solar da Estação, facto que provocou uma diminuição da capacidade de alojamento instalada ao nível desta tipologia de empreendimentos turísticos.

Atualmente a hotelaria está concentrada exclusivamente no centro urbano e está pouco estratificada do ponto de vista de categorias aplicáveis neste âmbito.

Estabelecimentos Hoteleiros									
NOME UNIDADE	CAT	MORADA	CODIGO POSTAL	TELEFONE	TELEFAX	EMAIL	SITE	Nº Quartos	Nº Camas
BARCELOS									
Hotel Bagoeira	***	Avenida Dr. Sidónio Pais, 495	4750-333 BARCELOS	253 809 500	253 824 588	bagoeira@mail.telepac.pt	www.bagoeira.com	54	104
Hotel do Terço	***	Rua de São Bento, Edf. do Terço, 7	4750-267 BARCELOS	253 808 380	253 808 383	info@hoteldoterco.com	www.hoteldoterco.com	37	54
Hotel Dom Nuno	**	Rua Dr. Francisco Torres, 141	4750-160 BARCELOS	253 812 810	253 816 336	<a href="mailto:geral@hoteldnuno.com">geral@hoteldnuno.com</a>		27	48

ANEXO IV

---

EMPREENDIMIENTOS DE TURISMO EM ESPAÇO RURAL E EMPREENDIMIENTOS DE  
TURISMO DE HABITAÇÃO

RELATÓRIO PDM



#### **Anexo IV - Empreendimentos de Turismo em Espaço Rural e Empreendimentos de Turismo de Habitação**

Barcelos possui, 5 empreendimentos de turismo de habitação e 9 empreendimentos de turismo no espaço rural, 7 dos quais em plenitude de funcionamento, 4 empreendimentos, presentemente, não exercem a atividade, encontrando-se a mesma suspensa e, 1 empreendimento, foi ao abrigo do RJET, Dec. Lei 39/2008 de 27 de março, alterado pelo Dec. Lei 228/2009 de 14 de setembro e Dec. Lei 15/2014 de 23 de janeiro, reconvertido em Alojamento Local e um último integrado no empreendimento de Turismo de Habitação.

Estas tipologias de empreendimentos turísticos possuem um total de 135 camas distribuídas por 94 unidades de alojamento.

**Empreendimentos Turísticos de Turismo no Espaço Rural e Turismo de Habitação**

NOME UNIDADE	CAT	MORADA	CODIGO POSTAL	TELEFONE	TELEFAX	EMAIL	SITE	Nº Quartos	Nº Camas
<b>BARCELOS</b>									
Casa dos Assentos	TH	Avenida da Igreja	4750-640 QUINTIÃES	253 881 160	253 881 160	geral@casadosassentos.com	www.casadoassentos.com	13	18
Quinta do Convento da Franqueira	TH	Carvalho, C.C. nº301	4755-104 CARVALHAL	253 831 606	258 832 231	piers@quintadafranqueira.com	www.quintadafranqueira.com	5	8
Quinta de Santa Comba	TH	Rua de Vila Boa, 443	4755-536 VÁRZEA	253 832 101 / 253 831 440	253 834 540	turismo@stacomba.com	www.stacomba.com	10	14
Casa de Mourens	TH	Rua de Mourens	4775-225 SILVEIROS	252 961 429 / 969 023 706	253 963 306	geral@casademourens.com	www.casademourens.com	8	14
Quinta de Malta	TH	Rua Nossa Senhora do Loreto, 152	4905-070 DURRÃES	258 773 773	258 778 668	reservas@quintademalta.com	www.quintademalta.com	10	16
Casa do Monte	CC	Rua de Santa Maria, nº 640, Lugar do Barreiro	4750-008 ABADE DE NEIVA	253 811 519 / 967 057 779	258 947 294	casadomonte@yahoo.com	www.casadomonte.net	6	10
Quinta do Sourinho	CC	Rua do Cruzeiro, nº57	4755-086 BASTUÇO SANTO ESTEVÃO	253 952 564 / 962 517 702		info@quintadosourinho.com	www.quintadosourinho.com	8	9
Casa de Sequiade	CC	Rua da Piedade, 61	4755-508 SEQUIADE	253 952 754 / 919 519 865	253 672 505	geral@casadesequiade.com	www.casadesequiade.com	6	6
Casa do Eido	CC	Lugar do Eido	4775-094 FONTE COBERTA					3	6
Casa do Carvalho	CC	Rua Padre José Joaquim Garçia de Oliveira, 103	4775-257 VIATODOS	252 967 099 / 226 162 907	252 967 099	geral@casadocarvalho.com	www.casadocarvalho.com	6	9
Casas do Rio	CC	Travessa de Navió	4750-407 COSSOURADO	969 312 585		geral@casasdoriorio.com	<a href="http://www.casasdoriorio.com">http://www.casasdoriorio.com</a>	4	4
Casa da Mata da Ribeira	CC	Lugar de Mereces - Mata da Ribeira	4750-794 VILA COVA	253 861 404 / 917 549 154				4	8
Naturena	AG	Lugar de Souto de Vilar	4905-077 DURRÃES	962 306715 / 258332354/25877 8514		phitoarkhe@hotmail.com	<a href="http://www.naturena.net">www.naturena.net</a>	5	7
Casa de Pousada	CC	Travessa Fonte da Cal 33	4750-659 Roriz			geral@casadapousada.pt		6	6
Quinta do Tarrío	CC	Atividade suspensa							
Espirito Santo	TR	Atividade suspensa							
Quinta de Santa Leocádia de Pedra Furada	AT	Atividade suspensa							
Abade de Neiva	TR	Atividade suspensa							
Casa da Renda	TR	Passou a fazer parte do empreendimento turístico de habitação designado Casa dos Assentos							
Casa de Assade	TR	Ao abrigo do novo RJET reconverteu-se em Estabelecimento de Alojamento Local							

ANEXO V

---

ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO LOCAL 2014

RELATÓRIO PDM

## Anexo V - Estabelecimentos de Alojamento Local

Tipologia de estabelecimento que oferece alojamento a turistas, integra presentemente um total de 90 camas distribuídas por 57 unidades de alojamento.

Tipologia de alojamento existente no centro da cidade e no concelho, resulta em alguns casos da readaptação ao novo Regime Jurídico dos Empreendimentos turísticos promovido pelo Decreto-lei nº 39/2008 de 7 de Março. Bem como ao surgimento de novos Estabelecimentos de Alojamento local, nomeadamente na tipologia de Moradia.

Alojamento Local										
NOME UNIDADE	CAT	TIPOLOGIA	MORADA	CODIGO POSTAL	TELEFONE	TELEFAX	EMAIL	SITE	Nº Quartos	Nº Camas
			<b>BARCELOS</b>							
Residencial Arantes	AI	Estabelecimento de Hospedagem	Avenida da Liberdade, 35	4750-312 BARCELOS	253 811 326	254 811 326	residencialarantes@sapo.pt	residencialarantes.webnode.pt/	12	24
Residencial Solar da Estação	AI	Estabelecimento de Hospedagem	Largo Marechal Gomes da Costa nº1	4750-162 Arcozelo -Barcelos	253 812 810	253 816 336	info@dualoffice.net		9	14
Casa do Paço	AI	Moradia	Rua do Paço, 48	4905-134 Palme	962145919		info@turisnatur.com		2	4
Casa da Escola /Casa de Assade	AI	Moradia	Lugar de Assade	4775-111 Grimancelos	252961241 933054611	252961240	casadeassade@sapo.pt	www.casadeassade.no.sapo.pt	3	5
Casa de Assade	AI	Apartamento	Lugar de Assade	4775-111 Grimancelos	252961241 933054612	252961241	casadeassade@sapo.pt	www.casadeassade.no.sapo.pt	8	16
Casa do Fiscal	AI	Moradia	Rua de Sá	4905-020 Aldreu	253811345 934810757	253 811 345	e.soucasaux@netcabo.pt	www.casadofiscal.com	4	4
Encostas do Sol	AI	Moradia	Rua da Costa Grande	4750-024 Aborim BCL	938357700		enconstadosol@live.com.pt	www.encostasdosol.pt.vu	3	3
Engenho dos Fornos	AI	Estabelecimento de Hospedagem	Lugar da Estrada	4755-044 Adães BCL	253 914070	253 914072			8	12
Casa de Panque	AI	Moradia	Rua de Campilhós, n.º 1	4750-069 Panque BCL	96 40 57 121		casadepanque@gmail.com	http://rioneiva.wix.com/panque	4	4
Casa das Carvalhas	AI	Moradia	Rua das Carvalhas	4905-097 Fragoso	258778042	258778042	v.saneiva@gmail.com		4	4

ANEXO VI

---

ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO

RELATÓRIO PDM

**Anexo VI - Estabelecimentos de Restauração**  
( vocação de apoio à atividade turística)

Nome	Morada	Código Postal	Localidade
Restaurante Barral	Lugar da Estrada	4755-004	Adães
Restaurante Engenho dos Fornos	Rua das Alminhas, 275	4755-044	Adães
Restaurante Os Mouros	Rua Henrique Correia	4750-164	Arcozelo BCL
Restaurante Casa Sêmea	Largo Marechal Gomes da Costa, n.º 1	4750-162	Arcozelo BCL
Restaurante Bom Gosto	Av. Paulo Felisberto, 164	4750-194	Arcozelo BCL
Restaurante Pólo Norte	Campo 25 de Abril, 72 R/C	4750-127	Arcozelo BCL
Restaurante Momento da Verdade	Rua Elias Garcia, 140	4750-144	Arcozelo BCL
Pizzaria Expresso Take Away	Quinta da Formiga, Lt. 12 - Lj.8	4750-158	Arcozelo BCL
Restaurante Bolívar	Urbanização da Espinheira C. C. Bolívar	4750-148	Arcozelo BCL
Restaurante M	Rua Pedro Álvares cabral, n.º 136	4750-197	Arcozelo BCL
Restaurante Divinal	Rua Elias Garcia, 175 R/C	4750-144	Arcozelo BCL
Restaurante do Olival	Avenida Paulo Felisberto, n.º 86 R/C	4750-184	Arcozelo BCL
Restaurante Faty Ferros	Pct. Correio Mor, Lj. 36	4750-134	Arcozelo BCL
Restaurante Casa Lourenço	Travessa Prof. António Macedo	4750-245	Areias BCL
Restaurante Altamira	Avenida Senhora da Aparecida, n.º 29	4905-031	Balugães
Restaurante Galo Novo	Avenida de S. João, 700	4755-065	Barcelinhos
Restaurante Chuva	Avenida de S. João	4755-065	Barcelinhos
Restaurante Maria de Medros	Lugar de Medros	4755-064	Barcelinhos
Restaurante Zé da Esquina	Rua Prof. Celestino Costa, 152	4755-058	Barcelinhos
Restaurante Dom António	Rua D. António Barroso, 87	4750-258	Barcelos
Restaurante Pérola da Avenida	Av. D. Nuno Álvares Pereira, 50	4750-324	Barcelos
Restaurante Escondidinho	Rua Bom Jesus da Cruz, 36	4750-270	Barcelos
Restaurante Oliveira	Largo do Município, 17	4750-323	Barcelos
Restaurante Furna	Largo da Madalena, 105	4750-314	Barcelos
Restaurante Muralha	Largo da Porta Nova, n.º 1	4750-329	Barcelos
Restaurante Porta Nova	Rua do Bom Jesus da Cruz, 28/29	4750-270	Barcelos
Restaurante Nariz de Pato	Rua Filipa Borges, 127	4750-292	Barcelos
Restaurante Bagoeira	Av. Dr. Sidónio Pais, 495	4750-333	Barcelos
Restaurante Casa dos Arcos	Rua Duques de Bragança, 185	4750-272	Barcelos
Restaurante Gil Vicente	Rua do Bom Jesus da Cruz, 10-12	4750-270	Barcelos
Restaurante Girassol	Rua Bom Jesus da Cruz, n.º 2	4750-270	Barcelos
Restaurante Macrobiótico O Arado	Rua Barjona de Freitas, n.º 54	4750-265	Barcelos
Restaurante Solar Real	Praça de Pontevedra, 15	4750-328	Barcelos
Cervejaria Mocho	Rua Padre Alfredo Rocha Martins, n.º 9	4750-255	Barcelos
Restaurante Duque	Rua Duques de Barcelos, n.º 77	4750-264	Barcelos
Restaurante Patrique	Rua D. Diogo Pinheiro, 12 - Centro Comercial Cristal	4750-282	Barcelos
Restaurante Vera Cruz	Av. Dr. Sidónio Pais, 379	4750-333	Barcelos
Restaurante Turismo Lounge	Rua Duques de Bragança	4750-272	Barcelos

**Anexo VI - Estabelecimentos de Restauração**  
( vocação de apoio à atividade turística)

Nome	Morada	Código Postal	Localidade
Restaurante Bel Piatto	Campo 5 de Outubro, C. C. do Terço - Lj. 26	4750-274	Barcelos
Restaurante M	Avenida da Liberdade, 64	4750-312	Barcelos
Restaurante Duque	Rua Duques de Barcelos, n.º 77	4750-264	Barcelos
Restaurante Três Marias	Rua Barjona de Freitas, 137	4750-265	Barcelos
Restaurante Galliano	Campo 5 de Outubro, n.º 20	4750-274	Barcelos
Restaurante Solar das Telheiras	Estrada Nacional 205, n.º 1585	4740-680	Barqueiros BCL
Restaurante A Barca	Rua da Estrada Nacional, n.º 1088	4740-694	Barqueiros BCL
Restaurante Belchior	Lugar da Gandra	4750-361	Campo BCL
Churrasqueira Marina	Rua da Igreja	4750-375	Carapeços
Restaurante Real	Rua de Santa Catarina	4750-395	Carapeços
Restaurante Messias	Rua Imaculada Conceição, 145	4750-485	Galegos S. Martinho
Restaurante Zona Verde	Rua da Estrada Nova, n.º 654	4755-225	Gamil
Restaurante Cruzeiro	Rua D. Elvira Gomes Barroso, 1421	4755-230	Gilmonde
Restaurante Novo Horizonte	Rua D. Elvira Gomes Barroso, n.º 426	4755-230	Gilmonde
Restaurante Casa do Moinho	Lugar da Moura	4775-119	Grimancelos
Restaurante Sta. Justa	Rua de Paredes, n.º 2123	4750-505	Igreja Nova BCL
Restaurante "O Caseiro"	Rua Carolina Vicente, n.º 8	4750-538	Lijó
Sonho do Cávado Restaurante	Rua da Igreja, n.º 37	4750-556	Manhente
Restaurante Rústico	Rua Afonso Nunes, n.º 18	4750-571	Mariz
Casa do Forno - Restaurante Adega Regional	Lugar do Forno	4755-334	Milhazes
Restaurante Casa do Eduardo	Rua da Cruz, n.º 8	4755-334	Milhazes
Restaurante Casa Donna Olímpia	Lugar da Igreja	4775-199	Negreiros
Restaurante Terra Negra	Rua da Covilhã	4775-206	Negreiros
Restaurante Moinhos do Neiva	Rua Vale do Neiva (EM 547-2)	4750-611	Panque
Restaurante Pedra Furada	Rua Santa Leocádia, 1415	4755-392	Pedra Furada
Restaurante "O Chico"	Largo da Nossa Senhora do Alívio	4750-622	Perelhal
Restaurante Quinta dos Lagos	Rua da Calçada	4755-447	Remelhe
Restaurante Belo Horizonte	Monte Real, n.º 498	4755-481	Rio Covo Sta. Eulália
Restaurante Dom Carlos	Rua da Estrada, n.º 637	4750-677	Silva BCL
Restaurante Taberna Regional 2000	Rua Nossa Senhora da Portela, n.º 1041	4750-711	Tamel S. Fins
Restaurante O Manhoso	Avenida das Pontes, n.º 264	4750-754	Tamel S. Veríssimo
Restaurante Cozinha Regional de Barcelos	Rua Monte da Gandra, n.º 139, Loja C	4755-522	Várzea BCL
Restaurante e Pizzaria Mónica	Rua da Estrada - C. C. Open Center	4755-520	Várzea BCL
Restaurante Manjar das Estrelas	Rua do Pinheiro, n.º 675	4755-536	Várzea BCL
Restaurante Tropical	Rua da Estrada, 793-805	4755-520	Várzea BCL
Restaurante Abel Martins	Rua do Fráz, n.º 715	4755-521	Várzea BCL
Restaurante Melinha	Rua de Santa Maria de Viatodos	4775-271	Viatodos
Restaurante Terraço dos Petiscos	Rua do Seminário, n.º 36	4750-786	Vila Boa BCL

**Anexo VI - Estabelecimentos de Restauração**  
( vocação de apoio à atividade turística)

Nome	Morada	Código Postal	Localidade
Restaurante Prova Oral	Rua do Aldão	4750-810	Vila Frescaíinha S. Martinho
Restaurante Ávila	Lugar do Assento	4755-551	Vila Seca BCL
Restaurante Paguá	Rua da Telheira, n.º 685	4755-552	Vila Seca BCL
Restaurante Furna Vilar do Monte	Rua Principal, n.º 167	4750-862	Vilar do Monte BCL



ANEXO VII

---

EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS

RELATÓRIO PDM

**Anexo VII - Equipamentos e Infraestruturas de Apoio  
Cidade e Concelho de Barcelos**

<b>Equipamento</b>	<b>Localização</b>	<b>Categoria</b>
Centro Hípico Irmãos Coelho	Areias de Vilar – Barcelos	Centro Hípico
Equipavau – Centro Equestre	Barqueiros - Barcelos	Centro Hípico
Neiva Parque	Fragoso - Barcelos	Parque de Turismo de Aventura
Auditório da Biblioteca Municipal	Barcelos	Equipamento Cultural
Auditório da Câmara Municipal de Barcelos	Barcelos	Equipamento Cultural
Auditório do Museu de Olaria	Barcelos	Equipamento Cultural
Auditório do Circulo Católico e Operário de Barcelos	Barcelos	Equipamento Cultural
Auditório S. Bento Menni – Casa de Saúde S. João de Deus	Barcelos	Equipamento Cultural
Galeria Municipal de Arte	Barcelos	Equipamento Cultural
Teatro Gil Vicente	Barcelos	Equipamento Cultural
Museu de Olaria	Barcelos	Museu
Museu Etnográfico de Chavão	Chavão - Barcelos	Museu
Museu Regional e Etnográfico de Alvito S. Pedro	Alvito S. Pedro - Barcelos	Museu
Estádio Cidade de Barcelos	Barcelos	Equipamento Desportivo
Pavilhão Municipal	Barcelos	Equipamento Desportivo
Piscinas Municipais	Barcelos	Equipamento Desportivo
Campo de Tiro da Quinta da Fervença	Gilmonde - Barcelos	Equipamento Desportivo
Parque da Cidade	Barcelos	Espaço Verde
Quinta Pedagógica d' Alvarega	Alvito S. Pedro – Barcelos	Espaços Verdes, Equipamento Desportivo, Centro Hípico

